



Relatório de Gestão do Exercício de 2015 – Contrato de Gestão 001/IGAM/2011

---

**INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS - IGAM**

**INSTITUTO BIOATLÂNTICA (IBIO-AGB DOCE), ENTIDADE EQUIPARADA ÀS FUNÇÕES DE AGÊNCIA  
DE ÁGUA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PIRACICABA**

## **RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015**

01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2015

**CONTRATO DE GESTÃO 001/IGAM/2011**

**FEVEREIRO DE 2016**



**INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS - IGAM**

**INSTITUTO BIOATLÂNTICA (IBIO - AGB DOCE), ENTIDADE EQUIPARADA DE FUNÇÕES DE  
AGÊNCIA DE ÁGUA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO PIRACICABA**

**RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO  
Nº 001/IGAM/2011 DO EXERCÍCIO DE 2015  
UGRH02 - PIRACICABA**

Relatório de Gestão do exercício de 2015 apresentado aos Órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada atendendo exigência contida na Letra R, Inciso I, da Cláusula Terceira do Contrato de Gestão 001/2011, celebrado entre o IGAM e o IBIO – AGB Doce.

**Governador Valadares - MG, Fevereiro de 2016.**



## SUMÁRIO

<b>SUMÁRIO</b> .....	<b>2</b>
<b>LISTA DE FIGURAS</b> .....	<b>4</b>
<b>LISTA DE TABELAS</b> .....	<b>5</b>
<b>LISTA DE SIGLAS</b> .....	<b>6</b>
<b>1. CONTEXTUALIZAÇÃO</b> .....	<b>8</b>
1.1. A BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOCE .....	10
1.2. A BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PIRACICABA .....	13
1.3. PLANO INTEGRADO DE RECURSOS HÍDRICOS – PIRH DOCE.....	14
1.4. PLANO DE AÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS DA UNIDADE DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - PARH.....	17
1.5. CONTRATOS DE GESTÃO .....	18
1.6. PLANO DE APLICAÇÃO PLURIANUAL – PAP DOCE .....	21
<b>2. DADOS GERAIS DE IDENTIFICAÇÃO</b> .....	<b>25</b>
2.1. IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL.....	25
2.2. IDENTIFICAÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO .....	26
2.3. DESCRIÇÃO DOS OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS PACTUADOS NO CONTRATO DE GESTÃO.....	27
2.4. GLOSSÁRIOS SOBRE OS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO.....	28
2.5. COMPROMETIMENTO DE METAS .....	31
<b>3. INDICADOR 1 - DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES</b> .....	<b>34</b>
3.1. META 1A - CONTEÚDO DISPONIBILIZADO E ATUALIZADO NA PÁGINA ELETRÔNICA DO CBH-PIRACICABA. ....	34
<b>4. INDICADOR 2 – PLANEJAMENTO E GESTÃO</b> .....	<b>38</b>
4.1. META 2A.1 – RELATÓRIO ANUAL DE MAPEAMENTO DE FONTES DE RECURSOS DISPONÍVEIS.....	38
4.2. META 2A.2 – RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES .....	38
4.3. META 2B – RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DAS AÇÕES PREVISTAS NO PARH.....	38
<b>5. INDICADOR 3 – COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS</b> .....	<b>40</b>
5.1. META 3A - ÍNDICE DE DESEMBOLSO SOBRE O VALOR ANUAL REPASSADO .....	40
5.2. META 3B – ÍNDICE DE DESEMBOLSO SOBRE O VALOR ACUMULADO REPASSADO.....	41
5.3. META 3D – APLICAÇÃO DE PESQUISA QUADRIENAL .....	42
<b>6. INDICADOR 4 – OPERACIONALIZAÇÃO DA COBRANÇA</b> .....	<b>44</b>
6.1. META 4A – ATENDIMENTO AO USUÁRIO EM COBRANÇA .....	44
6.2. META 4B – ATUALIZAÇÃO DO CNARH COM A INSERÇÃO DAS NOVAS PORTARIAS DE OUTORGA DA UGRH .....	48
<b>7. INDICADOR 5 – RECONHECIMENTO SOCIAL</b> .....	<b>51</b>
7.1. META 5A – RECONHECIMENTO SOCIAL .....	51



<b>8. ROMPIMENTO DA BARRAGEM EM MARIANA/MG .....</b>	<b>52</b>
8.1. PROPOSIÇÃO DE ESTRATÉGIAS PARA RECUPERAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOCE.....	59
8.2. PROGRAMAS DO PIRH/PARH PARA RECUPERAÇÃO DA BACIA DO RIO DOCE .....	60
8.3. PLANO DE DISPONIBILIDADE DE ÁGUA - PDA DOCE .....	64
8.4. AÇÕES ESPECÍFICAS VOLTADAS À MITIGAÇÃO DO DESASTRE DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE REJEITOS DA SAMARCO EM MARIANA.....	66
<b>9. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>72</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>73</b>
ANEXO I RELATÓRIO ANUAL DE MAPEAMENTO DE FONTES DE RECURSOS DISPONÍVEIS .....	74
ANEXO II RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES EXECUTADAS COM OS RECURSOS DA COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PIRACICABA .....	75
ANEXO III RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DAS AÇÕES PREVISTAS NO PIRH/PARH.....	76
ANEXO IV RESULTADO DA APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIOS SOBRE RECONHECIMENTO SOCIAL DO IBIO – AGB DOCE NO ANO DE 2015 .....	77
ANEXO V QUESTIONÁRIO APLICADO PARA RECONHECIMENTO SOCIAL DO IBIO – AGB DOCE .....	78
ANEXO VI QUESTIONÁRIO APLICADO AOS USUÁRIOS EM COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOCE.....	79
ANEXO VII RELATÓRIO COM A TABULAÇÃO DOS DADOS COLETADOS REPRESENTANDO TODAS AS FAIXAS DE VALORES PAGOS.....	80
ANEXO VIII RELATÓRIO CONCLUSIVO COM ANÁLISE DESCRITIVA DOS DADOS ESTATÍSTICOS E REPRESENTAÇÕES GRÁFICAS DE CADA VARIÁVEL EM ESTUDO .....	81



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma Geral do IBIO - AGB Doce.....	9
Figura 2 – Localização da Bacia Hidrográfica do Rio Doce .....	11
Figura 3 – Bacia Hidrográfica do Rio Doce .....	11
Figura 4 - Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba .....	13
Figura 5 – Mensagem de divulgação do atendimento aos usuários da cobrança no site do CBH Doce.....	45
Figura 6 - Mensagem de divulgação do atendimento aos usuários da cobrança no site do IBIO – AGB Doce.....	45
Figura 7 - Mensagem de divulgação do atendimento aos usuários da cobrança no site do CBH Piracicaba. ....	46
Figura 8 – Reunião da CTGEC em novembro de 2015.....	53
Figura 9 – Doação do América Esporte Clube em Belo Horizonte .....	53
Figura 10 – Visita a Regência-ES.....	54
Figura 11 - 25ª reunião plenária extraordinária do CBH Doce .....	54
Figura 12 - reunião no Ministério Público Estadual de Minas Gerais – MPMG .....	55
Figura 13 – Missão Mariana dia 01 .....	56
Figura 14 - Missão Mariana dia 01 .....	56
Figura 15 - Missão Mariana dia 02 .....	57
Figura 16 - Missão Mariana dia 03 .....	57
Figura 17 - Força Tarefa de Minas Gerais.....	58
Figura 18 - Programas do PIRH priorizados.....	60
Figura 19 - Mapa de Vulnerabilidade .....	65
Figura 20 - Esquema de sistema integrado de produção de água .....	71



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Características gerais da bacia do rio Doce .....	13
Tabela 2 – Deliberações aprovando a cobrança pelo uso dos recursos hídricos .....	19
Tabela 3 - Deliberações aprovando a indicação do IBIO para funções de Agência de Água.....	20
Tabela 4 - Deliberações que aprovaram o Plano de Aplicação Plurianual – PAP.....	22
Tabela 5 – Deliberações que aprovaram readequação do Plano de Aplicação Plurianual - PAP.....	22
Tabela 6 – PAP da Bacia do Rio Doce com recursos arrecadados e repassados pela ANA .....	23
Tabela 7 – PAP da Bacia do Rio Doce com recursos arrecadados e repassados pela IGAM .....	24
Tabela 8 - Programa de Trabalho com indicadores e critérios de avaliação .....	27
Tabela 9- Descrição dos critérios de avaliação .....	28
Tabela 10 – Pesos e metas do Indicador 1 .....	31
Tabela 11 – Procedimentos de apuração de resultados do indicador 1 .....	31
Tabela 12 – Pesos e Metas do Indicador 2.....	31
Tabela 13 – Procedimentos de apuração de resultados do indicador 2 .....	32
Tabela 14 - Pesos e Metas do Indicador 3 .....	32
Tabela 15 - Procedimentos de apuração de resultados do indicador 3 .....	32
Tabela 16 - Pesos e Metas do Indicador 3 .....	33
Tabela 17 - Procedimentos de apuração de resultados do Indicador 4.....	33
Tabela 18 - Pesos e Metas do Indicador 5 .....	33
Tabela 19 - Procedimentos de apuração de resultados do indicador 5 .....	33
Tabela 20 – Índice de Desembolso para o exercício de 2015 .....	40
Tabela 21 – Índice de Desempenho para o exercício de 2015.....	40
Tabela 22 – Índice de Desembolso Acumulado .....	41
Tabela 23 – Índice de Desembolso Acumulado .....	41
Tabela 24 – Outorgas para a Bacia do Rio Piracicaba em 2015 inseridas no CNARH. ....	48
Tabela 25 – Outorgas para a Bacia do Rio Piracicaba em 2014 que não puderam ser inseridas no CNARH .....	49



## LISTA DE SIGLAS

ANA	Agência Nacional de Águas
CAGC	Comissão de Acompanhamento de Contratos de Gestão e Termos de Parceria
CBH	Comitê de Bacia Hidrográfica
CERH	Conselho Estadual de Recursos Hídricos
CNARH	Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos
CNRH	Conselho Nacional de Recursos Hídricos
D.O.E.M.G	Diário Oficial do Estado de Minas Gerais
D.O.U	Diário Oficial da União
EFVM	Estrada Ferroviária Vitória a Minas
ES	Espírito Santo
GAT	Grupo de Acompanhamento Técnico
GECOB	Gerência de Cobrança pelo Uso da Água
IEMA	Instituto Estadual de Meio Ambiente do Espírito Santo
IGAM	Instituto de Gestão das Águas
MG	Minas Gerais
PAP	Plano de Aplicação Plurianual
PARH	Plano de Ação de Recursos Hídricos
PIRH	Plano Integrado de Recursos Hídricos
PPU	Preço Público Unitário
SAAE	Serviço Autônomo de Água e Esgoto
TCU	Tribunal de Contas da União
UGRH	Unidade de Gestão de Recursos Hídricos

## Bacia Hidrográfica do Rio Doce







## 1. CONTEXTUALIZAÇÃO

O Instituto BioAtlântica (IBIO- AGB Doce), Entidade Equiparada às Funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, de acordo com os termos descritos no Contrato de Gestão n° 001/IGAM/2011 apresenta o Relatório de Gestão relativo ao ano de 2015 referente ao CBH-Piracicaba.

O Instituto BioAtlântica (IBIO - AGB Doce) é uma associação civil sem fins lucrativos, classificada como pessoa jurídica de direito privado, composto por pessoas jurídicas e físicas. O Instituto tem como finalidade promover a conservação ambiental e a gestão sustentável de recursos territoriais como forma de gerar desenvolvimento econômico, equidade social e bem-estar humano. Para cumprir este propósito, o Instituto aplicará os recursos recebidos, inclusive recursos físicos, humanos e financeiros, em projetos, programas ou planos de ações definidos pelo doador, inclusive em apoio a outras organizações sem fins lucrativos ou órgãos do setor público que atuem em áreas afins, promovendo especialmente as seguintes atividades:

- a) Contribuir para a conservação e recuperação ambiental.
- b) Contribuir para o desenvolvimento equilibrado dos aspectos ambiental, social, cultural e econômico de territórios.
- c) Promover pesquisas sobre recuperação e conservação ambiental, gestão integrada de territórios e geração e gestão de ativos territoriais.
- d) Estimular o estabelecimento de redes de instituições de pesquisa e aplicação nas áreas citadas no inciso c).
- e) Promover a disseminação de conhecimento técnico-científico sobre as áreas citadas no inciso c).
- f) Promover articulação entre diferentes setores da sociedade no sentido de atender aos incisos acima.
- g) Exercer, através do Comitê Gestor de Águas, as atribuições a serem previamente determinadas pelos, e acordadas com os, Órgãos Gestores para a bacia hidrográfica do rio Doce.

O Instituto BioAtlântica trabalha para melhorar a qualidade ambiental e promover a gestão integrada de recursos territoriais como forma de gerar desenvolvimento econômico, equidade social e bem-estar humano. Enxergamos no futuro territórios organizados, onde os recursos naturais sejam utilizados de forma racional e sensata por uma sociedade com pleno conhecimento de sua

participação na sustentabilidade desse sistema. Fundado em 19 de fevereiro de 2002, é composto por:

**Assembleia Geral** - Órgão soberano do IBIO - AGB Doce, podendo ser ordinária ou extraordinária.

**Conselho Fiscal** - Órgão fiscalizador e auxiliar da Assembleia Geral, do Conselho Consultivo e da Diretoria Executiva do IBIO - AGB Doce.

**Conselho Consultivo** – Órgão formado principalmente por representantes das empresas doadoras de recursos que forem admitidas como Associadas ou de Associados Fundadores ou outros, a critério dos Associados Fundadores, que tem por objetivo servir de instrumento de controle externo de suas atividades.

**Diretor Presidente** – Cria e implementa o macro planejamento do IBIO, observando as recomendações feitas pelo Conselho Consultivo, pelo Conselho Fiscal e pela Assembleia Geral.

**Diretoria Executiva** - Órgão executor das ações do IBIO - AGB Doce.

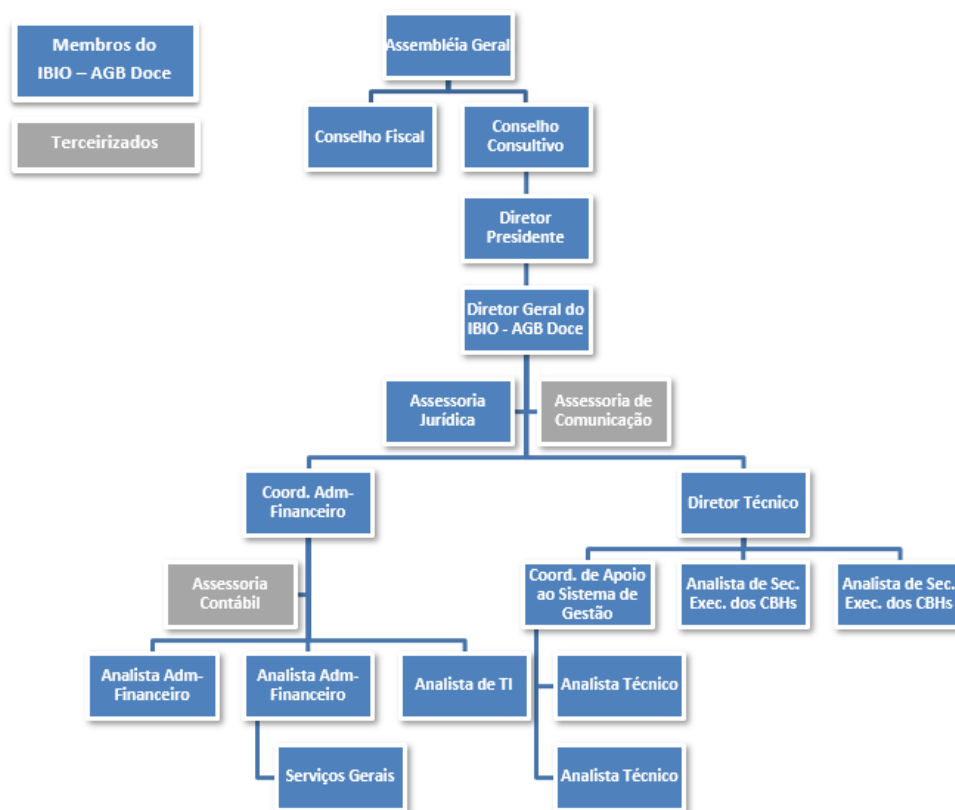


Figura 1 - Organograma Geral do IBIO - AGB Doce<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> A equipe apresentada no quadro de funcionários do IBIO – AGB Doce contempla funcionários contratados para atender a ambos os Contratos de Gestão celebrados com a ANA e com o IGAM



## 1.1. A Bacia Hidrográfica do Rio Doce

A bacia do rio Doce situa-se na região Sudeste, entre os paralelos 17°45' e 21°15' S e os meridianos 39°30' e 43°45' W, integrando a região hidrográfica do Atlântico Sudeste. Esta bacia, com uma área de drenagem de aproximadamente 86.854 km<sup>2</sup>, dos quais 86% pertencem ao Estado de Minas Gerais e o restante ao Espírito Santo, abrange um total de 228 municípios. As nascentes do rio Doce situam-se no Estado de Minas Gerais, nas serras da Mantiqueira e do Espinhaço, sendo que suas águas percorrem cerca de 850 km, até atingir o oceano Atlântico, junto ao povoado de Regência, no Estado do Espírito Santo (Figura 2 e Figura 3). Existem dois rios de dominialidade federal na bacia do rio Doce: o rio Doce e o rio José Pedro, afluente do rio Manhuaçu.

A bacia limita-se ao sul com a bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, a sudoeste com a bacia do rio Grande, a oeste com a bacia do rio São Francisco, ao norte e noroeste com a bacia do rio Jequitinhonha, e bacias do litoral sul do Espírito Santo e a nordeste com as bacias do litoral norte do Espírito Santo. Os principais afluentes do rio Doce pela margem esquerda são os rios do Carmo, Piracicaba, Santo Antônio, Corrente Grande e Suaçuí Grande, em Minas Gerais; São José e Pancas no Espírito Santo. Já pela margem direita são os rios Casca, Matipó, Caratinga/Cuieté e Manhuaçu em Minas Gerais; Guandu, Santa Joana e Santa Maria do Rio Doce no Espírito Santo.

No estado de Minas Gerais a bacia do rio Doce é dividida em seis Unidades de Planejamento e Gestão dos Recursos Hídricos (UGRHs), com Comitês de Bacia já estruturados, conforme descrito abaixo:

- UGRH01 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Piranga;
- UGRH02 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Piracicaba;
- UGRH03 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Santo Antônio;
- UGRH04 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Suaçuí;
- UGRH05 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Caratinga; e
- UGRH06 – Comitê de Bacia Hidrográfica Águas do rio Manhuaçu.

No Estado do Espírito Santo, embora inexistam subdivisões administrativas da bacia do rio Doce, têm-se os Comitês de Bacia já estruturados, conforme descrito abaixo:

- UGRH07 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Guandu
- UGRH08 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Santa Maria do Doce
- UGRH09 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio São José.

A atividade econômica da bacia do rio Doce é bastante diversificada, destacando-se: a agropecuária (reflorestamento, lavouras tradicionais, cultura de café, cana-de-açúcar, criação de gado leiteiro e de corte e na suinocultura.); a agroindústria (sucroalcooleira); a mineração (ferro, ouro, bauxita, manganês, pedras preciosas e outros); a indústria (celulose, siderurgia e laticínios); o comércio e serviços de apoio aos complexos industriais; e a geração de energia elétrica.



Figura 2 – Localização da Bacia Hidrográfica do Rio Doce



Figura 3 – Bacia Hidrográfica do Rio Doce



Na região encontra-se instalado o maior complexo siderúrgico da América Latina, com destaque para a Companhia Siderúrgica Belgo Mineira, a ACESITA e a USIMINAS. Ao lado da siderurgia estão associadas empresas de mineração, com destaque para a Vale e empresas reflorestadoras, que cultivam o eucalipto para fornecer matéria-prima para as indústrias de celulose. Todo esse complexo industrial é responsável por grande parte das exportações brasileiras de minério de ferro, aço e celulose, sendo, portanto, de grande importância para a região onde estão instaladas.

Apesar de ser notável a geração de capital na bacia em função da existência desse complexo siderúrgico, também se verifica a desigualdade no interior da bacia. O maior desenvolvimento das atividades econômicas aconteceu somente em algumas de suas áreas, como o Vale do Aço e na região de influência dos municípios de Governador Valadares, Caratinga, Colatina e Linhares. Os indicadores sociais e econômicos de uma parte significativa dos municípios da bacia mostram que quase uma centena deles são classificados como municípios pobres.

As principais rodovias que dão acesso e passam pela bacia do rio Doce são: a BR 381 que segue na direção sudoeste – nordeste passando por Belo Horizonte e depois importantes cidades da bacia como Ipatinga e Governador Valadares; a BR 116, importante rodovia brasileira que cruza a região do Médio Doce na direção de sul para norte, passando por Caratinga e Governador Valadares; a BR 262 que segue na direção leste – oeste atravessa Belo Horizonte, passa entre João Monlevade e Rio Piracicaba, cruza com a BR 116 nas proximidades de Manhuaçu e depois entra no Espírito Santo, já fora da bacia do Rio Doce; a BR 101, que serve a parte capixaba da bacia, atravessa a região do Baixo Doce de sul para norte passando por Linhares.

Além das rodovias, existe a Estrada Ferroviária Vitória a Minas (EFVM) que liga Belo Horizonte a Vitória, numa extensão de 898 km passando pelo Vale do Aço, sendo incorporada pela Vale em 1940. Esta ferrovia faz o transporte de passageiros e mercadorias (minério de ferro, carvão mineral, calcário, ferro, aço, produtos agrícolas, etc.). É considerada a ferrovia mais rentável do País e uma das poucas ferrovias que ainda faz o transporte de passageiros.

A bacia tem uma população superior a 3,5 milhões de habitantes. O Vale do Aço tem o maior adensamento populacional da bacia e constata-se a existência de um fluxo migratório que se direciona, sobretudo, para as maiores cidades, como Ipatinga e Governador Valadares. Em decorrência, há uma tendência de diminuição populacional nos municípios com população de até 20.000 habitantes, que representam mais de 85% dos municípios da bacia do rio Doce.

A população urbana representa mais de 70% da população total. Entretanto, os mesmos dados mostram que mais de 100 municípios possuem população rural maior que a urbana, evidenciando que a população rural ainda é significativa, absorvidos pela exploração agropecuária. No Médio Doce, essas atividades constituem o principal gerador de renda, emprego e ocupação de mão-de-obra em municípios de menor porte, principalmente onde a população rural predomina. A Tabela 1 sumariza as características gerais da bacia do rio Doce.

Tabela 1 – Características gerais da bacia do rio Doce

Características Gerais da Bacia do Rio Doce	
Área da bacia	86.854 km <sup>2</sup>
Extensão do curso principal	Aprox. 879 km
Nº de municípios	228
População na bacia	3.430.673
Principais atividades econômicas	Mineração; Siderurgia; Silvicultura e Agropecuária
Principais problemas relacionados à gestão dos recursos hídricos	Contaminação por esgotos domésticos; erosão e assoreamento

## 1.2. A Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba

A UGRHO2 - Piracicaba insere-se totalmente no Estado de Minas Gerais, ocupando uma área de 5.681 km<sup>2</sup>, conforme Figura 4. A UGRH é composta pela bacia do rio Piracicaba e por uma área incremental a jusante da foz deste rio. O rio Piracicaba é afluente da margem esquerda do rio Doce e estende-se por cerca de 241 km. A sua bacia hidrográfica ocupa uma área de 5.465,38 km<sup>2</sup>. A pequena área incremental a jusante da confluência do rio Piracicaba com o rio Doce, incluindo um trecho deste, tem uma superfície de 216,13 km<sup>2</sup>, sendo o principal curso d'água o ribeirão Ipanema.

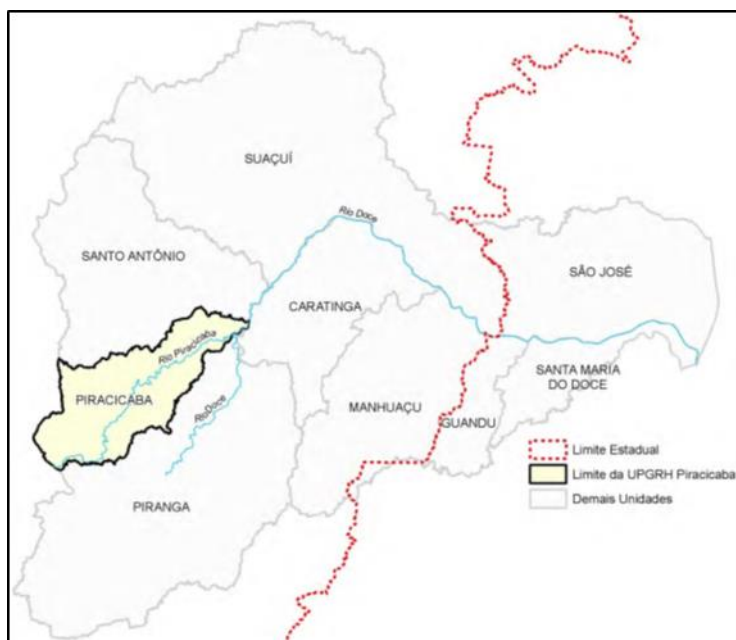


Figura 4 - Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba



Os municípios da bacia pertencem às mesorregiões Metropolitana de Belo Horizonte e Vale do Rio Doce e, com maior relevância, às microrregiões Itabira e Ipatinga, de acordo com a divisão do IBGE. As principais rodovias federais que dão acesso à UPGRH são a BR-120, que passa pelo município de Itabira, a BR-262, que passa nos municípios de Barão dos Cocais e Santa Bárbara, a BR-381, que passa pelos municípios de Rio Piracicaba, Bela Vista de Minas, Nova Era, Antônio Dias, Coronel Fabriciano e Ipatinga. Além disso, algumas rodovias estaduais como a MG-326, a MG-434, a MG123, a MG-232 e a MG 458 dão acesso aos municípios da região.

O rio Piracicaba é o principal curso d'água da região. Suas nascentes localizam-se no município de Ouro Preto, a 1.680m de altitude. O rio Piracicaba percorre 241 km até encontrar o rio Doce, na divisa dos municípios de Ipatinga e Timóteo. Ao longo deste percurso, passa por cidades como Rio Piracicaba, Nova Era, Antônio Dias e pela Região Metropolitana do Vale do Aço, formada por Coronel Fabriciano e Ipatinga, na margem esquerda e Timóteo, na margem direita. A bacia hidrográfica do rio Piracicaba é composta pelas sub-bacias do rio do Peixe e do rio Santa Bárbara, pela margem esquerda, e pela sub-bacia do rio da Prata, pela margem direita. O rio Santa Bárbara tem como afluentes principais os rios Conceição e Una. As cidades de Barão de Cocais, Santa Bárbara e São Gonçalo do Rio Abaixo localizam-se às margens do rio Santa Bárbara, e São Domingos do Prata é cortada pelo rio da Prata. Além dos rios mais significativos, ao longo do seu curso o rio Piracicaba recebe a descarga de quase uma centena de córregos e ribeirões, os quais compõem sua rede de drenagem.

A UPGRH envolve total ou parcialmente 21 municípios mineiros, os quais reúnem cerca de 733.361 habitantes, conforme contagem de população do IBGE para o ano de 2007. Destes 21 municípios, 17 possuem a sede dentro dos limites da UPGRH. Em termos populacionais (Quadro 8), destacam-se os municípios de Ipatinga, com 238.397 habitantes, seguido de Coronel Fabriciano, com 100.805 habitantes, Itabira, com 99.141 habitantes, Timóteo, com 76.058 habitantes e João Monlevade, com 71.658 habitantes. Destes municípios, três - Coronel Fabriciano, Ipatinga e Timóteo - junto com Santana do Paraíso, formam a "Região Metropolitana do Vale do Aço", de acordo com a denominação criada pela Lei Complementar número 51/98.

### **1.3. Plano Integrado de Recursos Hídricos – PIRH Doce**

O Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Doce – PIRH Doce, que representa o desejo manifesto de todos os envolvidos no processo participativo que foi empreendido de junho de 2008 ao final do ano de 2009, no sentido de consolidar o planejamento de ações voltadas ao enfrentamento dos principais problemas relacionados com os recursos hídricos na bacia do Rio Doce.



O PIRH Doce, nessa primeira versão, constitui o resultado do esforço de representantes dos dez (10) comitês atuantes na bacia hidrográfica do Rio Doce, bem como dos órgãos gestores de recursos hídricos, representados pela Agência Nacional de Águas – ANA, Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM, e Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – IEMA, do Espírito Santo, reunidos em um Grupo de Acompanhamento Técnico – GAT. Adiante, a relação dos comitês envolvidos na elaboração do PIRH Doce:

- CBH Doce;
- CBH do rio Piranga;
- CBH do rio Piracicaba;
- CBH do rio Santo Antônio;
- CBH do rio Suaçuí;
- CBH do rio Caratinga;
- CBH Águas do rio Manhuaçu;
- CBH do rio Santa Maria do Doce;
- CBH do rio Guandu; e
- CBH do rio São José.

A diretriz máxima que norteou o referido trabalho foi a constante na Lei nº 9.433/97, que institui a Política Nacional dos Recursos Hídricos, no tocante à participação pública e espírito democrático, e também a intensa e importante atuação dos comitês de bacias dos estados do Espírito Santo e Minas Gerais, além do próprio CBH Doce.

O PIRH Doce foi desenvolvido com o objetivo geral de produzir um instrumento capaz de orientar o CBH-Doce, os CBHs de bacias afluentes, os órgãos gestores dos recursos hídricos da bacia e demais componentes do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos com responsabilidade sobre a bacia do rio Doce, com vistas à gestão efetiva dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos da bacia, de modo a garantir o seu uso múltiplo, racional e sustentável em benefício das gerações presentes e futuras.

O Plano consubstancia ações integradas que visam instrumentalizar os CBHs de bacias afluentes e o CBH-Doce para o cumprimento de sua missão de articular os diversos atores sociais para garantir a oferta de água, em quantidade e qualidade, visando o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida na bacia hidrográfica do rio Doce. O PIRH Doce e os Planos de Ações de Recursos Hídricos das Bacias Afluentes – PARHs – tiveram ainda os seguintes objetivos específicos:

- Estruturar a base de dados da Bacia do Rio Doce relativa às características e à situação dos recursos hídricos e demais feições com implicações sobre as mesmas, com vistas a subsidiar a elaboração e implementação, após a elaboração do PIRH Doce, de um Sistema Integrado de Informações capaz de apoiar a gestão dos recursos hídricos da bacia.





- Definir as medidas necessárias para proteger, recuperar e promover a qualidade dos recursos hídricos com vistas à saúde humana, à vida aquática e à qualidade ambiental.
- Estabelecer metas de melhoria da qualidade das águas, de aumento da capacidade de produção de água e de uma justa distribuição da água disponível na bacia, acordadas por todos os atores da bacia.
- Fomentar o uso múltiplo, racional e sustentável dos recursos hídricos da bacia mediante avaliação e controle das disponibilidades e determinação das condições em que tem lugar o uso da água na bacia, em benefício das gerações presentes e futuras, levando em conta planos setoriais, regionais e locais em andamento ou com implantação prevista na Bacia.
- Integrar os planos, programas, projetos e demais estudos setoriais que envolvam a utilização dos recursos hídricos da bacia, incorporando-os ao PIRH e aos PARHs, dentro de suas possibilidades.
- Articular as ações municipais envolvendo o uso do solo com as diretrizes e intervenções relacionadas ao uso dos recursos hídricos.
- Conceber ações destinadas a atenuar as consequências de eventos hidrológicos extremos.
- Oferecer diretrizes para a implementação dos demais instrumentos de gestão dos recursos hídricos previstos em lei e contribuir para o fortalecimento do Sistema de gerenciamento de Recursos Hídricos pela articulação e participação de todas as demais instâncias da bacia ligadas à gestão dos recursos hídricos.
- Manter e ampliar a participação dos segmentos da sociedade no processo de construção e implementação do PRH-Doce, bem como nos programas e projetos dele derivados.
- Desenhar um arranjo institucional sustentável para a gestão dos recursos hídricos da bacia.
- Promover iniciativas destinadas ao desenvolvimento tecnológico e à capacitação de recursos humanos, à comunicação social e à educação ambiental em recursos hídricos na bacia.
- Com vistas ao atingimento dos objetivos anteriores, apontar respostas técnicas, institucionais e legais para os principais problemas diagnosticados/prognosticados na bacia e determinar um conjunto de intervenções estruturais e não estruturais, montadas na forma de programas e projetos, que possam ser realizadas dentro dos horizontes de planejamento adotados, identificando, para cada programa, os recursos necessários para sua realização, as fontes de onde os mesmos deverão proceder e o seu desenvolvimento no tempo.



A Consultora desenvolveu seus trabalhos com acompanhamento permanente do GAT, através de reuniões mensais de trabalho, acrescidas de 30 (trinta) reuniões públicas realizadas em diferentes localidades da bacia, quando se apresentaram os resultados das distintas etapas em que o trabalho se desenvolveu, quais sejam: Diagnóstico, Prognóstico e Programas do Plano Integrado.

Nas duas primeiras etapas foram elaborados o Diagnóstico da Bacia e o Prognóstico dos Recursos Hídricos no Horizonte do Plano, onde se avaliaram, respectivamente, a condição atual da qualidade da água e das disponibilidades hídricas, e a projeção destas condições, conforme distintos cenários, até o ano de 2030.

A etapa final constituiu-se na definição das metas sugeridas para a bacia, e na descrição dos programas, projetos e ações preconizadas, incluindo seus objetivos, justificativas, procedimentos, atores envolvidos e diversos outros elementos que os caracterizam, seguido da análise das condições e perspectivas de atendimentos das metas, a partir da efetiva implantação dos programas, incluindo a viabilidade financeira do Plano.

Nesta última etapa também foram desenvolvidos, entre outros, estudos relacionados a um arranjo institucional viável para a gestão dos recursos hídricos da bacia, bem como diretrizes para a aplicação dos instrumentos de gestão definidos na Lei nº 9.433/97, com destaque para o Enquadramento sugerido no âmbito do Plano, como meta de qualidade a ser alcançada.

O trabalho também contemplou o desenvolvimento de um Sistema de Informações Geográficas, denominado SIG-Plano, repositório de toda a informação coletada durante as distintas etapas de elaboração do Plano, bem como suporte de toda a representação cartográfica contida neste estudo.

#### **1.4. Plano de Ação de Recursos Hídricos da Unidade de Planejamento e Gestão - PARH**

O PARH é parte integrante do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – PIRH Doce, e considera os mesmos objetivos, metas básicas, horizonte de planejamento e a realidade desejada para a bacia do rio Doce. Para cada UGRH da bacia hidrográfica do rio Doce foi gerado um PARH específico caracterizando as peculiaridades de cada região da bacia do Rio Doce, assim como os programas prioritários de acordo com a realidade de cada Unidade de Gestão. Cada PARH é, desta maneira, um desdobramento do Plano Integrado de Recursos Hídricos, de acordo com as especificidades de cada unidade de planejamento. Os conteúdos e informações aqui apresentados são, portanto, transpostos do Relatório Final do PIRH Doce, devendo o mesmo ser adotado como



referência nas questões relativas aos procedimentos metodológicos utilizados e fontes de consulta específicas.

A estrutura dos PARHs segue, em linhas gerais, a mesma estrutura adotada no desenvolvimento do PIRH Doce, contemplando um diagnóstico situacional da unidade, com ênfase nas questões relativas aos recursos hídricos, e a descrição dos programas previstos para enfrentar as principais questões que comprometem a qualidade e disponibilidade da água e, por conseguinte, da qualidade de vida em cada UGRH. Neste documento estão apresentados:

- Diagnóstico Sumário da UGRH, contemplando as principais informações que caracterizam a Unidade de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos frente à bacia do Doce como um todo, com ênfase nas questões que demandam maior esforço de gestão. Este capítulo também apresenta um prognóstico tendencial, buscando caracterizar a situação dos recursos hídricos da UGRH no ano de 2030.
- O Comitê de Bacia da UGRH, descrevendo a atual estrutura, órgão normativo e deliberativo que tem por finalidade promover o gerenciamento de recursos hídricos na região, envolvendo, em um âmbito maior, a promoção do debate sobre as questões hídricas e o arbitramento dos conflitos relacionados com o uso da água e que, em última instância; irão aprovar e acompanhar a execução do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Doce, e o respectivo Plano de Ação.
- Os Objetivos e Metas projetados para a bacia, expressando a realidade possível para o horizonte do Plano, através de metas de planejamento e ações físicas, quantificadas e com prazos estipulados para a sua consecução.
- Intervenções Recomendadas e Investimentos Previstos, descrevendo o escopo geral das ações previstas e elencando as ações específicas para a bacia, incluindo, quando pertinente, as indicações de criticidade dos problemas identificados.
- Conclusões e Diretrizes Gerais para a Implementação do PARH, onde são discutidas e expostas as motivações e indicações das ações propostas, definindo-se as prioridades e os efeitos esperados para a bacia.

## **1.5. Contratos de Gestão**

O processo de cobrança pelo uso dos recursos hídricos na bacia do Rio Doce se iniciou em 2011 quando o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Doce e dos Comitês dos rios afluentes, no uso de suas atribuições definidas por lei e demais normas complementares, e considerando os compromissos firmados no âmbito do Pacto para a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do



Rio Doce, celebrado em 24 de março de 2010 entre os dez Comitês de Bacia Hidrográfica com atuação na Bacia Hidrográfica do Rio Doce, a ANA, IGAM, IEMA e Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, estabelecem os mecanismos e sugere os valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na Bacia Hidrográfica do rio Doce. As decisões estão registradas nas respectivas Deliberações, conforme Tabela 2.

Tabela 2 – Deliberações aprovando a cobrança pelo uso dos recursos hídricos

Comitê de Bacia Hidrográfica	Deliberação
CBH Doce	Deliberação CBH Doce nº 26, de 31 de março de 2011
CBH Piranga	Deliberação CBH Piranga nº 04, de 12 de abril de 2011
CBH Piracicaba	Deliberação CBH Piracicaba nº 15, de 14 de abril de 2011
CBH Santo Antônio	Deliberação CBH Sto. Antônio nº 08, de 13 de maio de 2011
CBH Suaçuí	Deliberação CBH Suaçuí nº 28, de 26 de abril de 2011
CBH Caratinga	Deliberação CBH Caratinga nº 09, de 13 de abril de 2011
CBH Manhuaçu	Deliberação CBH Manhuaçu nº 01, de 03 de agosto de 2011

Posteriormente, o CBH Doce e os Comitês mineiros aprovam o Edital Conjunto nº 01/2011 para seleção de Entidade Delegatária ou Equiparada para desempenhar funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

O CBH-Doce indicaria ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH a entidade que for selecionada com base nos procedimentos estabelecidos neste Edital, para receber a delegação de competência para o exercício de funções de agência de água da bacia hidrográfica do rio Doce nos termos do art. 51 da Lei 9.433/97.

Os Comitês estaduais de Minas Gerais atuantes na área de abrangência da bacia hidrográfica do rio Doce (CBH Piranga, CBH Piracicaba, CBH Santo Antônio, CBH Caratinga, CBH Águas do Rio Manhuaçu e CBH Suaçuí Grande) deveriam considerar, na indicação ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais – CERH/MG, a ENTIDADE selecionada com base nos procedimentos deste Edital, para que seja procedido o ato de equiparação à função de agência de água da bacia hidrográfica do rio Doce, em conformidade com o previsto no art. 37 da Lei 13.199/1999 (MG).

Os Comitês estaduais do Espírito Santo atuantes na área de abrangência da bacia hidrográfica do rio Doce (CBH Rio Guandu, CBH Rio São José, CBH Rio Santa Maria do Rio Doce) deveriam considerar, na indicação ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Espírito Santo – CERH/ES, a ENTIDADE selecionada com base nos procedimentos deste Edital – e após sua qualificação no Programa de Organizações Sociais do Estado do Espírito Santo, conforme Lei Complementar nº 489/2009 (ES) – para receber a delegação de competência para o exercício de funções de Agência de Água da bacia hidrográfica do rio Doce, em conformidade com o previsto nos artigos 45 e 46, parágrafo único, da Lei 5.818/1998 (ES).



Ainda em 2011 os Comitês Mineiros e o CBH Doce aprovam a indicação, ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH e Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais – CERH/MG, do Instituto BioAtlântica – IBIO para desempenhar, por prazo determinado no contrato de gestão, funções de Agência de Água na bacia hidrográfica do rio Doce como entidade delegatária/equiparada dessas funções, conforme Deliberações da Tabela 3. Na mesma data, é aprovada a minuta dos Contratos de Gestão, a serem celebrados entre o IBIO e ANA, e entre IBIO e IGAM para desempenhar funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

Tabela 3 - Deliberações aprovando a indicação do IBIO para funções de Agência de Água

Comitê de Bacia Hidrográfica	Deliberação
CBH Doce	Deliberação CBH Doce nº 30, de 24 de agosto de 2011
CBH Piranga	Deliberação CBH Piranga nº 06, de 25 de agosto de 2011
CBH Piracicaba	Deliberação CBH Piracicaba nº 17, de 23 de agosto de 2011
CBH Santo Antônio	Deliberação CBH Sto. Antônio nº 11, 02 de setembro de 2011
CBH Suaçuí	Deliberação CBH Suaçuí nº 30, de 30 de agosto de 2011
CBH Caratinga	Deliberação CBH Caratinga nº 10, de 31 de agosto de 2011
CBH Manhuaçu	Deliberação CBH Manhuaçu nº 02, 01 de setembro de 2011

Após aprovação dos Comitês, o tema foi discutido e a delegação/equiparação do Instituto BioAtlântica (IBIO - AGB Doce) foi aprovada pelo CNRH - Conselho Nacional de Recursos Hídricos, por meio da Resolução CNRH nº 130, de 20 de setembro de 2011 e pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais na Deliberação CERH/MG nº 295, de 16 de dezembro de 2011.

O Contrato de Gestão nº 072/ANA/2011 foi celebrado em 26 de outubro de 2011 entre a Agência Nacional de Águas - ANA e o Instituto BioAtlântica (IBIO - AGB Doce), Entidade Delegatária, com a anuência do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, para o exercício de funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, foi publicado no D.O.U em 04 de novembro de 2011.

O Contrato de Gestão nº 001/2011 entre Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM e o Instituto BioAtlântica (IBIO – AGB Doce), Entidade Equiparada, com a anuência dos Comitês da Bacia Hidrográfica do Rio Piranga – DO1, do Rio Piracicaba – DO2, do Rio Santo Antônio – DO3, do Rio Suaçuí – DO4, do Rio Caratinga – DO5, e águas do Rio Manhuaçu – DO6, para o exercício de funções de Agência de Água, foi celebrado em 21 de dezembro de 2011 e publicado no D.O.E.M.G em 10 de janeiro de 2012.

Com anuência dos Comitês Capixabas o Instituto BioAtlântica (IBIO – AGB Doce) ainda aguarda assinatura do Contrato de Gestão com o Instituto Estadual de Meio Ambiente- IEMA para o exercício de funções de Agência de Água na porção capixaba da bacia hidrográfica do Rio Doce.



## **1.6. Plano de Aplicação Plurianual – PAP Doce**

O Plano de Aplicação Plurianual, instrumento básico e harmonizado de orientação dos estudos, planos, projetos e ações a serem executados com recursos da cobrança pelo uso da água em toda a bacia hidrográfica do rio Doce, para o período de 2012 a 2015. O Plano de Aplicação Plurianual se pauta pelas seguintes premissas:

- Os estudos, planos, projetos e ações a serem executados devem estar em conformidade com os programas estabelecidos no Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – PIRH e Planos de Ações de Recursos Hídricos das Bacias Afluentes – PARHs, e com as metas definidas nos Contratos de Gestão firmados entre o IBIO – AGB Doce com a Agência Nacional de Águas – ANA e com o Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM e no Pacto para Gestão Integrada das Águas na Bacia Hidrográfica do Rio Doce – Pacto das Águas;
- As diretrizes devem ser harmonizadas para toda a bacia hidrográfica do rio Doce, de forma a otimizar a aplicação dos recursos da cobrança;
- Com vistas a qualificar e alavancar investimentos para toda a bacia hidrográfica do rio Doce, os recursos devem apoiar, preferencialmente, a elaboração de estudos e projetos, bem como ações de proteção, preservação, conservação e recuperação de mananciais, além de ações de capacitação, treinamento, mobilização social e educação ambiental com foco em recursos hídricos.

O objetivo que é, por meio do PAP, seja possível implementar as metas estabelecidas nos Contratos de Gestão e no Pacto das Águas e os programas e ações do PIRH/PARHs Doce considerados prioritários no período de 2012 a 2015. Além de proporcionar o aumento da disponibilidade de água; de reduzir os níveis de poluição hídrica na bacia e apoiar a adoção de medidas de proteção e preservação de nascentes e de práticas de conservação de água e solo e fomentar ações de prevenção e defesa a acidentes e eventos hidrológicos críticos.

Para fins de aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água, no período entre 2012 e 2015, foram priorizados programas do PIRH/PARHs Doce de hierarquia 1, 2 e 3, tendo em vista a relevância e a urgência na sua implementação. O PAP foi inicialmente aprovado pelo CBH Doce e pelos Comitês Estaduais de Minas Gerais em 2012 definindo valores a serem investidos em cada um dos programas do PIRH/PARH, conforme Deliberações da Tabela 4.



Tabela 4 - Deliberações que aprovaram o Plano de Aplicação Plurianual – PAP

Comitê de Bacia Hidrográfica	Deliberação
CBH Doce	Deliberação CBH Doce nº 32, de 26 de abril de 2012
CBH Piranga	Deliberação CBH Piranga nº 02, de 12 de abril de 2012
CBH Piracicaba	Deliberação CBH Piracicaba nº 22, de 11 de abril de 2012
CBH Santo Antônio	Deliberação CBH Sto. Antônio nº 14, de 13 de abril de 2012
CBH Suaçuí	Deliberação CBH Suaçuí nº 34, de 19 de abril de 2012
CBH Caratinga	Deliberação CBH Caratinga nº 12, de 17 de abril de 2012
CBH Manhuaçu	Deliberação CBH Manhuaçu nº 02, de 18 de abril de 2012

Porém, considerando a necessidade de adequar os desembolsos na bacia às estimativas mais recentes de arrecadação oriunda da cobrança pelo uso de recursos hídricos; considerando a necessidade de concentrar a aplicação dos recursos em um menor número de programas e ações; e considerando os resultados das discussões ocorridas no âmbito dos comitês da bacia durante os meses de abril a junho de 2014, os Comitês estaduais e federal decidem por readequar alguns item do documento, assim como os valores alocados para cada programa a cada ano restante dos Contratos de Gestão celebrados entre o IBIO – AGB Doce, a ANA e o IGAM. Na Tabela 5 abaixo estão descritas as Deliberações que aprovam as readequações do PAP. Na Tabela 6 estão demonstrados os valores alocados, referentes aos recursos arrecadados e repassados pela ANA, após readequação do PAP. Na Tabela 7 estão demonstrados os valores alocados, referentes aos recursos arrecadados e repassados pela IGAM, após readequação do PAP.

Tabela 5 – Deliberações que aprovaram readequação do Plano de Aplicação Plurianual - PAP

Comitê de Bacia Hidrográfica	Deliberação
CBH Doce	Deliberação CBH Doce nº 42, de 14 de agosto de 2014
CBH Piranga	Deliberação CBH Piranga nº 10, de 03 de junho de 2014
CBH Piracicaba	Deliberação CBH Piracicaba nº 27, de 04 de junho de 2014
CBH Santo Antônio	Deliberação CBH Sto. Antônio nº 20, de 22 de maio de 2014
CBH Suaçuí	Deliberação CBH Suaçuí nº 45, de 21 de maio de 2014
CBH Caratinga	Deliberação CBH Caratinga nº 03, de 11 de junho de 2014
CBH Manhuaçu	Deliberação CBH Manhuaçu nº 30, de 10 de junho de 2014



Relatório de Gestão do Exercício de 2015 – Contrato de Gestão 001/IGAM/2011

Tabela 6 – PAP da Bacia do Rio Doce com recursos arrecadados e repassados pela ANA

METAS, PROGRAMAS E AÇÕES PRIORIZADOS		ESPACIA- LIZAÇÃO	2012 (mil R\$)	2013 (mil R\$)	2014 (mil R\$)	2015 (mil R\$)	TOTAL (mil R\$)
1	Estudo de aprimoramento dos mecanismos de cobrança com base nos itens discriminados no indicador 3C do Contrato de Gestão	Toda a bacia	-	999	--	--	999
2	Pesquisa quadrienal junto aos usuários sobre o atendimento dos objetivos da cobrança na bacia do rio Doce conforme indicador 3D do Contrato de Gestão	Toda a bacia	--	--	--	200	200
3	Programa de Saneamento da Bacia (P11)	9 Bacias afluentes	-	18	-	-	18
4	Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura (P22)	UGRHs 4 a 9	--	308	1.560	940	2.808
5	<b>Programa de Convivência com as Cheias (P31)</b>						
	Levantamento de seções topográficas nas calhas dos principais rios da bacia para o modelo hidráulico de propagação de vazões.		-		500	500	1.000
	Aquisição de imagem satélite de alta resolução para definição da mancha de inundação nas áreas urbanas de cidades consideradas prioritárias.		-	241	-	-	241
	Definição da mancha de inundação da área rural, a partir de modelo digital de elevação – MDE, agregado ao mapa de uso e ocupação do solo.						
	Levantamento e consistência dos dados hidrometeorológicos, inclusive dos dados fluviométricos / Levantamento de informações complementares (intervenções estruturais de interesse) / Desenvolvimento de modelo hidrológico, incluindo calibração, simulação e análises / Desenvolvimento do modelo hidráulico, incluindo calibração, simulação e definição dos perfis da linha d'água e das manchas de inundação / Acoplamento dos dados de entrada dos modelos meteorológicos com o modelo hidrológico e deste com o modelo hidráulico. – Desenvolvimento da interface gráfica para operacionalização do modelo no sistema de alerta / Desenvolvimento do Sistema de Previsão e do Sistema de Intervenções Estruturais.	Toda a bacia	-	-	1750	1000	2.750
Concepção de um conjunto de intervenções não estruturais de controle de cheias.					250	250	
6	Programa de Universalização do Saneamento (P41):		-	67	1.850	5.930	7.847
7	Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)	9 Bacias afluentes	-	4	2.250	2.250	4.504
8	<b>Programa de Monitoramento e Acompanhamento da Implementação da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos (P61):</b>						
	Fortalecimento dos Comitês (P61.2)	Toda a bacia	495	1.115	2.340	1.100	5.050
	Sistema de informações (SIG GESTÃO) (P61.a)	Toda a bacia	-	-	150	350	500
9	Programa de Comunicação Social (P71)	Toda a bacia	-	156	500	500	1.156
10	Programa de Educação Ambiental (P72)	Toda a bacia	-	43	500	800	1.343
11	Programa de Treinamento e Capacitação (P73)	Toda a bacia	-	43	-	-	43
<b>Total Geral</b>			<b>495</b>	<b>2.994</b>	<b>11.400</b>	<b>13.820</b>	<b>28.709</b>





Relatório de Gestão do Exercício de 2015 – Contrato de Gestão 001/IGAM/2011

Tabela 7 – PAP da Bacia do Rio Doce com recursos arrecadados e repassados pela IGAM

METAS, PROGRAMAS E AÇÕES PRIORIZADOS		2012 (mil R\$)	2013 (mil R\$)	2014 (mil R\$)	2015 (mil R\$)	TOTAL (mil R\$)
<b>UGRH01 - Piranga</b>						
1	Programa de Saneamento da Bacia (P11)	-	1	-	650	<b>651</b>
2	Programa de Universalização do Saneamento (P41)	-	5	2.300	5.400	<b>7.705</b>
3	Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)	-	-	-	1.000	<b>1.000</b>
4	Fortalecimento dos Comitês (P61.2)	-	-	100	100	<b>200</b>
	Sistema de informações (SIG GESTÃO) (P61.a)	-	157	-	-	<b>157</b>
5	Programa de Comunicação Social (P71)	-	4	-	-	<b>4</b>
<b>Subtotal UGRH01 - Piranga</b>		-	<b>167</b>	<b>2.400</b>	<b>7.150</b>	<b>9.717</b>
<b>UGRH02 - Piracicaba</b>						
1	Programa de Saneamento da Bacia (P11)	-	47	1.500	4.500	<b>6.047</b>
2	Programa Produtor de Água (P24)	-	-	1.000	1.400	<b>2.400</b>
3	Programa de Universalização do Saneamento (P41)	-	164	5.500	4.000	<b>9.664</b>
4	Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)	-	1	1.000	5.000	<b>6.001</b>
5	Fortalecimento dos Comitês (P61.2)	-	-	100	100	<b>200</b>
	Sistema de informações (SIG GESTÃO) (P61.a)	-	412	-	-	<b>412</b>
6	Programa de Comunicação Social (P71)	-	3	-	-	<b>3</b>
7	Programa de Educação Ambiental (P72)	-	-	200	600	<b>800</b>
8	Programa de Treinamento e Capacitação (P73)	-	-	200	600	<b>800</b>
<b>Subtotal UGRH02 - Piracicaba</b>		-	<b>627</b>	<b>9.500</b>	<b>16.200</b>	<b>26.327</b>
<b>UGRH03 - Santo Antônio</b>						
1	Programa de Universalização do Saneamento (P41)	-	1	500	2.500	<b>3.001</b>
2	Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)	-	-	-	932	<b>932</b>
3	Fortalecimento dos Comitês (P61.2)	-	-	50	50	<b>100</b>
4	Programa de Comunicação Social (P71)	-	3	-	-	<b>3</b>
<b>Subtotal UGRH03 - Santo Antônio</b>		-	<b>4</b>	<b>550</b>	<b>3.482</b>	<b>4.036</b>
<b>UGRH04 - Suaçuí</b>						
1	Programa de Universalização do Saneamento (P41)	-	-	500	1.200	<b>1.700</b>
2	Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)	-	0,5	-	-	<b>1</b>
3	Fortalecimento dos Comitês (P61.2)	-	-	50	50	<b>100</b>
4	Programa de Comunicação Social (P71)	-	3,5	-	-	<b>4</b>
<b>Subtotal UGRH04 - Suaçuí</b>		-	<b>4</b>	<b>550</b>	<b>1.250</b>	<b>1.804</b>
<b>UGRH05 - Caratinga</b>						
1	Programa de Universalização do Saneamento (P41)	-	-	500	1.500	<b>2.000</b>
2	Fortalecimento dos Comitês (P61.2)	-	-	50	50	<b>100</b>
3	Programa de Comunicação Social (P71)	-	3	-	-	<b>3</b>
<b>Subtotal UGRH05 - Caratinga</b>		-	<b>3</b>	<b>550</b>	<b>1.550</b>	<b>2.103</b>
<b>UGRH06 - Manhuaçu</b>						
1	Programa de Universalização do Saneamento (P41)	-	1	500	1.500	<b>2.001</b>
2	Fortalecimento dos Comitês (P61.2)	-	-	50	50	<b>100</b>
3	Programa de Comunicação Social (P71)	-	3	-	-	<b>3</b>
<b>Subtotal UGRH06 - Manhuaçu</b>		-	<b>4</b>	<b>550</b>	<b>1.550</b>	<b>2.104</b>
<b>Total Geral</b>		-	<b>809</b>	<b>14.100</b>	<b>31.182</b>	<b>46.091</b>



## 2. DADOS GERAIS DE IDENTIFICAÇÃO

### 2.1. Identificação Institucional

#### NOME DA INSTITUIÇÃO

Instituto BioAtlântica (IBIO - AGB Doce), Entidade Equiparada às Funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica dos Rios Afluentes Mineiros do Rio Doce.

#### CNPJ

05.112.703/0001-25 (IBIO Institucional)

05.112.703/0002-06 (IBIO – AGB Doce)

#### NATUREZA JURÍDICA

Instituto BioAtlântica (IBIO - AGB Doce), Entidade Equiparada de funções de agência de água, associação civil, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, fundado em 19 de fevereiro de 2002, com duração por tempo indeterminado, regendo-se pelas Legislações Federais, Estaduais e demais deliberações dos comitês de bacia hidrográfica para os quais atua como Entidade Delegatária ou Equiparada.

#### VINCULAÇÃO

Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM (Contrato de Gestão N° 001/2011, publicado no DOE-MG em 10/01/2012).

#### ENDEREÇO

Rua Afonso Pena, 2.590, Centro, Governador Valadares – MG, CEP 35010-000.



#### **NORMA DE CRIAÇÃO E FINALIDADE.**

Estatuto Social - Data: 22/06/2007

Estatuto Social – Alterado em 14/10/2011

#### **ENDEREÇO DA PÁGINA INSTITUCIONAL NA INTERNET**

<http://www.ibioagbdoce.org.br/>

E-mail: [ibioagbdoce@ibio.org.br](mailto:ibioagbdoce@ibio.org.br)

## **2.2. Identificação do Contrato de Gestão**

**Instrumento Legal:** Contrato de Gestão 001/IGAM/2011, celebrado entre o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) e o Instituto BioAtlântica com a anuência dos Comitês de Bacia Hidrográfica do Rio Piranga – UGRH01, do Rio Piracicaba – UGRH02, do Rio Santo Antônio UGRH03, do Rio Suaçuí – UGRH04, do Rio Caratinga UGRH05 e Águas do Rio Manhuaçu – UGRH06.

#### **Dotação Orçamentária:**

I - 2241.18.544.011.1016.0001.33.50.41.61.1.1

II - 2241.18.544.001.1016.0001.44.50.41.61.1.1

#### **Fundamentação Legal:**

Lei Estadual nº 13.199, de 29 de Janeiro de 1999;

Decreto Estadual nº 41.578, de 08 de Março de 2001;

Decreto Estadual nº 44.046, de 13 de Junho de 2005;

Deliberação Normativa CERH-MG nº 23, de 15 de Setembro de 2008.



### 2.3. Descrição dos Objetivos e Metas Institucionais Pactuados no Contrato de Gestão

O Programa de Trabalho compreende um conjunto de metas a serem alcançadas, cujos resultados são mensurados por meio de indicadores de desempenho.

Na Tabela 8 é apresentado o Programa de Trabalho do Contrato de Gestão com a Entidade Delegatária para o exercício das funções de Agência de Água na Bacia Hidrográfica do Rio Doce, com seus indicadores e respectivos critérios de avaliação.

Tabela 8 - Programa de Trabalho com indicadores e critérios de avaliação

INDICADORES		CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
1	DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES	1A. Conteúdo disponibilizado e atualizado na página eletrônica do CBH.
2	PLANEJAMENTO E GESTÃO	2A. Plano de Aplicação 2012-2015.
		2B. Implementação do Plano de Ação de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica – PARH.
3	COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS	3A. Índice de desembolso sobre o valor anual repassado pelo IGAM (%).
		3B. Índice de desembolso sobre o valor acumulado repassado pelo IGAM (%).
		3C. Estudos de aprimoramento dos mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Doce.
		3D. Avaliação, pelos usuários de água, da cobrança pelo uso de recursos hídricos
4	OPERACIONALIZAÇÃO DA COBRANÇA	4A. Atendimento ao Usuário em Cobrança.
		4B. Complementação e atualização do Cadastro de Usuários.
5	RECONHECIMENTO SOCIAL	5A. Avaliação da Entidade Equiparada pelo CBH.
		5B. Avaliação do CBH pelo CERH-MG.



## 2.4. Glossários sobre os Critérios de Avaliação

Na Tabela 9 são apresentadas as descrições dos critérios de avaliação de cada indicador.

Tabela 9- Descrição dos critérios de avaliação

INDICADOR 1 - DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES		
CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO	DETALHAMENTO	
1A	CONTEÚDO DISPONIBILIZADO E ATUALIZADO NA PÁGINA ELETRÔNICA DO CÔMITE DE BACIA HIDROGRÁFICA	CBHs: decretos de criação, regimentos internos e alterações, composição, deliberações, moções, atas das reuniões.
		Entidade Equiparada: Deliberação CERH de Equiparação, estatuto e alterações, associados.
		Legislação de Recursos Hídricos: Leis e decretos relativos à recursos hídricos no âmbito federal e Estados de Minas Gerais e Espírito Santo; Portarias do IGAM e IEMA, resoluções da ANA e Resolução do CNRH e CERH-MG e CERH-ES que tenham pertinência com as atividades definidas no PARH, contrato de gestão, cadastro e cobrança.
		Centro de Documentação: Estudos, projetos, relatórios e demais documentos técnicos produzidos sobre a Bacia Hidrográfica, incluindo o Plano Integrado de Recursos Hídricos - PIRH e PARHs Doce, em vigência.
		Plano de Aplicação: relatórios anuais de acompanhamento das ações executadas na UPGRH.
		Cadastro de Usuários: relação dos usuários da bacia em cobrança pelo IGAM, ANA ou IEMA, no exercício corrente, contendo nome, município, UF, finalidade de uso, vazões e valor cobrado.
		Cobrança e Arrecadação: valores cobrados, arrecadados e transferidos à Entidade Equiparada e rendimentos financeiros anuais.
		Contrato de Gestão: contrato e seus aditivos, Relatórios de Gestão, Relatórios de Avaliação e prestações de contas apresentadas.
		INDICADOR 2 - PLANEJAMENTO E GESTÃO
2A	PLANO DE APLICAÇÃO PLURIANUAL	<p>Para o exercício de 2012:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Elaboração do Plano de Aplicação Plurianual 2012-2015, contendo: Programas e subprogramas do PARH priorizados no período, com alcance de metas para 2015, contendo os tipos de ações possíveis de serem financiadas; Estimativa da disponibilidade de recursos financeiros para aplicação em cada programa/subprograma discriminado por fonte: cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio da União e Estados, contrapartida dos usuários, orçamentos públicos(federal, estadual ou municipal); e Critérios para hierarquização das demandas de ações e projetos.</li> </ol> <p>Para os demais exercícios:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Atualização e revisão anual do Plano de Aplicação;</li> <li>2. Relatório anual de mapeamento de fontes de recursos disponíveis: identificação dos recursos que podem ser acessados para aplicação na Bacia Hidrográfica, em conformidade com o PARH, de forma a se avaliar os investimentos em andamento</li> </ol>



Relatório de Gestão do Exercício de 2015 – Contrato de Gestão 001/IGAM/2011

		<p>e dimensionar os principais avanços e gargalos para a concretização do Plano de Aplicação.</p> <p>3. Relatório anual de acompanhamento das ações executadas com os recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica, descrevendo por ação:</p> <p>Identificação do programa/subprograma do PARH em que a ação se enquadra;  Objeto e valor da ação;  Modalidade de aplicação: direta, indireta (contrato de repasse – não reembolsável) e financiamento (reembolsável);  No caso de execução indireta, o tomador dos recursos e, no caso de financiamento, o mutuário;  Código da ação no Plano de Aplicação;  Prazos previstos x prazos realizados: contratação (assinatura do contrato de repasse); realização da licitação (quando houver); início das atividades e entrega do produto;  Prazos médios de execução: andamento dos cronogramas físicos-financeiros; e, Identificação dos principais atrasos e justificativas.</p>
<b>2B</b>	IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA HIDROGRÁFICA - PARHS	<p>Relatório de avaliação da execução das ações previstas no PARH (com recursos da cobrança pelos usos de recursos hídricos e outras fontes), descrevendo o cumprimento do cronograma definido no PARH (cronograma de investimentos), contendo principalmente:</p> <p>As providências adotadas pela Entidade Equiparada para a execução das ações previstas no PARH (inclusive articulação com outros entes do SINGREH):  Identificação do programa/subprograma do PARH executados (descrevendo objeto e valor da ação) e deficiências encontradas;  Identificação do programa/subprograma do PARH executados com recursos de outras fontes (descrevendo objeto e valor da ação) e deficiências encontradas;  Recomendação de ações com vista a aceleração da implementação do PARH.</p>
<b>INDICADOR 3 - COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS</b>		
<b>A</b>	ÍNDICE DE DESEMBOLSO SOBRE O VALOR ANUAL REPASSADO PELO IGAM (%)	<p>Proporção (%) entre o valor desembolsado anual neste Contrato (desde o primeiro mês do repasse até o mês de apuração), e o valor anual repassado pelo IGAM.</p> <p>Fórmula de cálculo  <math>ID (%) = (VD / VR) * 100</math></p> <p>Sendo:  ID = Índice de Desembolso Anual até o limite de 100%;  VD = valor desembolsado, em reais por ano;  VR = valor repassado, em reais por ano.</p>
<b>3B</b>	ÍNDICE DE DESEMBOLSO SOBRE O VALOR ACUMULADO REPASSADO PELO IGAM (%)	<p>Proporção (%) entre o valor desembolsado acumulado neste Contrato (desde o primeiro repasse até o mês de apuração), e o valor acumulado repassado pelo IGAM.</p> <p>Fórmula de cálculo  <math>IDA (%) = (VDa / VRa) * 100</math></p> <p>Sendo:  IDA = Índice de Desembolso Acumulado;  VDa = valor desembolsado acumulado, em reais;</p>



Relatório de Gestão do Exercício de 2015 – Contrato de Gestão 001/IGAM/2011

		VRa = valor repassado acumulado, em reais.
3C	ESTUDOS DE APRIMORAMENTO DOS MECANISMOS DE COBRANÇA	<p>Elaboração de estudos de aprimoramento dos mecanismos de cobrança em vigor na Bacia Hidrográfica, com o objetivo de subsidiar:</p> <p>A cobrança pelo lançamento com inserção de novos parâmetros, além da DBO, pelo consumo de água difuso e pela poluição difusa;</p> <p>O aperfeiçoamento do Kt, com reconhecimento das boas práticas de uso e conservação das águas;</p> <p>A avaliação dos reais impactos das transposições na Bacia Hidrográfica do Rio Doce, em especial comparativamente aos demais usos visando à revisão futura do PPUtransp;</p> <p>A implementação de mecanismos que possam universalizar o acesso aos recursos financeiros para todos os segmentos partícipes, não só o setor público;</p> <p>A implementação de mecanismos de financiamento com recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica, com retorno financeiro;</p> <p>A instituição de Mecanismo Diferenciado de Pagamento dos valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos com o intuito de incentivar ações de melhoria da qualidade, da quantidade de água e do regime fluvial, que resultem em sustentabilidade ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, conforme § 2º do art. 7º da Resolução CNRH nº 48, de 21 de março de 2005;</p> <p>A avaliação do impacto dos valores da cobrança para os prestadores de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, de forma a subsidiar a proposição de limites de cobrança relacionados ao orçamento do exercício.</p>
3D	AVALIAÇÃO DA COBRANÇA PELOS USUÁRIOS	Aplicação de pesquisa quadrienal sobre o atendimento dos objetivos da cobrança pelo uso de recursos hídricos, a ser feita junto aos usuários em cobrança, e apresentação de relatório de avaliação dos resultados.
<b>INDICADOR 4 – OPERACIONALIZAÇÃO DA COBRANÇA</b>		
4A	ATENDIMENTO AO USUÁRIO EM COBRANÇA	Fornecimento do serviço de atendimentos aos usuários em cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica, com conhecimento técnico suficiente para sanar eventuais dúvidas e orientar os usuários no acesso e preenchimento do CNARH, no período de segunda à sexta-feira das 08h00 às 18h00 (exceto feriados). Deverá ser fornecido também serviço de atualização dos dados cadastrais de usuários com problemas de endereço.
4B	ATUALIZAÇÃO DO CNARH COM A INSERÇÃO DAS NOVAS PORTARIAS DE OUTORGA DA UPGRH	Inserção, atualização e complementação dos dados dos usuários de recursos hídricos outorgados no CNARH, conforme normas e procedimentos estabelecidos pelo IGAM.
<b>INDICADOR 5 – RECONHECIMENTO SOCIAL</b>		
5A	RECONHECIMENTO SOCIAL	<p>Aplicação de pesquisa anual sobre o desempenho da Entidade Delegatária no exercício de suas atribuições, aplicada junto aos CBHs, conforme metodologia a ser definida pela IGAM em conjunto com ANA, IEMA tendo foco no:</p> <p>Cumprimento do contrato de gestão;</p> <p>Ações tomadas com vistas à implementação do PARH (com Subsídio do “Relatório de avaliação da execução das ações previstas no PARH”); e,</p> <p>Atuação como Secretaria executiva do CBH.</p>
5B	DESEMPENHO DO CBH DE ACORDO COM RESOLUÇÃO ESPECÍFICA DO CERH-MG.	Nota de desempenho do Comitê junto ao CERH-MG de acordo com os critérios estabelecidos pela DN xx.



## 2.5. Comprometimento de Metas

Apresenta-se a seguir o detalhamento dos indicadores das metas pactuadas e os procedimentos de apuração de resultados.

### INDICADOR 1 - DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Nas Tabela 10 e

Tabela 11 são apresentados, respectivamente, os pesos relativos, as metas e as fórmulas para o cálculo das notas do Indicador 1.

Tabela 10 – Pesos e metas do Indicador 1

AVALIAÇÃO		1A	NOTA FINAL (NF)
		PESO	
		1	
2015	META	8	
	RESULTADO		
	NOTA (NP)		

Tabela 11 – Procedimentos de apuração de resultados do indicador 1

FÓRMULA DE CÁLCULO DAS NOTAS
Para o indicador 1A, será atribuído um ponto para cada um dos oito itens descritos no detalhamento. *Para o exercício de 2013 serão avaliados todos os itens constantes no detalhamento.
$NP = 10 * \text{resultado} / \text{meta}$ $0 \leq NP \leq 10$
$NF = \sum (NP * \text{PESO}) / \sum (\text{PESOS})$

### INDICADOR 2- PLANEJAMENTO E GESTÃO

Nas Tabela 12 e Tabela 13 são apresentados, respectivamente, os pesos relativos, as metas e as fórmulas para o cálculo das notas do Indicador 2.

Tabela 12 – Pesos e Metas do Indicador 2

AVALIAÇÃO		2A	2B	NOTA FINAL (NF)
		PESO		
		5	5	
2015	META	2	1	
	RESULTADO			
	NOTA (NP)			





Tabela 13 – Procedimentos de apuração de resultados do indicador 2

<b>FÓRMULA DE CÁLCULO DAS NOTAS</b>
Para o indicador 2A, será atribuído 1 (um) ponto para cada um dos relatórios discriminados no detalhamento do indicador. Para o indicador 2B, será atribuído 1 (um) ponto para elaboração do relatório de avaliação da execução das ações previstas no PIRH-Doce, desde atendidos os requisitos mínimos estabelecidos no detalhamento do indicador.
$NP = 10 * \text{resultado} / \text{meta}$ $0 \leq NP \leq 10$
$NF = \sum (NP * \text{PESO}) / \sum (\text{PESOS})$

### INDICADOR 3 - COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS

Nas Tabela 14 e Tabela 15 são apresentados, respectivamente, os pesos relativos, as metas e as fórmulas para o cálculo das notas do Indicador 3.

Tabela 14 - Pesos e Metas do Indicador 3

AVALIAÇÃO		3A	3B	3D	NOTA FINAL (NF)
		PESO			
		4	4	1	
2015	META	50	25	1	
	RESULTADO				
	NOTA (NP)				

Tabela 15 - Procedimentos de apuração de resultados do indicador 3

<b>FÓRMULA DE CÁLCULO DAS NOTAS</b>
Para o indicador 3A, o resultado será equivalente ao Índice de Desembolso Anual – ID, conforme detalhamento do indicador. Para o indicador 3B o resultado será equivalente ao Índice de Desembolso Acumulado – IDA, conforme detalhamento do indicador. Para o indicador 3C será atribuído um ponto para cada item disponibilizado da relação de itens constantes do detalhamento do indicador.
$NP = 10 * \text{resultado} / \text{meta}$ $0 \leq NP \leq 10$
$NF = \sum (NP * \text{PESO}) / \sum (\text{PESOS})$

### INDICADOR 4 – OPERACIONALIZAÇÃO DA COBRANÇA

Nas Tabela 16 e Tabela 17 são apresentados, respectivamente, os pesos relativos, as metas e as fórmulas para o cálculo das notas do Indicador 4.



Tabela 16 - Pesos e Metas do Indicador 3

AVALIAÇÃO		4A	4B	NOTA FINAL (NF)
		PESO		
		5	8	
2015	META	12	100	
	RESULTADO			
	NOTA (NP)			

Tabela 17 - Procedimentos de apuração de resultados do Indicador 4

FÓRMULA DE CÁLCULO DAS NOTAS
Para o indicador 4A, será atribuído 1 (um) ponto para cada mês de funcionamento da Central de Atendimento ao Usuário.
$NP = 10 * \text{resultado} / \text{meta}$ $0 \leq NP \leq 10$
$NF = \frac{\sum (NP * PESO)}{\sum (PESOS)}$

#### INDICADOR 5 – RECONHECIMENTO SOCIAL

Nas Tabela 18 e Tabela 19 são apresentados, respectivamente, os pesos relativos, as metas e as fórmulas para o cálculo das notas do Indicador 4.

Tabela 18 - Pesos e Metas do Indicador 5

AVALIAÇÃO		5A	5B	NOTA FINAL (NF)
		PESO		
		6	4	
2015	META	10	100	
	RESULTADO			
	NOTA (NP)			

Tabela 19 - Procedimentos de apuração de resultados do indicador 5

FÓRMULA DE CÁLCULO DAS NOTAS
Para o indicador 5A o resultado será equivalente à média aritmética das avaliações respondidas pelos membros do comitê, podendo a nota de cada avaliação variar de 0 (zero) a 10 (dez).
$NP = 10 * \text{resultado} / \text{meta}$ $0 \leq NP \leq 10$
$NF = \frac{\sum (NP * PESO)}{\sum (PESOS)}$



### 3. INDICADOR 1 - DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES.

#### 3.1. Meta 1A - Conteúdo disponibilizado e atualizado na página eletrônica do CBH-Piracicaba.

O site do CBH-Piracicaba permanece no ar no mesmo endereço informado no Relatório de Gestão referente ao exercício de 2013 no link <http://www.cbhpiracicabamg.org.br>. Seguem abaixo informações sobre a publicação dos conteúdos disponibilizados nas páginas eletrônicas do Comitê.

**ITEM 1 - CBHs:** decreto de criação, regimento interno e alterações, composição, deliberações, moções, atas das reuniões.

**Resultado:** Disponibilizadas as informações atualizadas do Comitê, conforme descrição e links indicados abaixo.

- O Decreto de criação:

**Link:** <http://www.cbhpiracicabamg.org.br/categoria/institucional/decreto-criacao>

- Regimento Interno e as alterações:

**Link:** <http://www.cbhpiracicabamg.org.br/categoria/institucional/regimentos-internos>

- Composição

**Link:** <http://www.cbhpiracicabamg.org.br/membros-e-titulares>

- Deliberações

**Link:** <http://www.cbhpiracicabamg.org.br/institucional/deliberacao-cerh/deliberacoes-do-comite>

- Moções

**Link:** <http://www.cbhpiracicabamg.org.br/geral/mocoos>

- Atas das reuniões

**Link:** <http://www.cbhpiracicabamg.org.br/institucional/atas-reunioes/atas-de-reunioes-1>



**ITEM 2 - Entidade Equiparada:** Deliberação CERH de Equiparação, estatuto e alterações, associados.

**Resultado:** Disponibilizadas as informações atualizadas da Entidade Equiparada, conforme links abaixo:

- Deliberação CERH de Equiparação

**Link:** <http://www.cbhpiracicabamg.org.br/categoria/agencia-de-agua/deliberacao-do-cerh-de-equiparacao>

- O Estatuto do Instituto BioAtlântica (IBIO - AGB Doce) e suas alterações:

**Link:** <http://www.cbhpiracicabamg.org.br/estatuto>

- Os Associados do Instituto BioAtlântica (IBIO - AGB-Doce):

**Link:** <http://www.cbhpiracicabamg.org.br/agencia-de-aguas/associados/>

**ITEM 3 - Legislação de Recursos Hídricos:** leis e decretos relativos a recursos hídricos no âmbito federal e dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo; portarias do IGAM e IEMA; resoluções da ANA, do CNRH, do CERH-MG e CERH-ES que tenham pertinência com as atividades definidas no PIRH-Doce, contrato de gestão, cadastro e cobrança.

**Resultado:** Disponibilizadas as informações atualizadas sobre a Legislação de Recursos Hídricos.

- A Legislação Federal

**Link:** <http://www.cbhpiracicabamg.org.br/institucional/legislacao-de-recursos-hidricos/legislacao-de-recursos-hidricos-23-2>

- A Legislação de Minas Gerais

**Link:** <http://www.cbhpiracicabamg.org.br/institucional/legislacao-de-recursos-hidricos/legislacao-de-recursos-hidricos-2-2>

- A Legislação do Espírito Santo

**Link:** <http://www.cbhpiracicabamg.org.br/institucional/legislacao-de-recursos-hidricos/legislacao-de-recursos-hidricos-1-2>



**ITEM 4 – Centro de Documentação:** estudos, projetos, relatórios e demais documentos técnicos produzidos sobre a Bacia Hidrográfica do Rio Doce, incluindo o Plano Integrado de Recursos Hídricos – PIRH–Doce, em vigência.

**Resultado:** Disponibilizado no site do Comitê uma aba denominada “Centro de Documentação”, contendo documentos técnicos sobre a Bacia.

- Centro de Documentação

**Link:** <http://www.cbhpiracicabamg.org.br/categoria/institucional/centro-documentacao>

**ITEM 5 – Plano de Aplicação:** relatório anual de acompanhamento das ações executadas:

**Resultado:** Disponibilizadas as informações atualizadas sobre as atividades referentes ao Plano de Aplicação Plurianual.

- Plano de Aplicação Plurianual da Bacia Hidrográfica do rio Doce – PAP 2012/2015:

**Link:** <http://www.cbhpiracicabamg.org.br/categoria/plano-de-aplicacao-plurianual>

**ITEM 6 – Cadastro de Usuários:** relação dos usuários da Bacia do Rio Doce em cobrança pela ANA, IGAM ou IEMA, no exercício corrente, contendo nome, município, UF, finalidade de uso, vazões e valor cobrado.

**Resultado:** Disponibilizadas as informações atualizadas sobre o Cadastro de Usuários.

- Cadastro de Usuários em cobrança pela ANA:

**Link:** <http://www.cbhpiracicabamg.org.br/agencia-de-aguas/cadastro-de-usuarios>

- Cadastro de Usuários em cobrança pelo IGAM:

**Link:** <http://www.cbhpiracicabamg.org.br/agencia-de-aguas/cadastro-de-usuarios>

**ITEM 7 – Cobrança e Arrecadação:** valores cobrados, arrecadados e transferidos à Entidade Delegatária e rendimentos financeiros anuais.

**Resultado:** Disponibilizadas as informações atualizadas sobre a Cobrança e a Arrecadação.

- Cobrança e Arrecadação pela ANA e IGAM

**Link:** <http://www.cbhpiracicabamg.org.br/agencia-de-aguas/cobranca-e-arrecadacao>



**ITEM 8 - Contrato de Gestão:** contrato e seus aditivos, Relatórios de Gestão, Relatórios de Avaliação e prestações de contas apresentadas.

**Resultado:** Disponibilizadas as informações atualizadas sobre o Contrato de Gestão.

- Contratos de Gestão

**Link:** <http://www.cbhpiracicabamg.org.br/institucional/contrato-de-gestao/contratos>

- Relatórios de Gestão

**Link:** <http://www.cbhpiracicabamg.org.br/institucional/contrato-de-gestao/relatorio-de-gestao>

- Relatórios de Avaliação

**Link:** <http://www.cbhpiracicabamg.org.br/institucional/contrato-de-gestao/relatorio-de-avaliacao>

- Prestações de Contas

**Link:** <http://www.cbhpiracicabamg.org.br/institucional/contrato-de-gestao/prestacao-de-contas-2>



## 4. INDICADOR 2 – PLANEJAMENTO E GESTÃO

### 4.1. Meta 2A.1 – Relatório anual de mapeamento de fontes de recursos disponíveis

Neste relatório são apresentadas todas as informações levantadas durante o ano de 2015 sobre as fontes de recursos financeiros disponíveis para serem acessadas com o objetivo de promover a recuperação ambiental da bacia hidrográfica do Rio Doce.

Pelo volume de informações e para melhor estruturar o relatório em questão, decidimos apresentá-lo como um documento em anexo disponibilizado no **Anexo I**.

**Resultado:** Relatório devidamente gerado com especificações definidas no Contrato de Gestão.

### 4.2. Meta 2A.2 – Relatório anual de acompanhamento das ações

Neste relatório foram apresentadas as ações executadas pelo IBIO – AGB Doce na modalidade de execução indireta em que houve contratação de pessoas físicas ou jurídicas para realização das ações com recursos dos 92,5% da cobrança pelo uso de recursos hídricos.

Pelo volume de informações e para melhor estruturar o relatório em questão, decidimos apresentá-lo como um documento em anexo disponibilizado no **Anexo II**.

**Resultado:** Relatório devidamente gerado com especificações definidas no Contrato de Gestão.

### 4.3. Meta 2B – Relatório de Avaliação da execução das ações previstas no PARH

Neste relatório foram apresentadas as providências adotadas pelo IBIO – AGB Doce que envolvem sua estrutura administrativa, corpo técnico e mobilização utilizando 7,5% dos recursos federais e estaduais oriundos da cobrança pelo uso de recursos hídricos. A utilização dos recursos estaduais se deve pelo fato de possuímos corpo técnico único para execução dos programas previstos no Plano



de Aplicação Plurianual e parte deste corpo técnico foi contratado com os recursos federais e parte com recursos estaduais.

As providências adotadas pelo IBIO – AGB Doce que serão descritas a seguir estão separadas por Programa e Subprograma do PARH. As recomendações de ações com vista na aceleração da implementação do PARH serão apresentadas para todos os programas e subprogramas em um único tópico. Consideramos ser a melhor forma de apresentar as recomendações uma vez que a maioria delas visam acelerar a implementação do PARH como um todo e não um programa ou subprograma específico. Pelo volume de informações e para melhor estruturar o relatório em questão, decidimos apresentá-lo como um documento em anexo disponibilizado no **Anexo III**.

**Resultado:** Relatório devidamente gerado com especificações definidas no Contrato de Gestão.





## 5. INDICADOR 3 – COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS

### 5.1. Meta 3A - Índice de desembolso sobre o valor anual repassado

Tabela 20 – Índice de Desembolso para o exercício de 2015

Repasses, rendimentos de aplicação financeira e desembolso							
*INDICADOR 3 COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS	(3A) Índice de Desembolso Anual	PERÍODO	REPASSE	RENDIMENTO	REPASSE + RENDIMENTO	DESEMBOLSO	Índice de Desembolso Anual
		2012	1.023.217,37	18.228,97	1.041.446,34	123.614,19	11,87%
		2013	10.081.205,94	179.110,23	10.260.316,17	1.076.219,73	10,49%
		2014	5.728.874,12	781.455,55	6.510.329,68	2.335.125,12	35,87%
		2015	8.302.901,58	1.176.258,68	9.479.160,26	3.685.970,04	38,88%
		<b>TOTAL</b>	<b>25.136.199,02</b>	<b>2.155.053,43</b>	<b>27.291.252,45</b>	<b>7.220.929,07</b>	

Tabela 21 – Índice de Desempenho para o exercício de 2015

Quadro de Desempenho da Agência em Relação a Meta Contratual (%)			
PERÍODO	Meta do Contrato	Índice de Desembolso Anual	Desempenho Anual
2012	10,00%	11,87%	118,69%
2013	20,00%	10,49%	52,45%
2014	35,00%	35,87%	102,48%
2015	50,00%	38,88%	77,77%

**Resultado:** Para o ano de 2015, a meta de desembolso prevista no Contrato de Gestão era de 50% do valor total repassado. Conforme dados apresentados nas Tabela 20 e Tabela 21 acima, o IBIO – AGB Doce alcançou 38,88% de desembolso.



## 5.2. Meta 3B – Índice de Desembolso sobre o valor acumulado repassado

Tabela 22 – Índice de Desembolso Acumulado

Repasses, rendimentos de aplicação financeira e desembolso							
*INDICADOR 3 COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS	(3A) Índice de Desembolso Anual	PERÍODO (ano)	REPASSE	RENDIMENTO	REPASSE + RENDIMENTO	DESEMBOLSO	Índice de Desembolso Acumulado
		2012	1.023.217,37	18.228,97	1.041.446,34	123.614,19	11,87%
		2013	10.081.205,94	179.110,23	10.260.316,17	1.076.219,73	10,62%
		2014	5.728.874,12	781.455,55	6.510.329,68	2.335.125,12	20,34%
		2015	8.302.901,58	1.176.258,68	9.479.160,26	3.685.970,04	26,46%
		<b>TOTAL</b>	<b>25.136.199,02</b>	<b>2.155.053,43</b>	<b>27.291.252,45</b>	<b>7.220.929,07</b>	
		<b>Saldo</b>	<b>20.070.323,38</b>				

Tabela 23 – Índice de Desembolso Acumulado

Quadro de Desempenho da Agência em Relação a Meta Contratual (%)			
PERÍODO (ano)	Meta do Contrato	Índice de Desembolso Acumulado	Desempenho Acumulado
2012		11,87%	
2013	15,00%	10,62%	70,78%
2014	20,00%	20,34%	101,71%
2015	25,00%	26,46%	105,84%

**Resultado:** Para o ano de 2015, a meta de desembolso acumulado prevista no Contrato de Gestão era de 25% do valor total repassado em 2012 a 2015. Conforme dados apresentados nas Tabela 22 e Tabela 23 o IBIO – AGB Doce alcançou 26,46% de desembolso.



### 5.3. Meta 3D – Aplicação de Pesquisa Quadrienal

Esta meta está relacionada à aplicação de pesquisa quadrienal, a ser realizada no ano de 2015, sobre o atendimento dos objetivos da cobrança pelo uso de recursos hídricos, a ser feita junto aos usuários em cobrança, e apresentação do relatório de avaliação dos resultados. O objetivo da pesquisa é conhecer a percepção dos usuários que pagam pelo uso dos recursos hídricos sobre a cobrança e sobre a aplicação destes recursos, assim como o nível de conhecimento que ele possui sobre os Comitês de Bacia Hidrográfica e da Entidade Delegatária/Equiparada das funções de Agência de Águas. Para cumprimento da meta, o IBIO – AGB Doce contratou empresa especializada em pesquisa de opinião que entrou em contato com cada um dos usuários em cobrança.

O IBIO – AGB Doce, por meio do Ofício nº 249/2015, solicitou ao IGAM a lista oficial de usuários em cobrança com as respectivas informações para contato, o questionário a ser aplicado aos usuários, assim como a metodologia de aplicação e apresentação dos resultados. Como não houve resposta, utilizamos o questionário e metodologia proposta para ANA e obtivemos a lista de usuários em cobrança de Minas Gerais pelo sistema CNARH selecionando todos os usuários em cobrança em MG. As perguntas a serem feitas foram definidas pela ANA e repassadas ao IBIO – AGB Doce por meio do Informe ANA 06 de 2015. A sugestão de questionário apresentada pela ANA, e que foi aplicado aos usuários, está no **Anexo VI**. A lista de usuários foi obtida pelo IBIO – AGB Doce a partir site CNARH e repassada para a empresa contratada. Ao longo da execução da pesquisa a empresa encontrou algumas dificuldades para localizar determinados usuários utilizando as informações de contato registradas no CNARH. Com o apoio do IBIO – AGB Doce e dos Comitês de Bacia Hidrográfica, foi possível realizar a pesquisa com o nível de representatividade exigidas pela ANA. Em alguns casos, os usuários se recusavam a participar da pesquisa por motivos diversos como desconfiança sobre a veracidade da pesquisa. Para ampliar ao máximo o número de usuários participantes, o IBIO – AGB Doce realizou divulgação em site próprio e dos Comitês, assim como encaminhou comunicados diretamente aos usuários por correio informando da pesquisa e da importância da participação dos usuários.

A contratação realizada previu a entrega dos produtos listados a seguir. Os Produtos 3 e 4 são apresentados nos **Anexo VII** e **Anexo VIII**, respectivamente.

- 1) Plano de Trabalho com a execução dos serviços
- 2) Documento Técnico com descrição da metodologia para a pesquisa
- 3) Relatório com a tabulação dos dados coletados, contendo tabelas de frequência e cruzamentos das variáveis em estudo por todos os setores usuários cadastrados no CNARH, representando todas as faixas de valores pagos.
- 4) Relatório Conclusivo com análise descritiva dos dados estatísticos e representações gráficas de cada variável em estudo.



**Resultado:** O IBIO – AGB Doce aplicou a pesquisa quadrienal sobre o atendimento dos objetivos da cobrança pelo uso de recursos hídricos, a ser feita junto aos usuários em cobrança conforme especificações previstas no Contrato de Gestão IGAM 001/2011 e Informe ANA 06 de 2015, assim como apresentou relatório de avaliação dos resultados tendo cumprido a meta 3D.



## **6. INDICADOR 4 – OPERACIONALIZAÇÃO DA COBRANÇA**

### **6.1. Meta 4A – Atendimento ao usuário em cobrança**

O IBIO – AGB Doce desde o início da campanha de re/ratificação do cadastro de usuários de recursos hídricos está realizando atendimento ao usuário em cobrança, conforme previsto no Indicador 4A do Contrato de Gestão 001/IGAM/2011, visando sanar dúvidas e orientar os usuários no acesso e preenchimento do CNARH.

Inicialmente, em janeiro de 2012, o atendimento aos usuários era feito pelos telefones (33) 3276-5477 e (33) 3276-6526 e pelo e-mail [cbhriodoce@veloxmail.com.br](mailto:cbhriodoce@veloxmail.com.br). Todos os usuários que nos procuraram para sanar suas dúvidas foram atendidos. O IBIO – AGB também encaminhou um funcionário para participar do curso CNARH-DIGICOB oferecido pela Agência Nacional de Águas (ANA) às Agências de Bacia habilitando este profissional para atender a todas as dúvidas dos usuários, assim como replicar o conhecimento aos colaboradores do IBIO – AGB Doce.

Desde o início de 2013 o atendimento está sendo feito através do telefone 0800 033 1783 criado especificamente para este fim e pelo e-mail [ibioagbdoce@ibio.org.br](mailto:ibioagbdoce@ibio.org.br). O atendimento também pode ser feito na sede do IBIO – AGB Doce, localizada na Rua Afonso Pena, 2590, Centro – Governador Valadares – MG. O atendimento por telefone e presencial poderá ser feito das 8h às 12h e das 14h às 18h. Estas informações sobre o atendimento estão divulgadas nos sites de todos os Comitês e dos IBIO – AGB Doce, assim como no site do Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos – CNARH (<http://cnarh.ana.gov.br>). Nos sites dos Comitês há destaque na página principal dos sites conforme ilustrado nas Figura 5 (CBH Doce), Figura 6 (IBIO – AGB Doce) e Figura 7 (CBH Piraciaba). Em seguida, são apresentados os relatos dos atendimentos realizados pelo IBIO – AGB Doce em 2015.

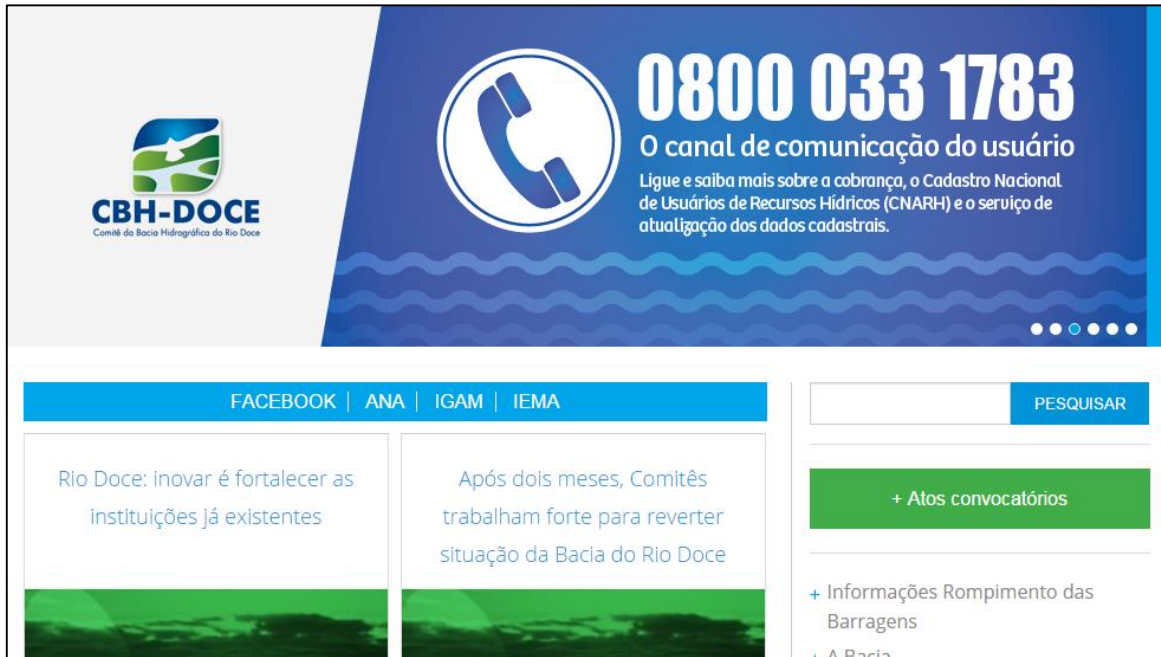


Figura 5 – Mensagem de divulgação do atendimento aos usuários da cobrança no site do CBH Doce.



Figura 6 - Mensagem de divulgação do atendimento aos usuários da cobrança no site do IBIO – AGB Doce.



Figura 7 - Mensagem de divulgação do atendimento aos usuários da cobrança no site do CBH Piracicaba.

<b>Atendimento 1:</b>
<b>Data da ligação:</b> 10 de junho de 2015
<b>Nome do Atendente:</b> Edson Azevedo e Gustavo da Costa Pereira
<b>Identificação da pessoa/instituição que ligou:</b> Sra. Fernanda
<b>Telefone/endereço eletrônico:</b> (11) 3030-6773
<b>Assunto tratado:</b> A Sra. Fernanda buscava informações sobre como proceder com o cadastro de usos da água no CNARH e procedimento para concessão de outorga.
<b>Encaminhamentos:</b> Foram passadas para a Sra. Fernanda todas as orientações necessárias para realização do cadastro no sistema CNARH e link ( <a href="http://www2.ana.gov.br/Paginas/servicos/outorgaefiscalizacao/agilize.aspx">http://www2.ana.gov.br/Paginas/servicos/outorgaefiscalizacao/agilize.aspx</a> ) para pedido de outorga junto a ANA.

<b>Atendimento 2:</b>
<b>Data da ligação:</b> 17 de fevereiro de 2015
<b>Nome do Atendente:</b> Gustavo da Costa Pereira
<b>Identificação da pessoa/instituição que ligou:</b> Laurieli
<b>Telefone/endereço eletrônico:</b> (27) 2103-8320
<b>Assunto tratado:</b> A Sra. Fernanda buscava informações sobre como proceder com o cadastro de usos da água no CNARH.
<b>Encaminhamentos:</b> Foram passadas para a Sra. Laurieli todas as orientações necessárias para



realização do cadastro no sistema CNARH e link (<http://www2.ana.gov.br/Paginas/servicos/outorgaefiscalizacao/agilize.aspx>) para pedido de outorga junto a ANA.

**Atendimento 3:**

**Data da ligação:** 26 de outubro de 2015

**Nome do Atendente:** Rossini Pena Abrantes

**Identificação da pessoa/instituição que ligou:** Caroline Cortelete

**Telefone/endereço eletrônico:** (27) 2121-9360 / karolcz23@gmail.com

**Assunto tratado:** A Sra. Caroline solicitou informações sobre a possibilidade de alterar um cadastro no CNARH que já havia sido finalizado e enviado para a ANA por meio do sistema CNARH.

**Encaminhamentos:** Foram repassadas orientações para a solicitante sobre a possibilidade de gerar uma nova declaração retificadora que alteraria as informações inicialmente lançadas.

**Atendimento 4:**

**Data da ligação:** 06 de novembro de 2015

**Nome do Atendente:** Gustavo da Costa Pereira

**Identificação da pessoa/instituição que ligou:** Cristian Milanez Preis

**Telefone/endereço eletrônico:** (48) 3027 2660

**Assunto tratado:** A Sr. Cristian buscava informações de posições geográficas da captação e finalidade de uso de outorgas nas micro bacias (Manhuaçu, Piranga e Piracicaba) do Rio.

**Encaminhamentos:** Foi encaminhado para o Sr. Christian por e-mail um arquivo exportado do CNARH contendo as referências geográficas dos pontos de captação outorgados.

**Resultado:** O IBIO – AGB Doce tomou todas as providências necessárias para capacitar sua equipe, oferecer meios para os usuários entrar em contato com maior facilidade e realizou divulgação dos atendimentos nos sites de todos os Comitês da Bacia com o intuito de informar ao maior número de usuários possível sobre os serviços de atendimentos oferecidos.





## 6.2. Meta 4B – Atualização do CNARH com a inserção das novas portarias de outorga da UGRH

No ano de 2015 foram publicadas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD um total de 191 portarias de outorgas concernente a Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

Os sistemas ([www.semad.mg.gov.br](http://www.semad.mg.gov.br) e [www.siam.mg.gov.br](http://www.siam.mg.gov.br)) nos quais se obtém as informações necessárias para o preenchimento do cadastro de usuário não tem dados suficientes para realização do mesmo, consequentemente, obrigando-nos a entrar em contato com o usuário, seja por telefone ou e-mail, que em sua maioria, são tentativas malsucedidas.

Ainda há de ressaltar que algumas portarias de outorgas deferidas no ano de 2015 não puderam ser cadastradas por limitação no nível de acesso que o IBIO – AGB Doce possui no sistema CNARH. Não tivemos nível de acesso suficiente no CNARH para cadastrarmos nos pontos de interferência para os empreendimentos já existentes no CNARH. Quando o próprio IBIO – AGB Doce cadastra o empreendimento responsável pela captação/lançamento, temos acesso ilimitado ao sistema para cadastrarmos todos os pontos de interferências outorgados pelo IGAM. Porém quando o ponto de interferência outorgado é de empreendimento previamente cadastrado no sistema, não tivemos acesso suficiente para inserirmos as novas outorgas. A situação foi devidamente comunicada ao IGAM e juntos encontraremos uma forma de viabilizarmos tais cadastros. Na Tabela 24 abaixo estão listadas todas as outorgas emitidas pelo IGAM para o ano de 2015 na Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba e inseridas no CNARH. Na Tabela 25 estão a listagem das outorgas, que por algum motivo detalhado na própria tabela, não puderam ser inseridas no CNARH. Especificamente no caso de outorgas de grande poder, nos foram repassadas orientações por parte do IGAM para que não fizéssemos a inserção de tais outorgas no CNARH.

Tabela 24 – Outorgas para a Bacia do Rio Piracicaba em 2015 inseridas no CNARH.

PORTARIA	PUBLIC.	CNPJ	EMPREENHIMENTO
00565/2015	22/05/2015	33.592.510/0235-29	Vale S/A
00566/2015	22/05/2015	33.592.510/0235-29	Vale S/A
00579/2015	22/05/2015	20.556.917/0001-84	Emalto Patrimonial Ltda
00582/2015	22/05/2015	33.592.510/0447-98	Vale S/A
00583/2015	22/05/2015	20.959.219/0001-20	Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE
00586/2015	22/05/2015	03.479.717/0001-56	Odalcy Oliveira Silva & Cia Ltda
00587/2015	22/05/2015	04.635.192/0001-63	Comercial Mapes de Combustíveis Ltda
00763/2015	02/07/2015	18.534.707/0001-43	Azimute Consultoria Técnica Ltda - ME.
00764/2015	02/07/2015	03.255.831/0001-00	Pousada Cocais Ltda - ME
00934/2015	28/07/2015	011.819.946-32	Chares Bruno França Reis
00935/2015	28/07/2015	16.540.486/0002-71	Extramil Extração e Tratamento de Minérios S/A
00952/2015	28/07/2015	33.592.510/0447-98	Vale S/A



Relatório de Gestão do Exercício de 2015 – Contrato de Gestão 001/IGAM/2011

00953/2015	28/07/2015	33592.510/0433-92	Vale S/A
00962/2015	28/07/2015	00.897.902/0012-25	Construtora Emcasa Ltda
00963/2015	28/07/2015	06.250.028/0001-63	REPAC - Revestimento e Pintura Anticorrosiva Ltda - EPP
00965/2015	28/07/2015	41.716.499/0001-15	Pedreira Um Valemix Ltda
00969/2015	28/07/2015	60.894.730/0025-82	Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A - USIMINAS
00970/2015	28/07/2015	01.804.057/0001-06	GSU Serviços e Indústria Ltda
00971/2015	28/07/2015	004.264.236-15	Hugo Duarte Braga
00978/2015	28/07/2015	091.898.826-87	Márcio Cássio Muzzi Cabral
00979/2015	28/07/2015	22.503.916/0001-05	Laticínios Senhora do Carmo Indústria e Comércio Ltda,
00982/2015	28/07/2015	342.663.726-04	Vander Lúcio Seara Andrade
00983/2015	28/07/2015	41.716.499/0001-15	Pedreira Um Valemix Ltda
01475/2015	23/09/2015	01.472.377/0001-06	RCM Locação de Máquinas Ltda
01729/2015	29/10/2015	33.592.510/0447-98	Vale S/A
01731/2015	29/10/2015	07.358.761/0016-45	Gerdau Aços Longos S/A
01744/2015	29/10/2015	19.870.385/0001-76	Viação Acaiaca Ltda
01747/2015	29/10/2015	18.902.991/0001-63	Rita de Cássia Fagundes de Paula - 04405470677
01748/2015	29/10/2015	10.865.072/0001-55	Comercial de Combustíveis Caravelas Ltda
01749/2015	29/10/2015	16.548.653/0042-18	Central Beton Ltda
01752/2015	29/10/2015	004.245.016-00	Milton Dias dos Santos
01748/2015	30/10/2015	10.865.072/0001-55	Comercial de Combustíveis Caravelas Ltda
01880/2015	13/11/2015	33.592.510/0412-68	Vale S.A
01963/2015	20/11/2015	00.763.832/0001-60	Frigorífico Industrial Vale do Piranga S.A

Tabela 25 – Outorgas para a Bacia do Rio Piracicaba em 2015 que não puderam ser inseridas no CNARH

<b>PORTARIA</b>	<b>PUBLIC.</b>	<b>CNPJ</b>	<b>EMPREENHIMENTO</b>
00207/2015	06/03/2015	18.565.382/0001-86	Anglogold Ashanti Córrego do Sítio Mineração S/A
00209/2015	06/03/2015	18.565.382/0001-86	Anglogold Ashanti Córrego do Sítio Mineração S/A
00571/2015	22/05/2015	24.380.651/0001-12	Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Rio Abaixo
00581/2015	22/05/2015	01.977.625/0001-70	Pieroti e Tavares Ltda
00936/2015	28/07/2015	42.278.796/0001-99	Celulose Nipo-Brasileira S/A - CENIBRA.
00937/2015	28/07/2015	18.565.382/0001-66	Anglogold Ashanti Córrego do Sítio Mineração S/A.
00940/2015	28/07/2015	17.164.435/0001-74	Empresa Construtora Brasil S/A.
00941/2015	28/07/2015	17.164.435/0001-74	Empresa Construtora Brasil S/A.
00942/2015	28/07/2015	17.164.435/0001-74	Empresa Construtora Brasil S/A.
00945/2015	28/07/2015	24.380.651/0001-12	Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Rio Abaixo
00946/2015	28/07/2015	24.380.651/0001-12	Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Rio Abaixo.
00947/2016	28/07/2015	24.380.651/0001-12	Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Rio Abaixo
00948/2017	28/07/2015	24.380.651/0001-12	Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Rio Abaixo
00966/2015	28/07/2015	24.380.651/0001-12	Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Rio Abaixo
00967/2015	28/07/2015	21.025.986/0001-24	Emalto Indústria Mecânica Ltda
00968/2015	28/07/2015	07.119.963/0001-58	Hotel Panorama Fabriciano Ltda,
00974/2015	28/07/2015	24.380.651/0001-12	Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Rio Abaixo
00975/2015	28/07/2015	265.648.076-00	Luiz Carlos Machado
00976/2015	28/07/2015	24.380.651/0001-12	Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Rio Abaixo
00984/2015	28/07/2015	17.006.537/0002-42	Posto GT Ltda



Relatório de Gestão do Exercício de 2015 – Contrato de Gestão 001/IGAM/2011

01735/2015	29/10/2015	42.278.796/0001-99	Celulose Nipo-Brasileira S/A - CENIBRA
01740/2015	29/10/2015	19.029.590/0001-03	Consórcio Grupo Isolux/Corsan/Engevix
01741/2015	29/10/2015	19.029.590/0001-03	Consórcio Grupo Isolux/Corsan/Engevix
01751/2015	29/10/2015	66.351.370/0001-81	Posto Fama Ltda



## 7. INDICADOR 5 – RECONHECIMENTO SOCIAL

### 7.1. Meta 5A – Reconhecimento Social

Aplicação de pesquisa anual sobre o desempenho da Entidade Delegatária/Equiparada no exercício de suas atribuições, aplicada junto ao Comitê, conforme metodologia a ser definida pelo IGAM em conjunto com a ANA e IEMA, tendo por foco:

- Cumprimento do Contrato de Gestão;
- Ações tomadas com vistas à implementação do PIRH-Doce e PARHs (com subsídio do “Relatório de Avaliação da execução das ações previstas no PIRH-Doce e PARHs”); e,
- Atuação como secretaria-executiva do Comitê

Na 12ª Reunião Extraordinária do CBH-Piracicaba, realizada no dia 24 de novembro de 2015 em João Monlevade/MG constava como ponto de pauta a aplicação do questionário que tem o objetivo de aferir de forma periódica e objetiva o reconhecimento social da Entidade Equiparada (EE) pelo Comitê da Bacia que o indicou para exercer funções de Agência de Água. No **Anexo IV** está tabela com resultados apurados a partir dos questionários respondidos e no **Anexo V** está o questionário aplicado aos membros do Comitê.

**Resultado:** Questionário devidamente aplicado de forma presencial e respostas consolidadas em forma de relatório.



## 8. ROMPIMENTO DA BARRAGEM EM MARIANA/MG

Notadamente, diante de uma situação de extrema relevância ambiental para a Bacia do Rio Doce e toda a sua biodiversidade, o CBH Doce, Comitês dos rios afluentes e o IBIO – AGB Doce, têm, desde o início dos acontecimentos do desastre ambiental decorrentes do rompimento da barragem de rejeitos Fundão, da Mineradora Samarco, procedido à **intensa mobilização, suporte administrativo e técnico, além da busca e troca de informações com vários atores que atuam na Bacia do Rio Doce**, dentre eles: SAAE's, Usina Hidrelétrica de Baguari, SAMARCO, FIBRIA, CENIBRA e demais usuários, FIEMG - Federação das Indústrias de Minas Gerais, COPASA, SEMAD - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de MG, FEAM - Fundação Estadual do Meio Ambiente de MG, Defesa Civil/MG e ES, IEMA - Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do ES, SISEMA - Sistema Estadual de Meio Ambiente de Minas Gerais, ANA - Agência Nacional de Águas, IGAM - Instituto Mineiro de Gestão das Águas, prefeituras de Colatina/ES, Baixo Guandu/ES, Linhares/MG, Governador Valadares/MG, IFES - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, CPRM - Serviço Geológico do Brasil, e sociedade civil organizada, os quais inclusive compõem o próprio CBH - Doce.

No mesmo sentido, o CBH Doce e demais comitês dos rios afluentes se pautaram e continuarão a se pautar no trabalho de coleta de dados e informações, de modo a disponibilizá-las aos próprios atores que se estendem e localizam por toda a bacia do Rio Doce, bem como para a população em geral, sempre em prol da realização das ações para minimizar os impactos da tragédia ambiental que estamos vivendo e atenuar o sofrimento da população diretamente atingida, por meio de boletins especiais em anexo e também por meio do site do CBH-Doce, no menu que encontram-se publicadas todas as informações:

<http://www.cbhdoce.org.br/categoria/informacoesrompimentodasbarragens/>.

Outra importante iniciativa do CBH Doce e IBIO AGB Doce para coleta de informações, e que estão servindo de base para o enfrentamento deste evento por parte de todos os atores acima qualificados, foi a criação de um grupo do aplicativo **whatsapp**, denominado **“Informações Doce”**, e que tem se mostrado uma eficiente ferramenta de gestão de informações em tempo real, servindo de exemplo para a criação de outros grupos de difusão de informações tais como **“Governança pelo Doce ES”** e **“Municípios Atingidos pela Lama”**, entre outros.

No dia 12 de novembro de 2015, ocorreu na cidade de Governador Valadares/MG, uma reunião do CTGEC - Grupo Técnico de Gestão de Eventos Críticos do CBH - Doce, organizado pelo IBIO - AGB Doce, a qual contou com a presença de vários representantes das entidades, empresas e órgãos acima citados, para definição de ações do CBH Doce, dentro das suas atribuições, diante do evento em questão.



Figura 8 – Reunião da CTGEC em novembro de 2015

No dia 21 de novembro de 2015, representante do CBH Doce e do IBIO – AGB Doce participaram de evento no estádio do América Esporte Clube em Belo Horizonte, quando receberam uma doação do Clube ao CBH Doce no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para elaboração de um plano de mobilização social na região afetada pela Lama.



Figura 9 – Doação do América Esporte Clube em Belo Horizonte

No dia 22 de novembro a CTGEC realiza visita a foz do rio Doce em Regência município de Linhares – ES, com a participação de representantes do CBH Barra Seca e Foz do Rio Doce para conhecer os impactos da lama e acompanhar as ações que estão sendo executadas na região.

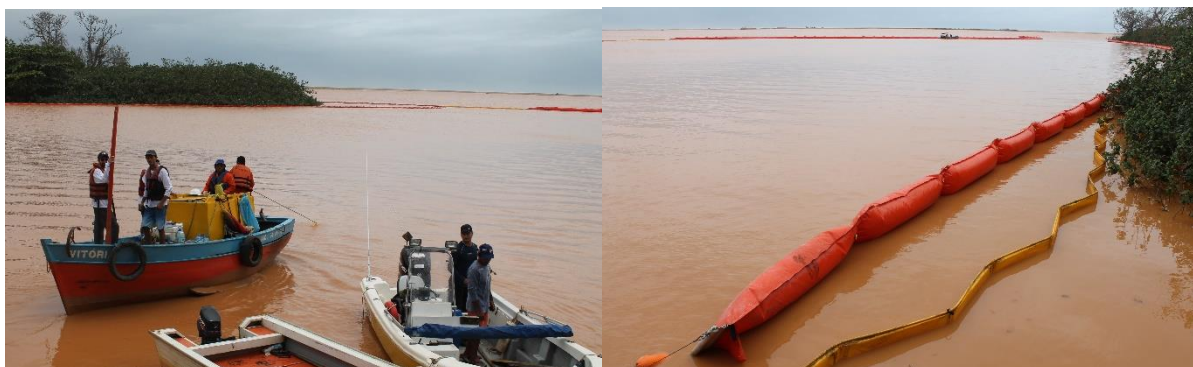


Figura 10 – Visita a Regência-ES

No dia 01 de dezembro de 2015, ocorreu em Governador Valadares, a 25ª reunião plenária extraordinária do CBH Doce com a participação do Ministro Interino de Meio Ambiente, Diretor Presidente da Agência Nacional de Recursos Hídricos - ANA, Diretora Presidente do IBAMA, Procuradores da Advocacia Geral da União - AGU, Secretário de Estado da SEDRU-MG e a Prefeita de Governador Valadares, quando foi apresentado pelo IBAMA o Plano de Ações de Recuperação do Rio Doce, que serviu de base para a Ação Cível Conjunta - União e Estados - contra a Samarco.



Figura 11 - 25ª reunião plenária extraordinária do CBH Doce

A Câmara Técnica de Gestão de Eventos Críticos - CTGEC, do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, além das reuniões do colegiado, realizou também, reunião no Ministério Público Estadual de Minas Gerais – MPMG, no dia 3 de dezembro de 2015, em Belo Horizonte, quando foi apresentada a situação atual dos comitês, o Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce - PIRH - e seus respectivos Planos de Ações para as Unidades de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos – PARH's, para os promotores do Ministério Público de Minas Gerais.



Figura 12 - reunião no Ministério Público Estadual de Minas Gerais – MPMG

Com o objetivo de conhecer de perto a situação dos municípios mais atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão, localizada na região de Mariana, e de aliar, junto à comunidade e autoridades, as necessidades locais às ações de recuperação da bacia, representantes dos comitês de rios afluentes e do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce realizaram, entre os dias 17 e 19 de dezembro, uma expedição. Nomeada “**Missão Mariana**”, a expedição foi marcada pela visita ao Distrito de Bento Rodrigues e às cidades de Barra Longa e Rio Doce, sendo finalizada na UHE Risoleta Neves - Candonga. O objetivo foi constatar a gravidade do que aconteceu e a necessidade de ações urgentes. Nesse contexto, o nosso **Plano Integrado de Recursos Hídricos - PIRH - Doce** - precisa ser o ponto de partida, combinado com as ações emergenciais que precisam ser realizadas após o desastre”. Este é o momento de “fortalecer os onze comitês, pois é de nossa inteira responsabilidade salvar os afluentes que contribuíram para recuperar o Rio Doce”.

Na noite do dia 17 de dezembro, uma reunião de alinhamento marcou o início das atividades da expedição. O objetivo foi alinhar, junto aos cerca de 40 participantes, como seria o andamento da “**Missão Mariana**”. O encontro foi voltado para esclarecimentos e orientações sobre as atividades. Foi falado das questões de segurança das áreas afetadas. “O desastre também afetou a economia da cidade de Mariana, pois caíram consideravelmente os investimentos na cidade” - manifestou Rogéria xxx, secretária executiva do CBH Piranga. “Nós, representantes do CBH-Doce e dos comitês de rios afluentes, não poderíamos deixar de sentir na pele a realidade da tragédia. Precisamos passar por essa experiência” - destacou Senisi Rocha, presidente do CBH Manhuaçu.





Figura 13 – Missão Mariana dia 01

O segundo dia da “**Missão Mariana**” foi marcado pelo encontro com autoridades e representantes da Associação de Moradores de Bento Rodrigues atingidos pelo rompimento da barragem.



Figura 14 - Missão Mariana dia 01

Ainda no segundo dia da expedição, os participantes conheceram de perto a situação do Distrito de Bento Rodrigues, região mais atingida pelo rompimento da barragem. A imagem do que restou da vila chocou os representantes dos comitês, que se mostraram solidários à situação dos moradores.



Figura 15 - Missão Mariana dia 02

O terceiro e último dia da **“Missão Mariana”** foi marcado pela visita aos municípios de Barra Longa, segunda região atingida pelo rejeito, e Rio Doce, local onde há o encontro dos rios Carmo e Piranga, formando o Rio Doce. Além disso, os participantes da expedição conheceram a UHE Risoleta Neves, primeira usina a receber a onda de lama, após o desastre. Ao final da expedição, os representantes dos comitês fizeram uma reflexão sobre o ocorrido e reafirmaram o compromisso na recuperação do Rio Doce.



Figura 16 - Missão Mariana dia 03

No dia 22 de dezembro, em Brasília, o presidente do CBH Doce e os demais presidentes dos comitês da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, se reuniram com a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira. No encontro, foi apresentado um documento, de autoria dos presidentes dos CBH's, com os projetos propostos pelos comitês para a recuperação do Rio Doce, além dos resultados da **“Missão Mariana”**.

Outra iniciativa do CBH-Doce foi promover a reunião com prefeitos dos municípios impactados, em Governador Valadares. O encontro reuniu prefeitos e servidores municipais das cidades atingidas para definir ações conjuntas. O objetivo foi definir os próximos passos em relação às soluções para aos danos ambientais e socioeconômicos ocasionados.

O prefeito Leonardo Deptulski, presidente do CBH Doce, colocou em pauta as ações do Comitê em relação ao evento crítico. “O CBH Doce é um órgão estratégico na articulação dos setores para recuperação e preservação da bacia hidrográfica. Desde o primeiro momento, deliberamos sobre ações e apresentamos sugestões para a recuperação do Rio Doce. Nosso grande desafio é alinhar os questionamentos dos municípios afetados e ajudá-los na busca por respostas e soluções. Nosso intuito é criar um movimento forte para reverter a situação” - destacou.

A prefeita de Governador Valadares, o maior município afetado, Elisa Costa, na ocasião, relembrou o caos que se instalou na cidade e esclareceu todas as medidas tomadas pelo executivo e as exigências feitas à empresa Samarco para sanar os problemas gerados. O prefeito de Mariana, Duarte Junior, questionou a elaboração do levantamento de danos realizados por uma empresa contratada pela Samarco. De acordo com ele, o documento, construído sem a participação dos municípios afetados, pode não ser eficaz.

O atendimento às ações emergenciais, como a limpeza da área afetada e o abastecimento de água, foi avaliado e os gestores cobraram mais participação da mineradora nas iniciativas. Foram definidas a criação de um protocolo de intenções públicas e a elaboração de um relatório conjunto das prioridades elencadas por cada município para serem entregues ao Ministério Público de Minas Gerais, responsável por gerir o fundo criado para a recuperação do Rio Doce, além do relatório foi definida a elaboração de um manifesto dos prefeitos municipais, exigindo a participação dos municípios na discussão para a aplicação dos R\$ 20 bilhões cobrado da empresa Samarco.



Figura 17 - Força Tarefa de Minas Gerais

No período de 11 a 14 de janeiro de 2016 representantes do CBH Doce e do IBIO AGB Doce participaram de oficinas da Força Tarefa de Minas Gerais para a elaboração de relatório propositivo de ações para a recuperação dos impactos socioeconômico e ambiental da Bacia do Rio Doce.



No dia 21 de janeiro de 2016, representantes do CBH Doce e do IBIO – AGB Doce participaram de reunião da Força Tarefa Nacional, na sede do IBAMA, para discutir e elaborar Plano de Ações para a recuperação do Rio Doce, num horizonte de execução de 10 anos, por parte da SAMARCO e que deu base para a Ação Cível Conjunta, movida pela União e Estados contra a SAMARCO.

### **8.1. Proposição de Estratégias para Recuperação da Bacia Hidrográfica do Rio Doce**

Segundo o Art. 6º, da Lei 9.433/97, Planos de Recursos Hídricos, são planos diretores que visam a fundamentar e orientar a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e o gerenciamento dos recursos hídricos. O Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce e os Planos de Ações para as Unidades de Gestão de Recursos Hídricos – PARH Doce foram aprovados pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, na sua 11ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 14/07/2010, em Governador Valadares.

Também aprovaram o PIRH e os PARH os nove comitês de bacia hidrográfica de rios afluentes do Rio Doce, sendo, CBH Piranga, CBH Piracicaba, CBH Santo Antônio, CBH Suaçuí, CBH Caratinga, CBH Manhuaçu, CBH Guandu, CBH Santa Maria do Doce e CBH Pontões e Lagoas do Rio Doce. Os programas, subprogramas e projetos propostos para a bacia, no âmbito do PIRH e do PARH, foram orçados, considerando o período de 10 anos, proposto como horizonte para a estimativa de investimentos.

A partir da relação dos programas com as metas e da classificação das metas quanto a sua relevância e urgência, foi possível estabelecer a hierarquização e priorização dos programas, subprogramas e projetos do PIRH-Doce. A partir dos programas do PIRH foi instituído o Plano de Aplicação Plurianual – PAP Doce, instrumento básico e harmonizado de orientação dos estudos, planos, projetos e ações a serem executados com recursos da cobrança pelo uso da água e de outras fontes em toda a Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

Com base neste instrumento, o IBIO-AGB Doce, Entidade Delegatária e Equiparada de funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, contrata os produtos e serviços necessários à execução de todos os programas priorizados. O IBIO-AGB Doce é considerado o “braço executivo dos comitês” e exerce, dentre outras, a função de secretaria executiva, implementando as decisões dos comitês de Bacia, em suas respectivas áreas de atuação, de acordo com as competências que lhe são designadas.

## 8.2. Programas do PIRH/PARH para Recuperação da Bacia do Rio Doce

Toda ação de recuperação ambiental que venha a ser definida para remediação dos impactos do rompimento da barragem da Samarco deve estar em consonância com o PIRH Doce e alinhadas com os comitês de Bacia.

P 11 - Programa de Saneamento da Bacia
P 12 - Programa de Controle de Atividades Geradoras de Sedimentos
P 13 - Programa de Apoio ao controle de efluentes em pequenas e micro empresas
P 21 - Programa de Incremento de Disponibilidade Hídrica-
P 22 - Programa de Incentivo ao Uso Racional da Água na Agricultura
P 23 - Programa de Redução de Perdas no Abastecimento Público de Água
P 24 - Implementação do Programa "Produtor de Água"
P 25 - Ações de convivência com a seca
P 25.a Estudos para avaliação dos efeitos das possíveis mudanças climáticas globais nas relações entre disponibilidades e demandas hídricas e proposição de medidas adaptativas
P 31 - Programa de Convivência com as Cheias
P 41 - Programa de Universalização do Saneamento
P 42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural
P 51 - Programa de Avaliação Ambiental para Definição de Áreas com Restrição de Uso
P 51.a Projeto Restrição de uso das áreas de entorno de aproveitamentos hidrelétricos
P 52 - Programa de Recomposição de APP's e nascentes
P 52.a - Projeto de recuperação de lagoas assoreadas e degradadas
P 61 - Programa de Monitoramento e Acompanhamento da Implementação da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos
P 61 1 Sub-programa Cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia
P 61 2 Sub-programa Fortalecimento dos Comitês na Bacia segundo o arranjo institucional elaborado no âmbito do plano e objetivando a consolidação dos Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos
P 61 3 Sub-programa Gestão das Águas subterrâneas
P 61 4 Sub-programa Revisão e Harmonização dos Critérios de Outorga
P 61.a Projeto Desenvolvimento de um Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos da Bacia do Rio Doce
P 61.b Estudos complementares para elaboração de proposta de enquadramento dos corpos d'água
P 61.c Projeto Diretrizes para a Gestão da Região do Delta do Rio Doce, assim como da região da Planície Costeira do Espírito Santo na bacia do Rio Doce
P 61.d Projeto - Consolidação de mecanismos de articulação e integração da fiscalização exercida pela ANA, ICAM e IEMA na bacia
P 61.e - Projeto Avaliação da aceitação da proposta de cobrança
P 62 - Programa de Monitoramento dos Recursos Hídricos
P 62 1 Sub-programa de levantamentos de dados para preenchimento de falhas ou lacunas de informações constatadas no Diagnóstico da Bacia
P 71 - Programa de Comunicação do Programa de Ações
P 72 - Programa de Educação Ambiental
P 73 - Programa de Treinamento e Capacitação

**Legenda:**

Hierarquia	Cor
1	Red
2	Amarelo
3	Verde
4	Verde Claro
5	Verde Escuro

Figura 18 - Programas do PIRH priorizados



Apresentamos a seguir os Programas do PIRH/PARH prioritários e em execução nos afluentes da Bacia do Rio Doce e que deveriam receber aporte financeiro adicional, além dos recursos oriundos da cobrança pelo uso da água, pois entendemos que nas ações de recuperação da calha do Rio Doce, afetada pela lama, os rios afluentes terão um papel muito importante, levando água limpa e vida nova:

Programas de Saneamento - P11: prevê a elaboração de projetos para sistemas de coleta e tratamento de esgotos domésticos dos núcleos populacionais da bacia. A execução deste programa está aguardando a conclusão dos Planos Municipais de Saneamento Básico, atualmente em elaboração na bacia. Para o período de 2016-2020 está previsto um montante de R\$ 11,2 milhões para elaboração de projetos.

Programa de Universalização do Saneamento - P41: prevê o apoio à elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico; a elaboração de projetos para otimização de sistemas de abastecimento de água; a elaboração de projetos para sistemas de destinação final adequada de resíduos sólidos, aterros/unidades de triagem e compostagem; e, a elaboração de estudos de alternativas de drenagem urbana. No período de 2012 à 2015, foram contratados 156 PMSB, no total de R\$ 21,4 milhões. Para o período de 2016-2020, está previsto um montante de R\$ 21,5 milhões, sendo R\$ 6,6 milhões para conclusão dos PMSB's e R\$ 14,9 para projetos de otimização de sistemas de abastecimento de água. Projetos que contemplem os componentes resíduos sólidos e drenagem não foram priorizados no PAP 2016-2020.

Programa de Expansão do Saneamento Rural - P42: prevê a implantação de sistemas de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto para população rural, com aproveitamento racional e disposição adequada dos resíduos coletados. Está previsto para iniciar em 2016, em conjunto com o Programa de Recomposição de APP's e Nascentes (P52) e com o Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos (P12). Para o período de 2016-2020, está previsto um montante de R\$ 16,9 milhões.

## **PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS**

Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos - P12: prevê elaboração de diagnóstico específico, com mapeamento, identificação a campo, caracterização de processos erosivos e proposta de remediação de áreas degradadas geradoras de sedimentos, especialmente os relativos às estradas vicinais e caminhos de serviço das propriedades rurais. Está previsto para iniciar em 2016 em conjunto com o Programa de Recomposição de APP's e Nascentes (P52) e com o Programa de Expansão do Saneamento Rural (P42). Para o período de 2016-2020, está previsto um montante de R\$ 26,4 milhões.



Programa de Incremento de Disponibilidade Hídrica - P21: prevê o projeto, avaliação ambiental e de viabilidade de propostas de armazenamento, regularização e atendimento das demandas atuais e projetadas nas sub-bacias onde o balanço entre demanda atual e projetada e a oferta de água apresenta uma situação deficitária e que não pode ser corrigida com medidas não estruturais. Está previsto para iniciar em 2016. Para o período de 2016-2020, está previsto um montante de R\$ 3 milhões.

Programa Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura - P22: prevê a identificação de áreas críticas relacionadas ao uso de água para irrigação, estabelecer estratégias para o aumento da eficiência do uso da água da irrigação. No período de 2012 a 2015, foram contempladas 240 propriedades rurais no total de R\$ 2,2 milhões. Para o período de 2016-2020, está previsto um montante de R\$ 4,5 milhões.

Programa Produtor de Água - P24: levantamento de áreas potenciais e identificação de parcerias para implantação do programa; elaboração de diagnóstico socioambiental das áreas com cálculo da valoração econômica do serviço ambiental a ser pago; levantamento detalhado das propriedades rurais das áreas selecionadas; elaboração dos projetos específicos das unidades rurais que aderirem ao projeto; celebração dos contratos com definição de metas; implantação das ações de investimentos previstas, tais como, cercas, barraginhas, plantio de mudas; pagamento pelos serviços ambientais após verificação do cumprimento de metas; monitoramento dos resultados atingidos pelo programa na qualidade e quantidade da água. No período de 2012 a 2015, foi contemplada uma área piloto, sendo a bacia do Ribeirão Candidópolis, município de Itabira, Bacia do Rio Piracicaba, no total de R\$ 730 mil, para realização da primeira etapa do Programa, sendo o estudo para diagnóstico socioambiental, bem como bem como Cálculo de Valoração Econômica do Serviço Ambiental a Ser Pago aos Produtores Rurais. Para o período de 2016-2020, está previsto um montante de R\$ 3 milhões para continuidade do P24 no Piracicaba e em uma nova área piloto, na Bacia do Rio Piranga.

Programa de Recomposição de APPs e Nascentes - P52: levantamento de áreas críticas e prioritárias para recomposição ou adensamento de matas ciliares e de topos de morro, além de caracterização e recuperação de nascentes e áreas degradadas de sub-bacias piloto. No período de 2012 a 2015, foi contratado a elaboração de Cadastro Ambiental Rural e projetos de plantio de espécies florestais para fins de conservação e/ou adoção de práticas rurais sustentáveis para 600 propriedades rurais, localizadas nas Unidades de Gestão de Recursos Hídricos dos rios Guandu, Santa Maria do Rio Doce e São José, no total de R\$ 946 mil. Para o período de 2016-2020, está previsto um montante de R\$ 61,7 milhões.

## **PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS PROGRAMAS**

Programa de Convivência com as Cheias - P31: contempla o levantamento de dados físicos; a aquisição de imagens satélite; a modelagem hidrológica; e a concepção de um conjunto de intervenções estruturais, tais como, barragens de controle de cheias, diques, canais de desvio, retificações, e não estruturais, tais como, sistema de alerta contra enchentes, articulação entre os



comitês de bacia e a Defesa Civil, diretrizes para planos diretores municipais, Planos Municipais de Saneamento Básico, planos de drenagem, na Bacia. No período de 2012 a 2015, houve a contratação de imagens de satélite de alta resolução, associada ao MDE para 26 municípios críticos no controle das cheias e mapa de uso e ocupação do solo de moderada resolução associado ao MDE, de toda a Bacia e de alta resolução para município com população acima de 50 mil habitantes, no valor total de R\$ 615 mil. Para o período de 2016-2020, está previsto um montante de R\$ 4 milhões para continuidade das ações previstas para o programa.

Programa de Comunicação Social - P71: efetivação de um Plano de Comunicação Social para dar visibilidade às ações e conteúdos do PIRH/PARHs de forma a facilitar a comunicação entre os diversos atores do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos com a sociedade e criar um ambiente favorável ao atendimento das metas propostas. Para o período de 2016-2020, está previsto um montante de R\$ 2,5 milhões.

Programa de Educação Ambiental - P72: efetivação de um programa com produção de informações, estratégias e materiais diversos, coordenados com ações e projetos de educação ambiental em execução e voltados à preservação dos recursos hídricos da bacia. Para o período de 2016-2020, está previsto um montante de R\$ 2,5 milhões.

Programa de Treinamento e Capacitação - P73: efetivação de um programa para o nivelamento de informações e a capacitação para gestão dos recursos hídricos tendo como público alvo o conjunto de profissionais e técnicos relacionados com a gestão, acompanhamento e monitoramento da implementação do PIRH/PARHs Doce. Para o período de 2016-2020, está previsto um montante de R\$ 2 milhões.

Ao todo, estão previstos R\$ 175 milhões de reais para serem investidos no período de 2016-2020, porém, tais recursos são insuficientes para fazer frente aos problemas da Bacia, sendo necessário o aporte de recursos financeiros adicionais em complementação aos recursos oriundos da cobrança pelo uso da água na Bacia do Rio Doce, para o fortalecimento das ações de recuperação dos afluentes e conseqüentemente a calha do Rio Doce, conforme tabela abaixo:





### PAP – Doce - 2016/2020

METAS, PROGRAMAS E AÇÕES PRIORIZADOS	VALORES (Mil R\$)					
	2016	2017	2018	2019	2020	TOTAL
<b>PROGRAMAS DE SANEAMENTO</b>	<b>15.977</b>	<b>9.360</b>	<b>8.460</b>	<b>9.360</b>	<b>6.460</b>	<b>49.617</b>
P11 - Programa de Saneamento da Bacia:	2.350	2.700	2.250	2.700	1.250	11.250
P41 - Programa de Universalização do Saneamento:	11.217	3.050	2.600	3.050	1.600	21.517
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	2.410	3.610	3.610	3.610	3.610	16.850
<b>PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS</b>	<b>15.410</b>	<b>23.000</b>	<b>22.000</b>	<b>21.500</b>	<b>21.700</b>	<b>103.610</b>
P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos	2.995	6.045	5.045	5.545	6.745	26.375
P21 - Programa de Incremento de Disponibilidade Hídrica	-	1.000	1.000	1.000	-	3.000
P22 - Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura	900	900	900	900	900	4.500
P24 - Programa Produtor de Água	500	750	1.250	250	250	3.000
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes	11.015	14.305	13.805	13.805	13.805	66.735
<b>PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS</b>	<b>5.120</b>	<b>5.700</b>	<b>5.200</b>	<b>3.200</b>	<b>2.400</b>	<b>21.620</b>
Pesquisa quinquenal junto aos usuários sobre o atendimento dos objetivos da cobrança na bacia do rio Doce conforme indicador 3D do Contrato de Gestão	-	-	-	-	200	200
Apoio em situações contingenciais de acidentes ou episódios hidrológicos críticos na bacia	-	-	-	-	-	-
Atualização do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – PIRH e Planos de Ações de Recursos Hídricos das Bacias Afluentes – PARHs	-	2.000	2.000	-	-	4.000
P31 - Programa de Convivência com as Cheias	1.000	1.000	1.000	1.000	-	4.000
P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia	1.920	500	-	-	-	2.420
P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês	800	800	800	800	800	4.000
P71 - Programa de Comunicação Social	500	500	500	500	500	2.500
P72 - Programa de Educação Ambiental	500	500	500	500	500	2.500
P73 - Programa de Treinamento e Capacitação	400	400	400	400	400	2.000
<b>TOTAL</b>	<b>36.507</b>	<b>38.060</b>	<b>35.660</b>	<b>34.060</b>	<b>30.560</b>	<b>174.847</b>

### 8.3. Plano de Disponibilidade de Água - PDA Doce

Considerando todo o contexto apresentado, o Instituto BioAtlântica apresenta uma proposta intitulada “Programa de Disponibilidade de Água - PDA Doce”, que trata de uma iniciativa multi-institucional para captar e direcionar a aplicação de recursos para a recuperação da disponibilidade de água na Bacia do Rio Doce. O PDA DOCE prevê aplicação em ações de recuperação de vegetação nativa, agricultura sustentável e uso racional da água, sempre em consonância com os Programas do PIRH/PARH e em articulação com os comitês de Bacia.

O PDA DOCE tem como objetivo dar racionalização ao processo de planejamento, validação e aplicação de recursos privados e públicos. Para tanto, a Bacia deve ter estruturas institucionais locais capazes de: priorizar ações e áreas críticas para a recuperação da disponibilidade de água em um território, com base nos Planos Diretores da Bacia; validar as decisões tomadas com base na priorização e planejamento territorial; captar recursos e fomentar linhas de fomento, públicos e

privados, de forma articulada; gerenciar a aplicação dos recursos, de maneira eficaz e eficiente, de acordo com a natureza de cada fonte financeira; e, monitorar resultados técnicos e financeiros.

Na bacia do Rio Doce, a modelagem de vulnerabilidade indicou áreas com alta e média sensibilidade, as quais totalizam 15 mil km<sup>2</sup> (17% da área total: 86,4 mil km<sup>2</sup>), representadas na Figura 19.

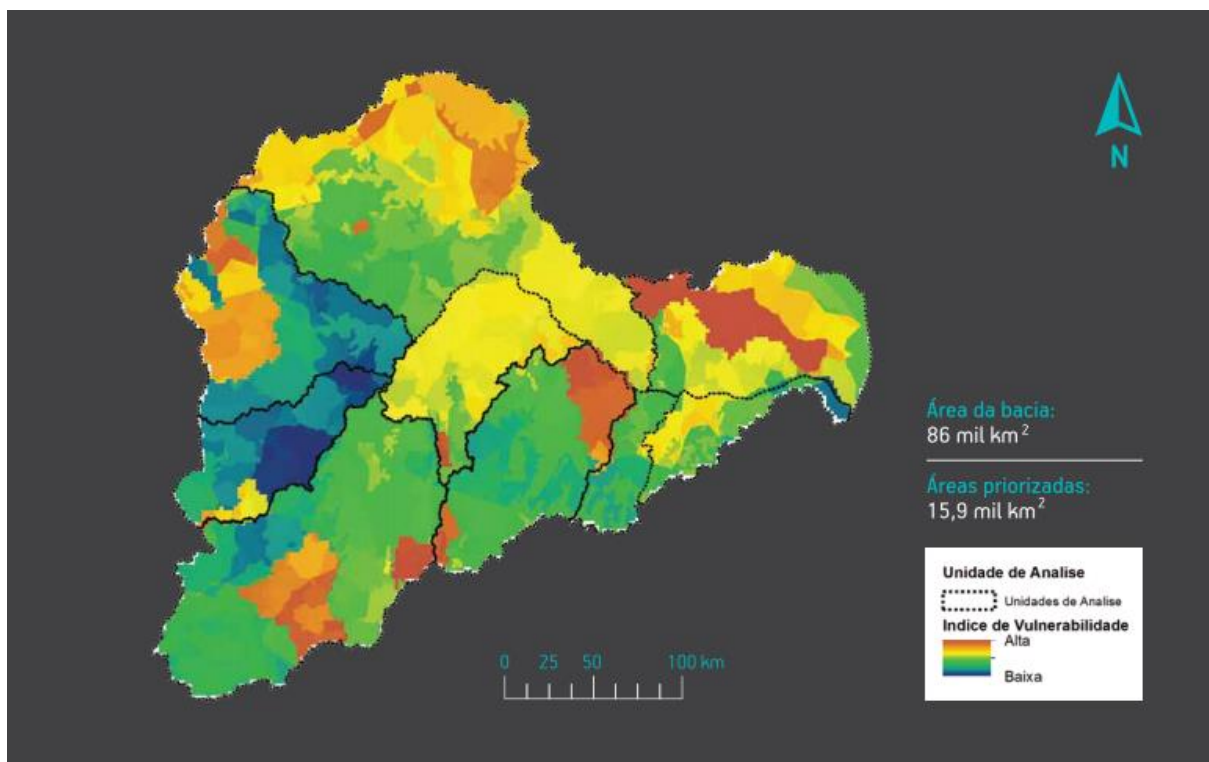


Figura 19 - Mapa de Vulnerabilidade

O diferencial do PDA DOCE deriva da capacidade do IBIO, como Agência de Bacias, para articular, captar e gerenciar recursos públicos e privado de forma integrada. Essa capacidade deve aumentar o poder de articulação dos Comitês de Bacias e favorecer a identificação de sinergias entre fontes distintas para aplicação em projetos integrados e, portanto, mais eficientes e de maior impacto.

O PDA Doce pode ser acessado no link:


[https://docs.google.com/a/ibio.org.br/document/d/1bz9X0sQLitsIJFAJeEYXr31TtxPhyi6hfITTnhNI\\_VI/edit?usp=sharing\\_eid&ts=5677fb64](https://docs.google.com/a/ibio.org.br/document/d/1bz9X0sQLitsIJFAJeEYXr31TtxPhyi6hfITTnhNI_VI/edit?usp=sharing_eid&ts=5677fb64)



## 8.4. Ações específicas voltadas à mitigação do desastre do rompimento da barragem de rejeitos da Samarco em Mariana

### 8.4.1. Segurança Hídrica dos municípios atingidos pela lama

Considerando os programas do PIRH elencados acima, destacamos aqui o Programa de Universalização do Saneamento (P41), na vertente de elaboração de projetos para otimização de sistemas de abastecimento de água. Tal Programa, considerando o atual cenário de degradação e limitação imposta aos municípios que captavam água diretamente dos rios afetados, com destaque ao rio Doce, poderá, com o aporte de recursos adicionais, atender à demanda de projetos e estudos de concepção para elaboração de projeto de novo ponto de captação e nova Estação de Tratamento de Água, incluindo adutora de água bruta/tratada objetivando a segurança hídrica desses municípios. Apresentamos abaixo a relação dos municípios diretamente atingidos e que tiveram o abastecimento de água comprometido:

Montante	Município	População IBGE (2010)	Tipo de Captação	Manancial Captação	Operador Sistema	
	MG					
	Ipaba	16.708			COPASA	
	Belô Oriente - Distrito de Perpetuo Socorro	8.823	Superficial	Rio Doce	Prefeitura	
	Periquito - Distrito de Pedra Corrida	2.407	Superficial	Rio Doce	COPASA	
	Alpercata	7.172	Superficial	Rio Doce	COPASA	
	Governador Valadares	262.238	Superficial	Rio Doce	SAAE	
	Tumiritinga	6.293	Superficial	Rio Doce	COPASA	
	Galiléia	6.951	Superficial	Rio Doce	Prefeitura	
	Conselheiro Pena	22.242	Superficial	Rio Doce	Prefeitura	
	Resplendor	17.089	Superficial	Rio Doce	COPASA	
	Itueta	5.830	Superficial	Rio Doce	COPASA	
	Itueta - Distrito de Quatituba	2.604	Superficial	Rio Doce	COPASA	
	Aimorés - Distrito de Sto. Antônio do Rio Doce	1.513	Superficial	Rio Doce	SAAE	
	Jusante	ES				
		Baixo Guandu	29.081	Superficial	Rio Doce	SAAE
Colatina		111.788	Superficial	Rio Doce	SANEAR	
		<b>500.739</b>				



## 8.4.2. Estudos Estratégicos – Recursos Financeiros ANA/Contratação IBIO AGB Doce

**Modelagem hidrológica, hidráulica, hidrossedimentológica e de ruptura de barragem, considerando os impactos decorrentes do rompimento da barragem de rejeitos da Samarco, em Mariana**

**Justificativa:** considerando os problemas relacionados à ruptura da barragem de rejeito de Fundão e os impactos atuais e futuros provocados, é premente o desenvolvimento de estudos de caracterização do problema visando a subsidiar a definição de ações de redução dos impactos. Para a realização dos estudos técnicos, serão necessários levantamentos de dados em campo e estudos técnicos específicos de modelagem hidrológica, hidráulica, hidrossedimentológica e de ruptura de barragem.

**Objetivo Geral:** contratação de empresa especializada em modelagem hidrológica, hidráulica, hidrossedimentológica e de ruptura de barragem para estudos na Bacia do Rio Doce e nos principais afluentes, considerando os impactos decorrentes do rompimento da barragem de rejeitos da Samarco, em Mariana.

Observação: os principais afluentes afetados pelo rompimento da barragem.

**Objetivos específicos:**

- caracterizar as condições geomorfológicas atuais pós-desastre
- avaliação das perspectivas futuras de recuperação
- avaliação do impacto provocado para os diferentes usos da água
- avaliação das alterações relacionadas aos riscos de inundações na região.

**Macro Atividades Previstas:** as seguintes macroatividades deverão ser consideradas:

planejamento das atividades  
visita de reconhecimento de campo  
levantamento de dados de campo e ensaios geotécnicos  
modelagem hidrológica  
modelagem hidráulica  
modelagem de ruptura de barragem de Fundão  
modelagem hidrossedimentológica  
diagnóstico da situação atual  
diretrizes de ações para mitigação dos impactos  
prognóstico da situação futura

**Custo total estimado:** A estimativa do valor global dos estudos é da ordem de R\$ 4.000.000,00, com uma duração total de 450 dias.



**Estudos para concepção de um sistema de previsão de eventos críticos (cheias e poluição ambiental) na Bacia do Rio Doce e de um sistema de intervenções estruturais para mitigação de efeitos de cheias e enfrentamento de desastres**

**Justificativa:** o diagnóstico da Bacia do Doce sinaliza a necessidade de aprimoramento do sistema de previsão de eventos críticos, implementado pela ANA/IGAM/CPRM, com foco em cheias e poluição ambiental; e de um sistema de intervenções estruturais para mitigação de efeitos de cheias e enfrentamento de desastres. Essa necessidade ficou reforçada com os impactos na bacia causados pelo rompimento da barragem de Fundão.

**Objetivo geral:** contratação de consultoria especializada para realização de estudos de modelagem matemática quali-quantitativa no rio Doce e principais afluentes, além de estudos de concepção de um sistema de intervenções, visando dar subsídios às ações de prevenção e mitigação de impactos causados por eventos críticos e poluição ambiental na região.

**Objetivos específicos:**

- elaborar um sistema para simulação e previsão de eventos de cheia (incluindo modelos chuva-vazão, para previsão de vazões e propagação no canal e planície de inundação), rompimento de barragens e propagação de poluentes, já que na região existem importantes indústrias e mineradoras, com instalações suscetíveis a acidentes;
- conceber um sistema de intervenções estruturais destinados à mitigação do efeito das cheias na bacia.
- atualização e sistematização do levantamento das atividades potencialmente poluidoras e dos pontos vulneráveis na bacia.
- definir elementos preliminares para a confecção de um Plano de Contingência para Eventos Críticos na Bacia a ser futuramente montado e operacionalizado para esta bacia com a realização de outros estudos e programas.

**Macro Atividades Previstas:** as seguintes macroatividades deverão ser consideradas:

- coleta de dados sobre a bacia e avaliação e consistência das informações hidrológicas e hidráulicas existentes;
- sistematização das Informações sobre potenciais poluidores, pontos vulneráveis e barramentos existentes na bacia;
- estudo e modelagem de cheias e sua propagação na bacia e geração dos mapas de inundação e do perfil da linha d'água ao longo dos rios simulados;
- desenvolvimento de módulo para a previsão de vazões de curto prazo para a bacia;
- realização de estudos de ruptura de barragens e de propagação de poluentes e de dimensionamento da rede de monitoramento de eventos críticos;
- análise dos papéis e contribuição dos afluentes do rio Doce, identificação dos pontos críticos



para agravamento das cheias para caracterização do problema de cheias, das planícies de inundação e das vulnerabilidades a diferentes níveis de cheias;  
concepção do sistema de intervenções estruturais para mitigação de cheias e enfrentamento de desastres e pré-dimensionamento hidráulico e estrutural de cada intervenção integrante do sistema.

**Etapas e custo total estimado:** o custo total estimado é de R\$ 6,3 milhões, tendo como base de referência para a estimativa a atualização dos custos praticados para a elaboração de estudo equivalente na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul.

	<b>ETAPA</b>	<b>DURAÇÃO (DIAS)</b>	<b>PRAZO (DIAS)</b>	<b>VALOR (R\$) mil</b>
1	Plano de trabalho	30	30	900,0
2	Sistema de previsão de eventos críticos (cheias e poluição ambiental)	360	390	1.800,0
3	Sistema de intervenções estruturais para mitigação de efeitos de cheias e enfrentamento de desastres	360	450	1.800,0
4	Relatório Final	90	540	1.800,0

**Estudos de atualização do ATLAS Brasil – Abastecimento Urbano de Água – para a Bacia do Rio Doce, com foco na identificação de projetos existentes e detalhamento de soluções alternativas que visem conferir maior segurança hídrica aos sistemas de produção de água dos núcleos urbanos**

**Justificativa:** as soluções propostas no Atlas Brasil – Abastecimento Urbano de Água para a bacia do rio Doce foram definidas em 2010 e, portanto, demandam atualização em relação ao que foi executado, aos novos cenários de planejamento e aos conceitos de segurança hídrica desenvolvidos pela ANA desde essa data. Adicionalmente, o rompimento da barragem de Fundão evidenciou a necessidade de elaboração de estudos de alternativas ou projetos de engenharia para os núcleos urbanos situados na bacia a jusante do local do desastre, cujos sistemas públicos de abastecimento de água foram impactados ou tiveram sua fragilidade demonstrada em razão do evento.

**Objetivo Geral:** contratação de empresa especializada para a realização de estudos de atualização do ATLAS Brasil – Abastecimento Urbano de Água para a Bacia do Rio Doce, com foco na identificação de projetos existentes e detalhamento de soluções alternativas que visem conferir maior segurança hídrica aos sistemas de produção de água dos núcleos urbanos.

**Objetivos específicos:**

- inventariar as propostas de intervenções constantes em estudos de concepção, estudos de



alternativas, estudos de viabilidade, planos e projetos relacionados à implantação de infraestrutura hídrica para o abastecimento urbano;

- inventariar as obras que estejam em licitação, em andamento e sistemas em operação que possuam caráter estruturante e estratégico em termos de oferta de água;

- selecionar as intervenções que possuam caráter estruturante;

- analisar as propostas de intervenções selecionadas, verificando para cada uma delas: a aplicabilidade, as condições para contratação, a necessidade de estudos complementares e/ou atualização do planejamento existente, o atendimento a aspectos legais, ambientais e sociais, discriminando ações, prazos e custos para que as intervenções estejam aptas a serem realizadas. A análise da intervenção se dará, primordialmente, através de discussão com os órgãos proponentes;

- analisar as obras e sistemas selecionados, verificando para cada uma deles: os custos e os prazos remanescentes; o atendimento a aspectos legais, ambientais e sociais; a necessidade de arranjo institucional e regras de operação e manutenção; e a necessidade de obras complementares;

- realizar estudo integrado dos problemas de oferta de água, identificando possíveis lacunas de conhecimento mediante as quais poderão ser propostas novas alternativas de intervenções estruturantes, estudos específicos ou ações de gestão de recursos hídricos e de infraestrutura hídrica; e,

- detalhar cada proposta de intervenção selecionada, quer sejam as existentes, as novas alternativas de intervenções estruturantes, os estudos específicos ou as ações de gestão, indicando os próximos passos, prazos e custos para que a intervenção seja realizada.

**Aspectos Conceituais e Metodológicos:** no que se refere à garantia hídrica para o abastecimento das cidades, o Atlas Brasil: Abastecimento Urbano de Água (ANA, 2010) apresenta um panorama da situação da oferta de água em todos os 5.565 municípios do país. De acordo com os resultados do Atlas Brasil, para a Bacia do Doce seriam necessários R\$ 218,5 milhões de investimentos no aproveitamento de novos mananciais e na ampliação da infraestrutura hídrica existente até 2015 para a garantia do abastecimento dos municípios da Bacia.



Figura 20 - Esquema de sistema integrado de produção de água

Diante da evolução dos conceitos de segurança hídrica e vulnerabilidade dos sistemas de produção de água, esses dados precisam de atualização e revisão.

**Macro Atividades Previstas:** as seguintes macroatividades deverão ser consideradas:

- inventário e análise, para cada núcleo urbano, do acervo de estudos de concepção, estudos de alternativas, estudos de viabilidade, planos, projetos, obras em licitação, obras em andamento e sistemas de produção de água;
- estudo integrado da vulnerabilidade da oferta de água, considerando o cenário atual e de demandas futuras, para a validação das propostas existentes e identificação de possíveis lacunas de conhecimento mediante as quais poderão ser propostas novas alternativas de intervenções estruturantes, estudos específicos ou ações de gestão de recursos hídricos e de infraestrutura hídrica; e,
- detalhamento das propostas de intervenção, com foco na segurança hídrica dos sistemas de produção de água, com indicação das etapas necessárias (estudos, projetos de engenharia e obras) e dos respectivos prazos e custos associados.

**Etapas e custo total estimado:** o custo total estimado é de R\$ 675,6 mil, tendo como base de referência a atualização dos custos praticados para a elaboração do Atlas Brasil – abastecimento urbano de água.

	ETAPA	DURAÇÃO (DIAS)	PRAZO (DIAS)	VALOR (R\$) mil
1	Plano de Trabalho	30	30	67,6
2	Inventário e análise	90	120	135,1





## 9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste quinto e último ano deste contrato de gestão podemos fazer um retrospecto e observar que os Comitês do Doce, o IBIO – AGB Doce, como Entidade Delegatária com Funções de Agência de Água, e Órgãos Gestores demonstram amadurecimento e aprendizado na gestão de recursos oriundos da cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Doce. Desde a criação do CBH Doce em 2002, e diversos outros CBH dos rios afluentes que também foram criados em períodos próximos, até a presente data, muitos desafios foram superados graças aos esforços dos diversos atores envolvidos. O empenho das partes envolvidas resultou em um processo de melhoria contínua pelo qual todos estão passando rumo a uma gestão que esteja cada vez mais eficiente e produtiva, atendendo às demandas ambientais e sociais de toda a bacia do Rio Doce.

Apesar de todas as dificuldades e incertezas que se apresentam, que são frutos de um processo inovador no país de cobrança pelo uso da água, nota-se um ambiente muito favorável onde todas as partes envolvidas reconhecem que há a necessidade de melhoria contínua e amadurecimento.

As reuniões de alinhamento ocorridas entre as Entidades Delegatárias e Órgãos Gestores em 2014 e 2015 representam marcos de evolução. A sensibilização das partes para a necessidade de alinhamentos, consensos de entendimentos e resolução de questões pontuais é fundamental para o processo evolução da gestão de bacias hidrográficas e do processo de cobrança pelo uso de recursos hídricos.

O desastre do rompimento da barragem de rejeitos da mineração da empresa Samarco, no município de Mariana, em Minas Gerais, representa um novo desafio para a gestão da bacia do Rio Doce. A forma como os problemas decorrentes deste desastre será mitigada e como a bacia irá se recompor dos problemas ambientais e sociais será um dos principais desafios para 2016. Os reais impactos do desastre a médio e longo prazo ainda estão sendo compreendidos, o que dará origem a um conjunto de medidas mitigatórias a serem tomadas pelos Comitês de Bacia Hidrográfica, Órgãos Gestores, Entidades Delegatárias das Funções de Agência de Água e demais instituições públicas e privadas envolvidas.

Governador Valadares, 05 de fevereiro de 2015.

---

Ricardo Alcântara Valory  
Diretor Geral  
IBIO – AGB Doce



# ANEXOS



## **Anexo I**

### **Relatório Anual de Mapeamento de Fontes de Recursos Disponíveis**

**(Volume à parte)**



## **Anexo II**

**Relatório Anual de Acompanhamento das Ações Executadas com os Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba**

**(Volume à parte)**



## **Anexo III**

**Relatório de Avaliação da Execução das Ações Previstas no PIRH/PARH**

**(Volume à parte)**



## **Anexo IV**

### **Resultado da Aplicação de Questionários sobre Reconhecimento Social do IBIO – AGB Doce no ano de 2015**



## **Anexo V**

**Questionário aplicado para Reconhecimento Social do IBIO – AGB Doce**



## **Anexo VI**

**Questionário aplicado aos usuários em cobrança pelo uso de recursos hídricos  
da Bacia Hidrográfica do Rio Doce**





## **Anexo VII**

**Relatório com a tabulação dos dados coletados representando todas as faixas de valores pagos**

**(Volume à parte)**



## **Anexo VIII**

**Relatório Conclusivo com análise descritiva dos dados estatísticos e representações gráficas de cada variável em estudo**

**(Volume à parte)**



# **RELATÓRIO ANUAL DE MAPEAMENTO DAS FONTES DE RECURSOS**

01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2015

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015**

**CONTRATO DE GESTÃO 001/IGAM/2011**

**FEVEREIRO DE 2016**



## SUMÁRIO

<b>SUMÁRIO</b> .....	<b>2</b>
<b>LISTA DE FIGURAS</b> .....	<b>3</b>
<b>LISTA DE TABELAS</b> .....	<b>4</b>
<b>LISTA DE SIGLAS</b> .....	<b>5</b>
<b>1. CONTEXTUALIZAÇÃO</b> .....	<b>7</b>
1.1. A BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOCE .....	9
1.2. A BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PIRACICABA .....	12
1.3. PLANO INTEGRADO DE RECURSOS HÍDRICOS – PIRH DOCE.....	13
1.4. PLANO DE AÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS DA UNIDADE DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - PARH.....	16
1.5. O CONTRATO DE GESTÃO.....	17
1.6. PLANO DE APLICAÇÃO PLURIANUAL – PAP DOCE .....	19
<b>2. APRESENTAÇÃO</b> .....	<b>24</b>
<b>3. FONTES MAPEADAS E DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS.....</b>	<b>26</b>
3.1. PARCERIAS E ARRANJOS INSTITUCIONAIS .....	26
3.2. FONTES INTERNACIONAIS .....	28
3.3. FONTES PÚBLICAS.....	32
3.4. FONTES PRIVADAS .....	33
3.5. FONTES PÚBLICO-PRIVADAS .....	36
<b>4. O DESASTRE DE MARIANA E NOVAS OPORTUNIDADES PARA O RIO DOCE .....</b>	<b>37</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>38</b>



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma Geral do IBIO - AGB Doce.....	8
Figura 2 – Localização da Bacia Hidrográfica do Rio Doce .....	10
Figura 3 – Bacia Hidrográfica do Rio Doce .....	10
Figura 4 - Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba .....	12



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Características gerais da bacia do rio Doce .....	12
Tabela 2 – Deliberações aprovando a cobrança pelo uso dos recursos hídricos.....	18
Tabela 3 - Deliberações aprovando a indicação do IBIO para funções de Agência de Água .....	19
Tabela 4 - Deliberações que aprovaram o Plano de Aplicação Plurianual – PAP.....	20
Tabela 5 – Deliberações que aprovaram readequação do Plano de Aplicação Plurianual - PAP.....	21
Tabela 6 – PAP da Bacia do Rio Doce com recursos arrecadados e repassados pela ANA.....	22
Tabela 7 – PAP da Bacia do Rio Doce com recursos arrecadados e repassados pela IGAM .....	23
Tabela 8 - Resumo das oportunidades .....	30
Tabela 9 - Resumo das oportunidades .....	35



## LISTA DE SIGLAS

ALMG	Assembleias Legislativas de Minas Gerais
ANA	Agência Nacional de Águas
APP	Área de Preservação Permanente
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BVSA	Bolsa de Valores Socioambientais
CAB	Programa Cultivando Água Boa
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CBH	Comitê de Bacia Hidrográfica
CEMAIS	Centro Mineiro de Alianças Intersetoriais
CEMIG	Companhia Energética de Minas Gerais
CERH	Conselho Estadual de Recursos Hídricos
CNRH	Conselho Nacional de Recursos Hídricos
COPASA	Companhia de Saneamento de Minas Gerais
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EFVM	Estrada Ferroviária Vitória a Minas
EMATER-MG	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais
ES	Espírito Santo
FAPEMIG	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
FAPES	Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo
FAO	Food and Agriculture Organization of the United Nations
FEAM	Fundação Estadual de Meio Ambiente
FHIDRO	Fundo De Recuperação, Proteção E Desenvolvimento Sustentável Das Bacias Hidrográficas Do Estado De Minas Gerais
FIEMG	Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
FNMA	Fundo Nacional Do Meio Ambiente
FUNDÁGUA	Fundo Estadual de Recursos Hídricos do Espírito Santo
GAT	Grupo de Acompanhamento Técnico
GEF	Global Environment Facility
IDAF	Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal
IEMA	Instituto Estadual de Meio Ambiente do Espírito Santo
IEF	Instituto Estadual de Floresta
IGAM	Instituto de Gestão das Águas
IMA	Instituto Mineiro de Agropecuária
MG	Minas Gerais
NUCAM	Núcleo de Resolução de Conflitos Ambientais
ONG	Organização não Governamental
P12	Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos
P21	Programa de Incremento de Disponibilidade
P31	Programa de Convivência com as Cheias
P42	Programa de Expansão do Saneamento Rural
P52	Programa de Recomposição de APPs e Nascentes
P72	Programa de Educação Ambiental
PAP	Plano de Aplicação Plurianual
PARH	Plano de Ação de Recursos Hídricos
PIRH	Plano Integrado de Recursos Hídricos
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.



---

Relatório de Gestão do Exercício de 2015 – Contrato de Gestão 072/ANA/2011

---

PRSA	Política de Responsabilidade Socioambiental
SEDE	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico
SEE	Secretaria de Educação
SEMAD	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TCU	Tribunal de Contas da União
TNC	The Nature Conservancy
UGRH	Unidade de Gestão de Recursos Hídricos
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
WWF	World Wide Fund for Nature





## 1. CONTEXTUALIZAÇÃO

O Instituto BioAtlântica (IBIO- AGB Doce), Entidade Equiparada às Funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, de acordo com os termos descritos no Contrato de Gestão n° 001/IGAM/2011 apresenta o Relatório de Gestão relativo ao ano de 2015 referente ao CBH-Piracicaba.

O Instituto BioAtlântica (IBIO - AGB Doce) é uma associação civil sem fins lucrativos, classificada como pessoa jurídica de direito privado, composto por pessoas jurídicas e físicas. O Instituto tem como finalidade promover a conservação ambiental e a gestão sustentável de recursos territoriais como forma de gerar desenvolvimento econômico, equidade social e bem-estar humano. Para cumprir este propósito, o Instituto aplicará os recursos recebidos, inclusive recursos físicos, humanos e financeiros, em projetos, programas ou planos de ações definidos pelo doador, inclusive em apoio a outras organizações sem fins lucrativos ou órgãos do setor público que atuem em áreas afins, promovendo especialmente as seguintes atividades:

- a) Contribuir para a conservação e recuperação ambiental.
- b) Contribuir para o desenvolvimento equilibrado dos aspectos ambiental, social, cultural e econômico de territórios.
- c) Promover pesquisas sobre recuperação e conservação ambiental, gestão integrada de territórios e geração e gestão de ativos territoriais.
- d) Estimular o estabelecimento de redes de instituições de pesquisa e aplicação nas áreas citadas no inciso c).
- e) Promover a disseminação de conhecimento técnico-científico sobre as áreas citadas no inciso c).
- f) Promover articulação entre diferentes setores da sociedade no sentido de atender aos incisos acima.
- g) Exercer, através do Comitê Gestor de Águas, as atribuições a serem previamente determinadas pelos, e acordadas com os, Órgãos Gestores para a bacia hidrográfica do rio Doce.

O Instituto BioAtlântica trabalha para melhorar a qualidade ambiental e promover a gestão integrada de recursos territoriais como forma de gerar desenvolvimento econômico, equidade social e bem-estar humano. Enxergamos no futuro territórios organizados, onde os recursos naturais sejam utilizados de forma racional e sensata por uma sociedade com pleno conhecimento de sua participação na sustentabilidade desse sistema. Fundado em 19 de fevereiro de 2002, é composto por:

**Assembleia Geral** - Órgão soberano do IBIO - AGB Doce, podendo ser ordinária ou extraordinária.

**Conselho Fiscal** - Órgão fiscalizador e auxiliar da Assembleia Geral, do Conselho Consultivo e da Diretoria Executiva do IBIO - AGB Doce.

**Conselho Consultivo** – Órgão formado principalmente por representantes das empresas doadoras de recursos que forem admitidas como Associadas ou de Associados Fundadores ou outros, a critério dos Associados Fundadores, que tem por objetivo servir de instrumento de controle externo de suas atividades.

**Diretor Presidente** – Cria e implementa o macro planejamento do IBIO, observando as recomendações feitas pelo Conselho Consultivo, pelo Conselho Fiscal e pela Assembleia Geral.

**Diretoria Executiva** - Órgão executor das ações do IBIO - AGB Doce.

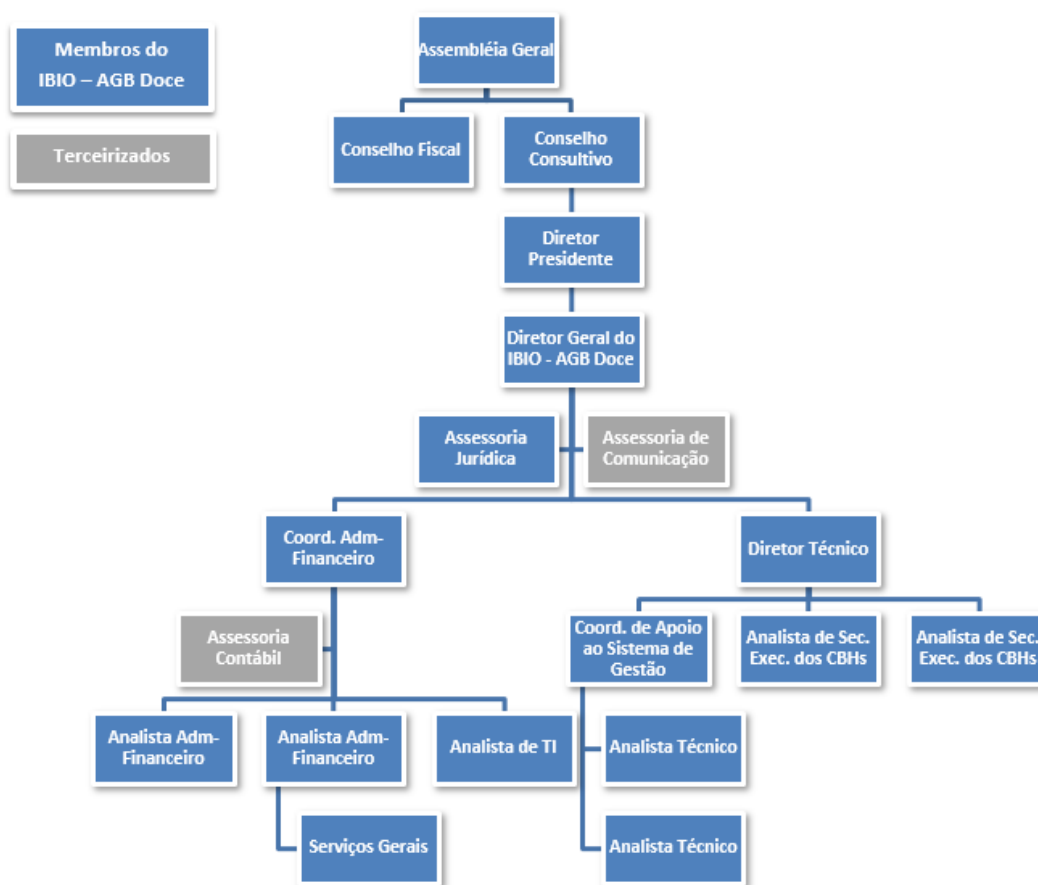


Figura 1 - Organograma Geral do IBIO - AGB Doce<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> A equipe apresentada do quadro de funcionários do IBIO – AGB Doce contemplam funcionários contratados para atender a ambos os Contratos de Gestão celebrados com a ANA e com o IGAM



## 1.1. A Bacia Hidrográfica do Rio Doce

A bacia do rio Doce situa-se na região Sudeste, entre os paralelos 17°45' e 21°15' S e os meridianos 39°30' e 43°45' W, integrando a região hidrográfica do Atlântico Sudeste. Esta bacia, com uma área de drenagem de aproximadamente 86.854 km<sup>2</sup>, dos quais 86% pertencem ao Estado de Minas Gerais e o restante ao Espírito Santo, abrange um total de 228 municípios. As nascentes do rio Doce situam-se no Estado de Minas Gerais, nas serras da Mantiqueira e do Espinhaço, sendo que suas águas percorrem cerca de 850 km, até atingir o oceano Atlântico, junto ao povoado de Regência, no Estado do Espírito Santo (Figura 2 e Figura 3). Existem dois rios de dominialidade federal na bacia do rio Doce: o rio Doce e o rio José Pedro, afluente do rio Manhuaçu.

A bacia limita-se ao sul com a bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, a sudoeste com a bacia do rio Grande, a oeste com a bacia do rio São Francisco, ao norte e noroeste com a bacia do rio Jequitinhonha, e bacias do litoral sul do Espírito Santo e a nordeste com as bacias do litoral norte do Espírito Santo. Os principais afluentes do rio Doce pela margem esquerda são os rios do Carmo, Piracicaba, Santo Antônio, Corrente Grande e Suaçuí Grande, em Minas Gerais; São José e Pancas no Espírito Santo. Já pela margem direita são os rios Casca, Matipó, Caratinga/Cuieté e Manhuaçu em Minas Gerais; Guandu, Santa Joana e Santa Maria do Rio Doce no Espírito Santo.

No estado de Minas Gerais a bacia do rio Doce é dividida em seis Unidades de Planejamento e Gestão dos Recursos Hídricos (UGRHs), com Comitês de Bacia já estruturados, conforme descrito abaixo:

- UGRH01 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Piranga;
- UGRH02 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Piracicaba;
- UGRH03 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Santo Antônio;
- UGRH04 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Suaçuí;
- UGRH05 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Caratinga; e
- UGRH06 – Comitê de Bacia Hidrográfica Águas do rio Manhuaçu.

No Estado do Espírito Santo, embora inexistam subdivisões administrativas da bacia do rio Doce, têm-se os Comitês de Bacia já estruturados, conforme descrito abaixo:

- UGRH07 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Guandu
- UGRH08 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Santa Maria do Doce
- UGRH09 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio São José.

A atividade econômica da bacia do rio Doce é bastante diversificada, destacando-se: a agropecuária (reflorestamento, lavouras tradicionais, cultura de café, cana-de-açúcar, criação de gado leiteiro e de corte e na suinocultura.); a agroindústria (sucroalcooleira); a mineração (ferro, ouro, bauxita, manganês, pedras preciosas e outros); a indústria (celulose, siderurgia e laticínios); o comércio e serviços de apoio aos complexos industriais; e a geração de energia elétrica.



Figura 2 – Localização da Bacia Hidrográfica do Rio Doce



Figura 3 – Bacia Hidrográfica do Rio Doce



Na região encontra-se instalado o maior complexo siderúrgico da América Latina, com destaque para a Companhia Siderúrgica Belgo Mineira, a ACESITA e a USIMINAS. Ao lado da siderurgia estão associadas empresas de mineração, com destaque para a Vale e empresas reflorestadoras, que cultivam o eucalipto para fornecer matéria-prima para as indústrias de celulose. Todo esse complexo industrial é responsável por grande parte das exportações brasileiras de minério de ferro, aço e celulose, sendo, portanto, de grande importância para a região onde estão instaladas.

Apesar de ser notável a geração de capital na bacia em função da existência desse complexo siderúrgico, também se verifica a desigualdade no interior da bacia. O maior desenvolvimento das atividades econômicas aconteceu somente em algumas de suas áreas, como o Vale do Aço e na região de influência dos municípios de Governador Valadares, Caratinga, Colatina e Linhares. Os indicadores sociais e econômicos de uma parte significativa dos municípios da bacia mostram que quase uma centena deles são classificados como municípios pobres.

As principais rodovias que dão acesso e passam pela bacia do rio Doce são: a BR 381 que segue na direção sudoeste – nordeste passando por Belo Horizonte e depois importantes cidades da bacia como Ipatinga e Governador Valadares; a BR 116, importante rodovia brasileira que cruza a região do Médio Doce na direção de sul para norte, passando por Caratinga e Governador Valadares; a BR 262 que segue na direção leste – oeste atravessa Belo Horizonte, passa entre João Monlevade e Rio Piracicaba, cruza com a BR 116 nas proximidades de Manhuaçu e depois entra no Espírito Santo, já fora da bacia do Rio Doce; a BR 101, que serve a parte capixaba da bacia, atravessa a região do Baixo Doce de sul para norte passando por Linhares.

Além das rodovias, existe a Estrada Ferroviária Vitória a Minas (EFVM) que liga Belo Horizonte a Vitória, numa extensão de 898 km passando pelo Vale do Aço, sendo incorporada pela Vale em 1940. Esta ferrovia faz o transporte de passageiros e mercadorias (minério de ferro, carvão mineral, calcário, ferro, aço, produtos agrícolas, etc.). É considerada a ferrovia mais rentável do País e uma das poucas ferrovias que ainda faz o transporte de passageiros.

A bacia tem uma população superior a 3,5 milhões de habitantes. O Vale do Aço tem o maior adensamento populacional da bacia e constata-se a existência de um fluxo migratório que se direciona, sobretudo, para as maiores cidades, como Ipatinga e Governador Valadares. Em decorrência, há uma tendência de diminuição populacional nos municípios com população de até 20.000 habitantes, que representam mais de 85% dos municípios da bacia do rio Doce.

A população urbana representa mais de 70% da população total. Entretanto, os mesmos dados mostram que mais de 100 municípios possuem população rural maior que a urbana, evidenciando que a população rural ainda é significativa, absorvidos pela exploração agropecuária. No Médio Doce, essas atividades constituem o principal gerador de renda, emprego e ocupação de mão-de-obra em municípios de menor porte, principalmente onde a população rural predomina. A Tabela 1 sumariza as características gerais da bacia do rio Doce.

Tabela 1 – Características gerais da bacia do rio Doce

Características Gerais da Bacia do Rio Doce	
Área da bacia	86.854 km <sup>2</sup>
Extensão do curso principal	Aprox. 879 km
Nº de municípios	228
População na bacia	3.430.673
Principais atividades econômicas	Mineração; Siderurgia; Silvicultura e Agropecuária
Principais problemas relacionados à gestão dos recursos hídricos	Contaminação por esgotos domésticos; erosão e assoreamento

## 1.2. A Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba

A UGRHO2 - Piracicaba insere-se totalmente no Estado de Minas Gerais, ocupando uma área de 5.681 km<sup>2</sup>, conforme Figura 4. A UGRH é composta pela bacia do rio Piracicaba e por uma área incremental a jusante da foz deste rio. O rio Piracicaba é afluente da margem esquerda do rio Doce e estende-se por cerca de 241 km. A sua bacia hidrográfica ocupa uma área de 5.465,38 km<sup>2</sup>. A pequena área incremental a jusante da confluência do rio Piracicaba com o rio Doce, incluindo um trecho deste, tem uma superfície de 216,13 km<sup>2</sup>, sendo o principal curso d'água o ribeirão Ipanema.

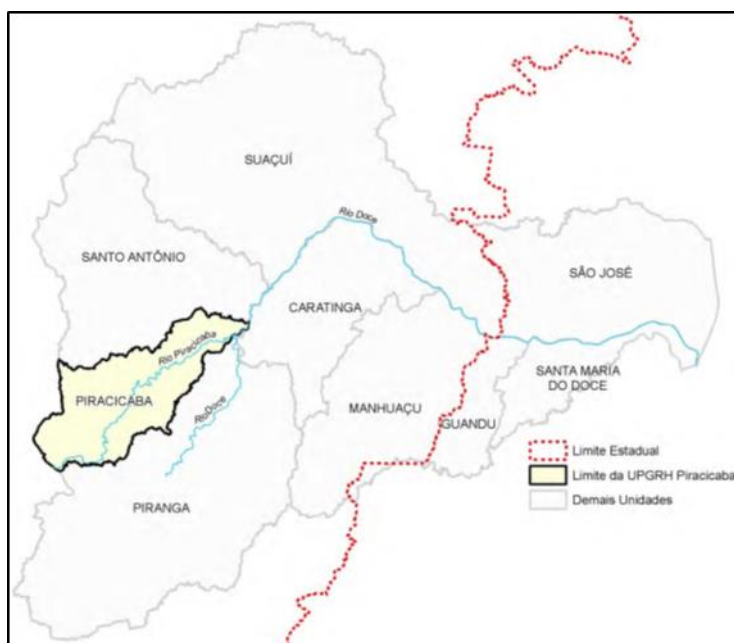


Figura 4 - Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba



Os municípios da bacia pertencem às mesorregiões Metropolitana de Belo Horizonte e Vale do Rio Doce e, com maior relevância, às microrregiões Itabira e Ipatinga, de acordo com a divisão do IBGE. As principais rodovias federais que dão acesso à UPGRH são a BR-120, que passa pelo município de Itabira, a BR-262, que passa nos municípios de Barão dos Cocais e Santa Bárbara, a BR-381, que passa pelos municípios de Rio Piracicaba, Bela Vista de Minas, Nova Era, Antônio Dias, Coronel Fabriciano e Ipatinga. Além disso, algumas rodovias estaduais como a MG-326, a MG-434, a MG123, a MG-232 e a MG 458 dão acesso aos municípios da região.

O rio Piracicaba é o principal curso d'água da região. Suas nascentes localizam-se no município de Ouro Preto, a 1.680m de altitude. O rio Piracicaba percorre 241 km até encontrar o rio Doce, na divisa dos municípios de Ipatinga e Timóteo. Ao longo deste percurso, passa por cidades como Rio Piracicaba, Nova Era, Antônio Dias e pela Região Metropolitana do Vale do Aço, formada por Coronel Fabriciano e Ipatinga, na margem esquerda e Timóteo, na margem direita. A bacia hidrográfica do rio Piracicaba é composta pelas sub-bacias do rio do Peixe e do rio Santa Bárbara, pela margem esquerda, e pela sub-bacia do rio da Prata, pela margem direita. O rio Santa Bárbara tem como afluentes principais os rios Conceição e Una. As cidades de Barão de Cocais, Santa Bárbara e São Gonçalo do Rio Abaixo localizam-se às margens do rio Santa Bárbara, e São Domingos do Prata é cortada pelo rio da Prata. Além dos rios mais significativos, ao longo do seu curso o rio Piracicaba recebe a descarga de quase uma centena de córregos e ribeirões, os quais compõem sua rede de drenagem.

A UPGRH envolve total ou parcialmente 21 municípios mineiros, os quais reúnem cerca de 733.361 habitantes, conforme contagem de população do IBGE para o ano de 2007. Destes 21 municípios, 17 possuem a sede dentro dos limites da UPGRH. Em termos populacionais (Quadro 8), destacam-se os municípios de Ipatinga, com 238.397 habitantes, seguido de Coronel Fabriciano, com 100.805 habitantes, Itabira, com 99.141 habitantes, Timóteo, com 76.058 habitantes e João Monlevade, com 71.658 habitantes. Destes municípios, três - Coronel Fabriciano, Ipatinga e Timóteo - junto com Santana do Paraíso, formam a "Região Metropolitana do Vale do Aço", de acordo com a denominação criada pela Lei Complementar número 51/98.

### **1.3. Plano Integrado de Recursos Hídricos – PIRH Doce**

O Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Doce – PIRH Doce, que representa o desejo manifesto de todos os envolvidos no processo participativo que foi empreendido de junho de 2008 ao final do ano de 2009, no sentido de consolidar o planejamento de ações voltadas ao enfrentamento dos principais problemas relacionados com os recursos hídricos na bacia do Rio Doce.

O PIRH Doce, nessa primeira versão, constitui o resultado do esforço de representantes dos dez (10) comitês atuantes na bacia hidrográfica do Rio Doce, bem como dos órgãos gestores de recursos



hídricos, representados pela Agência Nacional de Águas – ANA, Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM, e Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – IEMA, do Espírito Santo, reunidos em um Grupo de Acompanhamento Técnico – GAT. Adiante, a relação dos comitês envolvidos na elaboração do PIRH Doce:

- CBH Doce;
- CBH do rio Piranga;
- CBH do rio Piracicaba;
- CBH do rio Santo Antônio;
- CBH do rio Suaçuí;
- CBH do rio Caratinga;
- CBH Águas do rio Manhuaçu;
- CBH do rio Santa Maria do Doce;
- CBH do rio Guandu; e
- CBH do rio São José.

A diretriz máxima que norteou o referido trabalho foi a constante na Lei nº 9.433/97, que institui a Política Nacional dos Recursos Hídricos, no tocante à participação pública e espírito democrático, e também a intensa e importante atuação dos comitês de bacias dos estados do Espírito Santo e Minas Gerais, além do próprio CBH Doce.

O PIRH Doce foi desenvolvido com o objetivo geral de produzir um instrumento capaz de orientar o CBH Doce, os CBHs de bacias afluentes, os órgãos gestores dos recursos hídricos da bacia e demais componentes do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos com responsabilidade sobre a bacia do rio Doce, com vistas à gestão efetiva dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos da bacia, de modo a garantir o seu uso múltiplo, racional e sustentável em benefício das gerações presentes e futuras.

O Plano consubstancia ações integradas que visam instrumentalizar os CBHs de bacias afluentes e o CBH-Doce para o cumprimento de sua missão de articular os diversos atores sociais para garantir a oferta de água, em quantidade e qualidade, visando o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida na bacia hidrográfica do rio Doce.

O Plano consubstancia ações integradas que visam instrumentalizar os CBHs de bacias afluentes e o CBH-Doce para o cumprimento de sua missão de articular os diversos atores sociais para garantir a oferta de água, em quantidade e qualidade, visando o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida na bacia hidrográfica do rio Doce. O PIRH Doce e os Planos de Ações de Recursos Hídricos das Bacias Afluentes – PARHs – tiveram ainda os seguintes objetivos específicos:

- Estruturar a base de dados da Bacia do Rio Doce relativa às características e à situação dos recursos hídricos e demais feições com implicações sobre as mesmas, com vistas a subsidiar a





elaboração e implementação, após a elaboração do PIRH Doce, de um Sistema Integrado de Informações capaz de apoiar a gestão dos recursos hídricos da bacia.

- Definir as medidas necessárias para proteger, recuperar e promover a qualidade dos recursos hídricos com vistas à saúde humana, à vida aquática e à qualidade ambiental.
- Estabelecer metas de melhoria da qualidade das águas, de aumento da capacidade de produção de água e de uma justa distribuição da água disponível na bacia, acordadas por todos os atores da bacia.
- Fomentar o uso múltiplo, racional e sustentável dos recursos hídricos da bacia mediante avaliação e controle das disponibilidades e determinação das condições em que tem lugar o uso da água na bacia, em benefício das gerações presentes e futuras, levando em conta planos setoriais, regionais e locais em andamento ou com implantação prevista na Bacia.
- Integrar os planos, programas, projetos e demais estudos setoriais que envolvam a utilização dos recursos hídricos da bacia, incorporando-os ao PIRH e aos PARHs, dentro de suas possibilidades.
- Articular as ações municipais envolvendo o uso do solo com as diretrizes e intervenções relacionadas ao uso dos recursos hídricos.
- Conceber ações destinadas a atenuar as consequências de eventos hidrológicos extremos.
- Oferecer diretrizes para a implementação dos demais instrumentos de gestão dos recursos hídricos previstos em lei e contribuir para o fortalecimento do Sistema de gerenciamento de Recursos Hídricos pela articulação e participação de todas as demais instâncias da bacia ligadas à gestão dos recursos hídricos.
- Manter e ampliar a participação dos segmentos da sociedade no processo de construção e implementação do PRH-Doce, bem como nos programas e projetos dele derivados.
- Desenhar um arranjo institucional sustentável para a gestão dos recursos hídricos da bacia.
- Promover iniciativas destinadas ao desenvolvimento tecnológico e à capacitação de recursos humanos, à comunicação social e à educação ambiental em recursos hídricos na bacia.
- Com vistas ao atingimento dos objetivos anteriores, apontar respostas técnicas, institucionais e legais para os principais problemas diagnosticados/prognosticados na bacia e determinar um conjunto de intervenções estruturais e não estruturais, montadas na forma de programas e projetos, que possam ser realizadas dentro dos horizontes de planejamento adotados, identificando, para cada programa, os recursos necessários para sua realização, as fontes de onde os mesmos deverão proceder e o seu desenvolvimento no tempo.

A Consultora desenvolveu seus trabalhos com acompanhamento permanente do GAT, através de reuniões mensais de trabalho, acrescidas de 30 (trinta) reuniões públicas realizadas em diferentes



localidades da bacia, quando se apresentaram os resultados das distintas etapas em que o trabalho se desenvolveu, quais sejam: Diagnóstico, Prognóstico e Programas do Plano Integrado.

Nas duas primeiras etapas foram elaborados o Diagnóstico da Bacia e o Prognóstico dos Recursos Hídricos no Horizonte do Plano, onde se avaliaram, respectivamente, a condição atual da qualidade da água e das disponibilidades hídricas, e a projeção destas condições, conforme distintos cenários, até o ano de 2030.

A etapa final constituiu-se na definição das metas sugeridas para a bacia, e na descrição dos programas, projetos e ações preconizadas, incluindo seus objetivos, justificativas, procedimentos, atores envolvidos e diversos outros elementos que os caracterizam, seguido da análise das condições e perspectivas de atendimentos das metas, a partir da efetiva implantação dos programas, incluindo a viabilidade financeira do Plano.

Nesta última etapa também foram desenvolvidos, entre outros, estudos relacionados a um arranjo institucional viável para a gestão dos recursos hídricos da bacia, bem como diretrizes para a aplicação dos instrumentos de gestão definidos na Lei nº 9.433/97, com destaque para o Enquadramento sugerido no âmbito do Plano, como meta de qualidade a ser alcançada.

O trabalho também contemplou o desenvolvimento de um Sistema de Informações Geográficas, denominado SIG-Plano, repositório de toda a informação coletada durante as distintas etapas de elaboração do Plano, bem como suporte de toda a representação cartográfica contida neste estudo.

#### **1.4. Plano de Ação de Recursos Hídricos da Unidade de Planejamento e Gestão - PARH**

O PARH é parte integrante do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – PIRH Doce, e considera os mesmos objetivos, metas básicas, horizonte de planejamento e a realidade desejada para a bacia do rio Doce. Para cada UGRH da bacia hidrográfica do rio Doce foi gerado um PARH específico caracterizando as peculiaridades de cada região da bacia do Rio Doce, assim como os programas prioritários de acordo com a realidade de cada Unidade de Gestão. Cada PARH é, desta maneira, um desdobramento do Plano Integrado de Recursos Hídricos, de acordo com as especificidades de cada unidade de planejamento. Os conteúdos e informações aqui apresentados são, portanto, transpostos do Relatório Final do PIRH Doce, devendo o mesmo ser adotado como referência nas questões relativas aos procedimentos metodológicos utilizados e fontes de consulta específicas.

A estrutura dos PARHs segue, em linhas gerais, a mesma estrutura adotada no desenvolvimento do PIRH Doce, contemplando um diagnóstico situacional da unidade, com ênfase nas questões relativas aos recursos hídricos, e a descrição dos programas previstos para enfrentar as principais questões que



comprometem a qualidade e disponibilidade da água e, por conseguinte, da qualidade de vida em cada UGRH. Neste documento estão apresentados:

- Diagnóstico Sumário da UGRH, contemplando as principais informações que caracterizam a Unidade de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos frente à bacia do Doce como um todo, com ênfase nas questões que demandam maior esforço de gestão. Este capítulo também apresenta um prognóstico tendencial, buscando caracterizar a situação dos recursos hídricos da UGRH no ano de 2030.
- O Comitê de Bacia da UGRH, descrevendo a atual estrutura, órgão normativo e deliberativo que tem por finalidade promover o gerenciamento de recursos hídricos na região, envolvendo, em um âmbito maior, a promoção do debate sobre as questões hídricas e o arbitramento dos conflitos relacionados com o uso da água e que, em última instância; irão aprovar e acompanhar a execução do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Doce, e o respectivo Plano de Ação.
- Os Objetivos e Metas projetados para a bacia, expressando a realidade possível para o horizonte do Plano, através de metas de planejamento e ações físicas, quantificadas e com prazos estipulados para a sua consecução.
- Intervenções Recomendadas e Investimentos Previstos, descrevendo o escopo geral das ações previstas e elencando as ações específicas para a bacia, incluindo, quando pertinente, as indicações de criticidade dos problemas identificados.
- Conclusões e Diretrizes Gerais para a Implementação do PARH, onde são discutidas e expostas as motivações e indicações das ações propostas, definindo-se as prioridades e os efeitos esperados para a bacia.

## **1.5. O Contrato de Gestão**

O processo de cobrança pelo uso dos recursos hídricos na bacia do Rio Doce se iniciou em 2011 quando o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Doce e dos Comitês dos rios afluentes, no uso de suas atribuições definidas por lei e demais normas complementares, e considerando os compromissos firmados no âmbito do Pacto para a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, celebrado em 24 de março de 2010 entre os dez Comitês de Bacia Hidrográfica com atuação na Bacia Hidrográfica do Rio Doce, a ANA, IGAM, IEMA e Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, estabelecem os mecanismos e sugere os valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na Bacia Hidrográfica do rio Doce. As decisões estão registradas nas respectivas Deliberações, conforme Tabela 2.



Tabela 2 – Deliberações aprovando a cobrança pelo uso dos recursos hídricos

<b>Comitê de Bacia Hidrográfica</b>	<b>Deliberação</b>
CBH Doce	Deliberação CBH Doce nº 26, de 31 de março de 2011
CBH Piranga	Deliberação CBH Piranga nº 04, de 12 de abril de 2011
CBH Piracicaba	Deliberação CBH Piracicaba nº 15, de 14 de abril de 2011
CBH Santo Antônio	Deliberação CBH Sto. Antônio nº 08, de 13 de maio de 2011
CBH Suaçuí	Deliberação CBH Suaçuí nº 28, de 26 de abril de 2011
CBH Caratinga	Deliberação CBH Caratinga nº 09, de 13 de abril de 2011
CBH Manhuaçu	Deliberação CBH Manhuaçu nº 01, de 03 de agosto de 2011

Posteriormente, o CBH Doce e os Comitês mineiros aprovam o Edital Conjunto nº 01/2011 para seleção de Entidade Delegatária ou Equiparada para desempenhar funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

O CBH-Doce indicaria ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH a entidade que for selecionada com base nos procedimentos estabelecidos neste Edital, para receber a delegação de competência para o exercício de funções de agência de água da bacia hidrográfica do rio Doce nos termos do art. 51 da Lei 9.433/97.

Os Comitês estaduais de Minas Gerais atuantes na área de abrangência da bacia hidrográfica do rio Doce (CBH Piranga, CBH Piracicaba, CBH Santo Antônio, CBH Caratinga, CBH Águas do Rio Manhuaçu e CBH Suaçuí Grande) deveriam considerar, na indicação ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais – CERH/MG, a ENTIDADE selecionada com base nos procedimentos deste Edital, para que seja procedido o ato de equiparação à função de agência de água da bacia hidrográfica do rio Doce, em conformidade com o previsto no art. 37 da Lei 13.199/1999 (MG).

Os Comitês estaduais do Espírito Santo atuantes na área de abrangência da bacia hidrográfica do rio Doce (CBH Rio Guandu, CBH Rio São José, CBH Rio Santa Maria do Rio Doce) deveriam considerar, na indicação ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Espírito Santo – CERH/ES, a ENTIDADE selecionada com base nos procedimentos deste Edital – e após sua qualificação no Programa de Organizações Sociais do Estado do Espírito Santo, conforme Lei Complementar nº 489/2009 (ES) – para receber a delegação de competência para o exercício de funções de Agência de Água da bacia hidrográfica do rio Doce, em conformidade com o previsto nos artigos 45 e 46, parágrafo único, da Lei 5.818/1998 (ES).

Ainda em 2011 os Comitês Mineiros e o CBH Doce aprovam a indicação, ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH e Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais – CERH/MG, do Instituto BioAtlântica – IBIO para desempenhar, por prazo determinado no contrato de gestão, funções de Agência de Água na bacia hidrográfica do rio Doce como entidade delegatária/equiparada dessas funções, conforme Deliberações da Tabela 3. Na mesma data, é aprovada a minuta dos Contratos de Gestão, a serem celebrados entre o IBIO e ANA, e entre IBIO e IGAM para desempenhar funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce.



Tabela 3 - Deliberações aprovando a indicação do IBIO para funções de Agência de Água

<b>Comitê de Bacia Hidrográfica</b>	<b>Deliberação</b>
CBH Doce	Deliberação CBH Doce nº 30, de 24 de agosto de 2011
CBH Piranga	Deliberação CBH Piranga nº 06, de 25 de agosto de 2011
CBH Piracicaba	Deliberação CBH Piracicaba nº 17, de 23 de agosto de 2011
CBH Santo Antônio	Deliberação CBH Sto. Antônio nº 11, 02 de setembro de 2011
CBH Suaçuí	Deliberação CBH Suaçuí nº 30, de 30 de agosto de 2011
CBH Caratinga	Deliberação CBH Caratinga nº 10, de 31 de agosto de 2011
CBH Manhuaçu	Deliberação CBH Manhuaçu nº 02, 01 de setembro de 2011

Após aprovação dos Comitês, o tema foi discutido e a delegação/equiparação do Instituto BioAtlântica (IBIO - AGB Doce) foi aprovada pelo CNRH - Conselho Nacional de Recursos Hídricos, por meio da Resolução CNRH nº 130, de 20 de setembro de 2011 e pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais na Deliberação CERH/MG nº 295, de 16 de dezembro de 2011.

O Contrato de Gestão nº 072/ANA/2011 foi celebrado em 26 de outubro de 2011 entre a Agência Nacional de Águas - ANA e o Instituto BioAtlântica (IBIO - AGB Doce), Entidade Delegatária/Equiparada, com a anuência do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, para o exercício de funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, foi publicado no D.O.U em 04 de novembro de 2011.

O Contrato de Gestão nº 001/2011 entre Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM e o Instituto BioAtlântica (IBIO – AGB Doce), Entidade Equiparada, com a anuência dos Comitês da Bacia Hidrográfica do Rio Piranga – DO1, do Rio Piracicaba – DO2, do Rio Santo Antônio – DO3, do Rio Suaçuí – DO4, do Rio Caratinga – DO5, e águas do Rio Manhuaçu – DO6, para o exercício de funções de Agência de Água, foi celebrado em 21 de dezembro de 2011 e publicado no D.O.E.M.G em 10 de janeiro de 2012.

Com anuência dos Comitês Capixabas o Instituto BioAtlântica (IBIO – AGB Doce) ainda aguarda assinatura do Contrato de Gestão com o Instituto Estadual de Meio Ambiente- IEMA para o exercício de funções de Agência de Água na porção capixaba da bacia hidrográfica do Rio Doce.

## **1.6. Plano de Aplicação Plurianual – PAP Doce**

O Plano de Aplicação Plurianual, instrumento básico e harmonizado de orientação dos estudos, planos, projetos e ações a serem executados com recursos da cobrança pelo uso da água em toda a bacia hidrográfica do rio Doce, para o período de 2012 a 2015. O Plano de Aplicação Plurianual se pauta pelas seguintes premissas:



- Os estudos, planos, projetos e ações a serem executados devem estar em conformidade com os programas estabelecidos no Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – PIRH e Planos de Ações de Recursos Hídricos das Bacias Afluentes – PARHs, e com as metas definidas nos Contratos de Gestão firmados entre o IBIO – AGB Doce com a Agência Nacional de Águas – ANA e com o Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM e no Pacto para Gestão Integrada das Águas na Bacia Hidrográfica do Rio Doce – Pacto das Águas;
- As diretrizes devem ser harmonizadas para toda a bacia hidrográfica do rio Doce, de forma a otimizar a aplicação dos recursos da cobrança;
- Com vistas a qualificar e alavancar investimentos para toda a bacia hidrográfica do rio Doce, os recursos devem apoiar, preferencialmente, a elaboração de estudos e projetos, bem como ações de proteção, preservação, conservação e recuperação de mananciais, além de ações de capacitação, treinamento, mobilização social e educação ambiental com foco em recursos hídricos.

O objetivo que é, por meio do PAP, seja possível implementar as metas estabelecidas nos Contratos de Gestão e no Pacto das Águas e os programas e ações do PIRH/PARHs Doce considerados prioritários no período de 2012 a 2015. Além de proporcionar o aumento da disponibilidade de água; de reduzir os níveis de poluição hídrica na bacia e apoiar a adoção de medidas de proteção e preservação de nascentes e de práticas de conservação de água e solo e fomentar ações de prevenção e defesa a acidentes e eventos hidrológicos críticos.

Para fins de aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água, no período entre 2012 e 2015, foram priorizados programas do PIRH/PARHs Doce de hierarquia 1, 2 e 3, tendo em vista a relevância e a urgência na sua implementação. O PAP foi inicialmente aprovado pelo CBH Doce e pelos Comitês Estaduais de Minas Gerais em 2012 definindo valores a serem investidos em cada um dos programas do PIRH/PARH, conforme Deliberações da Tabela 4.

Tabela 4 - Deliberações que aprovaram o Plano de Aplicação Plurianual – PAP

<b>Comitê de Bacia Hidrográfica</b>	<b>Deliberação</b>
CBH Doce	Deliberação CBH Doce nº 32, de 26 de abril de 2012
CBH Piranga	Deliberação CBH Piranga nº 02, de 12 de abril de 2012
CBH Piracicaba	Deliberação CBH Piracicaba nº 22, de 11 de abril de 2012
CBH Santo Antônio	Deliberação CBH Sto. Antônio nº 14, de 13 de abril de 2012
CBH Suaçuí	Deliberação CBH Suaçuí nº 34, de 19 de abril de 2012
CBH Caratinga	Deliberação CBH Caratinga nº 12, de 17 de abril de 2012
CBH Manhuaçu	Deliberação CBH Manhuaçu nº 02, de 18 de abril de 2012

Porém, considerando a necessidade de adequar os desembolsos na bacia às estimativas mais recentes de arrecadação oriunda da cobrança pelo uso de recursos hídricos; considerando a necessidade de



concentrar a aplicação dos recursos em um menor número de programas e ações; e considerando os resultados das discussões ocorridas no âmbito dos comitês da bacia durante os meses de abril a junho de 2014, os Comitês estaduais e federal decidem por readequar alguns item do documento, assim como os valores alocados para cada programa a cada ano restante dos Contratos de Gestão celebrados entre o IBIO – AGB Doce, a ANA e o IGAM. Na Tabela 5 abaixo estão descritas as Deliberações que aprovação as readequações do PAP. Na Tabela 6 estão demonstrados os valores alocados, referentes aos recursos arrecadados e repassados pela ANA, após readequação do PAP. Na Tabela 7 estão demonstrados os valores alocados, referentes aos recursos arrecadados e repassados pela IGAM, após readequação do PAP.

Tabela 5 – Deliberações que aprovaram readequação do Plano de Aplicação Plurianual - PAP

<b>Comitê de Bacia Hidrográfica</b>	<b>Deliberação</b>
CBH Doce	Deliberação CBH Doce nº 42, de 14 de agosto de 2014
CBH Piranga	Deliberação CBH Piranga nº 10, de 03 de junho de 2014
CBH Piracicaba	Deliberação CBH Piracicaba nº 27, de 04 de junho de 2014
CBH Santo Antônio	Deliberação CBH Sto. Antônio nº 20, de 22 de maio de 2014
CBH Suaçuí	Deliberação CBH Suaçuí nº 45, de 21 de maio de 2014
CBH Caratinga	Deliberação CBH Caratinga nº 03, de 11 de junho de 2014
CBH Manhuaçu	Deliberação CBH Manhuaçu nº 30, de 10 de junho de 2014



Relatório de Gestão do Exercício de 2015 – Contrato de Gestão 072/ANA/2011

Tabela 6 – PAP da Bacia do Rio Doce com recursos arrecadados e repassados pela ANA

METAS, PROGRAMAS E AÇÕES PRIORIZADOS		ESPACIA- LIZAÇÃO	2012 (mil R\$)	2013 (mil R\$)	2014 (mil R\$)	2015 (mil R\$)	TOTAL (mil R\$)	
1	Estudo de aprimoramento dos mecanismos de cobrança com base nos itens discriminados no indicador 3C do Contrato de Gestão	Toda a bacia	-	999	--	--	<b>999</b>	
2	Pesquisa quadrienal junto aos usuários sobre o atendimento dos objetivos da cobrança na bacia do rio Doce conforme indicador 3D do Contrato de Gestão	Toda a bacia	--	--	--	200	<b>200</b>	
3	Programa de Saneamento da Bacia (P11)	9 Bacias afluentes	-	18	-	-	<b>18</b>	
4	Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura (P22)	UGRHs 4 a 9	--	308	1.560	940	<b>2.808</b>	
<b>Programa de Convivência com as Cheias (P31)</b>								
5	Levantamento de seções topográficas nas calhas dos principais rios da bacia para o modelo hidráulico de propagação de vazões.	Toda a bacia	-		500	500	<b>1.000</b>	
	Aquisição de imagem satélite de alta resolução para definição da mancha de inundação nas áreas urbanas de cidades consideradas prioritárias.		-	241	-	-	<b>241</b>	
	Definição da mancha de inundação da área rural, a partir de modelo digital de elevação – MDE, agregado ao mapa de uso e ocupação do solo.		-					
	Levantamento e consistência dos dados hidrometeorológicos, inclusive dos dados pluviométricos / Levantamento de informações complementares (intervenções estruturais de interesse) / Desenvolvimento de modelo hidrológico, incluindo calibração, simulação e análises / Desenvolvimento do modelo hidráulico, incluindo calibração, simulação e definição dos perfis da linha d'água e das manchas de inundação / Acoplamento dos dados de entrada dos modelos meteorológicos com o modelo hidrológico e deste com o modelo hidráulico. - Desenvolvimento da interface gráfica para operacionalização do modelo no sistema de alerta / Desenvolvimento do Sistema de Previsão e do Sistema de Intervenções Estruturais.		-	-	1750	1000	<b>2.750</b>	
	Concepção de um conjunto de intervenções não estruturais de controle de cheias.				250	<b>250</b>		
6	Programa de Universalização do Saneamento (P41):		-	67	1.850	5.930	<b>7.847</b>	
7	Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)	9 Bacias afluentes	-	4	2.250	2.250	<b>4.504</b>	
8	Programa de Monitoramento e Acompanhamento da Implementação da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos (P61):							
	Fortalecimento dos Comitês (P61.2)	Toda a bacia	495	1.115	2.340	1.100	<b>5.050</b>	
	Sistema de informações (SIG GESTÃO) (P61.a)	Toda a bacia	-	-	150	350	<b>500</b>	
9	Programa de Comunicação Social (P71)	Toda a bacia	-	156	500	500	<b>1.156</b>	
10	Programa de Educação Ambiental (P72)	Toda a bacia	-	43	500	800	<b>1.343</b>	
11	Programa de Treinamento e Capacitação (P73)	Toda a bacia	-	43	-	-	<b>43</b>	
<b>Total Geral</b>			<b>495</b>	<b>2.994</b>	<b>11.400</b>	<b>13.820</b>	<b>28.709</b>	





Relatório de Gestão do Exercício de 2015 – Contrato de Gestão 072/ANA/2011

Tabela 7 – PAP da Bacia do Rio Doce com recursos arrecadados e repassados pela IGAM

METAS, PROGRAMAS E AÇÕES PRIORIZADOS		2012 (mil R\$)	2013 (mil R\$)	2014 (mil R\$)	2015 (mil R\$)	TOTAL (mil R\$)
<b>UGRH01 - Piranga</b>						
1	Programa de Saneamento da Bacia (P11)	-	1	-	650	<b>651</b>
2	Programa de Universalização do Saneamento (P41)	-	5	2.300	5.400	<b>7.705</b>
3	Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)	-	-	-	1.000	<b>1.000</b>
4	Fortalecimento dos Comitês (P61.2)	-	-	100	100	<b>200</b>
	Sistema de informações (SIG GESTÃO) (P61.a)	-	157	-	-	<b>157</b>
5	Programa de Comunicação Social (P71)	-	4	-	-	<b>4</b>
<b>Subtotal UGRH01 - Piranga</b>		-	<b>167</b>	<b>2.400</b>	<b>7.150</b>	<b>9.717</b>
<b>UGRH02 - Piracicaba</b>						
1	Programa de Saneamento da Bacia (P11)	-	47	1.500	4.500	<b>6.047</b>
2	Programa Produtor de Água (P24)	-	-	1.000	1.400	<b>2.400</b>
3	Programa de Universalização do Saneamento (P41)	-	164	5.500	4.000	<b>9.664</b>
4	Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)	-	1	1.000	5.000	<b>6.001</b>
5	Fortalecimento dos Comitês (P61.2)	-	-	100	100	<b>200</b>
	Sistema de informações (SIG GESTÃO) (P61.a)	-	412	-	-	<b>412</b>
6	Programa de Comunicação Social (P71)	-	3	-	-	<b>3</b>
7	Programa de Educação Ambiental (P72)	-	-	200	600	<b>800</b>
8	Programa de Treinamento e Capacitação (P73)	-	-	200	600	<b>800</b>
<b>Subtotal UGRH02 - Piracicaba</b>		-	<b>627</b>	<b>9.500</b>	<b>16.200</b>	<b>26.327</b>
<b>UGRH03 - Santo Antônio</b>						
1	Programa de Universalização do Saneamento (P41)	-	1	500	2.500	<b>3.001</b>
2	Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)	-	-	-	932	<b>932</b>
3	Fortalecimento dos Comitês (P61.2)	-	-	50	50	<b>100</b>
4	Programa de Comunicação Social (P71)	-	3	-	-	<b>3</b>
<b>Subtotal UGRH03 - Santo Antônio</b>		-	<b>4</b>	<b>550</b>	<b>3.482</b>	<b>4.036</b>
<b>UGRH04 - Suaçuí</b>						
1	Programa de Universalização do Saneamento (P41)	-	-	500	1.200	<b>1.700</b>
2	Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)	-	0,5	-	-	<b>1</b>
3	Fortalecimento dos Comitês (P61.2)	-	-	50	50	<b>100</b>
4	Programa de Comunicação Social (P71)	-	3,5	-	-	<b>4</b>
<b>Subtotal UGRH04 - Suaçuí</b>		-	<b>4</b>	<b>550</b>	<b>1.250</b>	<b>1.804</b>
<b>UGRH05 - Caratinga</b>						
1	Programa de Universalização do Saneamento (P41)	-	-	500	1.500	<b>2.000</b>
2	Fortalecimento dos Comitês (P61.2)	-	-	50	50	<b>100</b>
3	Programa de Comunicação Social (P71)	-	3	-	-	<b>3</b>
<b>Subtotal UGRH05 - Caratinga</b>		-	<b>3</b>	<b>550</b>	<b>1.550</b>	<b>2.103</b>
<b>UGRH06 - Manhuaçu</b>						
1	Programa de Universalização do Saneamento (P41)	-	1	500	1.500	<b>2.001</b>
2	Fortalecimento dos Comitês (P61.2)	-	-	50	50	<b>100</b>
3	Programa de Comunicação Social (P71)	-	3	-	-	<b>3</b>
<b>Subtotal UGRH06 - Manhuaçu</b>		-	<b>4</b>	<b>550</b>	<b>1.550</b>	<b>2.104</b>
<b>Total Geral</b>		-	<b>809</b>	<b>14.100</b>	<b>31.182</b>	<b>46.091</b>



## 2. APRESENTAÇÃO

Este relatório tem como objetivo o mapeamento de recursos, técnicos e financeiros disponíveis e potenciais para aplicação na Bacia do Rio Doce, complementando os recursos oriundos da cobrança pelo uso da água, geridos e aplicados pelo IBIO na Bacia. Para tanto, este estudo teve como norte o Plano Integrado de Recursos Hídricos do Rio Doce – PIRH Doce e seus programas, os Planos de Ações para as Unidades de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos no Âmbito da Bacia do Rio Doce – PARH's e ainda o novo Plano de Aplicação Plurianual 2016/2020 com seus programas prioritários de saneamento, hidroambientais e programas transversais.

Para atingir o objetivo e apresentar os resultados sintetizados neste relatório, foram realizadas buscas nos principais meios disponíveis e acessados pelo público em geral e especialistas em captação de recursos, que disponibilizam informações sobre editais, chamamentos públicos e oportunidades relacionadas aos temas. No entanto, as pesquisas não se restringiram aos sites especializados em captação de recursos, pois os desdobramentos das mesmas levaram a outras fontes de informações que se evidenciaram potencialmente interessantes para apoio a projetos na Bacia do Rio Doce.

Vale ressaltar, que a premissa básica de um trabalho como este é a de que ele não termina neste conjunto de informações, pois a oferta de recursos é dinâmica e deve ser acompanhada de forma sistemática. Da mesma maneira, fontes de recursos atualmente ativas podem deixar de ser ofertadas, assim como, obviamente, editais e chamamentos que também têm datas limites para submissão de propostas e projetos.

Deste modo, o relatório foi estruturado da seguinte forma:

- i. Parcerias e Arranjos Institucionais
- ii. Fontes Internacionais
- iii. Fontes Públicas
- iv. Fontes Privadas
- v. Fontes Público-Privada

Para tanto, serão descritas as principais premissas que nortearam a busca por informações dentro de cada categoria específica e resultados alcançados.

Ademais, para cada fonte de recurso foi feita uma planilha que reúne as principais informações compiladas para cada categoria, organizadas por: instituição/áreas de ação/estrutura/prazo para submissão de propostas/links da internet para maiores informações/ e observações gerais. Na análise e uso das informações constantes da planilha é importante atentar para alguns comentários armazenados em células específicas. Foram ali colocados com a intenção de destacar informações para compreensão imediata do que se pretendeu informar.



Os resultados obtidos apontam para possibilidades diferenciadas a serem acessadas pelo IBIO AGB Doce e demais instituições atuantes na bacia do Rio Doce no intuito de não somente dar escala, mas também potencializar todas as ações desenvolvidas pelo IBIO - AGB Doce na bacia. É importante destacar que as oportunidades prospectadas (vigentes ou não), e aqui indicadas deverão ser mais profundamente analisadas, sob vários aspectos, para que as instituições interessadas avaliem a oportunidade de submeter propostas.

O acesso e utilização dos recursos, porém, deverão ser precedidos e, simultaneamente, contar com intenso trabalho que envolverá divulgação, convencimento e apresentação de propostas técnicas sólidas e que demonstrem efetivos resultados para as comunidades locais, recursos naturais e, mais além, que demonstrem e construam “vitrines” de projetos de amplitude sistêmica e replicáveis para outras bacias hidrográficas.



### 3. FONTES MAPEADAS E DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

Foram mapeados os projetos, programas, fundos, parcerias e investimentos disponíveis no País por instituição e alinhados com os programas e ações previstas no PIRH Doce e nos PARHs com o objetivo de nortear o CBH Doce e demais comitês, o IBIO – AGB Doce e os municípios na execução de obras e intervenções de melhoria da qualidade e quantidade de água na Bacia do Rio Doce.

#### 3.1. Parcerias e Arranjos Institucionais

O IBIO - AGB Doce atua naturalmente na articulação e integração de parceiros locais e/ou regionais para o desenvolvimento dos programas previstos no Plano de Aplicação Plurianual - PAP. Sejam elas parcerias técnicas, de capacitação, extensão rural ou desenvolvimento in loco de ações, como por exemplo a recuperação de nascentes, o uso racional da água na agricultura, nos planos de saneamento, etc.

Na bacia do Rio Doce as parcerias têm sido alavancadas pelo IBIO AGB Doce por meio de convênios, termos de cooperação técnica e formação de arranjos institucionais para o aumento da escala de suas ações, como no caso do Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) nos CBHs Guandu, Santa Maria do Doce e Pontões e Lagoas do Rio Doce, no ES.

Para esta categoria, buscou-se instituições que poderiam dar escala técnica aos programas desenvolvidos pela agência. Buscou-se identificar programas desenvolvidos por estas instituições, algumas delas já parceiras do IBIO Institucional como EMATER-MG e EMBRAPA, outras não oficialmente, como COPASA.

O levantamento objetivou oportunizar programas em desenvolvimento pelas instituições, como o Programa Cultivando Água Boa - CAB, sob coordenação da COPASA e que ainda não foi apresentado na bacia do Rio Doce.

O Programa Cultivando Água Boa foi criado pela Itaipu Binacional como estratégia para a recuperação das microbacias, considerando os diversos usos da água, tais como a produção de alimentos, de energia, abastecimento público, lazer e turismo. Com a publicação do Decreto nº 46.730, de 25 de março de 2015, o Governo de Minas constituiu o Grupo de Trabalho para elaborar estudos e propor a reestruturação dos programas da administração pública estadual para incorporar as boas práticas e as experiências do CAB.

A Comissão de Trabalho é composta, além da Copasa, por representantes da Cemig, Emater, Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), Secretaria de Estado de



Desenvolvimento Econômico (SEDE), Secretaria de Educação (SEE), Instituto Estadual de Floresta (IEF), Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEAM) e Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA).

Ainda na esfera governamental, foram levantados e registrados, os programas e ações desenvolvidos pelas instituições governamentais que podem gerar parceria técnica:

- A ampliação do Programa Reflorestar, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Espírito Santo, que já faz parte do arranjo do P52 em território capixaba e que aporta recursos financeiros na ordem de R\$ 2 milhões para cada afluyente capixaba do Rio Doce correspondentes à Pagamento por Serviços Ambientais e Insumos para a implantação de sistemas agroflorestais e recuperação de nascentes e APPs, indo de encontro com os objetivos do P52;
- Programa de Restauração e Fomento Florestal desenvolvidos pelo IEF-MG, sobretudo o Programa Bolsa Verde, tem por objetivo apoiar a conservação da cobertura vegetal nativa em Minas Gerais, mediante pagamento por serviços ambientais aos proprietários e posseiros que já preservam ou que se comprometem a recuperar a vegetação de origem nativa em suas propriedades ou posses.
- O Cadastro Ambiental Rural, realizado em ambos os Estados através do Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (IDAF-ES) e Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais (SEMAD-MG), é uma importante ferramenta de conservação e recuperação da Mata Atlântica. Desta forma, formalizar parcerias institucionais para a aplicação do CAR na bacia do Rio Doce é sinérgico às ações estabelecidas no Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52). Na porção capixaba do Rio Doce já ocorre em parceria com o P52 a realização do CAR em 600 propriedades rurais.

Algumas instituições possuem mais acesso a recursos financeiros como os Ministérios Públicos de Minas Gerais e do Espírito Santo. Em junho de 2015, o Ministério Público do Espírito Santo, por meio do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente, assinou com o Instituto Terra um Termo de Cooperação oficializando parceria em favor do Programa Olhos D'Água, que tem como meta recuperar todas as nascentes do Rio Doce. Da mesma forma, o Ministério Público de Minas Gerais lançou a Plataforma Semente que cadastrará projetos socioambientais a serem escolhidos pelos promotores locais para financiamento com recursos de compensação ambiental, TACs e multas.

As Assembleias Legislativas dos dois Estados possuem a capacidade instituída e o poder de propor programas estratégicos que poderão gerar recursos para instituições especializadas na Bacia do Rio Doce. Exemplo disto são os Seminários Legislativos Águas de Minas III: Desafios da Crise Hídrica e a Construção da Sustentabilidade, que foram promovidos pela Comissão Extraordinária das Águas da ALMG por todo o Estado de Minas Gerais. Os Seminários geraram documentos estratégicos que apontam direcionamento para gestão e financiamento de projetos relacionados aos recursos hídricos.

Ainda dentro de representatividade institucional foram listadas instituições nacionais e internacionais que “representam” e divulgam os trabalhos institucionais de instituições parceiras, muito



particularmente no tema recursos hídricos. As informações sobre as estratégias desenvolvidas pelo World Water Council, Associação Brasileira de Recursos Hídricos, Global Water Partnership, dentro outros, podem ser vistos nos links e informações dispostas na planilha em anexo.

Também se buscou instituições internacionais, de peso e de importância estratégica, que poderiam gerar parcerias técnicas, ao mesmo tempo que, pela aproximação e desenvolvimento de ações conjuntas poderiam gerar frutos quando do lançamento de chamamentos públicos para financiamento de projetos. Exemplo disto são os programas desenvolvidos pela FAO, Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, PNUD e UNESCO. Todas elas possuem programas consolidados nas áreas consonantes com os programas contidos no Plano de Aplicação Plurianual.

O BID, lançou o Fundo AgroLAC 2025 (ver em Fontes Internacionais na planilha), que pode ser acessado pelo IBIO e demais parceiros no Rio Doce. O BID possui ainda um Escritório de Parcerias Estratégicas, que é um bom ponto de partida para uma aproximação institucional. Por outro lado, o PNUD, além de desenvolver projetos em parceria com ONGs, é, no Brasil, uma das agências implementadoras do Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF).

Foram também incluídas na planilha, organizações locais como AMA Lapinha, Fundação Biodiversitas e Instituto Terra que desenvolvem projetos em campo, na Bacia do Rio Doce. É fundamental o entendimento da necessidade de integração entre as instituições locais para dar escala às ações e ressaltar o papel de coordenação estratégica que o Comitê da Bacia do Rio Doce, através do IBIO AGB Doce, tem na Bacia.

### **3.2. Fontes Internacionais**

Buscou-se oportunidades em instituições internacionais com reconhecida atuação no apoio e fomento a projetos como o Global Environment Facility – GEF que possui linhas de apoio a projetos desenvolvidos por ONGs, por meio dos Small Grants, projetos estes inferiores à R\$ 30 mil. Embora direcionado para o bioma Cerrado, há a possibilidade de captação de recursos para a Bacia do Santo Antônio – há porções de cerrado na região – para desenvolvimento de associações locais.

Quase todas as instituições fomentadoras internacionais têm na sua carteira de projetos, os temas mudanças climáticas, resiliência e adaptabilidade territorial, recuperação de áreas degradadas e alívio à pobreza. O Plano de Aplicação Plurianual e seus programas de Recomposição de APPs e Nascentes (P52), Programa de Expansão do Saneamento Rural (P42), Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos (P12), Programa de Incremento de Disponibilidade Hídrica (P21), Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura (P22), Programa de Convivência com as Cheias (P31) e Programa de Educação Ambiental (P72) se alinham aos fundos e editais prospectados e indicados na Planilha em Fundos Internacionais.



Destaque para a União Europeia que tem o tema de fortalecimento de organizações da Sociedade Civil que atuam na defesa de direitos humanos. Pôde-se constatar, entretanto que o tema se amplia e pretende priorizar projetos que possuam: participação construtiva e estruturada na elaboração e implementação de políticas públicas regionais ou nacionais; a consolidação e disseminação de iniciativas inovadoras e geradoras de impactos sociais e econômicos na redução da pobreza e da desigualdade, em um contexto de desenvolvimento sustentável.

Muitos dos resultados obtidos, não somente com fontes internacionais, mas nacionais também, apontam para o fomento a projetos por meio de Fundos. Os Fundos Internacionais possuem estratégias de fomento a projetos diferenciadas, indo de biodiversidade, gestão de recursos hídricos, fortalecimento de agricultura sustentável a mudanças climáticas. Alguns estão com oportunidades vigentes como o Fundo Japonês de Redução da Pobreza, o Global Innovation Fund, o AgroLAC do BID e o Green Bonds do Banco Mundial que é um Fundo de Investimento para serem aplicados em projetos para mitigar a mudança climática.

Também foram prospectadas oportunidades em instituições fomentadoras privadas internacionais, como a Fundação Interamericana, Fundação Toyota, Fundação Tinker e a instituição Israelense Empreendimento ERI. Na Tabela 8 estão listadas as oportunidades/instituições de captação de recursos financeiros.



Relatório de Gestão do Exercício de 2015 – Contrato de Gestão 072/ANA/2011

Tabela 8 - Resumo das oportunidades

Instituição	Linhas Temáticas	Meio	Link	Sinergia com Programas do PAP	Valores de Apoio
ADMIRE project	Mudança Climática	Grants	<a href="http://www.admireproject.org/">http://www.admireproject.org/</a>	P22	Admire Project tem <b>U\$ 3,5 milhões</b> para apoio à ideias inovadoras ao combate das Mudanças Climáticas.
Fundação Tinker	Gestão sustentável de recursos e melhores práticas	Editais	<a href="http://www.tinker.org/content/sustainable-resource-management">http://www.tinker.org/content/sustainable-resource-management</a>	P22, P24, P52, P72	Em 2015 foram aprovados projetos de até <b>U\$ 575 mil</b>
União Européia	Fortalecimento de organizações da sociedade civil que atuam na defesa de direitos humanos.	Editais	<a href="https://webgate.ec.europa.eu/europeaid/online-services/index.cfm?ADSSChck=1438375218830&amp;do=publi.welcome&amp;searchtype=RS&amp;orderbyad=Desc&amp;aofr=150217&amp;nbPubliList=15&amp;orderby=upd&amp;userlanguage=en">https://webgate.ec.europa.eu/europeaid/online-services/index.cfm?ADSSChck=1438375218830&amp;do=publi.welcome&amp;searchtype=RS&amp;orderbyad=Desc&amp;aofr=150217&amp;nbPubliList=15&amp;orderby=upd&amp;userlanguage=en</a>	P22, P31	<b>€100mil a €300mil</b>
Newton Fund	Apoio institucional	Grant	<a href="http://www.britishcouncil.org/education/science/current-opportunities/institutional-links-newton-2015-july">http://www.britishcouncil.org/education/science/current-opportunities/institutional-links-newton-2015-july</a>	P22, P31	O valor de apoio depende da robustez e complexidade do projeto
Empreendimento social ERI	Apoio operacional	Grant	<a href="http://www.eri-institute.com/#!eri-about/c1ra8">http://www.eri-institute.com/#!eri-about/c1ra8</a>	P22	Não foi encontrado limite de recursos.
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	Redução da pobreza Soluções inovadoras	Fondo Especial Japonés de Reducción de la Pobreza (JPO)	<a href="http://www.iadb.org/pt/sociedade-civil/recursos-para-a-sociedade-civil,9538.html">http://www.iadb.org/pt/sociedade-civil/recursos-para-a-sociedade-civil,9538.html</a>	P22	Os últimos projetos apoiados estavam em U\$ 950 mil.
Fundação Interamericana	Geração de renda e melhores condições de vida.	Editais	<a href="http://www.iaf.gov">http://www.iaf.gov</a>	P22, P24, P52, P72	US\$ 25 mil a US\$ 400 mil





Relatório de Gestão do Exercício de 2015 – Contrato de Gestão 072/ANA/2011

Global Innovation Fund	Inovações sociais com foco no melhoramento de vidas e oportunidades	Edital	<a href="http://www.globalinnovation.fund/what-we-look-for">http://www.globalinnovation.fund/what-we-look-for</a>	P22, P52 e P24	\$ 50.000 a US \$ 15 milhões
Fundo AgroLAC 2025 BID	Agricultura Sustentabilidade	AgroLAC 2025: An Agricultural Productivity Fund for Latin America & the Caribbean	<a href="http://agrolac2025.org/wp-content/uploads/AgroLAC-Description-Portuguese.pdf">http://agrolac2025.org/wp-content/uploads/AgroLAC-Description-Portuguese.pdf</a>	P12, P21, P22, P24, P42, P52	Recém criado, o Fundo terá de U\$30 milhões a U\$ 50 milhões em 5 anos. O limite de apoio ainda não está definido.



### 3.3. Fontes Públicas

Foram levantadas as instituições governamentais federais e estaduais (Espírito Santo e Minas Gerais) e seus respectivos programas que poderiam apoiar a estratégia do IBIO.

As instituições foram agrupadas na planilha: Bancos; Ministérios; Secretarias e autarquias ou empresas estatais; Fundos setoriais governamentais, tais como FHIDRO, FUNDÁGUA, FUNDEMA, FNMA etc. Além disto, foram também prospectados os programas desenvolvidos pelas Companhias Energéticas dos Estados, destacando que a CEMIG participa do Grupo que vem implementando o Programa Água Boa em Minas Gerais.

Também foram mapeadas as fomentadoras de pesquisa – FAPEMIG E FAPES, que eventualmente, direcionam recursos, por meio de editais para projetos e pesquisas e que podem ser acessados por organizações do terceiro setor.

Por último, o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), por meio do Núcleo de Resolução de Conflitos Ambientais (Nucam), em parceria com o Centro Mineiro de Alianças Intersetoriais (CeMais), lançou recentemente a plataforma virtual Semente: transformando ideias em projetos. O objetivo é aprimorar a atuação do MPMG na defesa do meio ambiente e garantir a segurança jurídica e transparência na destinação das medidas compensatórias ambientais. A plataforma subsidiará as Promotorias de Justiça na seleção de ações, projetos ou programas com relevância socioambiental, apresentados por instituições do terceiro setor, iniciativa privada e poder público. Poderão ser inscritos projetos que visem à promoção, defesa, conservação ou recuperação do meio ambiente natural, cultural e urbanístico. Ao se cadastrarem no sistema, as instituições proponentes serão avaliadas por meio de critérios objetivos de forma a atender a legislação quanto aos requisitos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista e terão suas propostas apreciadas segundo requisitos mínimos que garantam a sua viabilidade técnica e exequibilidade orçamentária, restando ao promotor de Justiça o exame da conveniência e oportunidade de sua contemplação. Veja informações completas sobre esta oportunidade na planilha Fontes Públicas que contém o link de um vídeo demonstrativo.



### 3.4. Fontes Privadas

A prospecção de fontes privadas para projetos do Rio Doce buscou alinhar as informações dispostas nas páginas de empresas, Federações de Indústrias, organizações da sociedade civil que fomentam projetos e Cooperativas de Crédito e Bancos.

Ressalta-se que não foi possível, apesar de solicitado, conseguir as informações sobre os processos de licenciamento de empresas de médio e grande porte com empreendimentos planejados ou sendo implementados na bacia do Rio Doce. A intenção é conseguir as condicionantes derivadas dos processos de licenciamento que poderão gerar propostas a serem implementadas pelo IBIO e parceiros, dentro de suas respectivas estratégias de desenvolvimento.

Por outro lado, foi possível verificar que algumas empresas importantes se destacam por desenvolver projetos com organizações da sociedade civil, como a Coca-Cola e a Aperam. A AMBEV foi listada neste relatório pela experiência que desenvolveu com WWF e TNC, chamada Projeto Bacias e a Anglo American.

As Federações das Indústrias têm mecanismos e programas próprios e desenvolvem ações relacionadas aos eixos de atuação. O Mapa estratégico da Indústria Capixaba 2013-2022, da Federação das Indústrias do Espírito Santo aponta como ações estratégicas, que vão de encontro com as estratégias desenvolvidas pelo IBIO: Ação 13 | Acompanhar e participar da implementação do Código Florestal Nacional e se preparar para possíveis ajustes na legislação estadual. Ação 14 | Propor e participar da discussão de políticas públicas, voltadas ao pagamento por serviços ambientais prestados, ampliando o que já está previsto na legislação vigente. Ação 15 | Fortalecer o segmento de usuários ligados à Findes nos Comitês de Bacias Hidrográficas estadual e federal. Ação 16 | Participar da regulamentação e implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos. Por outro lado, a FIEMG tem dado grande destaque, em seus programas e documentos sobre o tema Segurança e Disponibilidade Hídrica.

O destaque da prospecção de fontes privadas fica por conta da aplicação da Resolução 4.327 de abril de 2014 do Banco Central que institui a Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) que deverá ser observada por todas as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar por ele. A regulamentação exige que cada instituição financeira autorizada a funcionar no Brasil elabore e implemente sua PRSA, previamente aprovada pela Diretoria da instituição e por seu Conselho de Administração (caso tenha). Essa PRSA deve passar a fazer parte da política estratégica da instituição, analisando o grau de exposição ao



risco socioambiental das atividades financeiras que disponibiliza, bem como a natureza e a complexidade delas. A Resolução 4.327 entrou em vigor em 31 de julho de 2015. Também exige a Resolução, que a PRSA preveja práticas de governança corporativa adequadas, visando assegurar o cumprimento de seus objetivos, e também adotar procedimentos, rotinas, instrumentos e critérios que permitam a identificação, avaliação e gerenciamento dos riscos socioambientais por parte das instituições na concessão de serviços financeiros, tais como análise de documentos, qualidade das garantias oferecidas na operação e avaliação prévia dos impactos da atividade financiada.

A PRSA, segundo a nova Resolução, deve conter princípios e diretrizes que norteiem as ações de natureza socioambiental dos bancos envolvendo tantos negócios quanto a relação destes com as partes interessadas, quais sejam os clientes e usuários dos produtos oferecidos. Estão sujeitas a esta norma todos os Bancos e Cooperativas de Crédito em atuação no Brasil. A esta resolução, inclui-se outras normas já posta em prática por alguns setores e bancos, como o Protocolo Verde e Princípios do Equador.

Segundo Fujijara, 2015, “a aplicação dos recursos financeiros deve estar em linha com os princípios de desenvolvimento sustentável, o que pressupõe um sistema financeiro economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente correto. Esta é a essência do conceito de finanças sustentáveis que o sistema financeiro brasileiro terá de perseguir a partir de 31 de julho, conforme a resolução 4.327. As instituições financeiras estão expostas a riscos de natureza ambiental ou social por meio de seus clientes e fornecedores, sejam tomadores de crédito ou aplicadores de recursos. E esses riscos socioambientais deverão ser mapeados. A carência de gerenciamento desses riscos pode causar danos à reputação, acarretar perdas legais e de receitas. As instituições terão de demonstrar como avaliam os riscos socioambientais no processo de gerenciamento das diversas modalidades de risco a que estão expostas. É importante que os bancos criem princípios, critérios e indicadores em suas análises de risco socioambiental” (Valor Econômico, 25 de junho de 2015).

Esta informação foi incluída neste relatório, por considerar uma potencial área de atuação para os programas do PAP, sobretudo o P12, P21, P22, P24 e P52 junto às Cooperativas de Crédito, Bancos e instituições financeiras, no monitoramento e acompanhamento de ações desencadeadas por financiamentos concedidos a empresas, produtores rurais, órgãos governamentais, enfim todos aqueles que desenvolvem atividades potencialmente impactantes e com financiamento de instituições agora, regidas pelos seus PRSA. Na Tabela 9 abaixo estão listadas estas oportunidades:



Tabela 9 - Resumo das oportunidades

Instituição	Linhas Temáticas	Meio	Link	Sinergia com Programas do PAP	Valores de Apoio
Fundação APERAM ACESITA	Inclusão social; práticas ambientais e ecológicas; qualificação profissional e geração de renda.	Edital	<a href="http://www.acesita.com.br/port/fundacao/downloads.asp">http://www.acesita.com.br/port/fundacao/downloads.asp</a>	P12, P21, P22	Até R\$ 12mil
Cáritas Brasileira	Agricultura familiar Fortalecimento da Economia Solidária no Brasil	Edital	<a href="http://caritas.org.br/wp-content/uploads/2015/06/Edital-de-Chamamento-P%C3%BAblico-de-Projetos.pdf">http://caritas.org.br/wp-content/uploads/2015/06/Edital-de-Chamamento-P%C3%BAblico-de-Projetos.pdf</a>	P52	Até R\$ 30mil



### **3.5. Fontes Público-Privadas**

Neste item foram listadas apenas duas instituições que envolvem recursos e associações de empresas privadas e instituições do Governo: os Fundos de Investimento do Banco do Brasil e a Bolsa de Valores Socioambientais - BVSA. A BVSA é uma iniciativa lançada pela BM&FBOVESPA e suas corretoras para impulsionar projetos realizados por ONGS brasileiras.

No caso dos Fundos de Investimentos é importante conhecer melhor todos os produtos listados e verificar junto ao Banco do Brasil, possibilidades de gestão para aplicação dos recursos. Exemplo: BB Seguro Auto Estilo, onde parte da receita deve ser direcionada para a Fundação Banco do Brasil para apoio a projetos de recursos hídricos.



#### **4. O DESASTRE DE MARIANA E NOVAS OPORTUNIDADES PARA O RIO DOCE**

Embora tenhamos vivido uma grande tragédia ambiental na Bacia, a atenção do mundo voltou-se para sua recuperação. Além dos recursos oriundos das multas e demais penalidades que a Samarco pagará aos governos federal, estadual e municipal, a iminente criação de uma Fundação com estes recursos avaliados em R\$ 20 bilhões é uma grande oportunidade de aumentar a escala desde que alinhados aos programas inseridos no Plano de Aplicação Plurianual do CBH Doce.

Um bom exemplo é o edital recente da FAPEMIG - CHAMADA FAPEMIG/CAPES 04/2016 TECNOLOGIAS PARA A RECUPERAÇÃO DA BACIA DO RIO DOCE, em projetos de no máximo R\$ 200 mil, no intuito financiar projetos de pesquisa científica e tecnológica e de inovação visando à recuperação das áreas afetadas, no Estado de Minas Gerais, pelo rompimento da barragem em Bento Rodrigues.

Para tanto, é importante que os gestores dos recursos entendam a necessidade de trabalhar em sinergia e evitar disputas políticas e concorrências por território. Reforçando, a criação de arranjos institucionais na Bacia do Rio Doce é uma oportunidade que não deve ser desprezada.



## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se apresentar neste relatório, o mapeamento das mais diversas fontes de recursos financeiros e possibilidade de parcerias como forma de orientação ao CBH Doce e demais comitês, IBIO – AGB Doce e municípios da Bacia do Rio Doce na captação de fonte de recursos financeiros alternativos para agregar aos recursos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos e consequentemente potencializar todos os programas e ações previstas no PIRH Doce.

O presente relatório servirá de grande auxílio ao CBH Doce e demais comitês juntamente com a Entidade Delegatária/Equiparada IBIO – AGB Doce e os municípios da Bacia do Rio Doce na definição de estratégias de articulação político-institucional com todas as instituições públicas apresentadas, para compatibilizar os programas e investimentos identificados, com os programas e ações previstas no PIRH Doce e respectivos PARH's bem como apoiar as obras e intervenções municipais voltadas para a melhoria da qualidade e quantidade de água na Bacia.

Outra estratégia que pode ser adotada como forma de fortalecer a gestão de recursos hídricos e alavancar recursos financeiros para a bacia do Rio Doce e a formulação de parcerias público-privadas com o envolvimento do CBH Doce e demais comitês, através da interveniência do IBIO – AGB Doce, com o objetivo de propor, desenvolver e executar novos projetos e programas que venham agregar aos esforços já desenvolvidos na redução da degradação ambiental da bacia do Rio Doce.

Governador Valadares, 05 de fevereiro de 2016.

---

Ricardo Alcântara Valory  
Diretor Geral  
IBIO – AGB Doce





**RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES  
EXECUTADAS COM OS RECURSOS DA COBRANÇA PELO USO  
DE RECURSOS HÍDRICOS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO  
PIRACICABA**

01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2015

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015**

**CONTRATO DE GESTÃO 001/IGAM/2011**

**FEVEREIRO DE 2016**



## SUMÁRIO

<b>SUMÁRIO</b> .....	<b>2</b>
<b>LISTA DE FIGURAS</b> .....	<b>4</b>
<b>LISTA DE TABELAS</b> .....	<b>6</b>
<b>LISTA DE SIGLAS</b> .....	<b>7</b>
<b>1. CONTEXTUALIZAÇÃO</b> .....	<b>9</b>
1.1. A BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOCE .....	11
1.2. A BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PIRACICABA .....	14
1.3. PLANO INTEGRADO DE RECURSOS HÍDRICOS – PIRH DOCE.....	15
1.4. PLANO DE AÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS DA UNIDADE DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - PARH.....	18
1.5. O CONTRATO DE GESTÃO.....	19
1.6. PLANO DE APLICAÇÃO PLURIANUAL – PAP DOCE .....	22
<b>2. APRESENTAÇÃO</b> .....	<b>26</b>
<b>3. UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO</b> .....	<b>27</b>
3.1. PROGRAMA UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO (P41).....	27
3.1.1. <i>Descrição</i> .....	27
3.1.2. <i>Contratações e Resultados</i> .....	29
3.1.3. <i>Plano de Aplicação Plurianual – PAP</i> .....	40
3.1.4. <i>Principais Deficiências e Dificuldades</i> .....	41
<b>4. IMPLEMENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS</b> .....	<b>44</b>
4.1. FORTALECIMENTO DOS COMITÊS (P61.2) .....	44
4.1.1. <i>Descrição</i> .....	44
4.1.2. <i>Contratações e Resultados</i> .....	44
4.1.3. <i>Plano de Aplicação Plurianual - PAP</i> .....	45
4.1.4. <i>Principais Deficiências e Dificuldades</i> .....	46
<b>5. IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DO PIRH DOCE</b> .....	<b>47</b>
5.1. PROGRAMA COMUNICAÇÃO DO PROGRAMA DE AÇÕES (P71) .....	47
5.1.1. <i>Descrição</i> .....	47
5.1.2. <i>Contratações e Resultados</i> .....	47
5.1.3. <i>Plano de Aplicação Plurianual - PAP</i> .....	72
5.1.4. <i>Principais Deficiências e Dificuldades</i> .....	74
<b>6. AÇÃO TRANSVERSAL</b> .....	<b>75</b>
6.1. LOCAÇÃO DE VEÍCULO COM E SEM MOTORISTA .....	75
6.1.1. <i>Descrição</i> .....	75
6.1.2. <i>Principais Deficiências e Dificuldades</i> .....	75



Relatório de Gestão do Exercício de 2015 – Contrato de Gestão 001/IGAM/2011

---

6.1.3.	<i>Contratações e Resultados</i> .....	76
6.2.	EMISSÃO DE PASSAGENS AÉREAS.....	78
6.2.1.	<i>Descrição</i> .....	78
6.2.2.	<i>Contratações e Resultados</i> .....	78
6.3.	ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE EVENTOS.....	80
6.3.1.	<i>Descrição</i> .....	80
6.3.2.	<i>Contratações e Resultados</i> .....	81
6.3.3.	<i>Principais Deficiências e Dificuldades</i> .....	87
<b>7.</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>88</b>



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma Geral do IBIO - AGB Doce.....	10
Figura 2 – Localização da Bacia Hidrográfica do Rio Doce .....	12
Figura 3 – Bacia Hidrográfica do Rio Doce .....	12
Figura 4 - Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba .....	14
Figura 5 – Municípios atendidos pelo Programa P41.....	29
Figura 6 - Oficina de Comunicação do CBH-Manhuaçu, realizada em 31/03/2015.....	50
Figura 7 – Novas logomarcas criadas para os novos Comitês.....	50
Figura 8 - Exemplo de clipping organizado pela Prefácio.....	52
Figura 9 - Boletim Comunique-se – Outubro/2015.....	53
Figura 10 - Boletim Fique Por Dentro – Nov/2015.....	54
Figura 11 - Boletim IBIO – AGB Doce Informa.....	55
Figura 12 - Fanpage do CBH Doce .....	56
Figura 13 - Templates produzidos pela Prefácio .....	57
Figura 14 - Arte sobre o Programa de Universalização do Saneamento (P41) .....	58
Figura 15 - Arte sobre o Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) .....	58
Figura 16 - Peça produzida para o IV Encontro de Integração dos Comitês .....	59
Figura 17 - Arte de caneta criada para evento realizado em parceria entre os CBHs Piranga e Manhuaçu.....	59
Figura 18 - Arte de bloco para evento do CBH-Santo Antônio e convite para evento do CBH-Pontões e Lagoas.....	60
Figura 19 - Folder institucional do CBH-Santo Antônio (frente) .....	61
Figura 20 - Folder institucional do CBH-Santo Antônio (verso).....	61
Figura 21 – Arte do banner do ENCOB 2015 .....	62
Figura 22 - Stand do CBH-Doce durante o ENCOB 2015 .....	62
Figura 23 - Agenda 2016.....	63
Figura 24 - Capa da primeira edição da revista Rio Doce, lançada em 2015 .....	64
Figura 25 - Imagem do site do CBH-Doce, indicando o menu criado para postagens sobre a barragem .....	65
Figura 26- Boletim Especial Rompimento Barragem – 1ª Edição .....	66
Figura 27 - Logo criada para campanha dos CBHs em prol do rio Doce. ....	67
Figura 28 - VI Encontro de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, realizado em Afonso Cláudio entre os dias 11 e 13 de agosto de 2015.....	82
Figura 29 - VI Encontro de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, realizado em Afonso Cláudio entre os dias 11 e 13 de agosto de 2015.....	82
Figura 30 - 21ª Reunião Ordinária do CBH-Doce, realizada em Governador Valadares no dia 25/06/2015.....	83



Figura 31 - Reunião da Câmara Técnica de Gestão de Eventos Críticos do CBH-Doce, realizada no dia 12/11/2015, sobre o rompimento da barragem da Samarco (Gov. Valadares/MG) .....	83
Figura 32 - 25ª Reunião Extraordinária do CBH-Doce, realizada em 01/12/2015 (Gov. Valadares/MG) .....	84
Figura 33 - Reunião Plenária do CBH-Piranga, realizada em Ponte Nova, no dia 02/07/2015 .....	84
Figura 34 - Caravana das Águas do CBH-Suaçuí, realizada em Peçanha/MG, no dia 09/07/2015. ....	85
Figura 35 - Dia de Campo sobre o Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura com a participação de produtores da Bacia do Rio Manhuaçu realizado em 29/10/2015 (Ipanema/MG) .	85
Figura 36 - Reunião em comemoração aos 10 anos do CBH-Pontões e Lagoas do Rio Doce, realizada em Colatina/ES, no dia 03/09/2015 .....	86
Figura 37 - Missão Mariana, realizada entre os dias 17 e 19 de dezembro pelos comitês para conhecer de perto a região mais afetada pelo rompimento da Barragem da Samarco – na foto a equipe estava visitando o município de Barra Longa/MG .....	86



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Características gerais da bacia do rio Doce .....	14
Tabela 2 – Deliberações aprovando a cobrança pelo uso dos recursos hídricos.....	20
Tabela 3 - Deliberações aprovando a indicação do IBIO para funções de Agência de Água .....	21
Tabela 4 - Deliberações que aprovaram o Plano de Aplicação Plurianual – PAP.....	23
Tabela 5 – Deliberações que aprovaram readequação do Plano de Aplicação Plurianual - PAP.....	23
Tabela 6 – PAP da Bacia do Rio Doce com recursos arrecadados e repassados pela ANA .....	24
Tabela 7 – PAP da Bacia do Rio Doce com recursos arrecadados e repassados pela IGAM .....	25
Tabela 8 – Produtos do PMSB entregues em cada município da bacia. ....	30
Tabela 9 - Recursos repassados pela ANA alocado ao P41 .....	41
Tabela 10 - Recursos repassados pelo IGAM alocado ao P41 .....	41
Tabela 11 – Recursos repassados pelo IGAM alocado ao P61.2 .....	45
Tabela 12 – Recursos repassados pela ANA alocado ao P71 .....	73
Tabela 13 – Recursos repassados pelo IGAM alocado ao P71 .....	73
Tabela 14 – Relação de serviços prestados com locação de veículo e motorista.....	76
Tabela 15 – Relação de passagens aéreas adquiridas.....	79



## LISTA DE SIGLAS

AGERH	Agência Estadual de Recursos Hídrico do Espírito Santo
ANA	Agência Nacional de Águas
APP	Área de Preservação Permanente
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CBH	Comitê de Bacia Hidrográfica
CEMIG	Companhia Energética de Minas Gerais
CERH	Conselho Estadual de Recursos Hídricos
CNRH	Conselho Nacional de Recursos Hídricos
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
CTGEC	Câmara Técnica de Gestão de Eventos Críticos
DBO	Demanda biológica de oxigênio
D.O.E.M.G	Diário Oficial do Estado de Minas Gerais
D.O.U	Diário Oficial da União
ENCOB	Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas
EFVM	Estrada Ferroviária Vitória a Minas
ES	Espírito Santo
FHIDRO	Fundo de recuperação de recursos hídricos
FUNARBE	Fundação Arthur Bernardes
FJP	Fundação João Pinheiro
GAT	Grupo de Acompanhamento Técnico
GIRH	Gestão Integrada de Recursos Hídricos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDAF	Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IEMA	Instituto Estadual de Meio Ambiente do Espírito Santo
IGAM	Instituto de Gestão das Águas
IMRS	Índice Mineiro de Responsabilidade Social
MDE	Modelo Digital de Elevação
MG	Minas Gerais
MMA	Ministério do Meio Ambiente
PAP	Plano de Aplicação Plurianual
PARH	Plano de Ação de Recursos Hídricos
PGIRS	Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos
PIRH	Plano Integrado de Recursos Hídricos
PMSB	Plano Municipal de Saneamento Básico
PNSB	Pesquisa Nacional de Saneamento Básico
SAF	Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas da ANA
SAG	Superintendência de Apoio à Gestão de Recursos Hídricos da ANA
SEDRO	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana
SEMAD	Secretaria de Estado de Meio-Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de MG
SIG	Sistema de Informações Geográficas
SINGERH	Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos
SNIS	Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento
SUM	Superintendência de Usos Múltiplos da ANA
TCU	Tribunal de Contas da União



Relatório de Gestão do Exercício de 2015 – Contrato de Gestão 001/IGAM/2011

---

TDR	Termo de Referência
UGRH	Unidade de Gestão de Recursos Hídricos
ZCAS	Zona de Convergência do Atlântico Sul





## 1. CONTEXTUALIZAÇÃO

O Instituto BioAtlântica (IBIO- AGB Doce), Entidade Equiparada às Funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, de acordo com os termos descritos no Contrato de Gestão n° 001/IGAM/2011 apresenta o Relatório de Gestão relativo ao ano de 2015 referente ao CBH-Piracicaba.

O Instituto BioAtlântica (IBIO - AGB Doce) é uma associação civil sem fins lucrativos, classificada como pessoa jurídica de direito privado, composto por pessoas jurídicas e físicas. O Instituto tem como finalidade promover a conservação ambiental e a gestão sustentável de recursos territoriais como forma de gerar desenvolvimento econômico, equidade social e bem-estar humano. Para cumprir este propósito, o Instituto aplicará os recursos recebidos, inclusive recursos físicos, humanos e financeiros, em projetos, programas ou planos de ações definidos pelo doador, inclusive em apoio a outras organizações sem fins lucrativos ou órgãos do setor público que atuem em áreas afins, promovendo especialmente as seguintes atividades:

- a) Contribuir para a conservação e recuperação ambiental.
- b) Contribuir para o desenvolvimento equilibrado dos aspectos ambiental, social, cultural e econômico de territórios.
- c) Promover pesquisas sobre recuperação e conservação ambiental, gestão integrada de territórios e geração e gestão de ativos territoriais.
- d) Estimular o estabelecimento de redes de instituições de pesquisa e aplicação nas áreas citadas no inciso c).
- e) Promover a disseminação de conhecimento técnico-científico sobre as áreas citadas no inciso c).
- f) Promover articulação entre diferentes setores da sociedade no sentido de atender aos incisos acima.
- g) Exercer, através do Comitê Gestor de Águas, as atribuições a serem previamente determinadas pelos, e acordadas com os, Órgãos Gestores para a bacia hidrográfica do rio Doce.

O Instituto BioAtlântica trabalha para melhorar a qualidade ambiental e promover a gestão integrada de recursos territoriais como forma de gerar desenvolvimento econômico, equidade social e bem-estar humano. Enxergamos no futuro territórios organizados, onde os recursos naturais sejam utilizados de forma racional e sensata por uma sociedade com pleno conhecimento de sua

participação na sustentabilidade desse sistema. Fundado em 19 de fevereiro de 2002, é composto por:

**Assembleia Geral** - Órgão soberano do IBIO - AGB Doce, podendo ser ordinária ou extraordinária.

**Conselho Fiscal** - Órgão fiscalizador e auxiliar da Assembleia Geral, do Conselho Consultivo e da Diretoria Executiva do IBIO - AGB Doce.

**Conselho Consultivo** – Órgão formado principalmente por representantes das empresas doadoras de recursos que forem admitidas como Associadas ou de Associados Fundadores ou outros, a critério dos Associados Fundadores, que tem por objetivo servir de instrumento de controle externo de suas atividades.

**Diretor Presidente** – Cria e implementa o macro planejamento do IBIO, observando as recomendações feitas pelo Conselho Consultivo, pelo Conselho Fiscal e pela Assembleia Geral.

**Diretoria Executiva** - Órgão executor das ações do IBIO - AGB Doce.

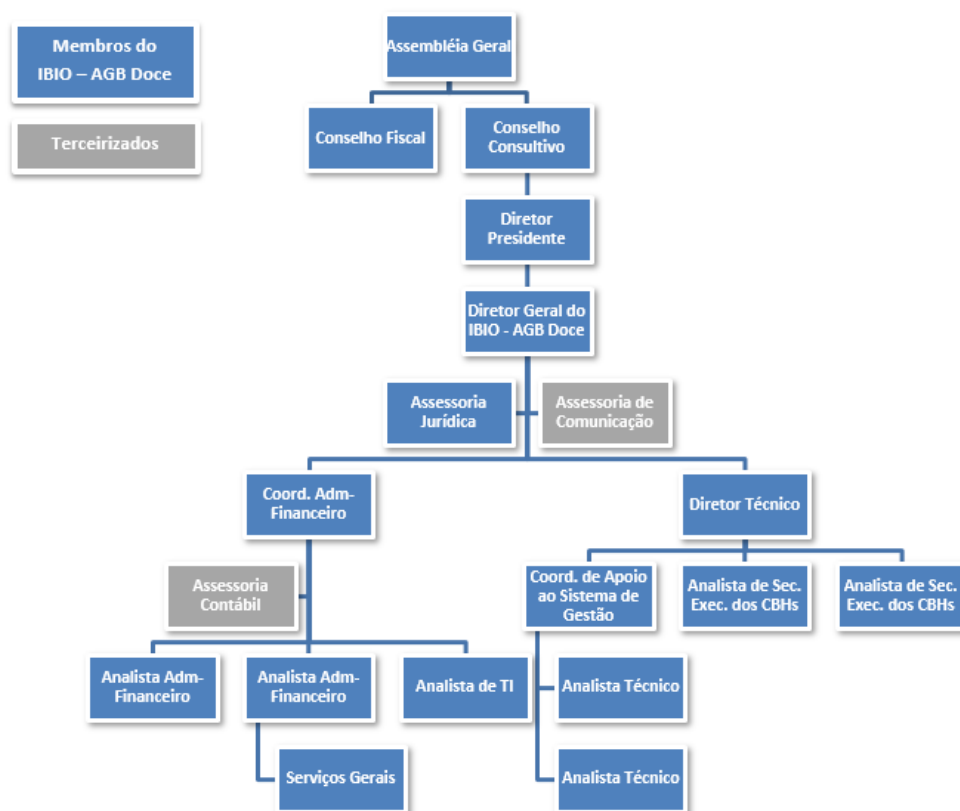


Figura 1 - Organograma Geral do IBIO - AGB Doce<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> A equipe apresentada do quadro de funcionários do IBIO – AGB Doce contemplam funcionários contratados para atender a ambos os Contratos de Gestão celebrados com a ANA e com o IGAM



## 1.1. A Bacia Hidrográfica do Rio Doce

A bacia do rio Doce situa-se na região Sudeste, entre os paralelos 17°45' e 21°15' S e os meridianos 39°30' e 43°45' W, integrando a região hidrográfica do Atlântico Sudeste. Esta bacia, com uma área de drenagem de aproximadamente 86.854 km<sup>2</sup>, dos quais 86% pertencem ao Estado de Minas Gerais e o restante ao Espírito Santo, abrange um total de 228 municípios. As nascentes do rio Doce situam-se no Estado de Minas Gerais, nas serras da Mantiqueira e do Espinhaço, sendo que suas águas percorrem cerca de 850 km, até atingir o oceano Atlântico, junto ao povoado de Regência, no Estado do Espírito Santo (Figura 2 e Figura 3). Existem dois rios de dominialidade federal na bacia do rio Doce: o rio Doce e o rio José Pedro, afluente do rio Manhuaçu.

A bacia limita-se ao sul com a bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, a sudoeste com a bacia do rio Grande, a oeste com a bacia do rio São Francisco, ao norte e noroeste com a bacia do rio Jequitinhonha, e bacias do litoral sul do Espírito Santo e a nordeste com as bacias do litoral norte do Espírito Santo. Os principais afluentes do rio Doce pela margem esquerda são os rios do Carmo, Piracicaba, Santo Antônio, Corrente Grande e Suaçuí Grande, em Minas Gerais; São José e Pancas no Espírito Santo. Já pela margem direita são os rios Casca, Matipó, Caratinga/Cuieté e Manhuaçu em Minas Gerais; Guandu, Santa Joana e Santa Maria do Rio Doce no Espírito Santo.

No estado de Minas Gerais a bacia do rio Doce é dividida em seis Unidades de Planejamento e Gestão dos Recursos Hídricos (UGRHs), com Comitês de Bacia já estruturados, conforme descrito abaixo:

- UGRH01 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Piranga;
- UGRH02 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Piracicaba;
- UGRH03 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Santo Antônio;
- UGRH04 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Suaçuí;
- UGRH05 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Caratinga; e
- UGRH06 – Comitê de Bacia Hidrográfica Águas do rio Manhuaçu.

No Estado do Espírito Santo, embora inexistam subdivisões administrativas da bacia do rio Doce, têm-se os Comitês de Bacia já estruturados, conforme descrito abaixo:

- UGRH07 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Guandu
- UGRH08 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Santa Maria do Doce
- UGRH09 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio São José.

A atividade econômica da bacia do rio Doce é bastante diversificada, destacando-se: a agropecuária (reflorestamento, lavouras tradicionais, cultura de café, cana-de-açúcar, criação de gado leiteiro e de corte e na suinocultura.); a agroindústria (sucroalcooleira); a mineração (ferro, ouro, bauxita, manganês, pedras preciosas e outros); a indústria (celulose, siderurgia e laticínios); o comércio e serviços de apoio aos complexos industriais; e a geração de energia elétrica.



Figura 2 – Localização da Bacia Hidrográfica do Rio Doce



Figura 3 – Bacia Hidrográfica do Rio Doce



Na região encontra-se instalado o maior complexo siderúrgico da América Latina, com destaque para a Companhia Siderúrgica Belgo Mineira, a ACESITA e a USIMINAS. Ao lado da siderurgia estão associadas empresas de mineração, com destaque para a Vale e empresas reflorestadoras, que cultivam o eucalipto para fornecer matéria-prima para as indústrias de celulose. Todo esse complexo industrial é responsável por grande parte das exportações brasileiras de minério de ferro, aço e celulose, sendo, portanto, de grande importância para a região onde estão instaladas.

Apesar de ser notável a geração de capital na bacia em função da existência desse complexo siderúrgico, também se verifica a desigualdade no interior da bacia. O maior desenvolvimento das atividades econômicas aconteceu somente em algumas de suas áreas, como o Vale do Aço e na região de influência dos municípios de Governador Valadares, Caratinga, Colatina e Linhares. Os indicadores sociais e econômicos de uma parte significativa dos municípios da bacia mostram que quase uma centena deles são classificados como municípios pobres.

As principais rodovias que dão acesso e passam pela bacia do rio Doce são: a BR 381 que segue na direção sudoeste – nordeste passando por Belo Horizonte e depois importantes cidades da bacia como Ipatinga e Governador Valadares; a BR 116, importante rodovia brasileira que cruza a região do Médio Doce na direção de sul para norte, passando por Caratinga e Governador Valadares; a BR 262 que segue na direção leste – oeste atravessa Belo Horizonte, passa entre João Monlevade e Rio Piracicaba, cruza com a BR 116 nas proximidades de Manhuaçu e depois entra no Espírito Santo, já fora da bacia do Rio Doce; a BR 101, que serve a parte capixaba da bacia, atravessa a região do Baixo Doce de sul para norte passando por Linhares.

Além das rodovias, existe a Estrada Ferroviária Vitória a Minas (EFVM) que liga Belo Horizonte a Vitória, numa extensão de 898 km passando pelo Vale do Aço, sendo incorporada pela Vale em 1940. Esta ferrovia faz o transporte de passageiros e mercadorias (minério de ferro, carvão mineral, calcário, ferro, aço, produtos agrícolas, etc.). É considerada a ferrovia mais rentável do País e uma das poucas ferrovias que ainda faz o transporte de passageiros.

A bacia tem uma população superior a 3,5 milhões de habitantes. O Vale do Aço tem o maior adensamento populacional da bacia e constata-se a existência de um fluxo migratório que se direciona, sobretudo, para as maiores cidades, como Ipatinga e Governador Valadares. Em decorrência, há uma tendência de diminuição populacional nos municípios com população de até 20.000 habitantes, que representam mais de 85% dos municípios da bacia do rio Doce.

A população urbana representa mais de 70% da população total. Entretanto, os mesmos dados mostram que mais de 100 municípios possuem população rural maior que a urbana, evidenciando que a população rural ainda é significativa, absorvidos pela exploração agropecuária. No Médio Doce, essas atividades constituem o principal gerador de renda, emprego e ocupação de mão-de-obra em municípios de menor porte, principalmente onde a população rural predomina. A Tabela 1 sumariza as características gerais da bacia do rio Doce.

Tabela 1 – Características gerais da bacia do rio Doce

Características Gerais da Bacia do Rio Doce	
Área da bacia	86.854 km <sup>2</sup>
Extensão do curso principal	Aprox. 879 km
Nº de municípios	228
População na bacia	3.430.673
Principais atividades econômicas	Mineração; Siderurgia; Silvicultura e Agropecuária
Principais problemas relacionados à gestão dos recursos hídricos	Contaminação por esgotos domésticos; erosão e assoreamento

## 1.2. A Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba

A UGRHO2 - Piracicaba insere-se totalmente no Estado de Minas Gerais, ocupando uma área de 5.681 km<sup>2</sup>, conforme Figura 4. A UGRH é composta pela bacia do rio Piracicaba e por uma área incremental a jusante da foz deste rio. O rio Piracicaba é afluente da margem esquerda do rio Doce e estende-se por cerca de 241 km. A sua bacia hidrográfica ocupa uma área de 5.465,38 km<sup>2</sup>. A pequena área incremental a jusante da confluência do rio Piracicaba com o rio Doce, incluindo um trecho deste, tem uma superfície de 216,13 km<sup>2</sup>, sendo o principal curso d'água o ribeirão Ipanema.

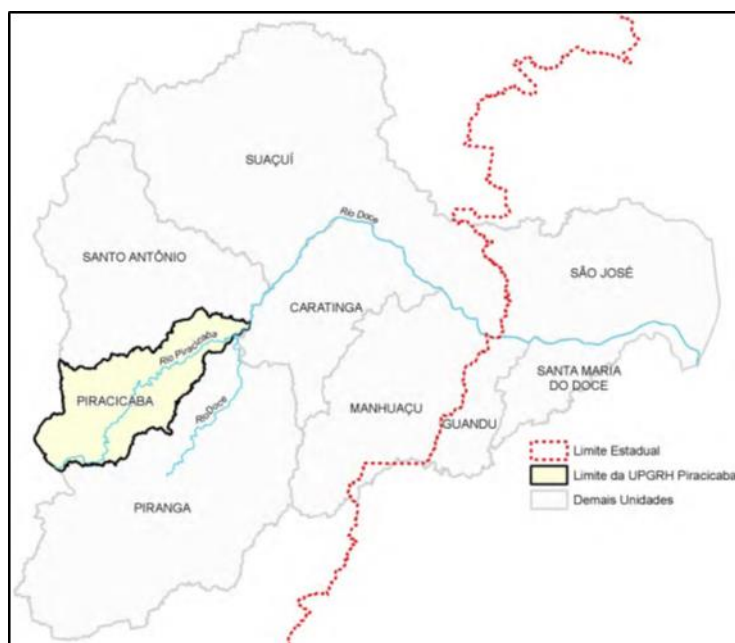


Figura 4 - Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba



Os municípios da bacia pertencem às mesorregiões Metropolitana de Belo Horizonte e Vale do Rio Doce e, com maior relevância, às microrregiões Itabira e Ipatinga, de acordo com a divisão do IBGE. As principais rodovias federais que dão acesso à UPGRH são a BR-120, que passa pelo município de Itabira, a BR-262, que passa nos municípios de Barão dos Cocais e Santa Bárbara, a BR-381, que passa pelos municípios de Rio Piracicaba, Bela Vista de Minas, Nova Era, Antônio Dias, Coronel Fabriciano e Ipatinga. Além disso, algumas rodovias estaduais como a MG-326, a MG-434, a MG123, a MG-232 e a MG 458 dão acesso aos municípios da região.

O rio Piracicaba é o principal curso d'água da região. Suas nascentes localizam-se no município de Ouro Preto, a 1.680m de altitude. O rio Piracicaba percorre 241 km até encontrar o rio Doce, na divisa dos municípios de Ipatinga e Timóteo. Ao longo deste percurso, passa por cidades como Rio Piracicaba, Nova Era, Antônio Dias e pela Região Metropolitana do Vale do Aço, formada por Coronel Fabriciano e Ipatinga, na margem esquerda e Timóteo, na margem direita. A bacia hidrográfica do rio Piracicaba é composta pelas sub-bacias do rio do Peixe e do rio Santa Bárbara, pela margem esquerda, e pela sub-bacia do rio da Prata, pela margem direita. O rio Santa Bárbara tem como afluentes principais os rios Conceição e Una. As cidades de Barão de Cocais, Santa Bárbara e São Gonçalo do Rio Abaixo localizam-se às margens do rio Santa Bárbara, e São Domingos do Prata é cortada pelo rio da Prata. Além dos rios mais significativos, ao longo do seu curso o rio Piracicaba recebe a descarga de quase uma centena de córregos e ribeirões, os quais compõem sua rede de drenagem.

A UPGRH envolve total ou parcialmente 21 municípios mineiros, os quais reúnem cerca de 733.361 habitantes, conforme contagem de população do IBGE para o ano de 2007. Destes 21 municípios, 17 possuem a sede dentro dos limites da UPGRH. Em termos populacionais (Quadro 8), destacam-se os municípios de Ipatinga, com 238.397 habitantes, seguido de Coronel Fabriciano, com 100.805 habitantes, Itabira, com 99.141 habitantes, Timóteo, com 76.058 habitantes e João Monlevade, com 71.658 habitantes. Destes municípios, três - Coronel Fabriciano, Ipatinga e Timóteo - junto com Santana do Paraíso, formam a “Região Metropolitana do Vale do Aço”, de acordo com a denominação criada pela Lei Complementar número 51/98.

### **1.3. Plano Integrado de Recursos Hídricos – PIRH Doce**

O Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Doce – PIRH Doce, que representa o desejo manifesto de todos os envolvidos no processo participativo que foi empreendido de junho de 2008 ao final do ano de 2009, no sentido de consolidar o planejamento de ações voltadas ao enfrentamento dos principais problemas relacionados com os recursos hídricos na bacia do Rio Doce.



O PIRH Doce, nessa primeira versão, constitui o resultado do esforço de representantes dos dez (10) comitês atuantes na bacia hidrográfica do Rio Doce, bem como dos órgãos gestores de recursos hídricos, representados pela Agência Nacional de Águas – ANA, Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM, e Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – IEMA, do Espírito Santo, reunidos em um Grupo de Acompanhamento Técnico – GAT. Adiante, a relação dos comitês envolvidos na elaboração do PIRH Doce:

- CBH Doce;
- CBH do rio Piranga;
- CBH do rio Piracicaba;
- CBH do rio Santo Antônio;
- CBH do rio Suaçuí;
- CBH do rio Caratinga;
- CBH Águas do rio Manhuaçu;
- CBH do rio Santa Maria do Doce;
- CBH do rio Guandu; e
- CBH do rio São José.

A diretriz máxima que norteou o referido trabalho foi a constante na Lei nº 9.433/97, que institui a Política Nacional dos Recursos Hídricos, no tocante à participação pública e espírito democrático, e também a intensa e importante atuação dos comitês de bacias dos estados do Espírito Santo e Minas Gerais, além do próprio CBH Doce.

O PIRH Doce foi desenvolvido com o objetivo geral de produzir um instrumento capaz de orientar o CBH Doce, os CBHs de bacias afluentes, os órgãos gestores dos recursos hídricos da bacia e demais componentes do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos com responsabilidade sobre a bacia do rio Doce, com vistas à gestão efetiva dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos da bacia, de modo a garantir o seu uso múltiplo, racional e sustentável em benefício das gerações presentes e futuras.

O Plano consubstancia ações integradas que visam instrumentalizar os CBHs de bacias afluentes e o CBH-Doce para o cumprimento de sua missão de articular os diversos atores sociais para garantir a oferta de água, em quantidade e qualidade, visando o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida na bacia hidrográfica do rio Doce.

O Plano consubstancia ações integradas que visam instrumentalizar os CBHs de bacias afluentes e o CBH-Doce para o cumprimento de sua missão de articular os diversos atores sociais para garantir a oferta de água, em quantidade e qualidade, visando o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida na bacia hidrográfica do rio Doce. O PIRH Doce e os Planos de Ações de Recursos Hídricos das Bacias Afluentes – PARHs – tiveram ainda os seguintes objetivos específicos:





- Estruturar a base de dados da Bacia do Rio Doce relativa às características e à situação dos recursos hídricos e demais feições com implicações sobre as mesmas, com vistas a subsidiar a elaboração e implementação, após a elaboração do PIRH Doce, de um Sistema Integrado de Informações capaz de apoiar a gestão dos recursos hídricos da bacia.
- Definir as medidas necessárias para proteger, recuperar e promover a qualidade dos recursos hídricos com vistas à saúde humana, à vida aquática e à qualidade ambiental.
- Estabelecer metas de melhoria da qualidade das águas, de aumento da capacidade de produção de água e de uma justa distribuição da água disponível na bacia, acordadas por todos os atores da bacia.
- Fomentar o uso múltiplo, racional e sustentável dos recursos hídricos da bacia mediante avaliação e controle das disponibilidades e determinação das condições em que tem lugar o uso da água na bacia, em benefício das gerações presentes e futuras, levando em conta planos setoriais, regionais e locais em andamento ou com implantação prevista na Bacia.
- Integrar os planos, programas, projetos e demais estudos setoriais que envolvam a utilização dos recursos hídricos da bacia, incorporando-os ao PIRH e aos PARHs, dentro de suas possibilidades.
- Articular as ações municipais envolvendo o uso do solo com as diretrizes e intervenções relacionadas ao uso dos recursos hídricos.
- Conceber ações destinadas a atenuar as consequências de eventos hidrológicos extremos.
- Oferecer diretrizes para a implementação dos demais instrumentos de gestão dos recursos hídricos previstos em lei e contribuir para o fortalecimento do Sistema de gerenciamento de Recursos Hídricos pela articulação e participação de todas as demais instâncias da bacia ligadas à gestão dos recursos hídricos.
- Manter e ampliar a participação dos segmentos da sociedade no processo de construção e implementação do PRH-Doce, bem como nos programas e projetos dele derivados.
- Desenhar um arranjo institucional sustentável para a gestão dos recursos hídricos da bacia.
- Promover iniciativas destinadas ao desenvolvimento tecnológico e à capacitação de recursos humanos, à comunicação social e à educação ambiental em recursos hídricos na bacia.
- Com vistas ao atingimento dos objetivos anteriores, apontar respostas técnicas, institucionais e legais para os principais problemas diagnosticados/prognosticados na bacia e determinar um conjunto de intervenções estruturais e não estruturais, montadas na forma de programas e projetos, que possam ser realizadas dentro dos horizontes de planejamento adotados, identificando, para cada programa, os recursos necessários para sua realização, as fontes de onde os mesmos deverão proceder e o seu desenvolvimento no tempo.



A Consultora desenvolveu seus trabalhos com acompanhamento permanente do GAT, através de reuniões mensais de trabalho, acrescidas de 30 (trinta) reuniões públicas realizadas em diferentes localidades da bacia, quando se apresentaram os resultados das distintas etapas em que o trabalho se desenvolveu, quais sejam: Diagnóstico, Prognóstico e Programas do Plano Integrado.

Nas duas primeiras etapas foram elaborados o Diagnóstico da Bacia e o Prognóstico dos Recursos Hídricos no Horizonte do Plano, onde se avaliaram, respectivamente, a condição atual da qualidade da água e das disponibilidades hídricas, e a projeção destas condições, conforme distintos cenários, até o ano de 2030.

A etapa final constituiu-se na definição das metas sugeridas para a bacia, e na descrição dos programas, projetos e ações preconizadas, incluindo seus objetivos, justificativas, procedimentos, atores envolvidos e diversos outros elementos que os caracterizam, seguido da análise das condições e perspectivas de atendimentos das metas, a partir da efetiva implantação dos programas, incluindo a viabilidade financeira do Plano.

Nesta última etapa também foram desenvolvidos, entre outros, estudos relacionados a um arranjo institucional viável para a gestão dos recursos hídricos da bacia, bem como diretrizes para a aplicação dos instrumentos de gestão definidos na Lei nº 9.433/97, com destaque para o Enquadramento sugerido no âmbito do Plano, como meta de qualidade a ser alcançada.

O trabalho também contemplou o desenvolvimento de um Sistema de Informações Geográficas, denominado SIG-Plano, repositório de toda a informação coletada durante as distintas etapas de elaboração do Plano, bem como suporte de toda a representação cartográfica contida neste estudo.

#### **1.4. Plano de Ação de Recursos Hídricos da Unidade de Planejamento e Gestão - PARH**

O PARH é parte integrante do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – PIRH Doce, e considera os mesmos objetivos, metas básicas, horizonte de planejamento e a realidade desejada para a bacia do rio Doce. Para cada UGRH da bacia hidrográfica do rio Doce foi gerado um PARH específico caracterizando as peculiaridades de cada região da bacia do Rio Doce, assim como os programas prioritários de acordo com a realidade de cada Unidade de Gestão. Cada PARH é, desta maneira, um desdobramento do Plano Integrado de Recursos Hídricos, de acordo com as especificidades de cada unidade de planejamento. Os conteúdos e informações aqui apresentados são, portanto, transpostos do Relatório Final do PIRH Doce, devendo o mesmo ser adotado como



referência nas questões relativas aos procedimentos metodológicos utilizados e fontes de consulta específicas.

A estrutura dos PARHs segue, em linhas gerais, a mesma estrutura adotada no desenvolvimento do PIRH Doce, contemplando um diagnóstico situacional da unidade, com ênfase nas questões relativas aos recursos hídricos, e a descrição dos programas previstos para enfrentar as principais questões que comprometem a qualidade e disponibilidade da água e, por conseguinte, da qualidade de vida em cada UGRH. Neste documento estão apresentados:

- Diagnóstico Sumário da UGRH, contemplando as principais informações que caracterizam a Unidade de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos frente à bacia do Doce como um todo, com ênfase nas questões que demandam maior esforço de gestão. Este capítulo também apresenta um prognóstico tendencial, buscando caracterizar a situação dos recursos hídricos da UGRH no ano de 2030.
- O Comitê de Bacia da UGRH, descrevendo a atual estrutura, órgão normativo e deliberativo que tem por finalidade promover o gerenciamento de recursos hídricos na região, envolvendo, em um âmbito maior, a promoção do debate sobre as questões hídricas e o arbitramento dos conflitos relacionados com o uso da água e que, em última instância; irão aprovar e acompanhar a execução do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Doce, e o respectivo Plano de Ação.
- Os Objetivos e Metas projetados para a bacia, expressando a realidade possível para o horizonte do Plano, através de metas de planejamento e ações físicas, quantificadas e com prazos estipulados para a sua consecução.
- Intervenções Recomendadas e Investimentos Previstos, descrevendo o escopo geral das ações previstas e elencando as ações específicas para a bacia, incluindo, quando pertinente, as indicações de criticidade dos problemas identificados.
- Conclusões e Diretrizes Gerais para a Implementação do PARH, onde são discutidas e expostas as motivações e indicações das ações propostas, definindo-se as prioridades e os efeitos esperados para a bacia.

## **1.5. O Contrato de Gestão**

O processo de cobrança pelo uso dos recursos hídricos na bacia do Rio Doce se iniciou em 2011 quando o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Doce e dos Comitês dos rios afluentes, no uso de suas atribuições definidas por lei e demais normas complementares, e considerando os compromissos firmados no âmbito do Pacto para a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do



Rio Doce, celebrado em 24 de março de 2010 entre os dez Comitês de Bacia Hidrográfica com atuação na Bacia Hidrográfica do Rio Doce, a ANA, IGAM, IEMA e Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, estabelecem os mecanismos e sugere os valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na Bacia Hidrográfica do rio Doce. As decisões estão registradas nas respectivas Deliberações, conforme Tabela 2.

Tabela 2 – Deliberações aprovando a cobrança pelo uso dos recursos hídricos

Comitê de Bacia Hidrográfica	Deliberação
CBH Doce	Deliberação CBH Doce nº 26, de 31 de março de 2011
CBH Piranga	Deliberação CBH Piranga nº 04, de 12 de abril de 2011
CBH Piracicaba	Deliberação CBH Piracicaba nº 15, de 14 de abril de 2011
CBH Santo Antônio	Deliberação CBH Sto. Antônio nº 08, de 13 de maio de 2011
CBH Suaçuí	Deliberação CBH Suaçuí nº 28, de 26 de abril de 2011
CBH Caratinga	Deliberação CBH Caratinga nº 09, de 13 de abril de 2011
CBH Manhuaçu	Deliberação CBH Manhuaçu nº 01, de 03 de agosto de 2011

Posteriormente, o CBH Doce e os Comitês mineiros aprovam o Edital Conjunto nº 01/2011 para seleção de Entidade Delegatária ou Equiparada para desempenhar funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

O CBH-Doce indicaria ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH a entidade que for selecionada com base nos procedimentos estabelecidos neste Edital, para receber a delegação de competência para o exercício de funções de agência de água da bacia hidrográfica do rio Doce nos termos do art. 51 da Lei 9.433/97.

Os Comitês estaduais de Minas Gerais atuantes na área de abrangência da bacia hidrográfica do rio Doce (CBH Piranga, CBH Piracicaba, CBH Santo Antônio, CBH Caratinga, CBH Águas do Rio Manhuaçu e CBH Suaçuí Grande) deveriam considerar, na indicação ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais – CERH/MG, a ENTIDADE selecionada com base nos procedimentos deste Edital, para que seja procedido o ato de equiparação à função de agência de água da bacia hidrográfica do rio Doce, em conformidade com o previsto no art. 37 da Lei 13.199/1999 (MG).

Os Comitês estaduais do Espírito Santo atuantes na área de abrangência da bacia hidrográfica do rio Doce (CBH Rio Guandu, CBH Rio São José, CBH Rio Santa Maria do Rio Doce) deveriam considerar, na indicação ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Espírito Santo – CERH/ES, a ENTIDADE selecionada com base nos procedimentos deste Edital – e após sua qualificação no Programa de Organizações Sociais do Estado do Espírito Santo, conforme Lei Complementar nº 489/2009 (ES) – para receber a delegação de competência para o exercício de funções de Agência de Água da bacia hidrográfica do rio Doce, em conformidade com o previsto nos artigos 45 e 46, parágrafo único, da Lei 5.818/1998 (ES).



Ainda em 2011 os Comitês Mineiros e o CBH Doce aprovam a indicação, ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH e Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais – CERH/MG, do Instituto BioAtlântica – IBIO para desempenhar, por prazo determinado no contrato de gestão, funções de Agência de Água na bacia hidrográfica do rio Doce como entidade delegatária/equiparada dessas funções, conforme Deliberações da Tabela 3. Na mesma data, é aprovada a minuta dos Contratos de Gestão, a serem celebrados entre o IBIO e ANA, e entre IBIO e IGAM para desempenhar funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

Tabela 3 - Deliberações aprovando a indicação do IBIO para funções de Agência de Água

Comitê de Bacia Hidrográfica	Deliberação
CBH Doce	Deliberação CBH Doce nº 30, de 24 de agosto de 2011
CBH Piranga	Deliberação CBH Piranga nº 06, de 25 de agosto de 2011
CBH Piracicaba	Deliberação CBH Piracicaba nº 17, de 23 de agosto de 2011
CBH Santo Antônio	Deliberação CBH Sto. Antônio nº 11, 02 de setembro de 2011
CBH Suaçuí	Deliberação CBH Suaçuí nº 30, de 30 de agosto de 2011
CBH Caratinga	Deliberação CBH Caratinga nº 10, de 31 de agosto de 2011
CBH Manhuaçu	Deliberação CBH Manhuaçu nº 02, 01 de setembro de 2011

Após aprovação dos Comitês, o tema foi discutido e a delegação/equiparação do Instituto BioAtlântica (IBIO - AGB Doce) foi aprovada pelo CNRH - Conselho Nacional de Recursos Hídricos, por meio da Resolução CNRH nº 130, de 20 de setembro de 2011 e pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais na Deliberação CERH/MG nº 295, de 16 de dezembro de 2011.

O Contrato de Gestão nº 072/ANA/2011 foi celebrado em 26 de outubro de 2011 entre a Agência Nacional de Águas - ANA e o Instituto BioAtlântica (IBIO - AGB Doce), Entidade Delegatária/Equiparada, com a anuência do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, para o exercício de funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, foi publicado no D.O.U em 04 de novembro de 2011.

O Contrato de Gestão nº 001/2011 entre Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM e o Instituto BioAtlântica (IBIO – AGB Doce), Entidade Equiparada, com a anuência dos Comitês da Bacia Hidrográfica do Rio Piranga – DO1, do Rio Piracicaba – DO2, do Rio Santo Antônio – DO3, do Rio Suaçuí – DO4, do Rio Caratinga – DO5, e águas do Rio Manhuaçu – DO6, para o exercício de funções de Agência de Água, foi celebrado em 21 de dezembro de 2011 e publicado no D.O.E.M.G em 10 de janeiro de 2012.

Com anuência dos Comitês Capixabas o Instituto BioAtlântica (IBIO – AGB Doce) ainda aguarda assinatura do Contrato de Gestão com o Instituto Estadual de Meio Ambiente- IEMA para o exercício de funções de Agência de Água na porção capixaba da bacia hidrográfica do Rio Doce.



## **1.6. Plano de Aplicação Plurianual – PAP Doce**

O Plano de Aplicação Plurianual, instrumento básico e harmonizado de orientação dos estudos, planos, projetos e ações a serem executados com recursos da cobrança pelo uso da água em toda a bacia hidrográfica do rio Doce, para o período de 2012 a 2015. O Plano de Aplicação Plurianual se pauta pelas seguintes premissas:

- Os estudos, planos, projetos e ações a serem executados devem estar em conformidade com os programas estabelecidos no Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – PIRH e Planos de Ações de Recursos Hídricos das Bacias Afluentes – PARHs, e com as metas definidas nos Contratos de Gestão firmados entre o IBIO – AGB Doce com a Agência Nacional de Águas – ANA e com o Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM e no Pacto para Gestão Integrada das Águas na Bacia Hidrográfica do Rio Doce – Pacto das Águas;
- As diretrizes devem ser harmonizadas para toda a bacia hidrográfica do rio Doce, de forma a otimizar a aplicação dos recursos da cobrança;
- Com vistas a qualificar e alavancar investimentos para toda a bacia hidrográfica do rio Doce, os recursos devem apoiar, preferencialmente, a elaboração de estudos e projetos, bem como ações de proteção, preservação, conservação e recuperação de mananciais, além de ações de capacitação, treinamento, mobilização social e educação ambiental com foco em recursos hídricos.

O objetivo que é, por meio do PAP, seja possível implementar as metas estabelecidas nos Contratos de Gestão e no Pacto das Águas e os programas e ações do PIRH/PARHs Doce considerados prioritários no período de 2012 a 2015. Além de proporcionar o aumento da disponibilidade de água; de reduzir os níveis de poluição hídrica na bacia e apoiar a adoção de medidas de proteção e preservação de nascentes e de práticas de conservação de água e solo e fomentar ações de prevenção e defesa a acidentes e eventos hidrológicos críticos.

Para fins de aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água, no período entre 2012 e 2015, foram priorizados programas do PIRH/PARHs Doce de hierarquia 1, 2 e 3, tendo em vista a relevância e a urgência na sua implementação. O PAP foi inicialmente aprovado pelo CBH Doce e pelos Comitês Estaduais de Minas Gerais em 2012 definido valores a serem investidos em cada um dos programas do PIRH/PARH, conforme Deliberações da Tabela 04.



Tabela 4 - Deliberações que aprovaram o Plano de Aplicação Plurianual – PAP

Comitê de Bacia Hidrográfica	Deliberação
CBH Doce	Deliberação CBH Doce nº 32, de 26 de abril de 2012
CBH Piranga	Deliberação CBH Piranga nº 02, de 12 de abril de 2012
CBH Piracicaba	Deliberação CBH Piracicaba nº 22, de 11 de abril de 2012
CBH Santo Antônio	Deliberação CBH Sto. Antônio nº 14, de 13 de abril de 2012
CBH Suaçuí	Deliberação CBH Suaçuí nº 34, de 19 de abril de 2012
CBH Caratinga	Deliberação CBH Caratinga nº 12, de 17 de abril de 2012
CBH Manhuaçu	Deliberação CBH Manhuaçu nº 02, de 18 de abril de 2012

Porém, considerando a necessidade de adequar os desembolsos na bacia às estimativas mais recentes de arrecadação oriunda da cobrança pelo uso de recursos hídricos; considerando a necessidade de concentrar a aplicação dos recursos em um menor número de programas e ações; e considerando os resultados das discussões ocorridas no âmbito dos comitês da bacia durante os meses de abril a junho de 2014, os Comitês estaduais e federal decidem por readequar alguns item do documento, assim como os valores alocados para cada programa a cada ano restante dos Contratos de Gestão celebrados entre o IBIO – AGB Doce, a ANA e o IGAM. Na Tabela 5 abaixo estão descritas as Deliberações que aprovaram as readequações do PAP. Na Tabela 06 estão demonstrados os valores alocados, referentes aos recursos arrecadados e repassados pela ANA, após readequação do PAP. Na Tabela 7 estão demonstrados os valores alocados, referentes aos recursos arrecadados e repassados pela IGAM, após readequação do PAP.

Tabela 5 – Deliberações que aprovaram readequação do Plano de Aplicação Plurianual - PAP

Comitê de Bacia Hidrográfica	Deliberação
CBH Doce	Deliberação CBH Doce nº 42, de 14 de agosto de 2014
CBH Piranga	Deliberação CBH Piranga nº 10, de 03 de junho de 2014
CBH Piracicaba	Deliberação CBH Piracicaba nº 27, de 04 de junho de 2014
CBH Santo Antônio	Deliberação CBH Sto. Antônio nº 20, de 22 de maio de 2014
CBH Suaçuí	Deliberação CBH Suaçuí nº 45, de 21 de maio de 2014
CBH Caratinga	Deliberação CBH Caratinga nº 03, de 11 de junho de 2014
CBH Manhuaçu	Deliberação CBH Manhuaçu nº 30, de 10 de junho de 2014



Relatório de Gestão do Exercício de 2015 – Contrato de Gestão 001/IGAM/2011

Tabela 6 – PAP da Bacia do Rio Doce com recursos arrecadados e repassados pela ANA

METAS, PROGRAMAS E AÇÕES PRIORIZADOS		ESPACIA- LIZAÇÃO	2012 (mil R\$)	2013 (mil R\$)	2014 (mil R\$)	2015 (mil R\$)	TOTAL (mil R\$)
1	Estudo de aprimoramento dos mecanismos de cobrança com base nos itens discriminados no indicador 3C do Contrato de Gestão	Toda a bacia	-	999	--	--	<b>999</b>
2	Pesquisa quadrienal junto aos usuários sobre o atendimento dos objetivos da cobrança na bacia do rio Doce conforme indicador 3D do Contrato de Gestão	Toda a bacia	--	--	--	200	<b>200</b>
3	Programa de Saneamento da Bacia (P11)	9 Bacias afluentes	-	18	-	-	<b>18</b>
4	Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura (P22)	UGRHs 4 a 9	--	308	1.560	940	<b>2.808</b>
<b>Programa de Convivência com as Cheias (P31)</b>							
5	Levantamento de seções topométricas nas calhas dos principais rios da bacia para o modelo hidráulico de propagação de vazões.	Toda a bacia	-		500	500	<b>1.000</b>
	Aquisição de imagem satélite de alta resolução para definição da mancha de inundação nas áreas urbanas de cidades consideradas prioritárias.		-	241	-	-	<b>241</b>
	Definição da mancha de inundação da área rural, a partir de modelo digital de elevação – MDE, agregado ao mapa de uso e ocupação do solo.		-	-	1750	1000	<b>2.750</b>
	Levantamento e consistência dos dados hidrometeorológicos, inclusive dos dados pluviométricos / Levantamento de informações complementares (intervenção estruturais de interesse) / Desenvolvimento de modelo hidrológico, incluindo calibração, simulação e análises / Desenvolvimento do modelo hidráulico, incluindo calibração, simulação e definição dos perfis da linha d'água e das manchas de inundação / Acoplamento dos dados de entrada dos modelos meteorológicos com o modelo hidrológico e deste com o modelo hidráulico. - Desenvolvimento da interface gráfica para operacionalização do modelo no sistema de alerta / Desenvolvimento do Sistema de Previsão e do Sistema de Intervenções Estruturais.		-	-	1750	1000	<b>2.750</b>
	Concepção de um conjunto de intervenções não estruturais de controle de cheias.				250	<b>250</b>	
6	Programa de Universalização do Saneamento (P41):		-	67	1.850	5.930	<b>7.847</b>
7	Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)	9 Bacias afluentes	-	4	2.250	2.250	<b>4.504</b>
8	Programa de Monitoramento e Acompanhamento da Implementação da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos (P61):						
	Fortalecimento dos Comitês (P61.2)	Toda a bacia	495	1.115	2.340	1.100	<b>5.050</b>
	Sistema de informações (SIG GESTÃO) (P61.a)	Toda a bacia	-	-	150	350	<b>500</b>
9	Programa de Comunicação Social (P71)	Toda a bacia	-	156	500	500	<b>1.156</b>
10	Programa de Educação Ambiental (P72)	Toda a bacia	-	43	500	800	<b>1.343</b>
11	Programa de Treinamento e Capacitação (P73)	Toda a bacia	-	43	-	-	<b>43</b>
<b>Total Geral</b>			<b>495</b>	<b>2.994</b>	<b>11.400</b>	<b>13.820</b>	<b>28.709</b>





Relatório de Gestão do Exercício de 2015 – Contrato de Gestão 001/IGAM/2011

Tabela 7 – PAP da Bacia do Rio Doce com recursos arrecadados e repassados pela IGAM

METAS, PROGRAMAS E AÇÕES PRIORIZADOS		2012 (mil R\$)	2013 (mil R\$)	2014 (mil R\$)	2015 (mil R\$)	TOTAL (mil R\$)
<b>UGRH01 - Piranga</b>						
1	Programa de Saneamento da Bacia (P11)	-	1	-	650	<b>651</b>
2	Programa de Universalização do Saneamento (P41)	-	5	2.300	5.400	<b>7.705</b>
3	Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)	-	-	-	1.000	<b>1.000</b>
4	Fortalecimento dos Comitês (P61.2)	-	-	100	100	<b>200</b>
	Sistema de informações (SIG GESTÃO) (P61.a)	-	157	-	-	<b>157</b>
5	Programa de Comunicação Social (P71)	-	4	-	-	<b>4</b>
<b>Subtotal UGRH01 - Piranga</b>		-	<b>167</b>	<b>2.400</b>	<b>7.150</b>	<b>9.717</b>
<b>UGRH02 - Piracicaba</b>						
1	Programa de Saneamento da Bacia (P11)	-	47	1.500	4.500	<b>6.047</b>
2	Programa Produtor de Água (P24)	-	-	1.000	1.400	<b>2.400</b>
3	Programa de Universalização do Saneamento (P41)	-	164	5.500	4.000	<b>9.664</b>
4	Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)	-	1	1.000	5.000	<b>6.001</b>
5	Fortalecimento dos Comitês (P61.2)	-	-	100	100	<b>200</b>
	Sistema de informações (SIG GESTÃO) (P61.a)	-	412	-	-	<b>412</b>
6	Programa de Comunicação Social (P71)	-	3	-	-	<b>3</b>
7	Programa de Educação Ambiental (P72)	-	-	200	600	<b>800</b>
8	Programa de Treinamento e Capacitação (P73)	-	-	200	600	<b>800</b>
<b>Subtotal UGRH02 - Piracicaba</b>		-	<b>627</b>	<b>9.500</b>	<b>16.200</b>	<b>26.327</b>
<b>UGRH03 - Santo Antônio</b>						
1	Programa de Universalização do Saneamento (P41)	-	1	500	2.500	<b>3.001</b>
2	Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)	-	-	-	932	<b>932</b>
3	Fortalecimento dos Comitês (P61.2)	-	-	50	50	<b>100</b>
4	Programa de Comunicação Social (P71)	-	3	-	-	<b>3</b>
<b>Subtotal UGRH03 - Santo Antônio</b>		-	<b>4</b>	<b>550</b>	<b>3.482</b>	<b>4.036</b>
<b>UGRH04 - Suaçuí</b>						
1	Programa de Universalização do Saneamento (P41)	-	-	500	1.200	<b>1.700</b>
2	Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)	-	0,5	-	-	<b>1</b>
3	Fortalecimento dos Comitês (P61.2)	-	-	50	50	<b>100</b>
4	Programa de Comunicação Social (P71)	-	3,5	-	-	<b>4</b>
<b>Subtotal UGRH04 - Suaçuí</b>		-	<b>4</b>	<b>550</b>	<b>1.250</b>	<b>1.804</b>
<b>UGRH05 - Caratinga</b>						
1	Programa de Universalização do Saneamento (P41)	-	-	500	1.500	<b>2.000</b>
2	Fortalecimento dos Comitês (P61.2)	-	-	50	50	<b>100</b>
3	Programa de Comunicação Social (P71)	-	3	-	-	<b>3</b>
<b>Subtotal UGRH05 - Caratinga</b>		-	<b>3</b>	<b>550</b>	<b>1.550</b>	<b>2.103</b>
<b>UGRH06 - Manhuaçu</b>						
1	Programa de Universalização do Saneamento (P41)	-	1	500	1.500	<b>2.001</b>
2	Fortalecimento dos Comitês (P61.2)	-	-	50	50	<b>100</b>
3	Programa de Comunicação Social (P71)	-	3	-	-	<b>3</b>
<b>Subtotal UGRH06 - Manhuaçu</b>		-	<b>4</b>	<b>550</b>	<b>1.550</b>	<b>2.104</b>
<b>Total Geral</b>		-	<b>809</b>	<b>14.100</b>	<b>31.182</b>	<b>46.091</b>



## 2. APRESENTAÇÃO

Neste relatório são apresentadas informações sobre cada um dos programas de investimentos previsto para a Bacia Hidrográfica do **Rio Piracicaba** a serem realizados com os recursos financeiros oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos na bacia. Estes programas estão previstos no Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce - PIRH e foram priorizados pelos Comitês de Bacia Hidrográfica do Rio Doce no documento chamado Plano de Aplicação Plurianual - PAP. Os programas estão agrupados por temas, assim como proposto no PIRH. Para cada programa é apresentada uma breve descrição sobre os objetivos de cada um, assim como a motivação para incluir este programa como um dos principais a serem executados na bacia. Também são apresentadas as contratações realizadas em cada um destes programas, assim como os resultados gerados por estas contratações.

Também é apresentada análise sobre os recursos financeiro inicialmente previstos para cada um dos programas do PAP e os investimentos realizados pelo IBIO – AGB Doce. Esta análise faz um comparativo entre os investimentos previsto e realizados em 2015. Apresentamos as principais dificuldades que encontramos para executar cada programa para que possamos entender como podemos melhorar a atuação do IBIO – AGB Doce para o próximo ano e alguma deficiência que identificamos na forma como inicialmente se pensou que cada programa poderia ser executado.



### 3. UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO

#### 3.1. Programa Universalização do Saneamento (P41)

##### 3.1.1. Descrição

Segundo o Plano Integrado de Recursos Hídricos (PIRH-Doce), na situação atual, a bacia apresenta municípios com cobertura de abastecimento público de água e de coleta, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos abaixo das médias estaduais. O prognóstico realizado no PIRH-Doce indica altos índices de DBO, com prejuízo para a qualidade da água e restrição ao enquadramento, além da existência de doenças de veiculação hídrica. Quanto à drenagem urbana, a deficiência das estruturas e projetos é frequente nas cidades brasileiras.

A universalização do acesso ao saneamento básico, com quantidade, igualdade, continuidade e controle social é um desafio que o poder público municipal, como titular destes serviços, deve encarar como um dos mais significativos. Nesse sentido, o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) se constitui em importante ferramenta de planejamento e gestão para alcançar a melhoria das condições sanitárias e ambientais do município e, conseqüentemente, da qualidade de vida da população.

A Lei Federal nº 11.445 de 2007 dispõe sobre a necessidade da elaboração dos PMSB de forma a garantir à população o acesso global ao saneamento básico, através da constituição de diretrizes e propostas para abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo das águas superficiais e limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

O PMSB é assim, o instrumento da Política de Saneamento Básico do município onde são definidos os objetivos e metas, as prioridades de investimentos, a forma de regulação da prestação dos serviços, os aspectos econômicos e sociais, os aspectos técnicos e a forma de participação e controle social, de modo a orientar a atuação dos prestadores de serviços, dos titulares e da sociedade.

O Programa de Universalização do Saneamento contempla o apoio à elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB); a elaboração de projetos para otimização de sistemas de abastecimento de água; a elaboração de projetos para sistemas de destinação final adequada de resíduos sólidos (aterros/unidades de triagem e compostagem); e a elaboração de estudos de alternativas de drenagem urbana para cidades com mais de 5 mil habitantes.

Com a alteração do PAP, os recursos arrecadados da União para o Programa de Universalização do Saneamento (P41) serão distribuídos nas nove unidades de gestão da bacia de acordo com a necessidade das mesmas, visando o apoio na elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) para todos os municípios elegíveis e que manifestarem interesse na bacia. Para os Planos



Municipais de Saneamento Básico (PMSB) foram considerados elegíveis aqueles municípios que ainda não possuem Planos ou não dispõem de recursos para sua elaboração. Em consonância com o PAP, a hierarquização dos municípios em cada unidade de gestão adota os seguintes critérios:

- IDH-M 2000 inferior a 0,650;
- Índice de internações por doenças de veiculação hídrica superior à média do estado em Minas Gerais e mortalidade proporcional por doenças infecciosas e parasitárias superior à média do estado no Espírito Santo (FJP/IMRS e Cadernos de Informações de Saúde do Espírito Santo);
- Índice de cobertura urbana de abastecimento de água inferior à média dos estados de MG e ES;
- Índice de cobertura urbana de esgotamento sanitário inferior à média dos estados de MG e ES;
- Índice de cobertura de coleta urbana de resíduos sólidos inferior à média dos estados de MG e ES;
- Ocorrência de inundações e/ou alagamentos na área urbana nos últimos 5 anos (PNSB 2008).

A principal fonte dos dados de saneamento consiste no Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) e, quando não disponíveis, nas informações do PIRH. Dada a defasagem dos referidos dados, variando de 2005 a 2010, foi considerado o indicador do IBGE "Domicílios urbanos com saneamento adequado" para todos os municípios, com base no Censo Demográfico de 2010.

Também foram priorizados aqueles municípios que assinaram o Termo de Manifestação de Interesse e preencheram o respectivo Formulário de Informações Básicas do Município no prazo constante do Edital de Chamamento Público lançado em cada unidade de gestão de recursos hídricos (UGRH).

Cabe ainda ressaltar que a Lei Federal nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, determina para 2014, a elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS) pelos municípios brasileiros. Uma vez atendidas as solicitações da referida Lei e do Decreto nº 7.404/2010 que a regulamenta, o PGIRS pode ser incorporado ao PMSB. Dessa forma, esclarecemos que o conteúdo da Infraestrutura de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos dos PMSB's a serem contratados pelo IBIO - AGB Doce na bacia hidrográfica do rio Doce irá contemplar o conteúdo mínimo do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, de acordo com as determinações legais.

### 3.1.2. Contratações e Resultados

Na Figura 5 estão ilustrados os municípios onde houveram ações relacionadas ao Programa de Universalização do Saneamento – P41. A seguir são apresentados os resultados gerados em cada um dos contratos celebrados pelo IBIO – AGB Doce.

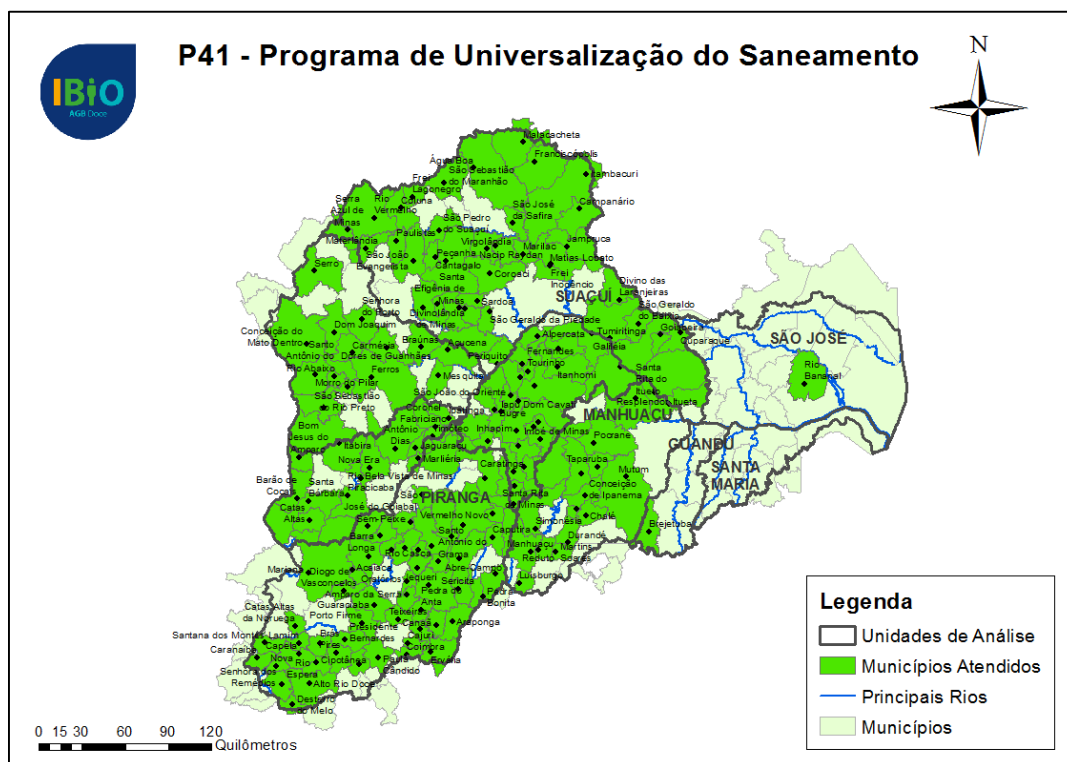


Figura 5 – Municípios atendidos pelo Programa P41.

#### Principais Resultados:

Todas as contratações deste programa estão relacionadas a elaboração de Plano Municipal de Saneamento Básico dos municípios a serem contemplados. Para as contratações das empresas responsáveis pela elaboração dos PMSB, o IBIO – AGB Doce agrupou os municípios a serem contemplados para tornar as contratações mais atrativas para as empresas interessadas e para tornar mais eficiente o processo de gerenciamento destas contratações por parte do IBIO – AGB Doce. A Tabela 8 a seguir sintetiza os produtos que foram entregues por cada município, bem como as audiências públicas realizadas. As células marcadas correspondem aos produtos entregues (versão final impressa e CD) e audiências realizadas. Os produtos ainda não entregues podem estar em fase de elaboração por parte das empresas contratadas, em fase de validação por parte do IBIO – AGB



Relatório de Gestão do Exercício de 2015 – Contrato de Gestão 001/IGAM/2011

Doce ou do município, ou em fase de readequação para atender aos apontamentos feitos no processo de validação dos produtos.

Tabela 8 – Produtos do PMSB entregues em cada município da bacia.

Contrato	Município	P1	P2	P3	P4	P5	P6	P7	P8	Audiência Pública
20/2013	Barão de Cocais, Catas Altas e Santa Bárbara									
21/2013	Itabira									
	Bom Jesus do Amparo									
22/2013	Coronel Fabriciano									
	Timóteo									
23/2013	Antônio Dias, Bela Vista de Minas, Jaguarauçu, Nova Era e Rio Piracicaba									
	Marliéria									
01/2015	Ipatinga									

A seguir são apresentadas as informações relacionadas à execução de cada um dos contratos assinados no âmbito do programa P41.

Contrato 020/2013		Programa	P41 /	Recursos	ANA / IGAM
<b>Alocação</b>		CBH Piracicaba / /			
<b>Objeto</b>		Prestação de serviços de Elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSBs) dos municípios de Barão de Cocais, Catas Altas e Santa Bárbara.			
<b>Valor</b>	R\$ 607.754,28	<b>Contratado</b>	Engecorps Engenharia S.A.		
<b>Pago</b>	R\$ 607.754,28	<b>Data</b>	05/09/2013	<b>Prazo</b>	31/03/2015
<b>Saldo</b>	R\$ 0,00	<b>Gestor</b>	Fabiano		<b>Aditivos</b> 5

**Identificação no PIRH-Doce:**

Programa: Universalização do Saneamento

Subprograma: Programa de Universalização do Saneamento - P41 – CBH Piracicaba

**Modalidade de Aplicação:** Indireta

**Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual:** P41 – CBH Piracicaba



### **Prazos Previstos e Realizados:**

Os prazos apresentados na comparação abaixo seguem as seguintes definições:

- Elaboração do Ato Convocatório: prazo decorrido para elaboração de toda documentação necessária para realização do processo seletivo.

- Processo Seletivo: prazo decorrente entre o final da etapa anterior e o dia de realização do certame quando as propostas são avaliadas. Caso haja interposição de recursos no certame, este prazo será contabilizado até o dia da decisão final da Comissão Gestora de Licitações e Contratos – CGLC do IBIO – AGB Doce e do Diretor Geral.

- Assinatura do Contrato: prazo entre a etapa anterior e o dia em que o contrato foi assinado com a empresa/profissional selecionado.

- Início das Atividades: prazo entre a etapa anterior e o dia da emissão da primeira Ordem de Serviço autorizando o início dos trabalhos. Quando não há uma Ordem de Serviço inicial, é porque o início das atividades será imediatamente após a assinatura do contrato.

- Entrega dos Produtos: representa o prazo inicialmente previsto em contrato e o prazo final após aditivos de prazo.

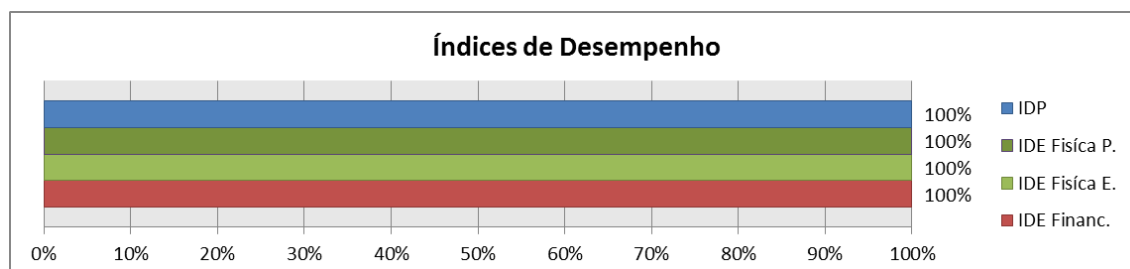
<b>Etapas</b>	<b>Prazos Previstos</b>	<b>Prazos Realizados</b>
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	2 meses
Processo de Seleção	45 dias	2 meses
Assinatura do Contrato	1 mês	1 semana
Início das Atividades	Imediato	1 mês
Entrega dos Produtos	10 meses	566 dias



### Cronograma Físico-Financeiro:

O desempenho físico e financeiros dos contratos serão apresentados por meio de índices de desempenho, quais sejam:

- IDP - Índice de Desempenho de Prazo: indica qual a porcentagem do prazo de vigência do contrato já se passou.
- IDE Física P. - Índice de Desempenho de Execução Física Planejada: indica qual porcentagem dos produtos que deveria ter sido entregue até a data de geração dos gráficos (04/01/2016) com base no cronograma de entrega do contrato.
- IDE Física E. - Índice de Desempenho de Execução Física Executada: indica qual porcentagem dos produtos foi entregue até a data de geração dos gráficos.
- IDE Financ. - Índice de Desempenho de Execução Financeira: indica qual a porcentagem do valor do contrato desembolsado até a data de geração do gráfico.



### Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas:

Conforme previsto na CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PRAZOS E PRORROGAÇÃO do Contrato nº 20/2013, o prazo de duração é de 10 (dez) meses com vigência a partir da data de sua assinatura e publicação no endereço eletrônico do IBIO - AGB Doce, podendo ser prorrogado desde que seja justificadamente e adequado o Plano de Trabalho, ou para atender excepcionalidades, como a ocorrência de casos fortuitos e de força maior, ou de suspensões temporárias durante sua execução.

Logo no início dos trabalhos de elaboração dos PMSBs e devido à complexidade dos serviços ora contratados foi verificada a necessidade de acompanhamento técnico especializado dos produtos.

A solicitação para contratação de profissional autônomo para prestação de serviços de assessoria técnica especializada presencial para análise e validação dos PMSBs foi submetida à Agência Nacional de Águas, e após a sua aprovação e processo de licitação, em 20/05/2014 a consultora Telma Procópio Guerra, vencedora do certame, iniciou suas atividades.





Relatório de Gestão do Exercício de 2015 – Contrato de Gestão 001/IGAM/2011

Sendo assim, ocorreu um acúmulo de produtos já entregues pela empresa contratada para análise. Devido ainda a grande maioria dos municípios não possuírem corpo técnico qualificado e com a dedicação necessária para acompanhamento das atividades previstas durante a elaboração do PMSB, principalmente em relação à análise e validação dos produtos entregues, culminou em um atraso ainda maior na prestação dos serviços pela profissional.

Considerando os fatos citados, verificou-se a necessidade de prorrogação de prazo do contrato por quatro vezes, cujas vigências são respectivamente: 06/09/2014; 30/11/2014; 28/02/2015; 31/03/2015. Conforme disposto no item 20.1 do Ato Convocatório nº 07/2013, os preços poderão ser reajustados entre as partes, por meio de aditivo, observando-se o limite legal e interstício mínimo de 12 meses a contar da sua assinatura, e será firmado baseando-se na aplicação do índice IGP-M. Sendo assim, em resposta à solicitação da empresa Engecorps S.A., foi elaborado o 1º Termo de Apostilamento, datado de 03/03/2015, reajustando o valor dos produtos 3, 4, 5, 6, 7 e 8, visto que não foram validados e pagos dentro dos 12 primeiros meses de contrato.

No ano de 2015 os PMSBs dos municípios pertencentes a este Lote foram corrigidos e finalizados, com todos os produtos entregues.

Os pagamentos foram realizados utilizando recursos repassados pelo IGAM oriundos da cobrança pelo uso da água na bacia hidrográfica do rio Piracicaba.

O Contrato nº 20/2013 foi encerrado no dia 16/04/2015.

<b>Contrato 021/2013</b>		<b>Programa</b>	P41 /	<b>Recursos</b>	ANA / IGAM	
<b>Alocação</b>		Transversal / /				
<b>Objeto</b> Prestação de serviços de Elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSBs) dos municípios de Bom Jesus do Amparo e Itabira.						
<b>Valor</b>	R\$ 627.000,00	<b>Contratado</b>	Engecorps Engenharia S.A.			
<b>Pago</b>	R\$ 666.352,95	<b>Data</b>	05/09/2013	<b>Prazo</b>	31/07/2015	
<b>Saldo</b>	-R\$ 16.968,81	<b>Gestor</b>	Fabiano		<b>Aditivos</b>	6

**Identificação no PIRH-Doce:**

Programa: Universalização do Saneamento

Subprograma: P41 – CBH Piracicaba



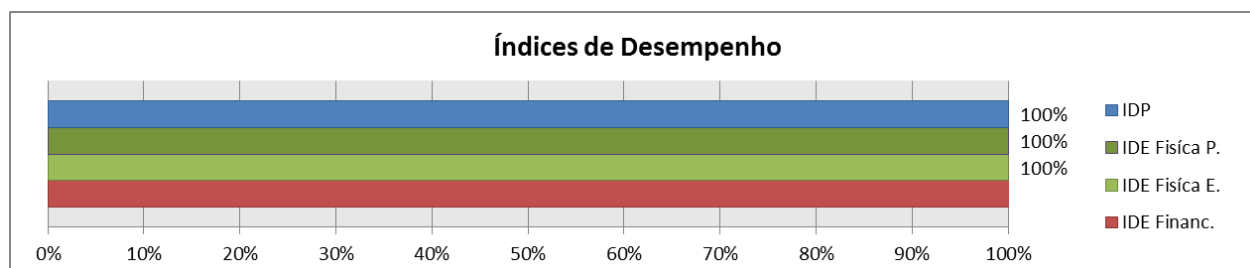
**Modalidade de Aplicação:** Indireta

**Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual:** P41– CBH Piracicaba

**Prazos Previstos e Realizados:**

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	2 meses
Processo de Seleção	45 dias	2 meses
Assinatura do Contrato	1 mês	1 semana
Início das Atividades	Imediato	1 mês
Entrega dos Produtos	10 meses	805 dias

**Cronograma Físico-Financeiro:**



**Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas:**

Conforme previsto na CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PRAZOS E PRORROGAÇÃO do Contrato nº 21/2013, o prazo de duração é de 10 (dez) meses com vigência a partir da data de sua assinatura e publicação no endereço eletrônico do IBIO - AGB Doce, podendo ser prorrogado desde que seja justificadamente e adequado o Plano de Trabalho, ou para atender excepcionalidades, como a ocorrência de casos fortuitos e de força maior, ou de suspensões temporárias durante sua execução.

Logo no início dos trabalhos de elaboração dos PMSBs e devido à complexidade dos serviços ora contratados foi verificada a necessidade de acompanhamento técnico especializado dos produtos.

A solicitação para contratação de profissional autônomo para prestação de serviços de assessoria técnica especializada presencial para análise e validação dos PMSBs foi submetida à Agência Nacional de Águas, e após a sua aprovação e processo de licitação, em 20/05/2014 a consultora Telma Procópio Guerra, vencedora do certame, iniciou suas atividades.

Sendo assim, ocorreu um acúmulo de produtos já entregues pela empresa contratada para análise. Devido ainda a grande maioria dos municípios não possuírem corpo técnico qualificado e com a dedicação necessária para acompanhamento das atividades previstas durante a elaboração do



PMSB, principalmente em relação à análise e validação dos produtos entregues, culminou em um atraso ainda maior na prestação dos serviços pela profissional.

No caso específico do município de Itabira, havia a manifestação dos representantes dos Comitês Executivo e de Coordenação através de e-mails, apontando questionamentos nos produtos do PMSB, mas estes por muitas vezes demoraram a se configurar em um parecer parcial formal para solicitar alterações nos produtos. Isto desencadeou uma série de atrasos.

Considerando os fatos citados, verificou-se a necessidade de prorrogação de prazo do contrato por seis vezes, cujas vigências são respectivamente: 06/09/2014; 30/11/2014; 31/05/2015; 31/07/2015; 30/09/2015; 30/11/2015. Conforme disposto no item 20.1 do Ato Convocatório nº 07/2013, os preços poderão ser reajustados entre as partes, por meio de aditivo, observando-se o limite legal e interstício mínimo de 12 meses a contar da sua assinatura, e será firmado baseando-se na aplicação do índice IGP-M. Sendo assim, em resposta à solicitação da empresa Engecorps S.A., foi elaborado os 1º e 2º Termos de Apostilamento, datados de 06/03/2015 e 08/09/2015, reajustando o valor dos produtos 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8, visto que não foram validados e pagos dentro dos 12 primeiros meses de contrato.

No ano de 2015 os PMSBs dos municípios pertencentes a este Lote foram corrigidos e finalizados, com todos os produtos entregues.

Os pagamentos foram realizados utilizando recursos repassados pelo IGAM oriundos da cobrança pelo uso da água na bacia hidrográfica do rio Piracicaba.

O Contrato nº 21/2013 foi encerrado no dia 01/12/2015.

<b>Contrato 022/2013</b>	<b>Programa</b>	<b>P41 /</b>	<b>Recursos</b>	<b>ANA / IGAM</b>
<b>Alocação</b> CBH Piracicaba / /				
<b>Objeto</b> Prestação de serviços de Elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSBs) dos municípios de Coronel Fabriciano e Timóteo.				
<b>Valor</b>	R\$ 950.000,00	<b>Contratado</b>	Engecorps Engenharia S.A.	
<b>Pago</b>	R\$ 676.083,04	<b>Data</b>	01/11/2013	<b>Prazo</b> 31/05/2016
<b>Saldo</b>	R\$ 301.156,12	<b>Gestor</b>	Fabiano	<b>Aditivos</b> 5



**Identificação no PIRH-Doce:**

Programa: Universalização do Saneamento

Subprograma: P41 – CBH Piracicaba

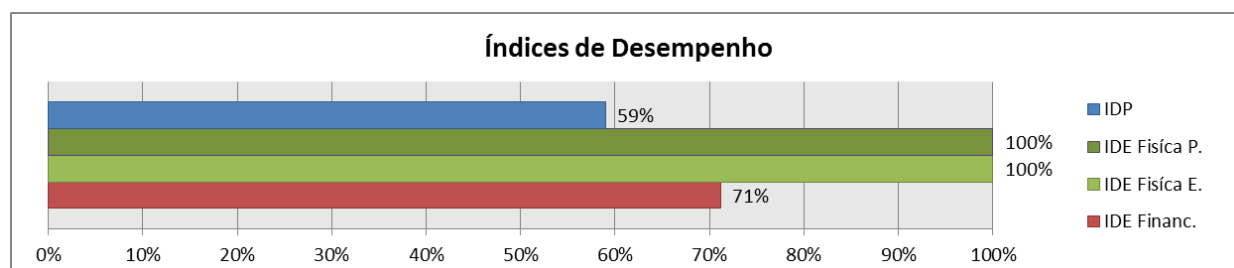
**Modalidade de Aplicação:** Indireta

**Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual:** P41 – CBH Piracicaba

**Prazos Previstos e Realizados:**

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	2 meses
Processo de Seleção	45 dias	2 meses
Assinatura do Contrato	1 mês	1 semana
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	10 meses	30 meses (em andamento)

**Cronograma Físico-Financeiro:**



**Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas:**

Conforme previsto na CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PRAZOS E PRORROGAÇÃO do Contrato nº 22/2013, o prazo de duração é de 10 (dez) meses com vigência a partir da data de sua assinatura e publicação no endereço eletrônico do IBIO - AGB Doce, podendo ser prorrogado desde que seja justificadamente e adequado o Plano de Trabalho, ou para atender excepcionalidades, como a ocorrência de casos fortuitos e de força maior, ou de suspensões temporárias durante sua execução.

Logo no início dos trabalhos de elaboração dos PMSBs e devido à complexidade dos serviços ora contratados foi verificada a necessidade de acompanhamento técnico especializado dos produtos.

A solicitação para contratação de profissional autônomo para prestação de serviços de assessoria técnica especializada presencial para análise e validação dos PMSBs foi submetida à Agência Nacional



de Águas, e após a sua aprovação e processo de licitação, em 20/05/2014 a consultora Telma Procópio Guerra, vencedora do certame, iniciou suas atividades.

Sendo assim, ocorreu um acúmulo de produtos já entregues pela empresa contratada para análise. Devido ainda a grande maioria dos municípios não possuírem corpo técnico qualificado e com a dedicação necessária para acompanhamento das atividades previstas durante a elaboração do PMSB, principalmente em relação à análise e validação dos produtos entregues, culminou em um atraso ainda maior na prestação dos serviços pela profissional.

O município de Coronel Fabriciano está com um atraso de 17 meses aproximadamente na elaboração do PMSB devido a falta de comprometimento e colaboração por parte do mesmo. Atualmente a empresa Engecorps S.A. aguarda a avaliação e parecer do Produto 8 – Relatório Final do PMSB que deverá ser elaborado pela consultora Telma Procópio Guerra juntamente com os Comitês de Coordenação e Executivo, para assim proceder com as correções e realizar a audiência pública.

Baseado nos pareceres emitidos pela empresa Engecorps S.A. e pela consultora Telma Procópio Guerra, o município de Timóteo recebeu uma notificação em 30/11/2015 por parte do IBIO AGB - Doce, que evidencia e trata sobre o não cumprimento dos prazos e a não realização das reuniões pré-agendadas por parte do citado município, o que ocasionou atraso aproximado de 20 meses na elaboração do PMSB. Desta forma, o município foi intimado a proceder com o cumprimento integral das obrigações assumidas no Termo de Compromisso, bem como com o cumprimento dos prazos das reuniões e emissão de pareceres, definidos novamente, visto que até o momento só foram concluídos e pagos os produtos 1, 2 e 3. As versões preliminares dos produtos 4, 5, 6, 7 e 8 já foram encaminhadas por parte da empresa, porém não houve colaboração por parte do município na realização de reuniões para análise e validação dos documentos encaminhados.

Considerando os fatos citados, verificou-se a necessidade de prorrogação de prazo do contrato por cinco vezes, cujas vigências são respectivamente: 31/12/2014; 30/06/2015; 30/09/2015; 31/12/2015; 31/05/2016. Conforme disposto no item 20.1 do Ato Convocatório nº 16/2013, os preços poderão ser reajustados entre as partes, por meio de aditivo, observando-se o limite legal e interstício mínimo de 12 meses a contar da sua assinatura, e será firmado baseando-se na aplicação do índice IGP-M. Sendo assim, em resposta à solicitação da empresa Engecorps S.A., foi elaborado os 1º e 2º Termos de Apostilamento, datados de 06/03/2015 e 26/10/2015, reajustando o valor dos produtos 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8, visto que não foram validados e pagos dentro dos 12 primeiros meses de contrato.

Os pagamentos foram realizados utilizando recursos repassados pelo IGAM oriundos da cobrança pelo uso da água na bacia hidrográfica do rio Piracicaba.



<b>Contrato 023/2013</b>		<b>Programa</b>	P41 /	<b>Recursos</b>	ANA / IGAM
<b>Alocação</b>		CBH Piracicaba / /			
<b>Objeto</b> Prestação de serviços de Elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSBs) dos municípios de Antônio Dias, Bela Vista de Minas, Jaguaraçu, Marliéria, Nova Era e Rio Piracicaba.					
<b>Valor</b>	R\$ 877.029,03	<b>Contratado</b>	Engecorps Engenharia S.A.		
<b>Pago</b>	R\$ 863.606,70	<b>Data</b>	01/11/2013	<b>Prazo</b>	29/02/2016
<b>Saldo</b>	R\$ 13.422,33	<b>Gestor</b>	Fabiano	<b>Aditivos</b>	6

**Identificação no PIRH-Doce:**

Programa: Universalização do Saneamento

Subprograma: P41 – CBH Piracicaba

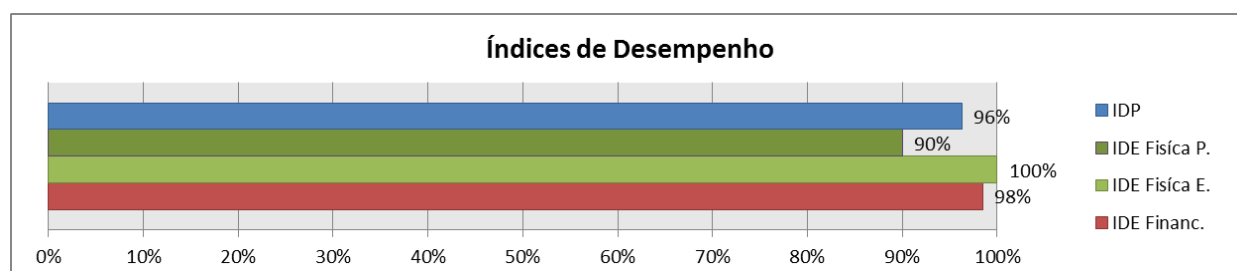
**Modalidade de Aplicação:** Indireta

**Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual:** P41 – CBH Piracicaba

**Prazos Previstos e Realizados:**

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	2 meses
Processo de Seleção	45 dias	2 meses
Assinatura do Contrato	1 mês	1 semana
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	10 meses	838 dias (em andamento)

**Cronograma Físico-Financeiro:**





### **Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas:**

Conforme previsto na CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PRAZOS E PRORROGAÇÃO do Contrato nº 23/2013, o prazo de duração é de 10 (dez) meses com vigência a partir da data de sua assinatura e publicação no endereço eletrônico do IBIO - AGB Doce, podendo ser prorrogado desde que seja justificadamente e adequado o Plano de Trabalho, ou para atender excepcionalidades, como a ocorrência de casos fortuitos e de força maior, ou de suspensões temporárias durante sua execução.

Logo no início dos trabalhos de elaboração dos PMSBs e devido à complexidade dos serviços ora contratados foi verificada a necessidade de acompanhamento técnico especializado dos produtos.

A solicitação para contratação de profissional autônomo para prestação de serviços de assessoria técnica especializada presencial para análise e validação dos PMSBs foi submetida à Agência Nacional de Águas, e após a sua aprovação e processo de licitação, em 20/05/2014 a consultora Telma Procópio Guerra, vencedora do certame, iniciou suas atividades.

Sendo assim, ocorreu um acúmulo de produtos já entregues pela empresa contratada para análise. Devido ainda a grande maioria dos municípios não possuírem corpo técnico qualificado e com a dedicação necessária para acompanhamento das atividades previstas durante a elaboração do PMSB, principalmente em relação à análise e validação dos produtos entregues, culminou em um atraso ainda maior na prestação dos serviços pela profissional.

Dentre os seis municípios pertencentes ao Contrato nº 23/2013, o PMSB do município de Marliéria é o único que ainda não foi finalizado. Para a conclusão das atividades, está pendente a aprovação do Produto 8 – Relatório Final, visto que não houve consenso entre o município e a empresa Engecorps Engenharia S.A no que se refere à projeção populacional adotada. O cálculo apresentado pela empresa, baseado na taxa do IBGE, demonstra uma diminuição da população do Município a longo prazo. Entretanto, de acordo com dados não oficiais do município, o mesmo apresenta crescimento populacional, e não redução. A empresa está providenciando uma nova revisão para melhor atender às solicitações do município.

Considerando os fatos citados, verificou-se a necessidade de prorrogação de prazo do contrato por seis vezes, cujas vigências são respectivamente: 31/12/2014; 31/03/2015; 30/06/2015; 30/09/2015; 30/11/2015; 29/02/2016. Conforme disposto no item 20.1 do Ato Convocatório nº 17/2013, os preços poderão ser reajustados entre as partes, por meio de aditivo, observando-se o limite legal e interstício mínimo de 12 meses a contar da sua assinatura, e será firmado baseando-se na aplicação do índice IGP-M. Sendo assim, em resposta à solicitação da empresa Engecorps S.A., foram elaborados os 1º e 2º Termos de Apostilamento, datados de 06/03/2015 e 26/10/2015, reajustando o valor dos produtos 3, 4, 5, 6, 7 e 8, visto que não foram validados e pagos dentro dos 12 primeiros meses de contrato.



Os pagamentos foram realizados utilizando recursos repassados pelo IGAM oriundos da cobrança pelo uso da água na bacia hidrográfica do rio Piracicaba.

### 3.1.3. Plano de Aplicação Plurianual – PAP

Alguns fatos ocorridos no final de 2014 e em 2015 prejudicaram a estratégia inicialmente planejada pelo IBIO – AGB Doce para contratação dos PMBS para a bacia conforme previsto no PAP, o que consequentemente impactou o desembolso previsto para o ano de 2015, a saber:

- Os Atos Convocatórios referentes aos PMSBs dos municípios das UGRHs 1 Piranga (Último Lote), 2 Piracicaba (Ipatinga), 3 Santo Antônio, 4 Suaçuí, 5 Caratinga, 6 Manhuaçu (Lote 2), 7 Guandu e 9 Pontões e Lagoas do Doce, publicados e com os certames iniciados no exercício de 2014, só foram concluídos em 2015:
  - Ato Convocatório nº 14/2014 (PMSB UGRH 2 Piracicaba): Iniciado em 14/10/2014 e **concluído em 07/01/2015;**
- Com a tramitação dos Atos Convocatórios e considerando a análise de recursos, pedidos de impugnação, realização de diligências, dentre outros, o início das atividades das contratadas e por consequência os desembolsos originários destes contratos ficaram prejudicados.
- Não bastasse a dificuldade na contratação dos serviços de elaboração dos PMSB, em março de 2015, a Analista de Programas e Projetos responsável pelo acompanhamento dos PMSB pediu demissão por motivos pessoais.
- O processo seletivo para contratação de substituto só foi iniciado em outubro/2015, sendo finalizado em dezembro/2015. O novo profissional iniciará suas atividades em janeiro/2016.
- Em setembro de 2015, o então Diretor Técnico, especialista em saneamento, pediu demissão, por motivos pessoais.
- Como o IBIO - AGB Doce já havia contratado e estava acompanhando a elaboração de 57 PMSBs e pelo fato da considerável diminuição da equipe, houve atrasos no acompanhamento dos contratos já firmados e na elaboração de novos Atos Convocatórios, como os Atos para contratação dos profissionais para análise e validação dos produtos dos PMSB.

Portanto, considerando os motivos apresentados acima, não foi possível o desembolso a contento conforme previsto no PAP-Doce, principalmente nas bacias dos rios Santo Antônio, Suaçuí e Caratinga. Nas Tabela 9 e Tabela 10 estão a comparação entre o previsto no PAP e o realizado pelo IBIO – AGB Doce.





Tabela 9 - Recursos repassados pela ANA alocado ao P41

Recursos Repassados pela ANA	2012 (mil R\$)	2013 (mil R\$)	2014 (mil R\$)	2015 (mil R\$)	Total (mil R\$)
Programa de Universalização do Saneamento (P41)					
Investimento Previsto no PAP	0	67	1850	5.930	7.847
Investimento Realizado	0	67	140	1.390	1.597

Tabela 10 - Recursos repassados pelo IGAM alocado ao P41

Recursos Repassados pela IGAM	2012 (mil R\$)	2013 (mil R\$)	2014 (mil R\$)	2015 (mil R\$)	Total (mil R\$)
Programa de Universalização do Saneamento (P41) - UGRH01 Piranga					
Investimento Previsto no PAP	0	5	2.300	5.400	7.705
Investimento Realizado	0	5	2.701	2.757	5.463
Programa de Universalização do Saneamento (P41) - UGRH02 Piracicaba					
Investimento Previsto no PAP	0	164	5.500	4.000	9.664
Investimento Realizado	0	164	1.116	1.839	3.119
Programa de Universalização do Saneamento (P41) - UGRH03 Santo Antônio					
Investimento Previsto no PAP	0	1	500	2.500	3.001
Investimento Realizado	0	1	0	323	324
Programa de Universalização do Saneamento (P41) - UGRH04 Suaçuí					
Investimento Previsto no PAP	0	0	500	1.200	1.700
Investimento Realizado	0	0	0	720	720
Programa de Universalização do Saneamento (P41) - UGRH05 Caratinga					
Investimento Previsto no PAP	0	0	500	1.500	2.000
Investimento Realizado	0	0	0	562	562
Programa de Universalização do Saneamento (P41) - UGRH06 Manhuaçu					
Investimento Previsto no PAP	0	1	500	1.500	2.001
Investimento Realizado	0	1	563	825	1.388
Total de Investimentos Previstos	0	170	9.800	16.100	26.070
Total de Investimentos Realizados	0	170	4380	7.026	11.576

### 3.1.4. Principais Deficiências e Dificuldades

Com o desenvolvimento das atividades relacionadas ao Programa de Universalização de Saneamento (P41) está sendo possível elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico para 156 municípios, do total de 211 municípios com sede na bacia do rio Doce, sendo que dentre esses, 54 já concluíram o PMSB. Já os demais estão em diferentes fases de elaboração.



Cabe ressaltar ainda, que o IBIO - AGB Doce, por solicitação dos CBHs, publicou um último Edital de Chamamento para atendimento a municípios que por algum motivo não se manifestaram nos editais anteriores, resultando em mais 10 municípios interessados pelo Plano Municipal de Saneamento Básico. Destes municípios, 3 pertencem a UGRH 1 –Piranga (Córrego Novo, Itaverava e Pingo D'água), 3 a UGRH 3 –Santo Antônio (Belo Oriente, Joanésia e Santo Antônio do Itambé), 2 a UGRH 5 – Caratinga (Entre Folhas e Ipaba) e 2 a UGRH 9 – Pontões e Lagoas do Doce (Jaguaré e Sooretama).

Esperamos que até o final de 2016, com a conclusão dos 166 PMSBs com recursos da cobrança, tenhamos todos os municípios da bacia do rio Doce com seu PMSB, instrumento imprescindível para continuidade da implementação dos Programas de Saneamento (P11 e P41), pois só com um plano bem construído será possível o apoio aos municípios com a elaboração de projetos.

Com relação às prefeituras, que manifestaram interesse e foram contempladas com a elaboração dos respectivos PMSBs, salienta-se a limitação de sua capacidade técnica sendo também um grande obstáculo. Os envolvidos na elaboração do PMSB, por parte das prefeituras, não têm dedicação exclusiva a tal tarefa. Dessa forma, muitas vezes as atividades relacionadas ao PMSB não são tratadas com a devida importância. Além disso, a deficiência na integração entre as secretarias e departamentos, a não disponibilização de dados ou até mesmo a sua falta durante a elaboração do PMSB são também desafios a serem vencidos.

O envolvimento da sociedade nos eventos relacionados e a sua divulgação são pontos de fragilidade encontrados. A questão do saneamento ainda é muito incipiente e a sociedade não dá o devido valor ao tema.

Ficou evidenciado que alguns municípios estavam elaborando o PMSB apenas para cumprir uma determinação legal e não com a convicção da grande importância da elaboração de um documento que traria obrigatoriamente em um único documento dados dispersos nas secretarias dos municípios.

Os CBHs têm sido grandes aliados no processo de elaboração dos PMSBs, já que possuem relacionamento estreito com os municípios. Sempre estão se mostrando abertos e solícitos em atuar juntamente com o IBIO AGB - Doce na resolução dos conflitos que surgem durante o percurso da construção dos planos. As empresas se adequaram no sentido de contratar um profissional da área de mobilização social para atuar diretamente junto aos municípios, a fim de fortalecer esta área tão fragilizada.

É possível notar ainda falta de interesse e conhecimento na área por parte da população e dos representantes dos municípios. Mesmo sabendo que o saneamento básico é de suma importância para o desenvolvimento dos municípios e que existe lei específica sobre isto, o assunto não é levado com muita seriedade por muitos.

Para melhor andamento das etapas de avaliação e validação dos produtos, foi acordado a contratação de profissionais autônomo para prestação de serviços de assessoria técnica



especializada presencial (consultores) para análise e validação dos PMSBs. No ano de 2014 já havia sido contratado 4 profissionais, os quais participaram do Ato Convocatório nº07/2014 e concorreram a 12 Lotes que compreendiam este processo. Tais consultores deram segmento as suas atividades no ano de 2015.

Além disso, neste ano iniciou-se a elaboração de 99 PMSBs sendo necessária a contratação de até mais 12 profissionais para o mesmo fim. Após o processo licitatório o IBIO AGB - Doce contratou 4 consultores, uma vez que estes venceram mais de um Lote, para darem continuidades aos trabalhos em conjunto com os Comitês instituídos pelos municípios.



## 4. IMPLEMENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

### 4.1. Fortalecimento dos Comitês (P61.2)

#### 4.1.1. Descrição

A lógica descentralizada do sistema de gerenciamento de recursos hídricos necessita de uma participação consciente, efetiva e representativa da população e das instituições nos comitês de bacia, o que não ocorre na maioria das vezes. O papel institucional dos comitês assume cada vez mais importância à medida que o sistema vai sendo consolidado e pelo aumento da exigência da observância das leis referentes. No entanto, se a participação da população e das instituições não for efetiva ou representativa, as decisões do sistema poderão não ser compreendidas ou aceitas pelos usuários, dificultando a consolidação do sistema.

O objetivo do programa é promover ações institucionais para ampliar a visibilidade e alcance dos Comitês de Bacia Hidrográfica que compõe da bacia do Rio Doce, além de viabilizar a realização de reuniões plenárias, de câmaras técnicas e eventos de interesse dos Comitês. O IBIO – AGB Doce, atuando como Secretaria Executiva dos Comitês da bacia, tem como papel a efetivação de tais objetivos. Ao longo dos anos de 2012 a 2015 foram realizadas atividades, planejamento e contratações para atender aos objetivos do sistema. Algumas destas contratações estão descritas no item 6 deste relatório e estão relacionadas a locação de veículo com e sem motorista, empresa especializada em emissão de passagens aéreas e empresa especializada da realização de eventos. Todas as ações visando a divulgação, fortalecimento e ampliação da visibilidade da ação dos Comitês de Gerenciamento de Bacia Hidrográfica, objetivando uma maior participação da sociedade e das instituições no sistema e uma melhor identificação do papel institucional dos Comitês, favorecendo o diálogo e as articulações institucionais.

#### 4.1.2. Contratações e Resultados

Todas as contratações realizadas para atendimentos às demandas dos Comitês estão relacionadas a dois tipos de serviços específicos. Um deles relacionados a serviços considerados transversais, que são aqueles que atendem a mais de um programa do PAP ao mesmo tempo, assim como às demandas administrativas do BIO – AGB Doce. São contratos relacionados a aquisição de passagens aéreas, locação de veículos, serviços de motorista, realização de eventos, etc. Outro tipo de serviço contratado está relacionado ao fortalecimento da imagem dos Comitês com ações de divulgação de



comunicação. Os serviços considerados transversais são apresentados no item 5 deste relatório. Os serviços relacionados à divulgação e comunicação dos Comitês, quando se tratam de serviços que atendem a todos os Comitês, estes estão citados no item 6 deste relatório, quando se tratam de serviços de divulgação e comunicação específicos de um ou outro Comitê, estes serão tratados nesta seção do relatório e estão listados abaixo:

#### 4.1.3. Plano de Aplicação Plurianual - PAP

A execução das ações deste programa está diretamente relacionada ao plano de trabalho dos Comitês feito com apoio do IBIO – AGB Doce e das demandas que surgem ao longo do ano. Desta forma, todo o recurso desembolsado em 2015 foi fruto destas demandas geradas pelos Comitês, que estão relacionadas a viagens, promoção de eventos, realização de reuniões plenárias e Câmaras Técnicas, entre outras atividades ligadas à gestão de recursos hídricos, etc. Na Tabela 11 está a comparação entre o previsto no PAP e o realizado pelo IBIO – AGB Doce.

Tabela 11 – Recursos repassados pelo IGAM alocado ao P61.2

Recursos Repassados pela IGAM	2012 (mil R\$)	2013 (mil R\$)	2014 (mil R\$)	2015 (mil R\$)	Total (mil R\$)
<b>Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Piranga</b>					
Investimento Previsto no PAP	0	0	100	100	200
Investimento Realizado	0	0	0	53	53
<b>Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Piracicaba</b>					
Investimento Previsto no PAP	0	0	100	100	200
Investimento Realizado	0	0	0	45	45
<b>Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Santo Antônio</b>					
Investimento Previsto no PAP	0	0	50	50	100
Investimento Realizado	0	0	0	-	0
<b>Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Suaçuí</b>					
Investimento Previsto no PAP	0	0	50	50	100
Investimento Realizado	0	0	0	-	0
<b>Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Caratinga</b>					
Investimento Previsto no PAP	0	0	50	50	100
Investimento Realizado	0	0	0	-	0
<b>Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Manhuaçu</b>					
Investimento Previsto no PAP	0	0	50	50	100
Investimento Realizado	0	0	0	-	0
Total de Investimentos Previstos	0	0	400	400	800
Total de Investimentos Realizados	0	0	0	98	98



#### **4.1.4. Principais Deficiências e Dificuldades**

Entendemos que a insuficiência dos recursos alocados para despesas administrativas (7,5% dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos) para custeio das sedes dos Comitês, assim como para arcar com despesas equipe de apoio e de escritório é a principal deficiência e limitação para implementar as ações de fortalecimento dos comitês. É sabido que os Comitês, em sua maioria, entendem que o processo de fortalecimento passa pela estruturação de uma sede para que seja mais fácil realizar algumas atividades de divulgação, mobilização e apoio às reuniões plenárias e de Câmaras Técnicas, assim como na realização de alguns eventos. Com a limitação financeira vivenciada pela Entidade Delegatária/Equiparada, não há possibilidade de realizarmos tais investimentos, o que compromete, em alguns casos, o fortalecimento dos Comitês. Desta forma, as ações de fortalecimento se limitam a custear despesas de viagem dos membros e convidados dos comitês, ações de comunicação e realização de reuniões plenárias, de Câmaras Técnicas e alguns eventos demandados pelos Comitês.

Entendemos que nesta fase atual, de início da cobrança pelo uso da água, contratação de entidade delegatária/equiparada de funções de Agência de Água e execução dos projetos previstos do PIRH e PAP, seria proveitoso possuir recursos suficientes para arcamos com os investimentos de estruturação dos Comitês. O IBIO – AGB Doce tem investido esforços para viabilizar recursos adicionais que possibilitem a realização de tais investimentos nos Comitês, como o pedido de aporte financeiro adicional da ANA no âmbito do Contrato de Gestão ANA 072/2011 para, dentre outros objetivos, apoiar da estruturação dos Comitês.



## 5. IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DO PIRH DOCE

### 5.1. Programa Comunicação do Programa de Ações (P71)

#### 5.1.1. Descrição

O programa de comunicação tem por objetivo dar visibilidade ao PIRH/PARHs/PAP e aos Programas de Ações, quanto aos seus conteúdos e metas, de maneira a fortalecer o ambiente institucional onde as ações se inserem, criando um ambiente favorável ao atingimento das metas propostas.

Foi considerado que o PIRH Doce contempla duas etapas consecutivas. A primeira visa detalhar os estudos necessários em um prazo curto de tempo para subsidiar as decisões dos Comitês/Agência quanto a temas como enquadramento, política de outorga, cobrança pelo uso de recursos hídricos, sistema de informações e programas e projetos específicos. Nesta etapa serão aprofundados e detalhados aspectos apontados como prioritários pelo PIRH, quantificando e detalhando demandas e necessidades da bacia. Caberá a esta etapa criar o ambiente de negociação com outros atores envolvidos na GIRH sobre um cenário considerado ideal para um horizonte de planejamento de 10 e 20 anos. Sobre estes horizontes e o prognóstico, são traçadas as metas.

Na segunda etapa, as metas detalhadas e especificadas deverão ser implementadas através de ações e programas, fortalecidas por um consenso construído e subsidiadas por estudos e planejamento em nível executivo. Sendo assim, torna-se necessária a implementação de um programa de comunicação social eficaz e ágil, com capacidade para produzir e disseminar informações úteis e necessárias ao processo de implantação do PIRH, aproximando e facilitando a comunicação entre os diversos atores do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos e do Sistema com a sociedade de maneira geral.

O programa de comunicação torna possível efetivação de um Plano de Comunicação Social para dar visibilidade às ações e conteúdo do PIRH/PARHs/PAP de forma a facilitar a comunicação entre os diversos atores do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos com a sociedade e criar um ambiente favorável ao atendimento das metas propostas.

#### 5.1.2. Contratações e Resultados

Apesar de nem todas as contratações enumeradas abaixo serem custeadas com recursos do Contrato de Gestão IGAM 001/2011, eles foram listados por completarem ações relacionadas ao Comitê em questão.



Contrato 06/2013	Programa	P71 /	Recursos	ANA / IGAM
<b>Alocação</b> Transversal / /				
<b>Objeto</b> Contratação de empresa especializada para planejamento e elaboração de programa de comunicação e relacionamento, prestação de serviços de consultoria e assessoria de imprensa, criação e produção editorial de publicações para os Comitês da Bacia Hidrográfica do Rio Doce e a Agência de Água da Bacia Hidrográfica do rio Doce.				
<b>Valor</b>	R\$ 797.961,59	<b>Contratado</b>	Prefácio Comunicação Ltda.	
<b>Pago</b>	R\$ 727.314,56	<b>Data</b>	25/03/2013	<b>Prazo</b> 27/03/2016
<b>Saldo</b>	R\$ 70.647,03	<b>Gestor</b>	Juliana	<b>Aditivos</b> 4

**Identificação no PIRH-Doce:**

Programa: Implementação das Ações do PIRH Doce

Subprograma: Comunicação Social P71 - Toda a Bacia Hidrográfica do Rio Doce

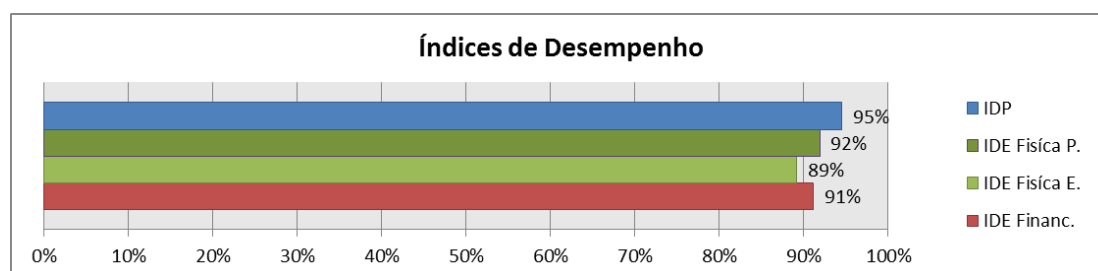
**Modalidade de Aplicação:** Indireta

**Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual:** P71 - Toda a Bacia Hidrográfica do Rio Doce

**Prazos Planejados e Realizados:**

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	3 meses
Processo de Seleção	45 dias	3 meses
Assinatura do Contrato	1 mês	1 semana
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	12 meses	1.082 dias (em andamento)

**Cronograma Físico-Financeiro:**







A seguir são apresentados os principais resultados gerado a partir da contratação da empresa especializada em planejamento e elaboração de programa de comunicação e relacionamento, prestação de serviços de consultoria e assessoria de imprensa, criação e produção editorial de publicações para os Comitês da Bacia Hidrográfica do Rio Doce e a Agência de Água da Bacia Hidrográfica do rio Doce.

### **Planejamento e Oficinas de Comunicação**

Anualmente, desde o início do contrato em 2013, a Prefácio apresenta, com base no diagnóstico de comunicação, o Planejamento de Comunicação para o exercício.

O documento é a base para orientar as ações de comunicação a serem realizadas na Bacia Hidrográfica do Rio Doce, contemplando os comitês que compõem a Bacia Hidrográfica do Rio Doce e o IBIO-AGB Doce, entidade delegatária/equiparada às funções de Agência de Água.

Em 2015, a fim de criar um planejamento ainda mais robusto, a empresa realizou oficinas de comunicação em todos os comitês que integram a bacia hidrográfica do rio Doce e também com a equipe do IBIO – AGB Doce.

As oficinas tiveram como objetivo realizar uma análise de cenário e estrutura de comunicação, para aumentar a eficiência, a produtividade e o foco. Para isso, a Prefácio propôs o estabelecimento de metas tangíveis, por meio da criação e adequação dos canais e fluxos, com base nos recursos financeiros e pessoais disponíveis. A partir das oficinas, como a realizada com o CBH Manhuaçu (Figura 6), foi gerado um documento, elaborado de forma participativa com o apoio de todos os presentes.

Por meio das oficinas foi gerado o planejamento das atividades, em que foram definidas as ações visando a consolidação da imagem e da reputação dos comitês e do IBIO - AGB Doce junto aos seus diversos públicos de relacionamento como uma referência em ações em prol da qualidade e da quantidade da água em toda a bacia do Rio Doce, destacando a importância da integração.

Além disso, o planejamento teve como finalidade contribuir para a adesão da sociedade às causas defendidas pelos comitês e pelo IBIO – AGB Doce, promover ações de comunicação que reforcem o caráter integrador na Bacia do Rio Doce, implementar os canais de comunicação com os diversos públicos e ampliar o alcance das informações veiculadas a respeito dos comitês e suas ações e do IBIO-AGB Doce junto aos seus mais diversos públicos.



Figura 6 - Oficina de Comunicação do CBH-Manhuaçu, realizada em 31/03/2015.

### Consolidação da imagem dos comitês e do IBIO – AGB Doce

A Prefácio, junto ao IBIO – AGB Doce, também trabalhou para reforçar a imagem dos comitês junto aos diversos públicos, através da divulgação e aplicação das novas identidades visuais. Algumas das novas identidades dos Comitês foram aprovadas por eles ainda no final de 2013 e outras no início de 2014. Em 2015 houve a ampliação da área do CBH-Pontões e Lagoas do Doce, que passou a ser denominado CBH-Santa Maria do Doce. Além disso, foi criado um novo comitê, o CBH-Barra Seca e Foz do Rio Doce. Ambos ganharam identidades visuais, seguindo o padrão da marca dos demais comitês que integram a bacia, conforme Figura 7 abaixo.



Figura 7 – Novas logomarcas criadas para os novos Comitês

### Releases

Para divulgar as ações dos comitês, realizadas ao longo do ano, foram elaborados diversos releases, que foram encaminhados para conselheiros, imprensa, parceiros, órgãos gestores e postados nos



sites dos CBHs e IBIO – AGB Doce. Segue abaixo link no site do CBH-Doce para acesso aos principais releases produzidos ao longo do ano de 2015.

- <http://www.cbhdoce.org.br/categoria/noticias-2/releases/>

### **Estruturação e manutenção de mailing list**

A Prefácio reuniu e manteve os contatos de e-mail atualizados a fim de assegurar a disseminação da informação. Foram atualizadas diferentes listas, sendo que no ano de 2015 foi feito um trabalho especial, a fim de organizar e padronizar os contatos. Estão estruturados para envio de informações, conforme a demanda, os seguintes *mailings*.

- ✓ Membros dos comitês por comitê.
- ✓ Membros de Câmaras Técnicas por comitê.
- ✓ Comunidade – pessoas chave (uma lista por sub-bacia).
- ✓ Órgãos gestores.
- ✓ Prefeituras (uma lista por sub-bacia).
- ✓ Usuários (uma lista por sub-bacia).
- ✓ Escolas (uma lista por sub-bacia).
- ✓ Imprensa mineira.
- ✓ Imprensa capixaba.
- ✓ Imprensa regional (uma lista por sub-bacia).
- ✓ Imprensa Estadual e Nacional
- ✓ Outras listas de acordo com a necessidade e a estratégia.

### **Clipping**

A fim de repercutir as aparições na imprensa são divulgados os clippings de todo o conteúdo publicado relacionado aos Comitês e ao IBIO – AGB Doce. Segue abaixo exemplo (Figura 8) de clipping encaminhado para a lista de contatos que a empresa de comunicação mantém atualizada. Todo o material também está publicado no site do CBH-Doce e pode ser acessado no seguinte link: <http://www.cbhdoce.org.br/categoria/clippings/>



Figura 8 - Exemplo de clipping organizado pela Prefácio

## Canais de Comunicação

**Boletim Comunique-se:** newsletter com informações a respeito do trabalho de comunicação executado para os Comitês e IBIO – AGB Doce. Abaixo segue exemplo de boletim Comunique-se elaborado e veiculado em 2015. O boletim é enviado mensalmente ao mailing atualizado. A Figura 9 ilustra exemplo de boletim elaborado para o mês de outubro de 2015.



Figura 9 - Boletim Comunique-se – Outubro/2015

**Fique Por Dentro:** newsletter com ações dos Comitês e da agência, voltada para membros de todos os CBHs, parceiros, órgãos gestores e colaboradores do IBIO. O link contendo todos os boletins Fique Por Dentro está disponível no site do CBH-Doce: <http://www.cbhdoce.org.br/boletim-fique-por-dentro>. Na Figura 10 abaixo está ilustrada parte do boletim Fique por Dentro, veiculado em novembro de 2015.

Novembro/2015

# Fique por Dentro

Boletim on-line informativo da Bacia do Rio Doce



## CTGEC do CBH-Doce se reúne para avaliar impacto do rompimento das barragens

Para discutir os impactos do rompimento das barragens de Fundão e Santarém, em Mariana/MG, pertencentes à empresa Samarco, foi realizada no dia 12 de novembro, em Governador Valadares, a segunda reunião extraordinária da Câmara Técnica de Gestão de Eventos Críticos (CTGEC) do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (CBH-Doce). Participaram do encontro representantes da Agência Nacional de Águas (ANA), Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), Instituto Estadual de Meio Ambiente (IEMA), Instituto BioAtlântica (IBIO), Defesa Civil de Minas Gerais, Ministério Público de Minas Gerais, além de empresas prestadoras de serviços de abastecimento de água, prefeitos e secretários dos municípios atingidos. Confira a cobertura completa da reunião em nosso site:

CBH-Doce

## Produtores rurais de Linhares/ES recebem irrigâmetro



Produtores contemplados com o Programa de Incentivo ao Uso Racional da Água na Agricultura (P22), na região do Comitê das Bacias Hidrográficas Pontõe e Lagoas do Rio Doce. Receberam no dia 10 de novembro o irrigâmetro, equipamento que mede a quantidade de água utilizada na irrigação, estimulando a economia e evitando o desperdício.

Confira

Figura 10 - Boletim Fique Por Dentro – Nov/2015

**IBIO-AGB Doce Informa:** newsletter com informações acerca das ações do IBIO-AGB Doce, voltada para todos os comitês, órgãos gestores, parceiros e colaboradores do IBIO. Neste link <http://www.ibioagbdoce.org.br/ibio-agb-doce-informa/> estão disponíveis todas as edições publicadas em 2015. Na Figura 11 abaixo está exemplo de parte de um boletim IBIO-AGB Doce Informa produzido e divulgado no ano de 2015.



Figura 11 - Boletim IBIO – AGB Doce Informa

**Sites:** Em 2013 foram criados os sites para os nove Comitês afluentes. Já em 2014 foram reformulados os sites do CBH-Doce e IBIO-AGB Doce. Ao longo de 2015, as páginas virtuais foram atualizadas periodicamente conforme demanda, sendo inserido, além das notícias, todo o conteúdo legal exigido nos Contratos de Gestão e documentos diversos relacionados à gestão de recursos hídricos. Seguem abaixo os links de acesso aos sites:

- [www.cbhdoce.org.br](http://www.cbhdoce.org.br)
- [www.cbhpiranga.org.br](http://www.cbhpiranga.org.br)
- [www.cbhpiracicabamg.org.br](http://www.cbhpiracicabamg.org.br)
- [www.cbhsantoantonio.org.br](http://www.cbhsantoantonio.org.br)
- [www.cbhsuacui.org.br](http://www.cbhsuacui.org.br)
- [www.cbhcaratinga.org.br](http://www.cbhcaratinga.org.br)
- [www.cbhmanhuacu.org.br](http://www.cbhmanhuacu.org.br)
- [www.cbhguandu.org.br](http://www.cbhguandu.org.br)
- [www.cbhsantamariadodoce.org.br](http://www.cbhsantamariadodoce.org.br)
- [www.cbhpontoeselagoas.org.br](http://www.cbhpontoeselagoas.org.br)
- [www.ibioagbdoce.org.br](http://www.ibioagbdoce.org.br)

**Redes sociais:** foram criadas as *fan pages* dos 10 Comitês. Fan page ou página de fãs é uma página específica dentro do Facebook direcionada para empresas, marcas ou produtos, associações, sindicatos, autônomos, ou seja, qualquer organização com ou sem fins lucrativos que desejem interagir com os seus respectivos públicos na rede social. As páginas são atualizadas diariamente com informações referentes ao comitê e assuntos relacionados aos recursos hídricos e ao meio ambiente. Seguem abaixo os links de acesso às *fan pages* e a Figura 12 capturada da *fan page* do CBH Doce.

- CBH-Doce: <https://www.facebook.com/cbhdoce/?ref=ts&fref=ts>
- CBH-Piranga: <https://www.facebook.com/cbhpiranga/?fref=ts>
- CBH-Piracicaba: <https://www.facebook.com/cbhpiracicabamg/?fref=ts>
- CBH-Santo Antônio: <https://www.facebook.com/cbhsantoantonio/?fref=ts>
- CBH-Suaçuí: <https://www.facebook.com/cbhsuacuui/?fref=ts>
- CBH-Caratinga: <https://www.facebook.com/CBH-Caratinga-680323438671587/?fref=ts>
- CBH-Manhuaçu: <https://www.facebook.com/cbhmanhuacu/?fref=ts>
- CBH-Guandu: <https://www.facebook.com/CBH-Guandu-687098081361213/?fref=ts>
- CBH-Santa Maria do Doce: <https://www.facebook.com/cbhsantamariadodoce/?fref=ts>
- CBH-São Santa Maria do Doce: <https://www.facebook.com/CBH-Pont%C3%B5es-e-Lagoas-do-Rio-Doce-812558378799999/?fref=ts>



Figura 12 - Fanpage do CBH Doce

### Criação de Templates

A fim de dinamizar e tornar mais atrativas as postagens, especialmente aquelas relacionadas a alguma data ou evento especial, foram desenvolvidos diversos *templates*, periodicamente publicados nos sites e nas fan pages, conforme Figura 13 abaixo:





Figura 13 - Templates produzidos pela Prefácio

### Divulgação dos programas

A fim de divulgar os programas que estão sendo desenvolvidos pelo IBIO – AGB Doce, por meio dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água foram criadas artes especiais para publicação nos sites e nas redes sociais, além de envio de e-mail marketings. Seguem abaixo a Figura 14 e Figura 15 ilustrando os materiais produzidos em 2015:

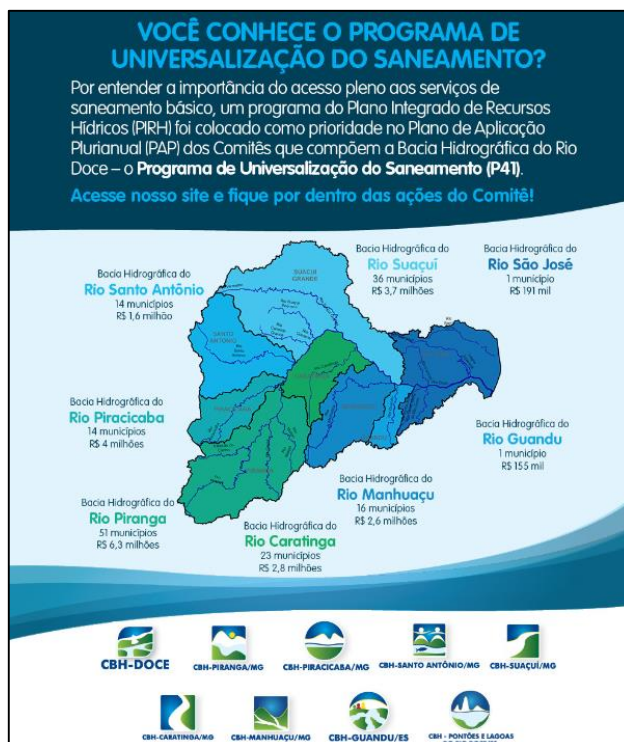


Figura 14 - Arte sobre o Programa de Universalização do Saneamento (P41)



Figura 15 - Arte sobre o Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)

## Artes para eventos

Ao longo do ano, os Comitês demandaram a criação de diversas artes para peças relacionadas aos eventos realizados em 2015. Foram desenvolvidas artes para crachás, blocos, canetas, canecas, banners, bolsas, certificados, entre outros. Todas as peças foram criadas levando em consideração a temática do evento e visando dar visibilidade à imagem dos CBHs. Seguem abaixo alguns exemplos de materiais produzidos pela Prefácio ilustrados nas Figura 16, Figura 17 e Figura 18.



Figura 16 - Peça produzida para o IV Encontro de Integração dos Comitês



Figura 17 - Arte de caneta criada para evento realizado em parceria entre os CBHs Piranga e Manhuaçu

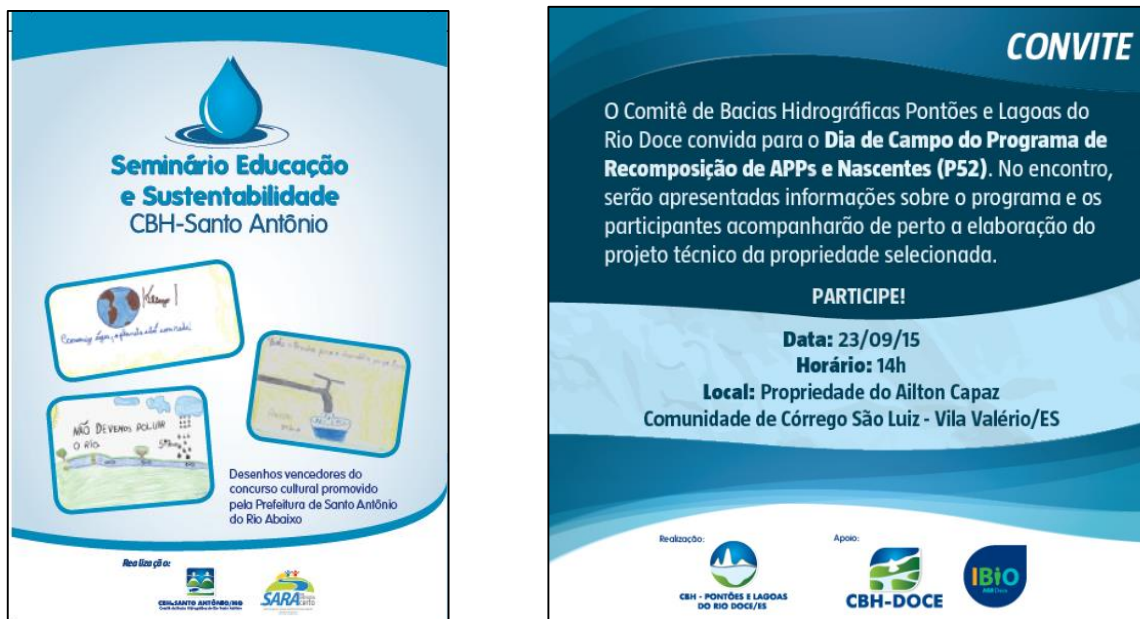


Figura 18 - Arte de bloco para evento do CBH-Santo Antônio e convite para evento do CBH-Pontões e Lagoas

### Arte e textos para materiais institucionais

Foram desenvolvidas artes e elaborados textos para materiais institucionais produzidos pelos comitês, tais como: banners institucionais, folders institucionais, folder sobre os programas que estão sendo implementados na bacia, folder sobre o IBIO – AGB Doce. Segue como exemplo o folder produzido para o CBH-Santo Antônio, ilustrado nas Figura 19 e Figura 20.

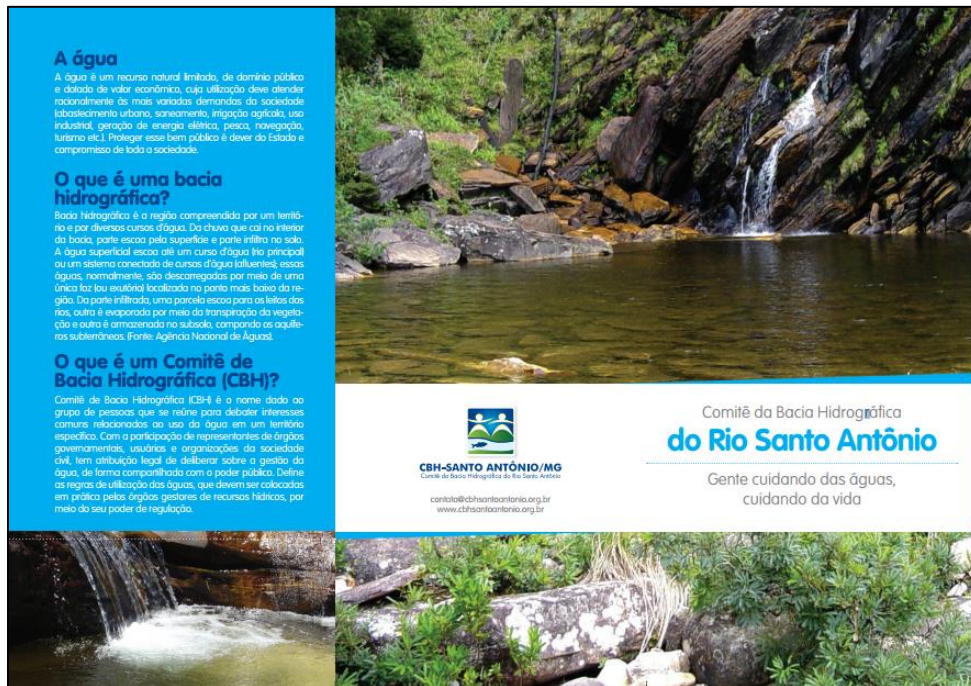


Figura 19 - Folder institucional do CBH-Santo Antônio (frente)

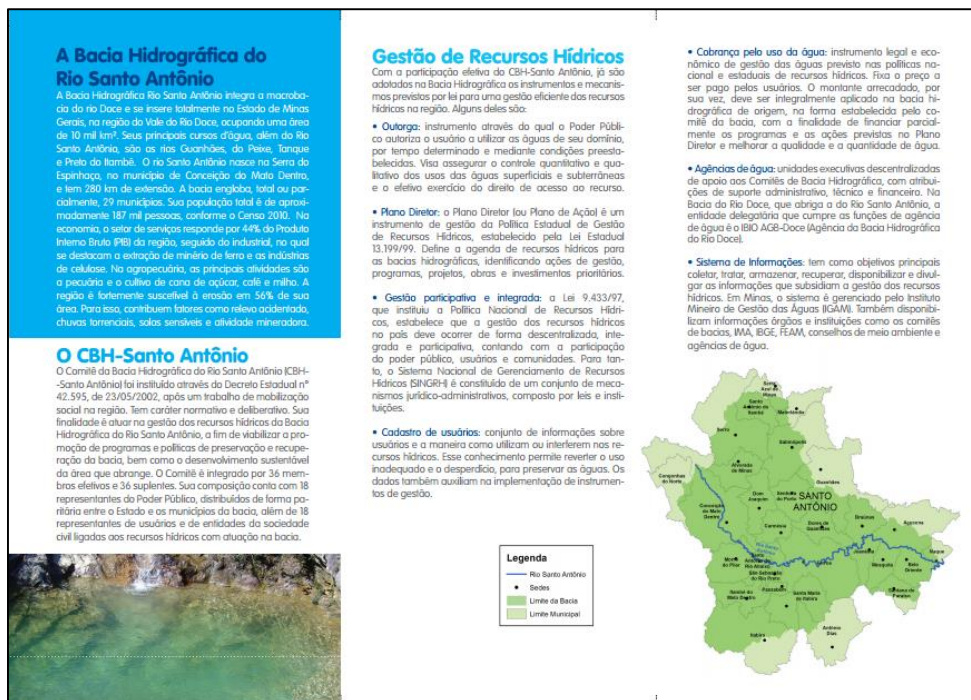


Figura 20 - Folder institucional do CBH-Santo Antônio (verso)

## Stand ENCOB

A Prefácio desenvolveu o layout da “testeira” do stand (Figura 22) do CBH-Doce durante o XVII Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (ENCOB), realizado em Caldas Novas/GO, de 04 a 09 de Outubro de 2015. O evento, que reuniu mais de 1.500 participantes de todo o país, foi uma oportunidade para divulgar a marca e as ações dos comitês em âmbito nacional. A Prefácio também elaborou as artes e textos dos banners (Figura 21) que ficaram expostos no stand, uma fonte de divulgação das atividades que estão sendo desenvolvidas pelos CBHs.



Figura 21 – Arte do banner do ENCOB 2015



Figura 22 - Stand do CBH-Doce durante o ENCOB 2015

### **Coberturas de eventos e reuniões**

A equipe da Prefácio esteve presente nos principais eventos e reuniões promovidas pelos CBHs. Foi feita a cobertura fotográfica e jornalística dos encontros e redigidos textos que foram encaminhados aos membros, imprensa, parceiros, colaboradores do IBIO e postados no site e nas fan pages. O conteúdo encontra-se publicado no site do CBH-Doce e pode ser acessado no seguinte link: <http://www.cbhdoce.org.br/categoria/noticias-2/informes/>

### **Assessoria de imprensa**

A Prefácio também realizou o trabalho de assessoria de imprensa, através da elaboração de estratégias de divulgação das informações dos Comitês e do IBIO-AGB Doce junto à imprensa. O trabalho de assessoria de imprensa consiste em fazer a ponte entre os comitês e o IBIO-AGB Doce e a imprensa, por meio da divulgação de informações importantes e estratégicas e do relacionamento com os jornalistas, produtores e editores de rádio, televisão, jornais, revistas, sites e blogs. O objetivo é lançar mão da credibilidade que o jornalismo possui para formar a opinião do público. Os principais instrumentos são: sugestão de pauta, releases, contato com a imprensa, agendamento e acompanhamento de entrevistas e clipagem.

### **Arte para Agenda 2015**

A empresa elaborou a arte da agenda diária para os comitês e o IBIO – AGB Doce para o ano de 2016. A agenda é unificada para os comitês e traz, a cada mês um pouco sobre cada um dos CBHs que integram a bacia. Frente e verso da agenda 2016 estão ilustrados na Figura 23 abaixo:



Figura 23 - Agenda 2016

### Revista Rio Doce – 1ª Edição

Em 2015 foi lançada a primeira edição da revista rio Doce. A publicação, criada com o objetivo de discutir e divulgar os principais assuntos, projetos e programas de interesse na gestão dos recursos hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, teve como tema principal a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico para os municípios da bacia. A Figura 24 abaixo retrata a capa da primeira edição. A revista está disponível online e pode ser acessada no seguinte link: <http://www.cbhdoce.org.br/revista-bacia-do-rio-doce>.



Figura 24 - Capa da primeira edição da revista Rio Doce, lançada em 2015

### Materiais Especiais – Rompimento da Barragem

No dia 05 de novembro de 2015 aconteceu o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, pertencente à mineradora Samarco e localizada no município de Mariana/MG. Desde o incidente, a equipe de comunicação tem se mobilizado. Uma das ações foi a criação de um menu especial (Figura 25), no site do CBH-Doce, em que são publicadas todas as informações oficiais relacionadas ao ocorrido. O conteúdo pode ser acesso pelo seguinte link:



<http://www.cbhdoce.org.br/categoria/informacoesrompimentodasbarragens/>



Figura 25 - Imagem do site do CBH-Doce, indicando o menu criado para postagens sobre a barragem

Também foi criado um boletim especial, divulgado de acordo com a demanda, em que foram consolidadas as principais ações relacionadas ao rompimento da barragem. Ao todo foram lançadas 10 edições. Segue abaixo a Figura 26, como exemplo, parte da primeira edição, veiculada logo após o incidente.

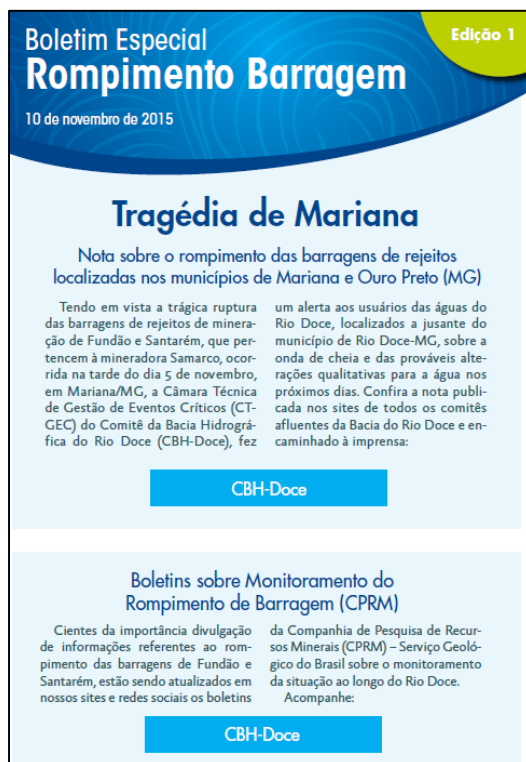


Figura 26- Boletim Especial Rompimento Barragem – 1ª Edição

Dentre outras ações relacionadas à tragédia realizadas pela Prefácio, destacam-se:

- Criação de grupo de e-mail com representantes dos Comitês de Bacia, IBIO e especialistas com o objetivo de ter acesso o mais rápido possível a dados e relatórios oficiais: CPRM, MP, ANA, Secretaria do Meio Ambiente, Agerh, Srgv, Ardoce, Copasa, UFV, Uhebaguari, Vale, Cemig, Saneer, IBIO, Prefeituras, CBHs, Saaes, Emater, Ifes, Iema, Gerh, Samarco, Seama, Univale etc.
- Atualização diária de release para a imprensa com os dados mais recentes, produção diária de boletim e notas extraordinárias sempre que necessário. Atualização diária sites e fan pages.
- Apoio aos veículos de comunicação com dados relativos à Bacia do Rio Doce/Análise de clipping.
- Plantão 24 horas da assessoria de imprensa para acompanhamento dos acontecimentos
- Preparação dos porta-vozes CBH-Doce:
  - ✓ Lucinha Teixeira: principal porta-voz como presidente da Câmara Técnica de Eventos Críticos do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Doce.
  - ✓ Leonardo Deptulski: Presidente do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Doce – Fala institucional.
  - ✓ Ricardo Valory: diretor do IBIO-AGB Doce. Fala técnica e institucional



Ainda no contexto relacionado ao rompimento da barragem foi proposta uma campanha de mobilização, intitulada “O Doce não morreu”. O objetivo da campanha é reforçar a importância dos Comitês, que trabalham pela qualidade e pela quantidade da água da Bacia do Rio Doce. A campanha está trabalhando com diversas ferramentas de comunicação, tais como: spots de rádio, adequação do conteúdo da revista Rio Doce, boletim impresso especial, cartilha educativa, cartazes, entre outras. Abaixo, a Figura 27 ilustrando a marca criada para a ação.



Figura 27 - Logo criada para campanha dos CBHs em prol do rio Doce.

<b>Contrato 011/2014</b>	<b>Programa</b>	<b>P71 /</b>	<b>Recursos</b>	<b>ANA / IGAM</b>
<b>Alocação</b> Transversal / /				
<b>Objeto</b> Criação, implantação e suporte dos sites do IBIO AGB Doce e dos comitês da Bacia do Rio Doce, conforme as especificações técnicas contidas no Ato Convocatório nº 010/2014, que deu origem a presente contratação, da seguinte forma: a) Criação dos sites do IBIO AGB – DOCE e CBH – DOCE; b) Hospedagem dos sites IBIO AGB DOCE e COMITÊS; c) Implantação dos sites do IBIO – AGB DOCE e COMITÊS; d) Suporte dos sites IBIO AGB DOCE e COMITÊS.				
<b>Valor</b>	R\$ 37.425,81	<b>Contratado</b> Prefácio Comunicação Ltda		
<b>Pago</b>	R\$ 28.383,36	<b>Data</b>	01/07/2014	<b>Prazo</b> 01/08/2016
<b>Saldo</b>	R\$ 9.042,45	<b>Gestor</b>	Gustavo	<b>Aditivos</b> 1



### Identificação no PIRH-Doce:

Programa: Implementação das Ações do PIRH Doce

Subprograma: Comunicação Social P71 - Toda a Bacia Hidrográfica do Rio Doce

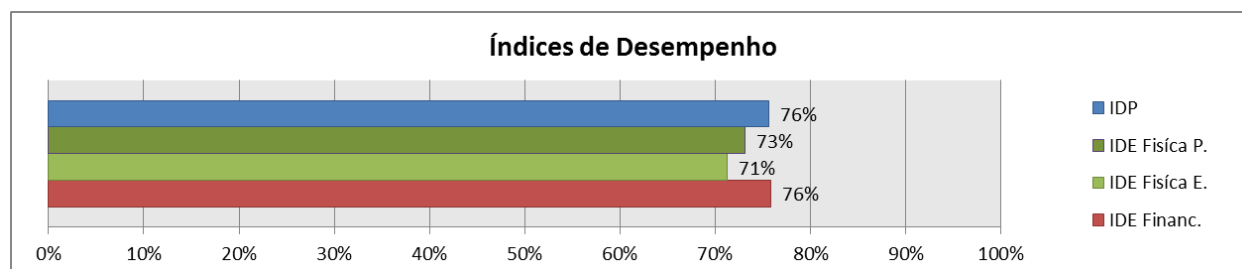
**Modalidade de Aplicação:** Indireta

**Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual:** P71 - Toda a Bacia Hidrográfica do Rio Doce

### Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	2 meses
Processo de Seleção	45 dias	1 mês
Assinatura do Contrato	1 mês	1 mês
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	13 meses	750 dias (em andamento)

### Cronograma Físico-Financeiro:



### Observações:

- Com relação ao item III acima descrito, referente à implantação dos 11 (onze) sites, registra-se que os sites dos CBHs Piranga, Piracicaba, Santo Antônio, Suaçuí, Caratinga, Manhuaçu, Guandu, Santa Maria do Doce e Pontões e Lagoas do Doce já estavam e permanecem sob a responsabilidade da CONTRATADA por força de outro Termo Contratual, não sendo remunerados através do Contrato nº11/2014. O valor de R\$ 574,00 (quinhentos e setenta e quatro reais) descrito no item III refere-se apenas à implantação dos sites do CBH-Doce e IBIO – AGB Doce.
- O cronograma físico financeiro apresenta o desembolso referente às despesas desta contratação relativas aos 10 Comitês da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (no valor de R\$16.619,55 pagos com recursos repassados pelo IGAM oriundos da cobrança pelo uso da água nos CBHs estaduais), não sendo descrita a parcela referente às despesas do IBIO – AGB Doce no valor de R\$ 4.992,51



Relatório de Gestão do Exercício de 2015 – Contrato de Gestão 001/IGAM/2011

(quatro mil novecentos e noventa e dois reais e cinquenta e um centavos), pagas com recursos do 7,5%.

<b>Contrato 03/2015</b>	<b>Programa</b> P71 /	<b>Recursos</b> ANA / ANA
<b>Alocação</b> Transversal / /		
<b>Objeto</b> Prestação dos serviços de impressão gráfica de 8.000 (oito mil) unidades da Revista Rio Doce, conforme conteúdo detalhado na Planilha constante do Contrato e nos termos da arte final da revista.		
<b>Valor</b> R\$ 16.000,00	<b>Contratado</b> EGL Editores Gráficos Ltda	
<b>Pago</b> R\$ 16.000,00	<b>Data</b> 26/02/2015	<b>Prazo</b> 26/03/2015
<b>Saldo</b> R\$ 0,00	<b>Gestor</b> Juliana	<b>Aditivos</b> 0

**Identificação no PIRH-Doce:**

Programa: Implementação das Ações do PIRH Doce

Subprograma: Comunicação Social P71 - Toda a Bacia Hidrográfica do Rio Doce

**Modalidade de Aplicação:** Indireta

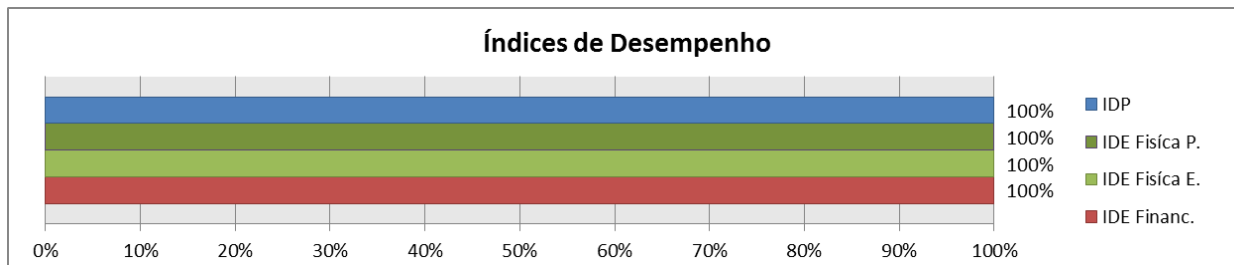
**Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual:** P71 - Toda a Bacia Hidrográfica do Rio Doce

**Prazos Planejados e Realizados:**

<b>Etapas</b>	<b>Prazos Previstos</b>	<b>Prazos Realizados</b>
Elaboração da Dispensa de Coleta de Preços	25 dias	25 dias
Processo de Seleção	Não se aplica	Não se aplica
Assinatura do Contrato	Imediato	Imediato
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	31 dias	31 dias



**Cronograma Físico-Financeiro:**



**Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas:** Não houve atraso.

Contrato 040/2015	Programa	P71 /	Recursos	ANA /
<b>Alocação</b>	Transversal / /			
<b>Objeto</b>	Criação Spots – pequenas chamadas institucionais sobre os Comitês de Bacia Hidrográfica, para veiculação nas rádios e também disponibilização online.			
<b>Valor</b>	R\$ 15.540,00	<b>Contratado</b>	Ao Cubo Filmes Ltda – Me	
<b>Pago</b>	R\$ 0,00	<b>Data</b>	15/10/2015	<b>Prazo</b> 15/10/2016
<b>Saldo</b>	R\$ 15.540,00	<b>Gestor</b>	Juliana	<b>Aditivos</b> 0

**Identificação no PIRH-Doce:**

Programa: Implementação das Ações do PIRH Doce

Subprograma: Comunicação Social P71 - Toda a Bacia Hidrográfica do Rio Doce

**Modalidade de Aplicação:** Indireta

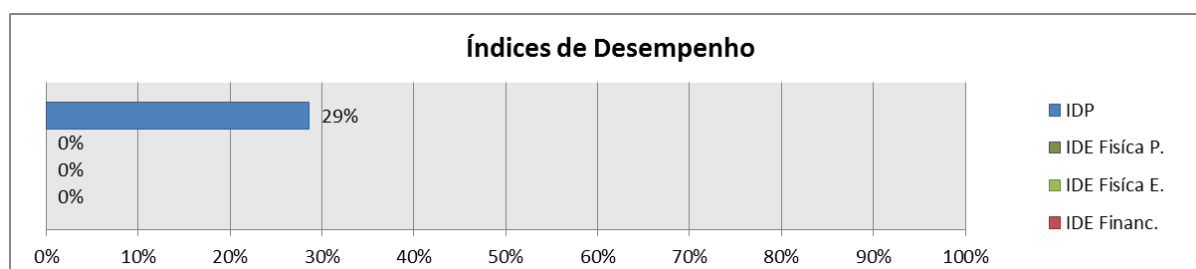
**Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual:** P71 - Toda a Bacia Hidrográfica do Rio Doce



**Prazos Planejados e Realizados:**

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração da Dispensa de Coleta de Preços	25 dias	25 dias
Processo de Seleção	Não se aplica	Não se aplica
Assinatura do Contrato	Imediato	Imediato
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	12 meses	12 meses (em andamento)

**Cronograma Físico-Financeiro:**



**Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas:** Não houve atraso.

Contrato 046/2015		Programa P71 / Transversal		Recursos ANA /	
<b>Alocação</b>		Transversal / IBIO - AGB Doce /			
<b>Objeto</b>					
Contratação da prestação de serviços de confecção de 2.000 (duas mil) agendas personalizadas, para atender ao IBIO – AGB Doce e aos 11 Comitês da Bacia Hidrográfica do Rio Doce: CBH-DOCE, CBH-PIRANGA, CBH-PIRACICABA, CBH-SANTO ANTÔNIO, CBH-SUAÇUI, CBH-CARATINGA, CBH-MANHUAÇU, CBH-GUANDU, CBH-SANTA MARIA DO DOCE, CBH-PONTÕES E LAGOAS DO RIO DOCE E CBH-BARRA SECA E FOZ DO RIO DOCE, no âmbito do Programa de Comunicação Social (P71)					
<b>Valor</b>	R\$ 39.540,00	<b>Contratado</b>	Companhia Da Cor Studio Grafico Ltda		
<b>Pago</b>	R\$ 39.540,00	<b>Data</b>	04/12/2015	<b>Prazo</b>	04/01/2016
<b>Saldo</b>	R\$ 0,00	<b>Gestor</b>	Juliana		<b>Aditivos</b> 0



### Identificação no PIRH-Doce:

Programa: Implementação das Ações do PIRH Doce

Subprograma: Comunicação Social P71 - Toda a Bacia Hidrográfica do Rio Doce

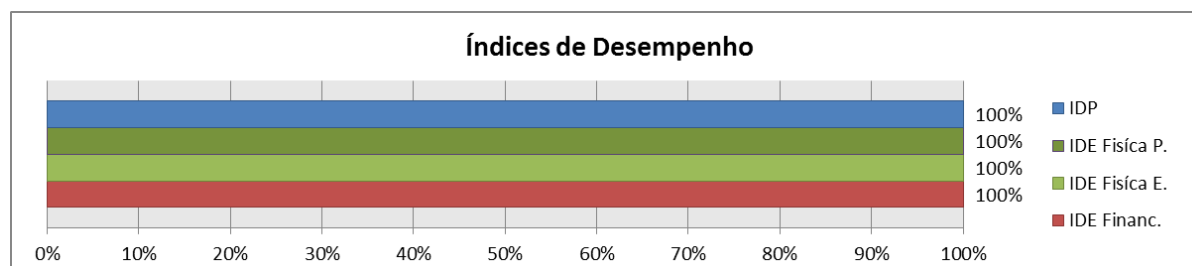
**Modalidade de Aplicação:** Indireta

**Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual:** P71 - Toda a Bacia Hidrográfica do Rio Doce

### Prazos Planejados e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	1 mês
Processo de Seleção	45 dias	1 mês
Assinatura do Contrato	1 mês	1 mês
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	1 mês	1 mês

### Cronograma Físico-Financeiro:



**Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas:** Não houve atraso.

### 5.1.3. Plano de Aplicação Plurianual - PAP

Estavam previstos no PAP-Doce R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para o Programa de Comunicação Social (P71). Como havia saldo remanescente referente a 2014, já que naquele ano não foi utilizado todo o recurso disponível, foi desembolsado R\$ 579.734,00 em 2015.

A maior parte do recurso foi utilizada para o pagamento da empresa contratada para assessoria e consultoria de comunicação, a Prefácio Comunicação, e para as viagens de seus funcionários no que se refere às coberturas das reuniões dos comitês e eventos realizados pelos comitês.

O início do contrato de comunicação foi marcado pela produção do diagnóstico e elaboração do planejamento, visando dar mais visibilidade aos comitês e estruturar os canais de comunicação. Em 2015, logo do início do ano, foram realizadas oficinas de comunicação em que levantadas as





Relatório de Gestão do Exercício de 2015 – Contrato de Gestão 001/IGAM/2011

principais demandas de cada comitê, além daquelas inicialmente definidas. Como a equipe de comunicação já estava mais estruturada e a primeira fase dos trabalhos já havia sido concluída houve mais demandas e contratações na área, sendo possível desembolsar mais recursos e ampliar a visibilidade dos CBHs junto à sociedade.

Além disso, 2015 foi marcado uma por uma série de acontecimentos que deixaram as entidades ligadas à gestão de recursos hídricos em evidência, tais como a escassez hídrica e o rompimento da barragem da Samarco. Estes fatos exigiram um esforço maior da equipe de comunicação, que acompanhou de perto a ação dos comitês.

Tabela 12 – Recursos repassados pela ANA alocado ao P71

Recursos Repassados pela ANA	2012 (mil R\$)	2013 (mil R\$)	2014 (mil R\$)	2015 (mil R\$)	Total (mil R\$)
Programa Comunicação do Programa de Ações (P71)					
Investimento Previsto no PAP	0	156	500	500	1.156
Investimento Realizado	0	156	305	580	1.041

Tabela 13 – Recursos repassados pelo IGAM alocado ao P71

Recursos Repassados pela IGAM	2012 (mil R\$)	2013 (mil R\$)	2014 (mil R\$)	2015 (mil R\$)	Total (mil R\$)
Programa Comunicação do Programa de Ações (P71) - CBH Piranga					
Investimento Previsto no PAP	0	4	0	0	4
Investimento Realizado	0	4	3	0	7
Programa Comunicação do Programa de Ações (P71) - CBH Piracicaba					
Investimento Previsto no PAP	0	3	0	0	3
Investimento Realizado	0	3	17	0	20
Programa Comunicação do Programa de Ações (P71) - CBH Santo Antônio					
Investimento Previsto no PAP	0	3	0	0	3
Investimento Realizado	0	3	3	0	6
Programa Comunicação do Programa de Ações (P71) - CBH Suaçuí					
Investimento Previsto no PAP	0	3,5	0	0	3,5
Investimento Realizado	0	3,5	3	0	6,5
Programa Comunicação do Programa de Ações (P71) - CBH Caratinga					
Investimento Previsto no PAP	0	3	0	0	3
Investimento Realizado	0	3	0	0	3
Programa Comunicação do Programa de Ações (P71) - CBH Manhuaçu					
Investimento Previsto no PAP	0	3	0	0	3
Investimento Realizado	0	3	3	0	6
Total de Investimentos Previstos	0	20	0	0	20
Total de Investimentos Realizados	0	20	29	0	49



#### **5.1.4. Principais Deficiências e Dificuldades**

Tornar os Comitês de Bacias Hidrográficas conhecidos pela sociedade em geral é um dos principais desafios dentro do Programa de Comunicação. Por se tratar de um modelo recente, grande parte da população desconhece o papel destes órgãos na gestão de recursos hídricos. A empresa contratada para realizar as atividades de comunicação na bacia juntamente com o BIO – AGB Doce têm traçado estratégias para ampliar a visibilidade dos comitês e suas ações através do estreitamento da relação com a imprensa, elaboração e distribuição de materiais institucionais, inserção dos mesmos nas redes sociais, reformulação dos sites, entre outras ações. Entendemos que a contratação de empresa especializada na impressão de material de divulgação e comunicação, como folders, jornais, revistas, boletins, panfletos e outros materiais prevista para o ano de 2015 irá ampliar ainda mais o alcance das ações de comunicação. Materiais desta natureza que estão relacionados a eventos realizados pelos Comitês da bacia já estão previstos na contratação feita de empresa especializada na realização e apoio à realização de eventos.



## 6. AÇÃO TRANSVERSAL

Ações transversais são fundamentalmente contratações realizadas que têm como objetivo auxiliar a execução de mais de um programa do PAP ao mesmo tempo, bem como auxiliar o IBIO – AGB Doce nas suas atividades administrativas. Trata-se de serviços que dão suporte à execução dos destes programas como locação de veículos com e sem serviços de motorista; empresas especializadas na emissão de passagens aéreas e todos os serviços envolvidos na troca, devolução de passagens, etc.; e empresas especializadas na realização de eventos com locação de espaços físicos, moderadores, equipamentos, fornecimento de refeições e material de apoio aos eventos realizados na bacia. Por não tratar de um programa específico, a cada serviço demandado de uma destas contratações, as despesas devidas são alocadas a um programa específico ou ao custeio administrativo do IBIO – AGB Doce. Por exemplo, todo veículo locado com demanda de viagem da equipe contratada para cuidar da comunicação dos Comitês e dos programas executados, são alocados como despesas do programa P71 e assim por diante.

### 6.1. Locação de Veículo com e sem Motorista

#### 6.1.1. Descrição

Considerando a dimensão da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, os 228 municípios em sua extensão e os 10 (dez) Comitês de Bacia Hidrográfica atendidos pelo IBIO – AGB Doce, sendo um Comitê Federal, seis Comitês Estaduais em Minas Gerais e três Comitês Estaduais no Espírito Santo. Considerando a necessidade expressa pelos membros destes Comitês em realizar deslocamentos para participar de reuniões, eventos, plenárias, reuniões de câmaras técnicas, etc. e a necessidade do IBIO – AGB Doce de deslocamentos semelhantes e para acompanhar a execução dos diversos contratos realizados, optamos por realizar a contratação de empresa especializada em locação de veículos pequenos e vans, assim como serviços de motorista quando necessário.

#### 6.1.2. Principais Deficiências e Dificuldades

O primeiro desafio/deficiência deste tipo de contratação é que não há previsão expressa no Plano de Aplicação para tais serviços. Entendemos que seria interessante, para os próximos, a previsão em rubrica própria de contratações transversais, aquelas que atendam a mais de um programa ao mesmo tempo e, por vezes, às atividades administrativas da entidade delegatária/equiparada.



### 6.1.3. Contratações e Resultados

<b>Contrato 014/2013</b>	<b>Programa</b> Transversal /	<b>Recursos</b> ANA / IGAM	
<b>Alocação</b>	Transversal / /		
<b>Objeto</b>	Contratação de Contratado especializada na prestação de serviços de locação de veículos, destinados ao Instituto BioAtlântica, bem como à equipe e convidados do IBIO - AGB doce, membros e convidados dos Comitês com atuação na bacia do rio Doce e prestadores de serviço.		
<b>Valor</b>	R\$ 905.517,35	<b>Contratado</b> Locavip Locadora de Veículos	
<b>Pago</b>	R\$ 793.697,08	<b>Data</b> 19/08/2013	<b>Prazo</b> 21/08/2016
<b>Saldo</b>	R\$ 111.820,27	<b>Gestor</b> Juliana	<b>Aditivos</b> 3

Esta contratação tem como objeto a prestação de serviços de locação de veículos, destinados ao IBIO - AGB Doce, bem como à convidados e membros dos comitês com atuação na bacia do Rio Doce e prestadores de serviço. Os serviços incluem locação de veículo popular, van e motorista. Na Tabela 14 estão listados todos os serviços prestados no âmbito do contrato de locação de veículos no ano de 2014.

Tabela 14 – Relação de serviços prestados com locação de veículo e motorista

Total 2015				
Origem Requisição	Veículo Total	Veículo Pequeno	Van	Diárias de Motorista
<b>Recursos CG ANA</b>	<b>2305</b>	<b>2270</b>	<b>101</b>	<b>414</b>
P61.2 - CBH Doce	57	45	12	57
P61.2 - CBH Piranga	284	277	7	8
P61.2 - CBH Piracicaba	518	511	7	7
P61.2 - CBH Santo Antônio	74	60	14	41
P61.2 - CBH Suaçuí	46	32	14	45
P61.2 - CBH Caratinga	264	259	5	50
P61.2 - CBH Manhuaçu	267	254	13	36
P61.2 - CBH Guandu	223	204	19	44
P61.2 - CBH Santa Maria do Doce	10	0	10	10
P61.2 - CBH Pontões e Lagoas do Doce	7	7	0	0
Programa PAP - P22	327	327	0	3
Programa PAP - P71	78	78	0	74



Relatório de Gestão do Exercício de 2015 – Contrato de Gestão 001/IGAM/2011

IBIO - AGB Doce	150	150	0	30
<b>IBIO - AGB Doce</b>	<b>66</b>	<b>66</b>	<b>0</b>	<b>9</b>
<b>Total Geral</b>	<b>2371</b>	<b>2336</b>	<b>101</b>	<b>423</b>

**Identificação no PIRH-Doce:**

Programa: Ação Transversal

Subprograma: Ação Transversal

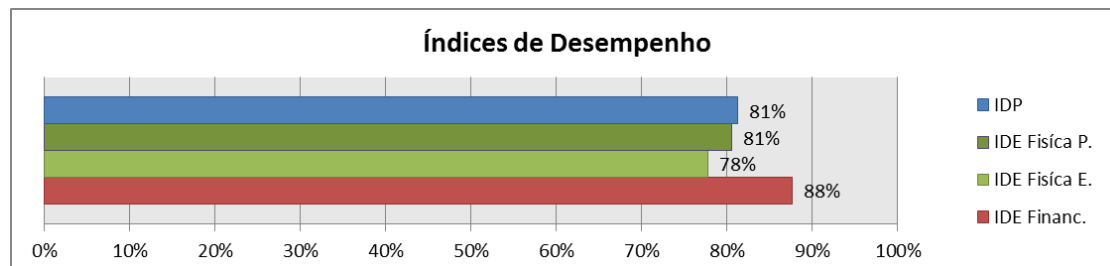
**Modalidade de Aplicação:** Indireta

**Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual:** Ação Transversal

**Prazos Previstos e Realizados:**

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	2 meses
Processo de Seleção	45 dias	1 mês
Assinatura do Contrato	1 mês	1 semana
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	12 meses	1082 dias (em andamento)

**Cronograma Físico-Financeiro:**



**Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas:** Não foram identificados atrasos até o momento.



## 6.2. Emissão de Passagens Aéreas

### 6.2.1. Descrição

Assim como citado anteriormente, existe a necessidade de constantes deslocamentos dos membros e convidados dos comitês e do IBIO – AGB Doce na participação de eventos, plenárias e acompanhamento de projetos. Em alguns casos, estes deslocamentos são feitos em voos aéreos por envolver grandes distâncias, o que torna necessário contratação de empresa especializada pra tal. O objetivo desta ação é a contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de reserva, emissão, marcação, remarcação, revalidação, cancelamento e fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais, em voos regulares e não regulares, destinados à equipe e convidados do IBIO - AGB doce, membros e convidados dos comitês com atuação na bacia do rio Doce e prestadores de serviço.

### 6.2.2. Contratações e Resultados

<b>Contrato 032/2012</b>	<b>Programa</b> Transversal /	<b>Recursos</b> ANA / IGAM	
<b>Alocação</b>	Transversal / /		
<b>Objeto</b>	Contratação de Contratado especializada para a prestação dos serviços de reserva, emissão, marcação, remarcação, revalidação, cancelamento e fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais, em voos regulares e não regulares, destinados à equipe e convidados do IBIO - AGB Doce, membros e convidados dos Comitês com atuação na bacia do rio Doce e prestadores de serviços.		
<b>Valor</b>	R\$ 816.000,00	<b>Contratado</b> Leste Turismo Ltda	
<b>Pago</b>	R\$ 869.710,87	<b>Data</b> 15/10/2012	<b>Prazo</b> 18/10/2016
<b>Saldo</b>	R\$ 218.289,13	<b>Gestor</b> Laura	<b>Aditivos</b> 3

Contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de reserva, emissão, marcação, remarcação, revalidação, cancelamento e fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais, em voos regulares e não regulares, destinados à equipe e convidados do IBIO - AGB doce, membros e convidados dos comitês com atuação na bacia do rio Doce e prestadores de serviço. Na Tabela 15 está a listagem das passagens aéreas adquiridas para o ano de 2015 agrupados por alocação de cada uma delas.



Tabela 15 – Relação de passagens aéreas adquiridas

<b>Origem Requisição</b>	<b>Total</b>
<b>Recursos Contratos de Gestão</b>	<b>137</b>
P61.2 - CBH Doce	<b>22</b>
P61.2 - CBH Piranga	<b>3</b>
P61.2 - CBH Piranga (Recursos MG)	<b>18</b>
P61.2 - CBH Piracicaba	<b>1</b>
P61.2 - CBH Piracicaba (Recursos MG)	<b>8</b>
P61.2 - CBH Santo Antônio	<b>20</b>
P61.2 - CBH Suaçuí	<b>13</b>
P61.2 - CBH Caratinga	<b>12</b>
P61.2 - CBH Manhuaçu	<b>7</b>
P61.2 - CBH Guandu	<b>10</b>
P61.2 - CBH Pontões e Lagoas do Rio Doce	<b>7</b>
P61.2 - CBH Pontões e Lagoas do Doce	<b>0</b>
P71 - Programa de Comunicação	<b>16</b>
<b>IBIO - AGB Doce</b>	<b>103</b>
<b>Total Geral</b>	<b>240</b>

**Identificação no PIRH-Doce:**

Programa: Ação Transversal

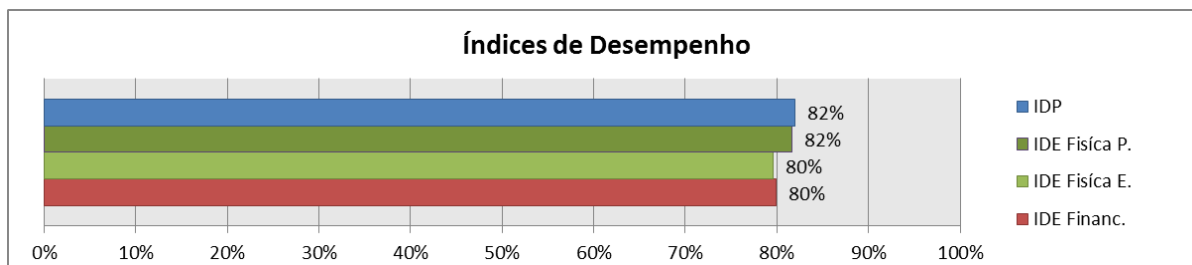
Subprograma: Ação Transversal

**Modalidade de Aplicação:** Indireta

**Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual:** Ação Transversal

**Prazos Previstos e Realizados:**

<b>Etapas</b>	<b>Prazos Previstos</b>	<b>Prazos Realizados</b>
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	2 meses
Processo de Seleção	45 dias	1 mês
Assinatura do Contrato	1 mês	1 semana
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	12 meses	1.443 dias (em andamento)

**Cronograma Físico-Financeiro:**

**Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas:** Não foram identificados atrasos até o momento.

### 6.3. Organização e Execução de Eventos

#### 6.3.1. Descrição

Esta ação está relacionada a contratação de empresa especializada na execução de organização de eventos demandados pelos comitês, assim como apoiar na realização de plenárias, reuniões de câmaras técnicas ou qualquer outra demanda que surgir como na divulgação de um programa do PAP. Os serviços incluem:

- Locação de espaço para realização de eventos com capacidade para 200 e para 50 pessoas;
- Profissionais para fazer a moderação e relatoria do evento;
- Recepcionistas para eventos;
- Operador de som, que ficará responsável também pela gravação do evento em meio digital;
- Operador de equipamento de informática, que ficará responsável pela operação do equipamento audiovisual;
- Sistema de sonorização e gravação;
- Equipamento do tipo datashow com resolução mínima de 1.500 lúmenes e microcomputador;
- Microcomputador a ser locado em eventos quando necessário;
- Serviços de degravação dos registros digitais (gravações) oriundas das discussões feitas durante o evento;
- Serviços de relatório consubstanciado feito pelo moderador;
- Diárias de stands compostos de tenda tipo Gazebo;





- Serviços de hospedagens para convidados dos comitês em eventos realizados;
- Serviços de alimentação, lanche ou almoço em eventos ou reuniões plenários e câmaras técnicas;
- Serviços gráficos relacionados à realização dos eventos como confecção de crachás, canetas, blocos de anotações, bolsas ecológicas, pastas, certificados de participação, folders, cartazes e banners.

### 6.3.2. Contratações e Resultados

<b>Contrato 019/2013</b>	<b>Programa</b> Transversal /	<b>Recursos</b> ANA / IGAM			
<b>Alocação</b>	Transversal / /				
<b>Objeto</b>	Eventual aquisição de serviços necessários à organização e execução de eventos dos comitês com atuação na bacia hidrográfica do rio Doce e do IBIO - AGB Doce.				
<b>Valor</b>	R\$ 5.555.905,56	<b>Contratado</b>	Completa Consultoria Política Ltda.		
<b>Pago</b>	R\$ 1.064.203,14	<b>Data</b>	02/09/2013	<b>Prazo</b>	04/09/2016
<b>Saldo</b>	R\$ 8.028.181,18	<b>Gestor</b>	Juliana	<b>Aditivos</b>	3

#### Principais Resultados

Contratação de serviços necessários à organização e execução de eventos para os Comitês com atuação na bacia hidrográfica do rio Doce, do IBIO - AGB Doce, assim como os programas relacionados do Plano de Aplicação Plurianual - PAP.

Ao longo do ano de 2015 foram realizados diversos eventos pelos comitês que integram a bacia hidrográfica do rio Doce. Para a realização dos eventos foram demandados serviços para a empresa Completa Consultoria Política. Segue abaixo relatório fotográfico de algumas das principais ações promovidas no período:



Figura 28 - VI Encontro de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, realizado em Afonso Cláudio entre os dias 11 e 13 de agosto de 2015.



Figura 29 - VI Encontro de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, realizado em Afonso Cláudio entre os dias 11 e 13 de agosto de 2015.



Figura 30 - 21ª Reunião Ordinária do CBH-Doce, realizada em Governador Valadares no dia 25/06/2015.



Figura 31 - Reunião da Câmara Técnica de Gestão de Eventos Críticos do CBH-Doce, realizada no dia 12/11/2015, sobre o rompimento da barragem da Samarco (Gov. Valadares/MG) .



Figura 32 - 25ª Reunião Extraordinária do CBH-Doce, realizada em 01/12/2015 (Gov. Valadares/MG)



Figura 33 - Reunião Plenária do CBH-Piranga, realizada em Ponte Nova, no dia 02/07/2015



Figura 34 - Caravana das Águas do CBH-Suaçuí, realizada em Peçanha/MG, no dia 09/07/2015.



Figura 35 - Dia de Campo sobre o Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura com a participação de produtores da Bacia do Rio Manhuaçu realizado em 29/10/2015 (Ipanema/MG)



Figura 36 - Reunião em comemoração aos 10 anos do CBH-Pontões e Lagoas do Rio Doce, realizada em Colatina/ES, no dia 03/09/2015



Figura 37 - Missão Mariana, realizada entre os dias 17 e 19 de dezembro pelos comitês para conhecer de perto a região mais afetada pelo rompimento da Barragem da Samarco – na foto a equipe estava visitando o município de Barra Longa/MG.



**Identificação no PIRH-Doce:**

Programa: Ação Transversal

Subprograma: Ação Transversal

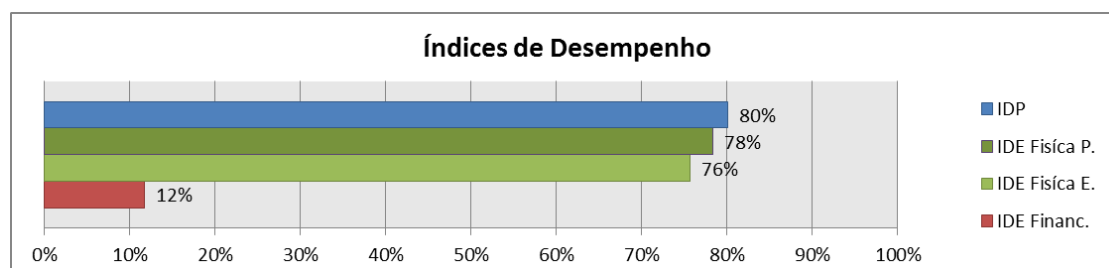
**Modalidade de Aplicação:** Indireta

**Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual:** Ação Transversal

**Prazos Previstos e Realizados:**

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	3 meses
Processo de Seleção	45 dias	1 mês
Assinatura do Contrato	1 mês	1 semana
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	12 meses	1.082 dias (em andamento)

**Cronograma Físico-Financeiro:**



**Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas:** Não foram identificados atrasos até o momento.

### 6.3.3. Principais Deficiências e Dificuldades

O primeiro desafio/deficiência deste tipo de contratação é que não há previsão expressa no Plano de Aplicação para tais serviços. Entendemos que seria interessante, para os próximos, a previsão em rubrica própria de contratações transversais, aquelas que atendam a mais de um programa ao mesmo tempo e, por vezes, às atividades administrativas da entidade delegatária/equiparada.



## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De todas as ações realizadas pelo IBIO – AGB Doce em 2015, a área de saneamento concentrou grande parte dos esforços. Contratações nesta área representaram em torno de 80% das contratações de investimento realizadas pelo IBIO – AGB Doce, tanto com recursos da cobrança estadual em Minas Gerais como com recursos federais. É sabido que a bacia do Rio Doce sofre pela falta de ações voltadas para melhoria do saneamento. Motivo pelo qual o Plano Integrado de Recursos Hídricos – PRIH Doce aloca mais de 80% dos recursos previstos para investimentos na bacia a longo prazo, para a ações de universalização do saneamento. No ano de 2015 foram financiados Planos Municipais de Saneamento Básico para 156 municípios da bacia, o que representa em torno de 75% de todos os municípios que integram a bacia do Rio Doce. Para o ano de 2016, os Comitês definiram como foco as ações de recuperação hidro ambientais como recuperação de nascentes e APP's, assim como uso racional da água na agricultura. As novas contratações para 2016 já foram planejadas e dimensionadas, algumas com início já ao final de 2015. Também para 2016, tanto os Comitês como o IBIO – AGB Doce estarão diretamente empenhados na mitigação da crise relacionada ao desastre do rompimento das barragens de rejeito da mineração da Samarco, em Mariana. As ações hidro ambientais e a mitigação dos efeitos do desastre de Mariana serão o foco do IBIO – AGB Doce para 2016.

Neste quinto e último ano deste contrato de gestão podemos fazer um retrospecto e observar que os Comitês do Doce, o IBIO – AGB Doce, como Entidade Delegatária com Funções de Agência de Água, e Órgãos Gestores demonstram amadurecimento e aprendizado na gestão de recursos oriundos da cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Doce. Desde a criação do CBH Doce em 2002, e diversos outros CBH dos rios afluentes que também foram criados em períodos próximos, até a presente data, muitos desafios foram superados graças aos esforços dos diversos atores envolvidos. O empenho das partes envolvidas resultou em um processo de melhoria contínua pelo qual todos estão passando rumo a uma gestão que esteja cada vez mais eficiente e produtiva, atendendo às demandas ambientais e sociais de toda a bacia do Rio Doce.

Apesar de todas as dificuldades e incertezas que se apresentam, que são frutos de um processo inovador no país de cobrança pelo uso da água, nota-se um ambiente muito favorável onde todas as partes envolvidas reconhecem que há a necessidade de melhoria contínua e amadurecimento.

As reuniões de alinhamento ocorridas entre as Entidades Delegatárias e Órgãos Gestores em 2014 e 2015 representam marcos de evolução. A sensibilização das partes para a necessidade de alinhamentos, consensos de entendimentos e resolução de questões pontuais é fundamental para o processo evolução da gestão de bacias hidrográficas e do processo de cobrança pelo uso de recursos hídricos.





O desastre do rompimento da barragem de rejeitos da mineração da empresa Samarco, no município de Mariana, em Minas Gerais, representa um novo desafio para a gestão da bacia do Rio Doce. A forma como os problemas decorrentes deste desastre será mitigada e como a bacia irá se recompor dos problemas ambientais e sociais será um dos principais desafios para 2016. Os reais impactos do desastre a médio e longo prazo ainda estão sendo compreendidos, o que dará origem a um conjunto de medidas mitigatórias a serem tomadas pelos Comitês de Bacia Hidrográfica, Órgãos Gestores, Entidades Delegatárias das Funções de Agência de Água e demais instituições públicas e privadas envolvidas.

Governador Valadares, 05 de fevereiro de 2016.

---

Ricardo Alcântara Valory  
Diretor Geral  
IBIO – AGB Doce



Relatório de Gestão do Exercício de 2015 – Contrato de Gestão 001/IGAM/2011

---

# **RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DAS AÇÕES PREVISTAS NO PIRH e PARH - PIRACICABA**

01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2015

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015**

**CONTRATO DE GESTÃO 001/IGAM/2011**

**FEVEREIRO DE 2016**



## SUMÁRIO

<b>SUMÁRIO</b> .....	<b>2</b>
<b>LISTA DE FIGURAS</b> .....	<b>3</b>
<b>LISTA DE TABELAS</b> .....	<b>5</b>
<b>LISTA DE SIGLAS</b> .....	<b>6</b>
<b>1. CONTEXTUALIZAÇÃO</b> .....	<b>8</b>
1.1. A BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOCE .....	10
1.2. A BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PIRACICABA .....	13
1.3. PLANO INTEGRADO DE RECURSOS HÍDRICOS – PIRH DOCE.....	14
1.4. PLANO DE AÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS DA UNIDADE DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - PARH.....	17
1.5. O CONTRATO DE GESTÃO.....	18
1.6. PLANO DE APLICAÇÃO PLURIANUAL – PAP DOCE .....	20
<b>2. APRESENTAÇÃO</b> .....	<b>24</b>
<b>3. UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO</b> .....	<b>25</b>
3.1. PROGRAMA DE UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO (P41) .....	25
3.1.1. Descrição.....	25
3.1.2. Ações do IBIO – AGB Doce .....	27
3.1.3. Identificação no PIRH/PARH .....	46
<b>4. INCREMENTO DE ÁREAS LEGALMENTE PROTEGIDAS</b> .....	<b>47</b>
4.1. PROGRAMA DE RECOMPOSIÇÃO DE APPS E NASCENTES (P52) .....	47
4.1.1. Descrição.....	47
4.1.2. Ações do IBIO – AGB Doce .....	48
4.1.3. Identificação no PIRH/PARH .....	54
<b>5. IMPLEMENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS</b> .....	<b>56</b>
5.1. FORTALECIMENTO DOS COMITÊS (P61.2) .....	56
5.1.1. Descrição.....	56
5.1.2. Ações do IBIO – AGB Doce .....	56
5.1.3. Identificação no PIRH/PARH .....	58
<b>6. IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DO PIRH/PARH</b> .....	<b>59</b>
6.1. PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (P71) .....	59
6.1.1. Descrição.....	59
6.1.2. Ações do IBIO – AGB Doce .....	59
6.1.3. Identificação no PIRH/PARH .....	60
<b>7. RECOMENDAÇÕES PARA ACELERAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PIRH/PARH</b> .....	<b>61</b>
<b>8. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>64</b>



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma Geral do IBIO - AGB Doce.....	9
Figura 2 – Localização da Bacia Hidrográfica do Rio Doce .....	11
Figura 3 – Bacia Hidrográfica do Rio Doce .....	11
Figura 4 - Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba .....	13
Figura 5 - Reunião de Partida no Município de Ipatinga: Presidente do .....	30
Figura 6 - Reunião de Partida no Município de Ponte Nova: mesa composta por Isaura Paixão (CBH Manhuaçu), Edson Azevedo (IBIO), Sheila Villela (SHS) e Carlos Eduardo Silva (CBH Piranga). .....	31
Figura 7 - Reunião de Partida no Município de Mutum. ....	31
Figura 8 - Reunião de Partida no Município de Itabira. ....	32
Figura 9 - Reunião de Partida no Município de Guanhães. ....	32
Figura 10 - Reunião de Partida no Município de Governador Valadares.....	33
Figura 11 - Reunião de Partida no Município de Caratinga.....	33
Figura 12 - Fluxograma de análise e validação de produtos dos PMSB. ....	35
Figura 13 - Audiência pública do PMSB de Lamim: realizada em 11/02/2015 no Salão Paroquial. ....	36
Figura 14 - Audiência Pública do PMSB de Mariana: realizada em 12/02/2015 no Centro de Convenções. ....	36
Figura 15 - Audiência pública do PMSB de Porto Firme: realizada em 11/02/2015 na Câmara Municipal.....	37
Figura 16 - Audiência pública do PMSB de Itabira: realizada em 17/09/2015 na Câmara dos Vereadores. ....	37
Figura 17 - Audiência pública do PMSB de Antônio Dias: realizada em 26/08/2015 na Câmara Municipal.....	38
Figura 18 - Audiência pública do PMSB de Bela Vista de Minas: realizada em 26/08/2015 na Câmara Municipal.....	38
Figura 19 - Audiência pública do PMSB de Manhuaçu: realizada em 09/07/2015 na Câmara Municipal. ....	39
Figura 20 - Audiência pública do PMSB de Chalé: realizada em 26/06/2015 na Câmara Municipal. ....	39
Figura 21 - 1ª Rodada de Seminários de Saneamento do Manhuaçu: realizada em Manhuaçu-MG no dia 03/09/2015.....	41
Figura 22 - 1ª Rodada de Seminários de Saneamento do Piracicaba: realizada em João Monlevade-MG no dia 04/09/2015.....	41
Figura 23 - 1ª Rodada de Seminários de Saneamento do Piranga: realizada em Ponte Nova-MG nos dias 08 e 09/09/2015. ....	42
Figura 24 - 1ª Rodada de Seminários de Saneamento do Piranga: realizada em Viçosa-MG nos dias 10 e 11/09/2015.....	42
Figura 25 - 1ª Rodada de Seminários de Saneamento do Espírito Santo: realizada em Colatina-ES nos dias 14 e 15/09/2015. ....	43



Figura 26 - Cartaz de divulgação dos PMSB .....	44
Figura 27 - Convite utilizado em reuniões de mobilização dos PMSB. ....	44
Figura 28 - Panfleto de divulgação dos PMSB .....	45
Figura 29 - Folders de divulgação dos PMSB (frente). ....	45
Figura 30 - Folders de divulgação dos PMSB (verso).....	46
Figura 31 – índice de erosão da bacia do rio Doce.....	49
Figura 32 – Déficit hídrico da bacia do rio Doce.....	49
Figura 33 – Unidades de Conservação da bacia do rio Doce.....	50
Figura 34 – Ocorrência de eventos críticos na bacia do rio Doce .....	50
Figura 35 – Redução de vazão na bacia do rio Doce .....	50
Figura 36 – Arranjo institucional .....	51
Figura 37 – Mapa de vulnerabilidade da bacia do rio Doce .....	52
Figura 38 - Reunião do grupo de trabalho, no município de João Monlevade .....	53



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Características gerais da bacia do rio Doce .....	13
Tabela 2 – Deliberações aprovando a cobrança pelo uso dos recursos hídricos.....	19
Tabela 3 - Deliberações aprovando a indicação do IBIO para funções de Agência de Água .....	20
Tabela 4 - Deliberações que aprovaram o Plano de Aplicação Plurianual – PAP.....	21
Tabela 5 – Deliberações que aprovaram readequação do Plano de Aplicação Plurianual - PAP.....	22
Tabela 6 – PAP da Bacia do Rio Doce com recursos arrecadados e repassados pela ANA .....	22
Tabela 7 – PAP da Bacia do Rio Doce com recursos arrecadados e repassados pela IGAM .....	23
Tabela 8 - Lista de municípios que manifestaram interesse pelo Programa de Universalização do Saneamento (P41) .....	40
Tabela 9 - Reuniões Plenárias (Ordinárias e Extraordinárias) do CBH- Piracicaba no ano de 2015.....	57
Tabela 10 - Reuniões de Câmara Técnicas do Comitê realizada no ano de 2015. ....	57
Tabela 11 - Eventos promovidos pelo CBH Piracicaba em 2015. ....	57
Tabela 12 - Eventos nos quais houve participação de membros do CBH Piracicaba. ....	57



## LISTA DE SIGLAS

AGERH	Agência Estadual de Recursos Hídrico do Espírito Santo
ANA	Agência Nacional de Águas
APP	Área de Preservação Permanente
CBH	Comitê de Bacia Hidrográfica
CEMIG	Companhia Energética de Minas Gerais
CERH	Conselho Estadual de Recursos Hídricos
CNRH	Conselho Nacional de Recursos Hídricos
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
CTCI	Câmara Técnica de Capacitação, Informação e Mobilização Social
CTGEC	Câmara Técnica de Gestão de Eventos Críticos
CTI	Câmara Técnica de Integração
CTIL	Câmara Técnica Institucional e Legal
CTOC	Câmara Técnica de Outorga e Cobrança
CTPLAN	Câmara Técnica do Plano de Recursos Hídricos
CTPP	Câmara Técnica de Programas e Projetos
D.O.E.M.G	Diário Oficial do Estado de Minas Gerais
D.O.U	Diário Oficial da União
DBO	Demanda biológica de oxigênio
EFVM	Estrada Ferroviária Vitória a Minas
ENCOB	Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas
ES	Espírito Santo
FHIDRO	Fundo de recuperação de recursos hídricos
FJP	Fundação João Pinheiro
GACG	Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão
GAT	Grupo de Acompanhamento Técnico
GIRH	Gestão Integrada de Recursos Hídricos
GTCiano	Grupo de Trabalho de Cianobactérias
GTI	Grupo de Trabalho de Integração
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IEMA	Instituto Estadual de Meio Ambiente do Espírito Santo
IGAM	Instituto de Gestão das Águas
IMRS	Índice Mineiro de Responsabilidade Social
INDE	Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais
MDE	Modelo Digital de Elevação
MG	Minas Gerais
MMA	Ministério do Meio Ambiente
PAP	Plano de Aplicação Plurianual
PARH	Plano de Ação de Recursos Hídricos
PGIRS	Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos
PIRH	Plano Integrado de Recursos Hídricos
PMSB	Plano Municipal de Saneamento Básico
SAF	Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas da ANA
SAG	Superintendência de Apoio à Gestão de Recursos Hídricos da ANA
SEDRO	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana



---

Relatório de Gestão do Exercício de 2015 – Contrato de Gestão 001/IGAM/2011

---

SEMAD	Secretaria de Estado de Meio-Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de MG
SIG	Sistema de Informações Geográficas
SINGERH	Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos
SNIS	Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento
SUM	Superintendência de Usos Múltiplos da ANA
TCU	Tribunal de Contas da União
TNC	The Nature Conservancy
UGRH	Unidade de Gestão de Recursos Hídricos
ZCAS	Zona de Convergência do Atlântico Sul





## 1. CONTEXTUALIZAÇÃO

O Instituto BioAtlântica (IBIO- AGB Doce), Entidade Equiparada às Funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, de acordo com os termos descritos no Contrato de Gestão nº 001/IGAM/2011 apresenta o Relatório de Gestão relativo ao ano de 2015 referente ao CBH-Piracicaba.

O Instituto BioAtlântica (IBIO - AGB Doce) é uma associação civil sem fins lucrativos, classificada como pessoa jurídica de direito privado, composto por pessoas jurídicas e físicas. O Instituto tem como finalidade promover a conservação ambiental e a gestão sustentável de recursos territoriais como forma de gerar desenvolvimento econômico, equidade social e bem-estar humano. Para cumprir este propósito, o Instituto aplicará os recursos recebidos, inclusive recursos físicos, humanos e financeiros, em projetos, programas ou planos de ações definidos pelo doador, inclusive em apoio a outras organizações sem fins lucrativos ou órgãos do setor público que atuem em áreas afins, promovendo especialmente as seguintes atividades:

- a) Contribuir para a conservação e recuperação ambiental.
- b) Contribuir para o desenvolvimento equilibrado dos aspectos ambiental, social, cultural e econômico de territórios.
- c) Promover pesquisas sobre recuperação e conservação ambiental, gestão integrada de territórios e geração e gestão de ativos territoriais.
- d) Estimular o estabelecimento de redes de instituições de pesquisa e aplicação nas áreas citadas no inciso c).
- e) Promover a disseminação de conhecimento técnico-científico sobre as áreas citadas no inciso c).
- f) Promover articulação entre diferentes setores da sociedade no sentido de atender aos incisos acima.
- g) Exercer, através do Comitê Gestor de Águas, as atribuições a serem previamente determinadas pelos, e acordadas com os, Órgãos Gestores para a bacia hidrográfica do rio Doce.

O Instituto BioAtlântica trabalha para melhorar a qualidade ambiental e promover a gestão integrada de recursos territoriais como forma de gerar desenvolvimento econômico, equidade social e bem-estar humano. Enxergamos no futuro territórios organizados, onde os recursos naturais sejam utilizados de forma racional e sensata por uma sociedade com pleno conhecimento de sua participação na sustentabilidade desse sistema. Fundado em 19 de fevereiro de 2002, é composto por:

**Assembleia Geral** - Órgão soberano do IBIO - AGB Doce, podendo ser ordinária ou extraordinária.

**Conselho Fiscal** - Órgão fiscalizador e auxiliar da Assembleia Geral, do Conselho Consultivo e da Diretoria Executiva do IBIO - AGB Doce.

**Conselho Consultivo** – Órgão formado principalmente por representantes das empresas doadoras de recursos que forem admitidas como Associadas ou de Associados Fundadores ou outros, a critério dos Associados Fundadores, que tem por objetivo servir de instrumento de controle externo de suas atividades.

**Diretor Presidente** – Cria e implementa o macro planejamento do IBIO, observando as recomendações feitas pelo Conselho Consultivo, pelo Conselho Fiscal e pela Assembleia Geral.

**Diretoria Executiva** - Órgão executor das ações do IBIO - AGB Doce.

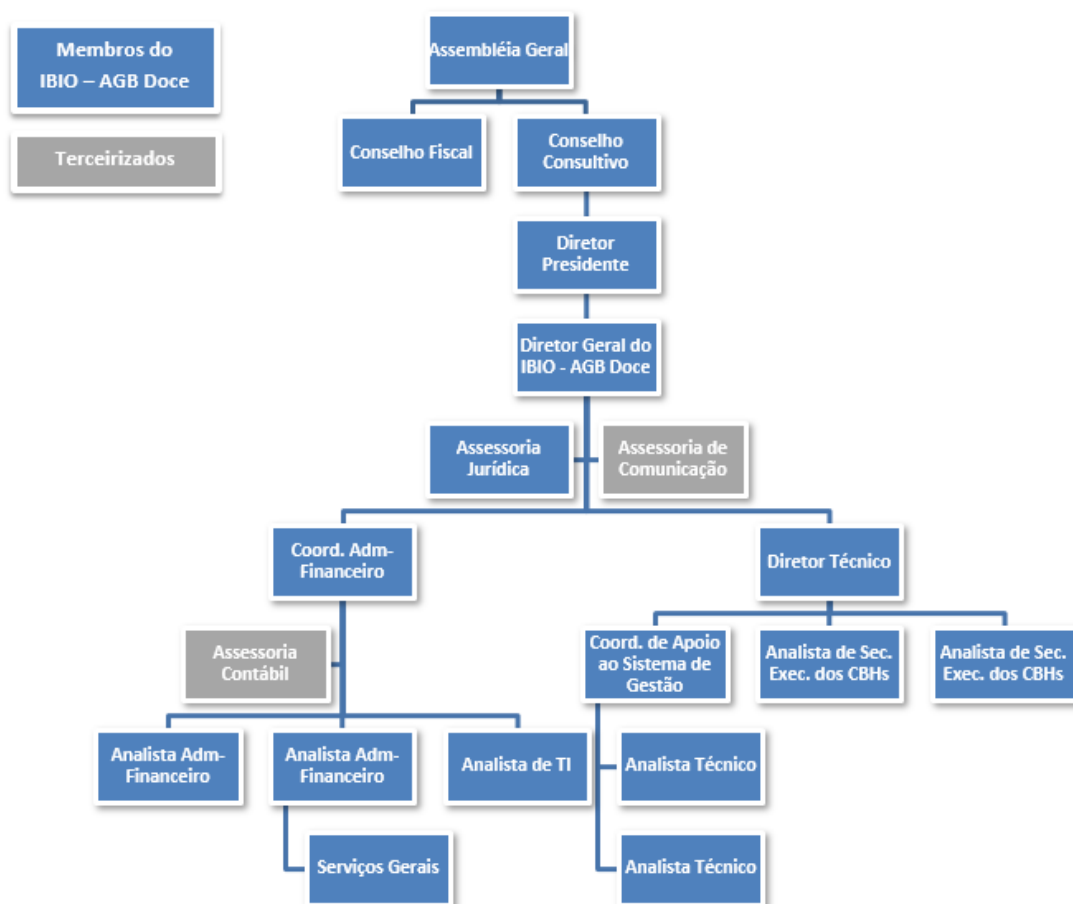


Figura 1 - Organograma Geral do IBIO - AGB Doce<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> A equipe apresentada do quadro de funcionários do IBIO – AGB Doce contemplam funcionários contratados para atender a ambos os Contratos de Gestão celebrados com a ANA e com o IGAM



## 1.1. A Bacia Hidrográfica do Rio Doce

A bacia do rio Doce situa-se na região Sudeste, entre os paralelos 17°45' e 21°15' S e os meridianos 39°30' e 43°45' W, integrando a região hidrográfica do Atlântico Sudeste. Esta bacia, com uma área de drenagem de aproximadamente 86.

854 km<sup>2</sup>, dos quais 86% pertencem ao Estado de Minas Gerais e o restante ao Espírito Santo, abrange um total de 228 municípios. As nascentes do rio Doce situam-se no Estado de Minas Gerais, nas serras da Mantiqueira e do Espinhaço, sendo que suas águas percorrem cerca de 850 km, até atingir o oceano Atlântico, junto ao povoado de Regência, no Estado do Espírito Santo (Figura 2 e Figura 3). Existem dois rios de dominialidade federal na bacia do rio Doce: o rio Doce e o rio José Pedro, afluente do rio Manhuaçu.

A bacia limita-se ao sul com a bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, a sudoeste com a bacia do rio Grande, a oeste com a bacia do rio São Francisco, ao norte e noroeste com a bacia do rio Jequitinhonha, e bacias do litoral sul do Espírito Santo e a nordeste com as bacias do litoral norte do Espírito Santo. Os principais afluentes do rio Doce pela margem esquerda são os rios do Carmo, Piracicaba, Santo Antônio, Corrente Grande e Suaçuí Grande, em Minas Gerais; São José e Pancas no Espírito Santo. Já pela margem direita são os rios Casca, Matipó, Caratinga/Cuieté e Manhuaçu em Minas Gerais; Guandu, Santa Joana e Santa Maria do Rio Doce no Espírito Santo.

No estado de Minas Gerais a bacia do rio Doce é dividida em seis Unidades de Planejamento e Gestão dos Recursos Hídricos (UGRHs), com Comitês de Bacia já estruturados, conforme descrito abaixo:

- UGRH01 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Piranga;
- UGRH02 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Piracicaba;
- UGRH03 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Santo Antônio;
- UGRH04 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Suaçuí;
- UGRH05 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Caratinga; e
- UGRH06 – Comitê de Bacia Hidrográfica Águas do rio Manhuaçu.

No Estado do Espírito Santo, embora inexistam subdivisões administrativas da bacia do rio Doce, têm-se os Comitês de Bacia já estruturados, conforme descrito abaixo:

- UGRH07 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Guandu
- UGRH08 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Santa Maria do Doce
- UGRH09 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio São José.

A atividade econômica da bacia do rio Doce é bastante diversificada, destacando-se: a agropecuária (reflorestamento, lavouras tradicionais, cultura de café, cana-de-açúcar, criação de gado leiteiro e de corte e na suinocultura.); a agroindústria (sucroalcooleira); a mineração (ferro, ouro, bauxita, manganês, pedras preciosas e outros); a indústria (celulose, siderurgia e laticínios); o comércio e serviços de apoio aos complexos industriais; e a geração de energia elétrica.



Figura 2 – Localização da Bacia Hidrográfica do Rio Doce



Figura 3 – Bacia Hidrográfica do Rio Doce



Na região encontra-se instalado o maior complexo siderúrgico da América Latina, com destaque para a Companhia Siderúrgica Belgo Mineira, a ACESITA e a USIMINAS. Ao lado da siderurgia estão associadas empresas de mineração, com destaque para a Vale e empresas reflorestadoras, que cultivam o eucalipto para fornecer matéria-prima para as indústrias de celulose. Todo esse complexo industrial é responsável por grande parte das exportações brasileiras de minério de ferro, aço e celulose, sendo, portanto, de grande importância para a região onde estão instaladas.

Apesar de ser notável a geração de capital na bacia em função da existência desse complexo siderúrgico, também se verifica a desigualdade no interior da bacia. O maior desenvolvimento das atividades econômicas aconteceu somente em algumas de suas áreas, como o Vale do Aço e na região de influência dos municípios de Governador Valadares, Caratinga, Colatina e Linhares. Os indicadores sociais e econômicos de uma parte significativa dos municípios da bacia mostram que quase uma centena deles são classificados como municípios pobres.

As principais rodovias que dão acesso e passam pela bacia do rio Doce são: a BR 381 que segue na direção sudoeste – nordeste passando por Belo Horizonte e depois importantes cidades da bacia como Ipatinga e Governador Valadares; a BR 116, importante rodovia brasileira que cruza a região do Médio Doce na direção de sul para norte, passando por Caratinga e Governador Valadares; a BR 262 que segue na direção leste – oeste atravessa Belo Horizonte, passa entre João Monlevade e Rio Piracicaba, cruza com a BR 116 nas proximidades de Manhuaçu e depois entra no Espírito Santo, já fora da bacia do Rio Doce; a BR 101, que serve a parte capixaba da bacia, atravessa a região do Baixo Doce de sul para norte passando por Linhares.

Além das rodovias, existe a Estrada Ferroviária Vitória a Minas (EFVM) que liga Belo Horizonte a Vitória, numa extensão de 898 km passando pelo Vale do Aço, sendo incorporada pela Vale em 1940. Esta ferrovia faz o transporte de passageiros e mercadorias (minério de ferro, carvão mineral, calcário, ferro, aço, produtos agrícolas, etc.). É considerada a ferrovia mais rentável do País e uma das poucas ferrovias que ainda faz o transporte de passageiros.

A bacia tem uma população superior a 3,5 milhões de habitantes. O Vale do Aço tem o maior adensamento populacional da bacia e constata-se a existência de um fluxo migratório que se direciona, sobretudo, para as maiores cidades, como Ipatinga e Governador Valadares. Em decorrência, há uma tendência de diminuição populacional nos municípios com população de até 20.000 habitantes, que representam mais de 85% dos municípios da bacia do rio Doce.

A população urbana representa mais de 70% da população total. Entretanto, os mesmos dados mostram que mais de 100 municípios possuem população rural maior que a urbana, evidenciando que a população rural ainda é significativa, absorvidos pela exploração agropecuária. No Médio Doce, essas atividades constituem o principal gerador de renda, emprego e ocupação de mão-de-obra em municípios de menor porte, principalmente onde a população rural predomina. A Tabela 1 sumariza as características gerais da bacia do rio Doce.

Tabela 1 – Características gerais da bacia do rio Doce

Características Gerais da Bacia do Rio Doce	
Área da bacia	86.854 km <sup>2</sup>
Extensão do curso principal	Aprox. 879 km
Nº de municípios	228
População na bacia	3.430.673
Principais atividades econômicas	Mineração; Siderurgia; Silvicultura e Agropecuária
Principais problemas relacionados à gestão dos recursos hídricos	Contaminação por esgotos domésticos; erosão e assoreamento

## 1.2. A Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba

A UGRHO2 - Piracicaba insere-se totalmente no Estado de Minas Gerais, ocupando uma área de 5.681 km<sup>2</sup>, conforme Figura 4. A UGRH é composta pela bacia do rio Piracicaba e por uma área incremental a jusante da foz deste rio. O rio Piracicaba é afluente da margem esquerda do rio Doce e estende-se por cerca de 241 km. A sua bacia hidrográfica ocupa uma área de 5.465,38 km<sup>2</sup>. A pequena área incremental a jusante da confluência do rio Piracicaba com o rio Doce, incluindo um trecho deste, tem uma superfície de 216,13 km<sup>2</sup>, sendo o principal curso d'água o ribeirão Ipanema.

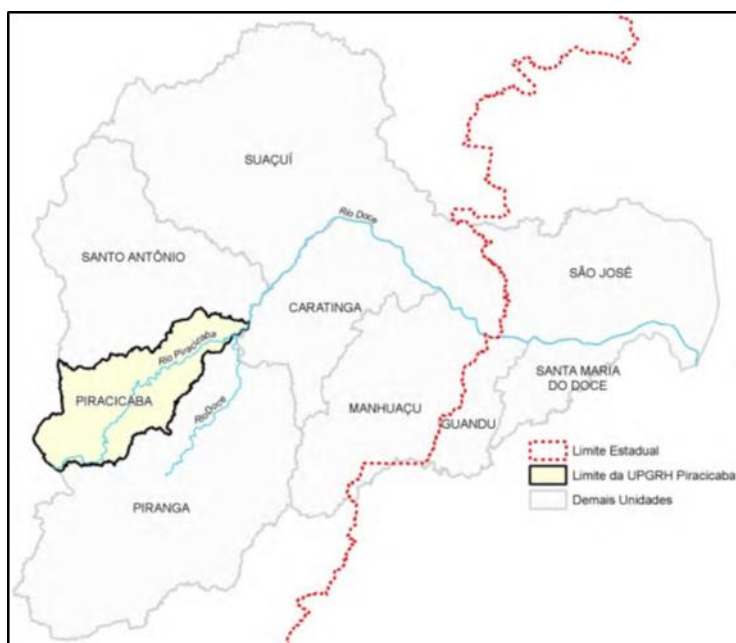


Figura 4 - Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba



Os municípios da bacia pertencem às mesorregiões Metropolitana de Belo Horizonte e Vale do Rio Doce e, com maior relevância, às microrregiões Itabira e Ipatinga, de acordo com a divisão do IBGE. As principais rodovias federais que dão acesso à UPGRH são a BR-120, que passa pelo município de Itabira, a BR-262, que passa nos municípios de Barão dos Cocais e Santa Bárbara, a BR-381, que passa pelos municípios de Rio Piracicaba, Bela Vista de Minas, Nova Era, Antônio Dias, Coronel Fabriciano e Ipatinga. Além disso, algumas rodovias estaduais como a MG-326, a MG-434, a MG123, a MG-232 e a MG 458 dão acesso aos municípios da região.

O rio Piracicaba é o principal curso d'água da região. Suas nascentes localizam-se no município de Ouro Preto, a 1.680m de altitude. O rio Piracicaba percorre 241 km até encontrar o rio Doce, na divisa dos municípios de Ipatinga e Timóteo. Ao longo deste percurso, passa por cidades como Rio Piracicaba, Nova Era, Antônio Dias e pela Região Metropolitana do Vale do Aço, formada por Coronel Fabriciano e Ipatinga, na margem esquerda e Timóteo, na margem direita. A bacia hidrográfica do rio Piracicaba é composta pelas sub-bacias do rio do Peixe e do rio Santa Bárbara, pela margem esquerda, e pela sub-bacia do rio da Prata, pela margem direita. O rio Santa Bárbara tem como afluentes principais os rios Conceição e Una. As cidades de Barão de Cocais, Santa Bárbara e São Gonçalo do Rio Abaixo localizam-se às margens do rio Santa Bárbara, e São Domingos do Prata é cortada pelo rio da Prata. Além dos rios mais significativos, ao longo do seu curso o rio Piracicaba recebe a descarga de quase uma centena de córregos e ribeirões, os quais compõem sua rede de drenagem.

A UPGRH envolve total ou parcialmente 21 municípios mineiros, os quais reúnem cerca de 733.361 habitantes, conforme contagem de população do IBGE para o ano de 2007. Destes 21 municípios, 17 possuem a sede dentro dos limites da UPGRH. Em termos populacionais (Quadro 8), destacam-se os municípios de Ipatinga, com 238.397 habitantes, seguido de Coronel Fabriciano, com 100.805 habitantes, Itabira, com 99.141 habitantes, Timóteo, com 76.058 habitantes e João Monlevade, com 71.658 habitantes. Destes municípios, três - Coronel Fabriciano, Ipatinga e Timóteo - junto com Santana do Paraíso, formam a “Região Metropolitana do Vale do Aço”, de acordo com a denominação criada pela Lei Complementar número 51/98.

### **1.3. Plano Integrado de Recursos Hídricos – PIRH Doce**

O Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Doce – PIRH Doce, que representa o desejo manifesto de todos os envolvidos no processo participativo que foi empreendido de junho de 2008 ao final do ano de 2009, no sentido de consolidar o planejamento de ações voltadas ao enfrentamento dos principais problemas relacionados com os recursos hídricos na bacia do Rio Doce.

O PIRH Doce, nessa primeira versão, constitui o resultado do esforço de representantes dos dez (10) comitês atuantes na bacia hidrográfica do Rio Doce, bem como dos órgãos gestores de recursos



hídricos, representados pela Agência Nacional de Águas – ANA, Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM, e Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – IEMA, do Espírito Santo, reunidos em um Grupo de Acompanhamento Técnico – GAT. Adiante, a relação dos comitês envolvidos na elaboração do PIRH Doce:

- CBH Doce;
- CBH do rio Piranga;
- CBH do rio Piracicaba;
- CBH do rio Santo Antônio;
- CBH do rio Suaçuí;
- CBH do rio Caratinga;
- CBH Águas do rio Manhuaçu;
- CBH do rio Santa Maria do Doce;
- CBH do rio Guandu; e
- CBH do rio São José.

A diretriz máxima que norteou o referido trabalho foi a constante na Lei nº 9.433/97, que institui a Política Nacional dos Recursos Hídricos, no tocante à participação pública e espírito democrático, e também a intensa e importante atuação dos comitês de bacias dos estados do Espírito Santo e Minas Gerais, além do próprio CBH Doce.

O PIRH Doce foi desenvolvido com o objetivo geral de produzir um instrumento capaz de orientar o CBH Doce, os CBHs de bacias afluentes, os órgãos gestores dos recursos hídricos da bacia e demais componentes do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos com responsabilidade sobre a bacia do rio Doce, com vistas à gestão efetiva dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos da bacia, de modo a garantir o seu uso múltiplo, racional e sustentável em benefício das gerações presentes e futuras.

O Plano consubstancia ações integradas que visam instrumentalizar os CBHs de bacias afluentes e o CBH-Doce para o cumprimento de sua missão de articular os diversos atores sociais para garantir a oferta de água, em quantidade e qualidade, visando o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida na bacia hidrográfica do rio Doce.

O Plano consubstancia ações integradas que visam instrumentalizar os CBHs de bacias afluentes e o CBH-Doce para o cumprimento de sua missão de articular os diversos atores sociais para garantir a oferta de água, em quantidade e qualidade, visando o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida na bacia hidrográfica do rio Doce. O PIRH Doce e os Planos de Ações de Recursos Hídricos das Bacias Afluentes – PARHs – tiveram ainda os seguintes objetivos específicos:

- Estruturar a base de dados da Bacia do Rio Doce relativa às características e à situação dos recursos hídricos e demais feições com implicações sobre as mesmas, com vistas a subsidiar a elaboração e implementação, após a elaboração do PIRH Doce, de um Sistema Integrado de Informações capaz de apoiar a gestão dos recursos hídricos da bacia.





- Definir as medidas necessárias para proteger, recuperar e promover a qualidade dos recursos hídricos com vistas à saúde humana, à vida aquática e à qualidade ambiental.
- Estabelecer metas de melhoria da qualidade das águas, de aumento da capacidade de produção de água e de uma justa distribuição da água disponível na bacia, acordadas por todos os atores da bacia.
- Fomentar o uso múltiplo, racional e sustentável dos recursos hídricos da bacia mediante avaliação e controle das disponibilidades e determinação das condições em que tem lugar o uso da água na bacia, em benefício das gerações presentes e futuras, levando em conta planos setoriais, regionais e locais em andamento ou com implantação prevista na Bacia.
- Integrar os planos, programas, projetos e demais estudos setoriais que envolvam a utilização dos recursos hídricos da bacia, incorporando-os ao PIRH e aos PARHs, dentro de suas possibilidades.
- Articular as ações municipais envolvendo o uso do solo com as diretrizes e intervenções relacionadas ao uso dos recursos hídricos.
- Conceber ações destinadas a atenuar as consequências de eventos hidrológicos extremos.
- Oferecer diretrizes para a implementação dos demais instrumentos de gestão dos recursos hídricos previstos em lei e contribuir para o fortalecimento do Sistema de gerenciamento de Recursos Hídricos pela articulação e participação de todas as demais instâncias da bacia ligadas à gestão dos recursos hídricos.
- Manter e ampliar a participação dos segmentos da sociedade no processo de construção e implementação do PRH-Doce, bem como nos programas e projetos dele derivados.
- Desenhar um arranjo institucional sustentável para a gestão dos recursos hídricos da bacia.
- Promover iniciativas destinadas ao desenvolvimento tecnológico e à capacitação de recursos humanos, à comunicação social e à educação ambiental em recursos hídricos na bacia.
- Com vistas ao atingimento dos objetivos anteriores, apontar respostas técnicas, institucionais e legais para os principais problemas diagnosticados/prognosticados na bacia e determinar um conjunto de intervenções estruturais e não estruturais, montadas na forma de programas e projetos, que possam ser realizadas dentro dos horizontes de planejamento adotados, identificando, para cada programa, os recursos necessários para sua realização, as fontes de onde os mesmos deverão proceder e o seu desenvolvimento no tempo.

A Consultora desenvolveu seus trabalhos com acompanhamento permanente do GAT, através de reuniões mensais de trabalho, acrescidas de 30 (trinta) reuniões públicas realizadas em diferentes localidades da bacia, quando se apresentaram os resultados das distintas etapas em que o trabalho se desenvolveu, quais sejam: Diagnóstico, Prognóstico e Programas do Plano Integrado.



Nas duas primeiras etapas foram elaborados o Diagnóstico da Bacia e o Prognóstico dos Recursos Hídricos no Horizonte do Plano, onde se avaliaram, respectivamente, a condição atual da qualidade da água e das disponibilidades hídricas, e a projeção destas condições, conforme distintos cenários, até o ano de 2030.

A etapa final constituiu-se na definição das metas sugeridas para a bacia, e na descrição dos programas, projetos e ações preconizadas, incluindo seus objetivos, justificativas, procedimentos, atores envolvidos e diversos outros elementos que os caracterizam, seguido da análise das condições e perspectivas de atendimentos das metas, a partir da efetiva implantação dos programas, incluindo a viabilidade financeira do Plano.

Nesta última etapa também foram desenvolvidos, entre outros, estudos relacionados a um arranjo institucional viável para a gestão dos recursos hídricos da bacia, bem como diretrizes para a aplicação dos instrumentos de gestão definidos na Lei nº 9.433/97, com destaque para o Enquadramento sugerido no âmbito do Plano, como meta de qualidade a ser alcançada.

O trabalho também contemplou o desenvolvimento de um Sistema de Informações Geográficas, denominado SIG-Plano, repositório de toda a informação coletada durante as distintas etapas de elaboração do Plano, bem como suporte de toda a representação cartográfica contida neste estudo.

#### **1.4. Plano de Ação de Recursos Hídricos da Unidade de Planejamento e Gestão - PARH**

O PARH é parte integrante do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – PIRH Doce, e considera os mesmos objetivos, metas básicas, horizonte de planejamento e a realidade desejada para a bacia do rio Doce. Para cada UGRH da bacia hidrográfica do rio Doce foi gerado um PARH específico caracterizando as peculiaridades de cada região da bacia do Rio Doce, assim como os programas prioritários de acordo com a realidade de cada Unidade de Gestão. Cada PARH é, desta maneira, um desdobramento do Plano Integrado de Recursos Hídricos, de acordo com as especificidades de cada unidade de planejamento. Os conteúdos e informações aqui apresentados são, portanto, transpostos do Relatório Final do PIRH Doce, devendo o mesmo ser adotado como referência nas questões relativas aos procedimentos metodológicos utilizados e fontes de consulta específicas.

A estrutura dos PARHs segue, em linhas gerais, a mesma estrutura adotada no desenvolvimento do PIRH Doce, contemplando um diagnóstico situacional da unidade, com ênfase nas questões relativas aos recursos hídricos, e a descrição dos programas previstos para enfrentar as principais questões que comprometem a qualidade e disponibilidade da água e, por conseguinte, da qualidade de vida em cada UGRH. Neste documento estão apresentados:



- Diagnóstico Sumário da UGRH, contemplando as principais informações que caracterizam a Unidade de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos frente à bacia do Doce como um todo, com ênfase nas questões que demandam maior esforço de gestão. Este capítulo também apresenta um prognóstico tendencial, buscando caracterizar a situação dos recursos hídricos da UGRH no ano de 2030.
- O Comitê de Bacia da UGRH, descrevendo a atual estrutura, órgão normativo e deliberativo que tem por finalidade promover o gerenciamento de recursos hídricos na região, envolvendo, em um âmbito maior, a promoção do debate sobre as questões hídricas e o arbitramento dos conflitos relacionados com o uso da água e que, em última instância; irão aprovar e acompanhar a execução do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Doce, e o respectivo Plano de Ação.
- Os Objetivos e Metas projetados para a bacia, expressando a realidade possível para o horizonte do Plano, através de metas de planejamento e ações físicas, quantificadas e com prazos estipulados para a sua consecução.
- Intervenções Recomendadas e Investimentos Previstos, descrevendo o escopo geral das ações previstas e elencando as ações específicas para a bacia, incluindo, quando pertinente, as indicações de criticidade dos problemas identificados.
- Conclusões e Diretrizes Gerais para a Implementação do PARH, onde são discutidas e expostas as motivações e indicações das ações propostas, definindo-se as prioridades e os efeitos esperados para a bacia.

## **1.5. O Contrato de Gestão**

O processo de cobrança pelo uso dos recursos hídricos na bacia do Rio Doce se iniciou em 2011 quando o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Doce e dos Comitês dos rios afluentes, no uso de suas atribuições definidas por lei e demais normas complementares, e considerando os compromissos firmados no âmbito do Pacto para a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, celebrado em 24 de março de 2010 entre os dez Comitês de Bacia Hidrográfica com atuação na Bacia Hidrográfica do Rio Doce, a ANA, IGAM, IEMA e Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, estabelecem os mecanismos e sugere os valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na Bacia Hidrográfica do rio Doce. As decisões estão registradas nas respectivas Deliberações, conforme Tabela 2.



Tabela 2 – Deliberações aprovando a cobrança pelo uso dos recursos hídricos

<b>Comitê de Bacia Hidrográfica</b>	<b>Deliberação</b>
CBH Doce	Deliberação CBH Doce nº 26, de 31 de março de 2011
CBH Piranga	Deliberação CBH Piranga nº 04, de 12 de abril de 2011
CBH Piracicaba	Deliberação CBH Piracicaba nº 15, de 14 de abril de 2011
CBH Santo Antônio	Deliberação CBH Sto. Antônio nº 08, de 13 de maio de 2011
CBH Suaçuí	Deliberação CBH Suaçuí nº 28, de 26 de abril de 2011
CBH Caratinga	Deliberação CBH Caratinga nº 09, de 13 de abril de 2011
CBH Manhuaçu	Deliberação CBH Manhuaçu nº 01, de 03 de agosto de 2011

Posteriormente, o CBH Doce e os Comitês mineiros aprovam o Edital Conjunto nº 01/2011 para seleção de Entidade Delegatária ou Equiparada para desempenhar funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

O CBH-Doce indicaria ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH a entidade que for selecionada com base nos procedimentos estabelecidos neste Edital, para receber a delegação de competência para o exercício de funções de agência de água da bacia hidrográfica do rio Doce nos termos do art. 51 da Lei 9.433/97.

Os Comitês estaduais de Minas Gerais atuantes na área de abrangência da bacia hidrográfica do rio Doce (CBH Piranga, CBH Piracicaba, CBH Santo Antônio, CBH Caratinga, CBH Águas do Rio Manhuaçu e CBH Suaçuí Grande) deveriam considerar, na indicação ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais – CERH/MG, a ENTIDADE selecionada com base nos procedimentos deste Edital, para que seja procedido o ato de equiparação à função de agência de água da bacia hidrográfica do rio Doce, em conformidade com o previsto no art. 37 da Lei 13.199/1999 (MG).

Os Comitês estaduais do Espírito Santo atuantes na área de abrangência da bacia hidrográfica do rio Doce (CBH Rio Guandu, CBH Rio São José, CBH Rio Santa Maria do Rio Doce) deveriam considerar, na indicação ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Espírito Santo – CERH/ES, a ENTIDADE selecionada com base nos procedimentos deste Edital – e após sua qualificação no Programa de Organizações Sociais do Estado do Espírito Santo, conforme Lei Complementar nº 489/2009 (ES) – para receber a delegação de competência para o exercício de funções de Agência de Água da bacia hidrográfica do rio Doce, em conformidade com o previsto nos artigos 45 e 46, parágrafo único, da Lei 5.818/1998 (ES).

Ainda em 2011 os Comitês Mineiros e o CBH Doce aprovam a indicação, ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH e Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais – CERH/MG, do Instituto BioAtlântica – IBIO para desempenhar, por prazo determinado no contrato de gestão, funções de Agência de Água na bacia hidrográfica do rio Doce como entidade delegatária/equiparada dessas funções, conforme Deliberações da Tabela 3. Na mesma data, é aprovada a minuta dos Contratos de Gestão, a serem celebrados entre o IBIO e ANA, e entre IBIO e IGAM para desempenhar funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce.



Tabela 3 - Deliberações aprovando a indicação do IBIO para funções de Agência de Água

<b>Comitê de Bacia Hidrográfica</b>	<b>Deliberação</b>
CBH Doce	Deliberação CBH Doce nº 30, de 24 de agosto de 2011
CBH Piranga	Deliberação CBH Piranga nº 06, de 25 de agosto de 2011
CBH Piracicaba	Deliberação CBH Piracicaba nº 17, de 23 de agosto de 2011
CBH Santo Antônio	Deliberação CBH Sto. Antônio nº 11, 02 de setembro de 2011
CBH Suaçuí	Deliberação CBH Suaçuí nº 30, de 30 de agosto de 2011
CBH Caratinga	Deliberação CBH Caratinga nº 10, de 31 de agosto de 2011
CBH Manhuaçu	Deliberação CBH Manhuaçu nº 02, 01 de setembro de 2011

Após aprovação dos Comitês, o tema foi discutido e a delegação/equiparação do Instituto BioAtlântica (IBIO - AGB Doce) foi aprovada pelo CNRH - Conselho Nacional de Recursos Hídricos, por meio da Resolução CNRH nº 130, de 20 de setembro de 2011 e pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais na Deliberação CERH/MG nº 295, de 16 de dezembro de 2011.

O Contrato de Gestão nº 072/ANA/2011 foi celebrado em 26 de outubro de 2011 entre a Agência Nacional de Águas - ANA e o Instituto BioAtlântica (IBIO - AGB Doce), Entidade Delegatária, com a anuência do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, para o exercício de funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, foi publicado no D.O.U em 04 de novembro de 2011.

O Contrato de Gestão nº 001/2011 entre Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM e o Instituto BioAtlântica (IBIO – AGB Doce), Entidade Equiparada, com a anuência dos Comitês da Bacia Hidrográfica do Rio Piranga – DO1, do Rio Piracicaba – DO2, do Rio Santo Antônio – DO3, do Rio Suaçuí – DO4, do Rio Caratinga – DO5, e águas do Rio Manhuaçu – DO6, para o exercício de funções de Agência de Água, foi celebrado em 21 de dezembro de 2011 e publicado no D.O.E.M.G em 10 de janeiro de 2012.

Com anuência dos Comitês Capixabas o Instituto BioAtlântica (IBIO – AGB Doce) ainda aguarda assinatura do Contrato de Gestão com o Instituto Estadual de Meio Ambiente- IEMA para o exercício de funções de Agência de Água na porção capixaba da bacia hidrográfica do Rio Doce.

## **1.6. Plano de Aplicação Plurianual – PAP Doce**

O Plano de Aplicação Plurianual, instrumento básico e harmonizado de orientação dos estudos, planos, projetos e ações a serem executados com recursos da cobrança pelo uso da água em toda a bacia hidrográfica do rio Doce, para o período de 2012 a 2015. O Plano de Aplicação Plurianual se pauta pelas seguintes premissas:

- Os estudos, planos, projetos e ações a serem executados devem estar em conformidade com os programas estabelecidos no Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio



Doce – PIRH e Planos de Ações de Recursos Hídricos das Bacias Afluentes – PARHs, e com as metas definidas nos Contratos de Gestão firmados entre o IBIO – AGB Doce com a Agência Nacional de Águas – ANA e com o Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM e no Pacto para Gestão Integrada das Águas na Bacia Hidrográfica do Rio Doce – Pacto das Águas;

- As diretrizes devem ser harmonizadas para toda a bacia hidrográfica do rio Doce, de forma a otimizar a aplicação dos recursos da cobrança;
- Com vistas a qualificar e alavancar investimentos para toda a bacia hidrográfica do rio Doce, os recursos devem apoiar, preferencialmente, a elaboração de estudos e projetos, bem como ações de proteção, preservação, conservação e recuperação de mananciais, além de ações de capacitação, treinamento, mobilização social e educação ambiental com foco em recursos hídricos.

O objetivo que é, por meio do PAP, seja possível implementar as metas estabelecidas nos Contratos de Gestão e no Pacto das Águas e os programas e ações do PIRH/PARHs Doce considerados prioritários no período de 2012 a 2015. Além de proporcionar o aumento da disponibilidade de água; de reduzir os níveis de poluição hídrica na bacia e apoiar a adoção de medidas de proteção e preservação de nascentes e de práticas de conservação de água e solo e fomentar ações de prevenção e defesa a acidentes e eventos hidrológicos críticos.

Para fins de aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água, no período entre 2012 e 2015, foram priorizados programas do PIRH/PARHs Doce de hierarquia 1, 2 e 3, tendo em vista a relevância e a urgência na sua implementação. O PAP foi inicialmente aprovado pelo CBH Doce e pelos Comitês Estaduais de Minas Gerais em 2012 definido valores a serem investidos em cada um dos programas do PIRH/PARH, conforme Deliberações da Tabela 4.

Tabela 4 - Deliberações que aprovaram o Plano de Aplicação Plurianual – PAP

<b>Comitê de Bacia Hidrográfica</b>	<b>Deliberação</b>
CBH Doce	Deliberação CBH Doce nº 32, de 26 de abril de 2012
CBH Piranga	Deliberação CBH Piranga nº 02, de 12 de abril de 2012
CBH Piracicaba	Deliberação CBH Piracicaba nº 22, de 11 de abril de 2012
CBH Santo Antônio	Deliberação CBH Sto. Antônio nº 14, de 13 de abril de 2012
CBH Suaçuí	Deliberação CBH Suaçuí nº 34, de 19 de abril de 2012
CBH Caratinga	Deliberação CBH Caratinga nº 12, de 17 de abril de 2012
CBH Manhuaçu	Deliberação CBH Manhuaçu nº 02, de 18 de abril de 2012

Porém, considerando a necessidade de adequar os desembolsos na bacia às estimativas mais recentes de arrecadação oriunda da cobrança pelo uso de recursos hídricos; considerando a necessidade de concentrar a aplicação dos recursos em um menor número de programas e ações; e considerando os resultados das discussões ocorridas no âmbito dos comitês da bacia durante os meses de abril a junho de 2014, os Comitês estaduais e federal decidem por readequar alguns item do documento, assim como os valores alocados para cada programa a cada ano restante dos



Relatório de Gestão do Exercício de 2015 – Contrato de Gestão 001/IGAM/2011

Contratos de Gestão celebrados entre o IBIO – AGB Doce, a ANA e o IGAM. Na Tabela 5 abaixo estão descritas as Deliberações que aprovaram as readequações do PAP. Na

Tabela 6 estão demonstrados os valores alocados, referentes aos recursos arrecadados e repassados pela ANA, após readequação do PAP. Na Tabela 7 estão demonstrados os valores alocados, referentes aos recursos arrecadados e repassados pela IGAM, após readequação do PAP.

Tabela 5 – Deliberações que aprovaram readequação do Plano de Aplicação Plurianual - PAP

Comitê de Bacia Hidrográfica	Deliberação
CBH Doce	Deliberação CBH Doce nº 42, de 14 de agosto de 2014
CBH Piranga	Deliberação CBH Piranga nº 10, de 03 de junho de 2014
CBH Piracicaba	Deliberação CBH Piracicaba nº 27, de 04 de junho de 2014
CBH Santo Antônio	Deliberação CBH Sto. Antônio nº 20, de 22 de maio de 2014
CBH Suaçuí	Deliberação CBH Suaçuí nº 45, de 21 de maio de 2014
CBH Caratinga	Deliberação CBH Caratinga nº 03, de 11 de junho de 2014
CBH Manhuaçu	Deliberação CBH Manhuaçu nº 30, de 10 de junho de 2014

Tabela 6 – PAP da Bacia do Rio Doce com recursos arrecadados e repassados pela ANA

METAS, PROGRAMAS E AÇÕES PRIORIZADOS		ESPACIALIZAÇÃO	2012 (mil R\$)	2013 (mil R\$)	2014 (mil R\$)	2015 (mil R\$)	TOTAL (mil R\$)
1	Estudo de aprimoramento dos mecanismos de cobrança com base nos itens discriminados no indicador 3C do Contrato de Gestão	Toda a bacia	-	999	--	--	999
2	Pesquisa quadrienal junto aos usuários sobre o atendimento dos objetivos da cobrança na bacia do rio Doce conforme indicador 3D do Contrato de Gestão	Toda a bacia	--	--	--	200	200
3	Programa de Saneamento da Bacia (P11)	9 Bacias afluentes	-	18	-	-	18
4	Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura (P22)	UGRHs 4 a 9	--	308	1.560	940	2.808
5	Programa de Convivência com as Cheias (P31)						
	Levantamento de seções topobatemétricas nas calhas dos principais rios da bacia para o modelo hidráulico de propagação de vazões.	Toda a bacia	-		500	500	1.000
	Aquisição de imagem satélite de alta resolução para definição da mancha de inundação nas áreas urbanas de cidades consideradas prioritárias.		-	241	-	-	241
	Definição da mancha de inundação da área rural, a partir de modelo digital de elevação – MDE, agregado ao mapa de uso e ocupação do solo.						
	Levantamento e consistência dos dados hidrometeorológicos, inclusive dos dados fluviométricos / Levantamento de informações complementares (intervenções estruturais de interesse) / Desenvolvimento de modelo hidrológico, incluindo calibração, simulação e análises / Desenvolvimento do modelo hidráulico, incluindo calibração, simulação e definição dos perfis da linha d'água e das manchas de inundação / Acoplamento dos dados de entrada dos modelos meteorológicos com o modelo hidrológico e deste com o modelo hidráulico. - Desenvolvimento da interface gráfica para operacionalização do modelo no sistema de alerta / Desenvolvimento do Sistema de Previsão e do Sistema de Intervenções Estruturais.	Toda a bacia	-	-	1750	1000	2.750
	Concepção de um conjunto de intervenções não estruturais de controle de cheias.					250	250
6	Programa de Universalização do Saneamento (P41):		-	67	1.850	5.930	7.847
7	Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)	9 Bacias afluentes	-	4	2.250	2.250	4.504
8	Programa de Monitoramento e Acompanhamento da Implementação da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos (P61):						
	Fortalecimento dos Comitês (P61.2)	Toda a bacia	495	1.115	2.340	1.100	5.050
	Sistema de informações (SIG GESTÃO) (P61.a)	Toda a bacia	-	-	150	350	500
9	Programa de Comunicação Social (P71)	Toda a bacia	-	156	500	500	1.156
10	Programa de Educação Ambiental (P72)	Toda a bacia	-	43	500	800	1.343
11	Programa de Treinamento e Capacitação (P73)	Toda a bacia	-	43	-	-	43
<b>Total Geral</b>			<b>495</b>	<b>2.994</b>	<b>11.400</b>	<b>13.820</b>	<b>28.709</b>



Relatório de Gestão do Exercício de 2015 – Contrato de Gestão 001/IGAM/2011

Tabela 7 – PAP da Bacia do Rio Doce com recursos arrecadados e repassados pela IGAM

METAS, PROGRAMAS E AÇÕES PRIORIZADOS		2012 (mil R\$)	2013 (mil R\$)	2014 (mil R\$)	2015 (mil R\$)	TOTAL (mil R\$)
<b>UGRH01 - Piranga</b>						
1	Programa de Saneamento da Bacia (P11)	-	1	-	650	<b>651</b>
2	Programa de Universalização do Saneamento (P41)	-	5	2.300	5.400	<b>7.705</b>
3	Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)	-	-	-	1.000	<b>1.000</b>
4	Fortalecimento dos Comitês (P61.2)	-	-	100	100	<b>200</b>
	Sistema de informações (SIG GESTÃO) (P61.a)	-	157	-	-	<b>157</b>
5	Programa de Comunicação Social (P71)	-	4	-	-	<b>4</b>
<b>Subtotal UGRH01 - Piranga</b>		<b>-</b>	<b>167</b>	<b>2.400</b>	<b>7.150</b>	<b>9.717</b>
<b>UGRH02 - Piracicaba</b>						
1	Programa de Saneamento da Bacia (P11)	-	47	1.500	4.500	<b>6.047</b>
2	Programa Produtor de Água (P24)	-	-	1.000	1.400	<b>2.400</b>
3	Programa de Universalização do Saneamento (P41)	-	164	5.500	4.000	<b>9.664</b>
4	Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)	-	1	1.000	5.000	<b>6.001</b>
5	Fortalecimento dos Comitês (P61.2)	-	-	100	100	<b>200</b>
	Sistema de informações (SIG GESTÃO) (P61.a)	-	412	-	-	<b>412</b>
6	Programa de Comunicação Social (P71)	-	3	-	-	<b>3</b>
7	Programa de Educação Ambiental (P72)	-	-	200	600	<b>800</b>
8	Programa de Treinamento e Capacitação (P73)	-	-	200	600	<b>800</b>
<b>Subtotal UGRH02 - Piracicaba</b>		<b>-</b>	<b>627</b>	<b>9.500</b>	<b>16.200</b>	<b>26.327</b>
<b>UGRH03 - Santo Antônio</b>						
1	Programa de Universalização do Saneamento (P41)	-	1	500	2.500	<b>3.001</b>
2	Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)	-	-	-	932	<b>932</b>
3	Fortalecimento dos Comitês (P61.2)	-	-	50	50	<b>100</b>
4	Programa de Comunicação Social (P71)	-	3	-	-	<b>3</b>
<b>Subtotal UGRH03 - Santo Antônio</b>		<b>-</b>	<b>4</b>	<b>550</b>	<b>3.482</b>	<b>4.036</b>
<b>UGRH04 - Suaçuí</b>						
1	Programa de Universalização do Saneamento (P41)	-	-	500	1.200	<b>1.700</b>
2	Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)	-	0,5	-	-	<b>1</b>
3	Fortalecimento dos Comitês (P61.2)	-	-	50	50	<b>100</b>
4	Programa de Comunicação Social (P71)	-	3,5	-	-	<b>4</b>
<b>Subtotal UGRH04 - Suaçuí</b>		<b>-</b>	<b>4</b>	<b>550</b>	<b>1.250</b>	<b>1.804</b>
<b>UGRH05 - Caratinga</b>						
1	Programa de Universalização do Saneamento (P41)	-	-	500	1.500	<b>2.000</b>
2	Fortalecimento dos Comitês (P61.2)	-	-	50	50	<b>100</b>
3	Programa de Comunicação Social (P71)	-	3	-	-	<b>3</b>
<b>Subtotal UGRH05 - Caratinga</b>		<b>-</b>	<b>3</b>	<b>550</b>	<b>1.550</b>	<b>2.103</b>
<b>UGRH06 - Manhuaçu</b>						
1	Programa de Universalização do Saneamento (P41)	-	1	500	1.500	<b>2.001</b>
2	Fortalecimento dos Comitês (P61.2)	-	-	50	50	<b>100</b>
3	Programa de Comunicação Social (P71)	-	3	-	-	<b>3</b>
<b>Subtotal UGRH06 - Manhuaçu</b>		<b>-</b>	<b>4</b>	<b>550</b>	<b>1.550</b>	<b>2.104</b>
<b>Total Geral</b>		<b>-</b>	<b>809</b>	<b>14.100</b>	<b>31.182</b>	<b>46.091</b>





## 2. APRESENTAÇÃO

Neste relatório foram apresentadas as providências adotadas pelo IBIO – AGB Doce que envolvem sua estrutura administrativa, corpo técnico e mobilização utilizando 7,5% dos recursos federais e estaduais oriundos da cobrança pelo uso de recursos hídricos. A utilização dos recursos estaduais se deve pelo fato que possuímos corpo técnico único para execução dos programas previstos no Plano de Aplicação Plurianual e parte deste corpo técnico foi contratado com os recursos federais e parte com recursos estaduais.

As providências adotadas pelo IBIO – AGB Doce que serão descritas a seguir estão separadas por Programa e Subprograma do PIRH – Doce. As recomendações de ações com vista na aceleração da implementação do PIRH – Doce serão apresentadas para todos os programas e subprogramas em um único tópico. Consideramos ser a melhor forma de apresentar as recomendações uma vez que a maioria delas visam acelerar a implementação do PIRH – Doce e PARH's como um todo e não um programa ou subprograma específico.

Para elaboração deste relatório, as providências adotadas pelo IBIO – AGB Doce para execução as ações previstas no PIRH-Doce estão agrupadas por Programa e Subprograma do PIRH-Doce. Em cada programa, estão descritas as ações relacionadas à elaboração de documentação e processos administrativos para contratação de bens e serviços; articulação e mobilização realizada; processos seletivos realizados; e as providências adotadas durante a execução das contratações realizadas pelo IBIO – AGB Doce.

Para cada Programa e Subprograma do PIRH-Doce que for descrito neste relatório serão identificados o seu correspondente direto no Plano de Aplicação Plurianual. Ou seja, além da identificação das providências adotadas pelo IBIO – AGB Doce no PIRH-Doce, também constará a identificação no PAP.



### 3. UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO

#### 3.1. Programa de Universalização do Saneamento (P41)

##### 3.1.1. Descrição

Segundo o Plano Integrado de Recursos Hídricos (PIRH-Doce), na situação atual, a bacia apresenta municípios com cobertura de abastecimento público de água e de coleta, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos abaixo das médias estaduais. O prognóstico realizado no PIRH-Doce indica altos índices de DBO, com prejuízo para a qualidade da água e restrição ao enquadramento, além da existência de doenças de veiculação hídrica. Quanto à drenagem urbana, a deficiência das estruturas e projetos é frequente nas cidades brasileiras.

A universalização do acesso ao saneamento básico, com quantidade, igualdade, continuidade e controle social é um desafio que o poder público municipal, como titular destes serviços, deve encarar como um dos mais significativos. Nesse sentido, o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) se constitui em importante ferramenta de planejamento e gestão para alcançar a melhoria das condições sanitárias e ambientais do município e, conseqüentemente, da qualidade de vida da população.

A Lei Federal nº 11.445 de 2007 dispõe sobre a necessidade da elaboração dos PMSB de forma a garantir à população o acesso global ao saneamento básico, através da constituição de diretrizes e propostas para abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo das águas superficiais e limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

O PMSB é assim, o instrumento da Política de Saneamento Básico do município onde são definidos os objetivos e metas, as prioridades de investimentos, a forma de regulação da prestação dos serviços, os aspectos econômicos e sociais, os aspectos técnicos e a forma de participação e controle social, de modo a orientar a atuação dos prestadores de serviços, dos titulares e da sociedade.

O Programa de Universalização do Saneamento contempla o apoio à elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB); a elaboração de projetos para otimização de sistemas de abastecimento de água; a elaboração de projetos para sistemas de destinação final adequada de resíduos sólidos (aterros/unidades de triagem e compostagem); e a elaboração de estudos de alternativas de drenagem urbana para cidades com mais de 5 mil habitantes.

Com a alteração do PAP, os recursos arrecadados da União para o Programa de Universalização do Saneamento (P41) serão distribuídos nas nove unidades de gestão da bacia de acordo com a necessidade das mesmas, visando o apoio na elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico



(PMSB) para todos os municípios elegíveis e que manifestarem interesse na bacia. Para os Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) foram considerados elegíveis aqueles municípios que ainda não possuem Planos ou não dispõem de recursos para sua elaboração. Em consonância com o PAP, a hierarquização dos municípios em cada unidade de gestão adota os seguintes critérios:

- IDH-M 2000 inferior a 0,650;
- Índice de internações por doenças de veiculação hídrica superior à média do estado em Minas Gerais e mortalidade proporcional por doenças infecciosas e parasitárias superior à média do estado no Espírito Santo (FJP/IMRS e Cadernos de Informações de Saúde do Espírito Santo);
- Índice de cobertura urbana de abastecimento de água inferior à média dos estados de MG e ES;
- Índice de cobertura urbana de esgotamento sanitário inferior à média dos estados de MG e ES;
- Índice de cobertura de coleta urbana de resíduos sólidos inferior à média dos estados de MG e ES;
- Ocorrência de inundações e/ou alagamentos na área urbana nos últimos 5 anos (PNSB 2008).

A principal fonte dos dados de saneamento consiste no Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) e, quando não disponíveis, nas informações do PIRH. Dada a defasagem dos referidos dados, variando de 2005 a 2010, foi considerado o indicador do IBGE "Domicílios urbanos com saneamento adequado" para todos os municípios, com base no Censo Demográfico de 2010.

Também foram priorizados aqueles municípios que assinaram o Termo de Manifestação de Interesse e preencheram o respectivo Formulário de Informações Básicas do Município no prazo constante do Edital de Chamamento Público lançado em cada unidade de gestão de recursos hídricos (UGRH).

Cabe ainda ressaltar que a Lei Federal nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, determina para 2014, a elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS) pelos municípios brasileiros. Uma vez atendidas as solicitações da referida Lei e do Decreto nº 7.404/2010 que a regulamenta, o PGIRS pode ser incorporado ao PMSB. Dessa forma, esclarecemos que o conteúdo da Infraestrutura de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos dos PMSB's a serem contratados pelo IBIO - AGB Doce na bacia hidrográfica do rio Doce irá contemplar o conteúdo mínimo do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, de acordo com as determinações legais.



### 3.1.2. Ações do IBIO – AGB Doce

Pela quantidade de contratações e atividades realizadas pelo IBIO – AGB Doce no âmbito do programa P41, separamos as ações por grupos, sendo ações relacionadas a processos licitatórios, reuniões de início de atividades das contratadas conhecidas como Reuniões de Partida, contratação de consultores técnicos para acompanhar a execução dos PMSBs, realização de audiências públicas para aprovação dos PMSBs, manifestações de interesses para elaboração do Plano, 1ª Rodada de Seminários de Saneamento e materiais de divulgação e mobilização criados.

#### PROCESSOS LICITATÓRIOS E CONTRATAÇÕES

- **Ato Convocatório 007/2015**

Elaboração do Ato Convocatório para contratação de até 11 (onze) **profissionais para prestação de serviços de assessoria técnica especializada presencial, análise e validação dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB)** de municípios da bacia hidrográfica do rio Doce com publicação do Ato e previsão da realização do processo seletivo no dia 11/08/2015. A minuta do contrato a ser celebrado com os profissionais vencedores também foi elaborada como um anexo do Ato Convocatório.

Dividiram-se os municípios em onze lotes, a saber:

- **LOTE 01** – 01 (um) profissional de nível superior para assessoria técnica especializada presencial, análise e validação dos PMSB da bacia hidrográfica do rio Piranga – **UGRH 1 Piranga**, previstos no Ato Convocatório nº 20/2014 (Alto Rio Doce, Capela Nova, Caranaíba, Cipotânea, Desterro do Melo e Senhora dos Remédios).
- **LOTE 02** – 01 (um) profissional de nível superior para assessoria técnica especializada presencial, análise e validação dos PMSB da bacia hidrográfica do rio Piranga – **UGRH 1 Piranga**, previstos no Ato Convocatório nº 20/2014 (Acaiaca, Alvinópolis, Amparo do Serra, Araponga, Bom Jesus do Galho, Diogo de Vasconcelos, Dom Silvério, Piedade de Ponte Nova e Santa Cruz do Escalvado).
- **LOTE 03** – 01 (um) profissional de nível superior para assessoria técnica especializada presencial, análise e validação dos PMSB da bacia hidrográfica do rio Santo Antônio – **UGRH 3 Santo Antônio**, previstos no lote 01 do Ato Convocatório nº 13/2014 (Açucena, Braúnas, Dolores de Guanhões, Ferros, Itambé do Mato Dentro, Mesquita e São Sebastião do Rio Preto).
- **LOTE 04** – 01 (um) profissional de nível superior para assessoria técnica especializada presencial, análise e validação dos PMSB da bacia hidrográfica do rio Santo Antônio – **UGRH**



**3 Santo Antônio**, previstos no lote 02 do Ato Convocatório nº 13/2014 (Carmésia, Conceição do Mato Dentro, Dom Joaquim, Morro do Pilar, Santo Antônio do Rio Abaixo, Senhora do Porto e Serro).

- **LOTE 05** – 01 (um) profissional de nível superior para assessoria técnica especializada presencial, análise e validação dos PMSB da bacia hidrográfica do rio Suaçuí – **UGRH 4 Suaçuí**, previstos no lote 01 do Ato Convocatório nº 16/2014 (Água Boa, Cantagalo, Coluna, Franciscópolis, Frei Lagonegro, Malacacheta, Materlândia, Paulistas, Peçanha, Rio Vermelho, São João Evangelista, São Pedro do Suaçuí, São Sebastião do Maranhão e Serra Azul de Minas).
- **LOTE 06** – 01 (um) profissional de nível superior para assessoria técnica especializada presencial, análise e validação dos PMSB da bacia hidrográfica do rio Suaçuí – **UGRH 4 Suaçuí**, previstos no lote 02 do Ato Convocatório nº 16/2014 (Cuparaque, Divino das Laranjeiras, Divinolândia de Minas, Galiléia, Goiabeira, Gonzaga, Periquito, Santa Efigênia de Minas, São Geraldo da Piedade, São Geraldo do Baixio, Sardoá, Virginópolis).
- **LOTE 07** – 01 (um) profissional de nível superior para assessoria técnica especializada presencial, análise e validação dos PMSB da bacia hidrográfica do rio Suaçuí – **UGRH 4 Suaçuí**, previstos no lote 02 do Ato Convocatório nº 16/2014 (Campanário, Coroaci, Frei Inocêncio, Itambacuri, Jampruca, Marilac, Mathias Lobato, Nacip Raydan, São José da Safira e Virgolândia).
- **LOTE 08** – 01 (um) profissional de nível superior para assessoria técnica especializada presencial, análise e validação do PMSB do município de Caratinga, bacia hidrográfica do rio Caratinga – **UGRH 5 Caratinga**, previsto no Ato Convocatório nº 17/2014.
- **LOTE 09** – 01 (um) profissional de nível superior para assessoria técnica especializada presencial, análise e validação dos PMSB da bacia hidrográfica do rio Caratinga – **UGRH 5 Caratinga**, previstos no lote 01 do Ato Convocatório nº 18/2014 (Alpercata, Bugre, Capitão Andrade, Conselheiro Pena, Dom Cavati, Engenheiro Caldas, Fernandes Tourinho, Iapu, Itanhomi, São João do Oriente, Sobrália, Tarumirim e Tumiritinga).
- **LOTE 10** – 01 (um) profissional de nível superior para assessoria técnica especializada presencial, análise e validação dos PMSB da bacia hidrográfica do rio Caratinga – **UGRH 5 Caratinga**, previstos no lote 02 do Ato Convocatório nº 18/2014 (Imbé de Minas, Inhapim, Piedade de Caratinga, Santa Bárbara do Leste, Santa Rita de Minas, São Domingos das Dores, São Sebastião do Anta, Ubaporanga, Vargem Alegre).
- **LOTE 11** – 01 (um) profissional de nível superior para assessoria técnica especializada presencial, análise e validação dos PMSB previstos no Ato Convocatório nº 19/2014, referentes às bacias hidrográficas do rio Manhuaçu – **UGRH 6 Manhuaçu** (Conceição de



Ipanema, Ipanema, Itueta, Mutum, Pocrane, Resplendor, Santa Rita do Itueto e Taparuba),  
Guandu – **UGRH 7 Guandu** (Brejetuba) e São José – **UGRH 9 São José** (Rio Bananal).

A abertura dos envelopes referentes ao Ato Convocatório supramencionado foi realizada no dia 11/08/2015. Referente ao lote 01 foi recebida proposta do concorrente: Jeanderson Ermelindo Muniz Silva. Já do lote 02 foram recebidas propostas dos concorrentes: Vera Christina Vaz Lanza e Jeanderson Ermelindo Muniz Silva. Quanto ao lote 03 foram recebidas propostas dos concorrentes: Sara Machado de Souza, Marle José Ferrari Júnior, Vera Christina Vaz Lanza e Jeanderson Ermelindo Muniz Silva. Concorrendo ao lote 04 foram recebidas propostas de: Sara Machado de Souza, Marle José Ferrari Júnior, Raíssa Bottecchia Luna e Weverton de Freitas Santos. Concorrendo ao lote 05 foram recebidas propostas de: Marle José Ferrari Júnior, Raíssa Bottecchia Luna e Weverton de Freitas Santos. Concorrendo ao lote 06 foram recebidas propostas de: Sônia Maria Heringer, representada pelo seu Procurador Bruno Heringer Cezar devidamente credenciado, Marle José Ferrari Júnior, Raíssa Bottecchia Luna e Weverton de Freitas Santos. Concorrendo ao lote 07 foram recebidas propostas de: Sônia Maria Heringer, representada pelo seu Procurador Bruno Heringer Cezar, Marle José Ferrari Júnior, Vera Christina Vaz Lanza, Jeanderson Ermelindo Muniz Silva. Concorrendo ao lote 08 foram recebidas propostas de: Marle José Ferrari Júnior, Rose Mary Barbosa Rocha Oliveira, Ludimila Marielle de Paula Placides, Vera Christina Vaz Lanza e Jeanderson Ermelindo Muniz Silva. Concorrendo ao lote 09 foram recebidas propostas de: Sara Machado de Souza, Marle José Ferrari Júnior, Rose Mary Barbosa Rocha Oliveira, Ludimila Marielle de Paula Placides, Vera Christina Vaz Lanza, Rosilene Ferreira Lima e Weverton de Freitas Santos. Concorrendo ao lote 10 foram recebidas propostas de: Sara Machado de Souza, Marle José Ferrari Júnior, Rose Mary Barbosa Rocha Oliveira, Ludimila Marielle de Paula Placides, Vera Christina Vaz Lanza e Weverton de Freitas Santos. Concorrendo ao lote 11 foram recebidas propostas de: Rose Mary Barbosa Rocha Oliveira, Ludimila Marielle de Paula Placides e Jeanderson Ermelindo Muniz Silva. Os vencedores foram Jeanderson Ermelindo Muniz Silva (lotes 01 e 11), Vera Christina Vaz Lanza (lotes 02, 03, 07, 08 e 10) e Marle José Ferrari Júnior (lotes 04, 05, 06 e 09).

Os valores de referência previstos no Ato Convocatório 007/2015 foram de: R\$ 68.250,00 para o Lote 01, R\$ 100.850,00 para o Lote 02, R\$ 77.275,00 para o Lote 03, R\$ 77.825,00 para o Lote 04, R\$ 141.880,00 para o Lote 05, R\$ 118.200,00 para o Lote 06, R\$ 97.580,00 para o Lote 07, R\$ 53.908,00 para o Lote 08, R\$ 124.300,00 para o Lote 09, R\$ 88.580,00 para o Lote 10 e R\$ 117.215,00 para o Lote 11. Os contratos foram assinados em 02/09/2015, e os valores contratados foram de: R\$ 51.050,00 para o Lote 01, R\$ 88.450,00 para o Lote 02, R\$ 61.050,00 para o Lote 03, R\$ 76.000,00 para o Lote 04, R\$ 128.600,00 para o Lote 05, R\$ 107.602,00 para o Lote 06, R\$ 82.950,00 para o Lote 07, R\$ 33.450,00 para o Lote 08, R\$ 111.077,00 para o Lote 09, R\$ 66.450,00 para o Lote 10 e R\$ 117.050,00 para o Lote 11.

## REUNIÕES DE PARTIDA

A chamada reunião de partida, também chamada de reunião de abertura, é o evento realizado pela empresa juntamente com o município, IBIO – AGB Doce e Comitê de Bacia Hidrográfica. O objetivo é esclarecer sobre a importância do PMSB para o município, arcabouço legal, informar sobre as responsabilidades dos envolvidos (empresa, IBIO – AGB Doce, município, Comitês de Coordenação e Executivo), instruções sobre a formação dos Comitês de Coordenação e Executivo. Também são apresentadas as etapas de construção do PMSB e os produtos a serem entregues.

- **Reunião realizada no município de Ipatinga**

Em 23/03/2015 foi realizada no município de Ipatinga a reunião de partida. Participaram o representante do IBIO – AGB Doce, representantes do município e Engecorps.



Figura 5 - Reunião de Partida no Município de Ipatinga: Presidente do CBH-Piracicaba realizando a abertura da reunião.

- **Reunião realizada no município de Ponte Nova**

Em 26/05/2015 foi realizada no município de Ponte Nova a reunião de partida. Participaram o representante do IBIO – AGB Doce, o Presidente do CBH Piranga, SHS Consultoria e Projetos de Engenharia LTDA – EPP e representantes dos municípios de Alto Rio Doce, Capela Nova, Caranaíba, Cipotânea, Desterro do Melo, Senhora dos Remédios, Acaiaca, Alvinópolis, Amparo do Serra, Araponga, Bom Jesus do Galho, Diogo de Vasconcelos, Dom Silvério, Piedade de Ponte Nova e Santa Cruz do Escalvado.



Figura 6 - Reunião de Partida no Município de Ponte Nova: mesa composta por Isaura Paixão (CBH Manhuaçu), Edson Azevedo (IBIO), Sheila Villela (SHS) e Carlos Eduardo Silva (CBH Piranga).

- **Reunião realizada no município de Mutum**

Em 18/05/2015 foi realizada no município de Mutum a reunião de partida. Participaram o representante do IBIO – AGB Doce, a Presidente do CBH Manhuaçu, SHS e representantes dos municípios de Conceição de Ipanema, Ipanema, Itueta, Mutum, Pocrane, Resplendor, Santa Rita do Itueto e Taparuba.



Figura 7 - Reunião de Partida no Município de Mutum.

- **Reunião realizada no município de Itabira**

Em 07/05/2015 foi realizada no município de Itabira a reunião de partida. Participaram o representante do IBIO – AGB Doce, o Presidente do CBH Santo Antônio, FUNEC, e representantes dos municípios de Açucena, Braúnas, Dores de Guanhães, Ferros, Itambé do Mato Dentro, Mesquita, São Sebastião do Rio Preto, Carmésia, Conceição do Mato Dentro, Dom Joaquim, Morro do Pilar, Santo Antônio do Rio Abaixo, Senhora do Porto e Serro.





Figura 8 - Reunião de Partida no Município de Itabira.

- **Reunião realizada no município de Guanhães**

Em 18/06/2015 foi realizada no município de Guanhães a reunião de partida. Participaram o representante do IBIO – AGB Doce, a Presidente do CBH Suaçuí, FUNEC e representantes dos municípios de Água Boa, Cantagalo, Coluna, Coroaci, Frei Lagonegro, Materlândia, Paulistas, Peçanha, Rio Vermelho, São João Evangelista, São José da Safira, São Pedro do Suaçuí, São Sebastião do Maranhão e Serra Azul de Minas.



Figura 9 - Reunião de Partida no Município de Guanhães.

- **Reunião realizada no município de Governador Valadares**

Em 17/06/2015 foi realizada no município de Governador Valadares a reunião de partida. Participaram o representante do IBIO – AGB Doce, a Presidente do CBH Suaçuí, FUNEC e representantes dos municípios de Campanário, Cuparaque, Divino das Laranjeiras, Divinolândia de Minas, Franciscópolis, Frei Inocência, Galiléia, Goiabeira, Gonzaga, Itambacuri, Jampruca, Malacacheta, Marilac, Mathias Lobato, Nacip Raydan, Periquito, Santa Efigênia de Minas, São Geraldo da Piedade, São Geraldo do Baixio, Sardoá, Virginópolis e Virgolândia.



Figura 10 - Reunião de Partida no Município de Governador Valadares.

- **Reunião realizada no município de Caratinga**

Em 16/04/2015 foi realizada no município de Caratinga a reunião de partida. Participaram o representante do IBIO – AGB Doce, a Presidente do CBH Caratinga, FUNEC e representantes dos municípios de Caratinga, Alpercata, Bugre, Capitão Andrade, Conselheiro Pena, Dom Cavati, Engenheiro Caldas, Fernandes Tourinho, Iapu, Itanhomi, São João do Oriente, Sobrália, Tarumirim, Tumiritinga, Imbé de Minas, Inhapim, Piedade de Caratinga, Santa Bárbara do Leste, Santa Rita de Minas, São Domingos das Dores, São Sebastião do Anta, Ubaporanga e Vargem Alegre.



Figura 11 - Reunião de Partida no Município de Caratinga.



## CONSULTORES

Sabendo do sucesso da contratação de profissionais para a prestação de serviços prestação de serviços de assessoria técnica especializada presencial, análise e validação dos planos municipais de saneamento básico (PMSB), bem como participar de eventos relacionados aos Planos (oficinas, reuniões e audiências públicas), o IBIO – AGB Doce optou por contratar novos consultores para acompanhar os PMSBs dos municípios contemplados no ano de 2015.

A avaliação dos produtos enviados pelas empresas é realizada em conjunto, ou seja, pelo consultor do IBIO – AGB Doce e membros do Comitê de Coordenação dos municípios. Sendo assim, agenda-se uma reunião no município e o consultor desloca-se até lá. É feita a análise do produto em questão e se forem necessárias adequações é emitido um parecer chamado de parcial, o qual sinaliza todas as alterações/correções que devem ser feitas. Este é assinado tanto pelo consultor quanto pelos membros do Comitê de Coordenação presentes.

Após a realização da reunião e emissão do parecer parcial o consultor do IBIO – AGB Doce redige uma ata da reunião realizada e a envia ao IBIO – AGB Doce juntamente com o parecer parcial, relatório fotográfico e lista de presença da reunião.

Após o recebimento e verificação do parecer parcial o IBIO – AGB Doce o encaminha à empresa. Esta deve proceder às correções e reenviar o ao município, IBIO – AGB Doce e consultor a versão do produto adequada.

Novamente é feita reunião do consultor com município para avaliação e verificação do produto corrigido. Se for verificada a não correção procede-se emissão de parecer parcial assinado pelo consultor e membros do Comitê de Coordenação presentes e envio ao IBIO – AGB Doce para repasse à empresa. Se for verificada a adequação do produto é emitido o parecer conclusivo, ou seja, aprovando o produto corrigido, o consultor e os membros do Comitê de Coordenação assinam e enviam ao IBIO – AGB Doce.

Com o parecer conclusivo em mãos o IBIO – AGB Doce o encaminha à empresa. Esta providencia a impressão das quatro vias do produto, grava os CDs e envia à agência. Depois do recebimento desse material o IBIO – AGB Doce autoriza a empresa a emitir a nota fiscal referente ao produto entregue.

Recebida a nota fiscal da empresa o IBIO – AGB Doce providencia a emissão do Relatório de Gestão do Contrato, o qual autoriza o pagamento e o envia ao departamento financeiro que procederá o desembolso.

O fluxograma a seguir (Figura 12) retrata as etapas de análise e validação/reprovação dos produtos, bem como regras para o desembolso.

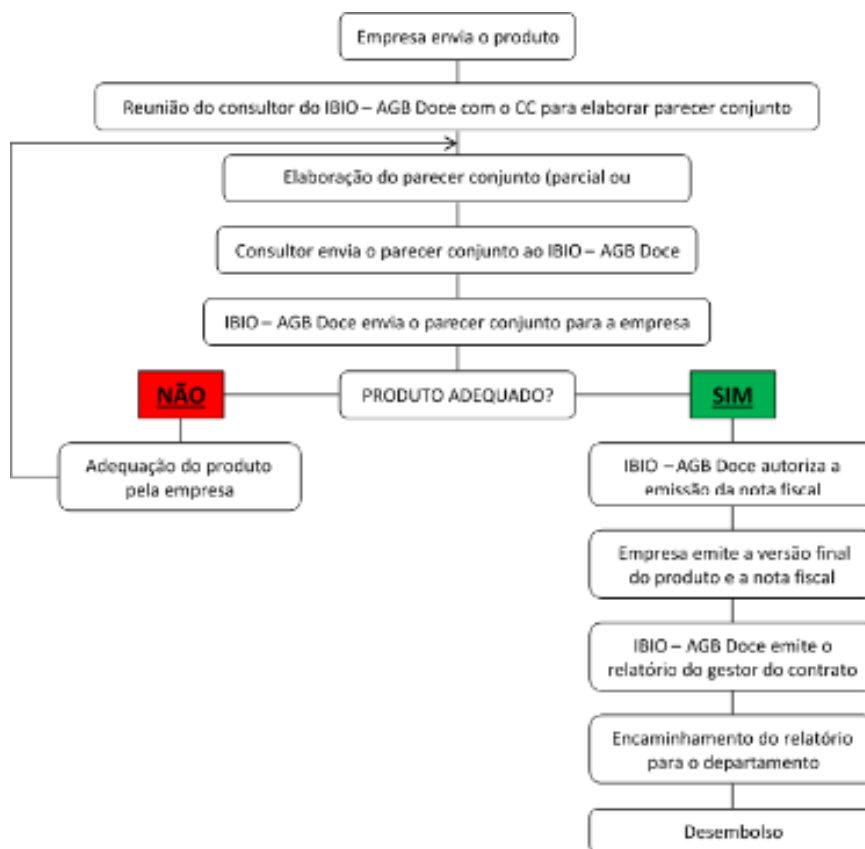


Figura 12 - Fluxograma de análise e validação de produtos dos PMSB.

## AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

A audiência pública é o evento de fechamento do PMSB. Toda a população é convidada a participar da apresentação do PMSB, que tem por objetivo a validação e aprovação do mesmo. As considerações que surgirem durante a audiência serão incorporadas ao Plano que posteriormente será encaminhado para votação na Câmara de Vereadores.

No ano de 2015 foram aprovados 50 PMSBs em Audiências Públicas, sendo 36 do CBH Piranga, 06 do CBH Piracicaba e 08 do CBH Manhuaçu.

- Na Bacia Hidrográfica do Rio Piranga foram aprovados os Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSBs) dos municípios de Mariana, Brás Pires, Lamim, Porto Firme, Presidente Bernardes, Rio Espera, Santana dos Montes, Senador Firmino, Senhora de Oliveira, Cajuri, Canaã, Coimbra, Ervália, Paula Cândido, Pedra do Anta, São Miguel do Anta, Teixeiras, Barra Longa, Guaraciaba, Jequeri, Oratórios, Rio Doce, Santo Antônio do Gramma, Sem-Peixe, Urucânia, Abre Campo, Caputira, Pedra Bonita, Raul Soares, Santa Margarida, São José do Goiabal, São Pedro dos Ferros, Sericita, Vermelho Novo, Catas Altas da Noruega e Rio Casca.



Figura 13 - Audiência pública do PMSB de Lamim: realizada em 11/02/2015 no Salão Paroquial.



Figura 14 - Audiência Pública do PMSB de Mariana: realizada em 12/02/2015 no Centro de Convenções.



Figura 15 - Audiência pública do PMSB de Porto Firme: realizada em 11/02/2015 na Câmara Municipal.

- Na Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba foram aprovados os PMSBs dos municípios de Antônio Dias, Bela Vista de Minas, Jaguaraçu, Nova Era, Rio Piracicaba e Itabira.



Figura 16 - Audiência pública do PMSB de Itabira: realizada em 17/09/2015 na Câmara dos Vereadores.



Figura 17 - Audiência pública do PMSB de Antônio Dias: realizada em 26/08/2015 na Câmara Municipal.



Figura 18 - Audiência pública do PMSB de Bela Vista de Minas: realizada em 26/08/2015 na Câmara Municipal.

- Na Bacia Hidrográfica do Rio Manhuaçu foram aprovados os PMSBs dos municípios de Chalé, Durandé, Luisburgo, Manhuaçu, Martins Soares, Reduto, São José do Mantimento e Simonésia.



Figura 19 - Audiência pública do PMSB de Manhuaçu: realizada em 09/07/2015 na Câmara Municipal.



Figura 20 - Audiência pública do PMSB de Chalé: realizada em 26/06/2015 na Câmara Municipal.





## MANIFESTAÇÕES DE INTERESSE

A Tabela 8 a seguir mostra a relação de municípios que manifestaram interesse pela elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico no ano de 2015. Tais municípios alegaram não possuir o Plano ou não dispor de recursos para sua elaboração, além disso todos esses municípios possuem sede nas bacias. Para isto, o IBIO – AGB Doce publicou o Edital de Chamamento nº 01/2015 proporcionando aos municípios que não possuíam o PMSB a manifestarem seu interesse para a elaboração do Plano Municipal.

Tabela 8 - Lista de municípios que manifestaram interesse pelo Programa de Universalização do Saneamento (P41)

Município	UGRH	Manifestação de Interesse
Córrego Novo, Itaverava e Pingo D'água	Piranga	X
Belo Oriente, Joanésia e Santo Antônio do Itambé	Santo Antônio	X
Entre Folhas e Ipaba	Caratinga	X
Jaguaré e Sooretama	São José	X

## 1ª RODADA DE SEMINÁRIOS DE SANEAMENTO

No ano de 2015 aconteceu a 1ª Rodada de Seminários de Saneamento com o objetivo de obter um levantamento de demandas imediatas e/ou emergenciais para Sistemas de Abastecimento de Água (SAA) e Sistemas de Esgotamento Sanitário (SES), dando prioridade não só aos municípios que elaboraram o PMSB com o recurso da cobrança pelo uso da água, mas a todos que pertencem à bacia do rio Doce e que tinham finalizado ou estavam nas etapas finais do Plano.

A realização da 1ª rodada de seminários contou com uma satisfatória participação dos municípios convidados. Tendo sua avaliação positiva, vista o potencial de aprendizado coletivo que são proporcionados por tais eventos.

Este evento foi realizado nas bacias do Rio Manhuaçu, Rio Piracicaba, Rio Piranga e no Espírito Santo, conforme registros das Figuras abaixo.



Figura 21 - 1ª Rodada de Seminários de Saneamento do Manhuaçu: realizada em Manhuaçu-MG no dia 03/09/2015.



Figura 22 - 1ª Rodada de Seminários de Saneamento do Piracicaba: realizada em João Monlevade-MG no dia 04/09/2015.



Figura 23 - 1ª Rodada de Seminários de Saneamento do Piranga: realizada em Ponte Nova-MG nos dias 08 e 09/09/2015.



Figura 24 - 1ª Rodada de Seminários de Saneamento do Piranga: realizada em Viçosa-MG nos dias 10 e 11/09/2015.



Figura 25 - 1ª Rodada de Seminários de Saneamento do Espírito Santo: realizada em Colatina-ES nos dias 14 e 15/09/2015.

### **MATERIAL DE DIVULGAÇÃO E MOBILIZAÇÃO**

Com intuito de aumentar a participação popular no processo de elaboração do PMSB, o IBIO – AGB Doce juntamente com os CBHs envolvidos elaboraram material para auxiliar na divulgação e mobilização da população dos municípios contemplados com os PMSB. Foram elaborados cartazes (Figura 26), convites (Figura 27), panfletos (Figura 28) e folders (Figura 29 e Figura 30), conforme ilustrado abaixo.



Figura 26 - Cartaz de divulgação dos PMSB



Figura 27 - Convite utilizado em reuniões de mobilização dos PMSB.



Frente

Verso

Figura 28 - Panfleto de divulgação dos PMSB



Figura 29 - Folders de divulgação dos PMSB (frente).



Figura 30 - Folders de divulgação dos PMSB (verso).

### 3.1.3. Identificação no PIRH/PARH

**Programa:** Universalização do Saneamento

**Subprograma:** P 41 - Programa de Universalização do Saneamento

**Objeto:**

Atendimento universal da população urbana com água, coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos e estudos sobre alternativas para a drenagem urbana.

**Valor:** R\$ 182.627.150,00



## 4. INCREMENTO DE ÁREAS LEGALMENTE PROTEGIDAS

### 4.1. Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)

#### 4.1.1. Descrição

A bacia apresenta trechos em que há elevados índices de sólidos suspensos e áreas de intensa erosão do solo. Os efeitos da mata ciliar sobre a retenção de sólidos e manutenção de margens são conhecidos, e a instalação de uma unidade de demonstração favorece a multiplicação de iniciativas semelhantes. A utilização inadequada da bacia favorece a destruição de nascentes, o que eleva a importância dos eventos críticos de seca, com desabastecimento humano e animal nas áreas rurais e redução da vazão de base em toda a bacia.

Em função de questões legais e mesmo ambientais, a restauração de áreas degradadas hoje tem se concentrado principalmente no ambiente ciliar. Apesar das matas ciliares estarem protegidas, na legislação, há quase meio século não foram poupadas da desenfreada degradação das formações naturais. Com o cumprimento da exigência legal dos órgãos fiscalizadores nas últimas décadas, as cobranças judiciais obrigando a conservação e restauração das formações ciliares, passaram a ser cada vez mais frequentes e exigentes na qualidade das ações propostas. Há um consenso de que a questão da degradação das matas ciliares é um dos problemas mais comuns quando se pretende a recuperação da condição dos cursos d'água, tendo sido identificado um alto déficit de matas ciliares ao longo da bacia do rio Doce.

Em agosto de 2014, após um amplo processo de discussão no âmbito dos CBHs estaduais, o CBH-Doce aprovou a Deliberação nº 42, que altera a Deliberação nº 32. A alteração no PAP considerou principalmente a necessidade de adequar os desembolsos na bacia às atuais estimativas de arrecadação oriunda da cobrança pelo uso de recursos hídricos; a necessidade de revisão dos critérios de alocação dos recursos arrecadados pela União na bacia; e a necessidade de concentrar a aplicação dos recursos em um menor número de programas e ações. Dentre o total de 11 Programas previstos no PAP, foram alocados, até 2015, cerca de R\$ 1,5 milhões, de recursos da União destinados aos CBHs capixabas afluentes do Rio Doce, para aplicação no Programa de Recomposição de Nascentes e APPs (P52).

Os recursos do Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) serão igualmente aplicados nas áreas a serem selecionadas em cada uma das nove unidades estaduais de gestão de recursos hídricos da bacia. O programa tem como objetivo levantamento de áreas críticas e prioritárias para recomposição ou adensamento de matas ciliares e de topos de morro, além de caracterização e recuperação de nascentes e áreas degradadas de sub-bacias piloto contemplando as seguintes ações:





- Mapear e definir trechos críticos e sub-bacias piloto com baixa cobertura de vegetação ciliar e de topo de morro para a recuperação de APPs, nascentes e áreas degradadas
- Visitas a campo para avaliação das condições e da proposta de recuperação
- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos por um período mínimo de 5 anos.

#### **4.1.2. Ações do IBIO – AGB Doce**

Os comitês de bacias acordaram recursos financeiros diferentes para a execução do programa, alguns mais outros menos. Por este motivo estamos realizando várias reuniões, específicas a cada comitê, para a elaboração da melhor estratégia a ser utilizada com o recurso disponível.

Para definição das propostas de ações a serem executadas, foram trabalhados os critérios de hierarquização do programa, que são:

- Áreas onde há intensa erosão do solo
- Áreas cujas nascentes se caracterizam como manancial de abastecimento público
- Áreas de cabeceiras de cursos d'água, no sentido da nascente para a foz
- Áreas no entorno de unidades de conservação
- Regiões com ocorrência de eventos críticos de seca com desabastecimento humano e animal nas áreas rurais e redução da vazão de base em toda a bacia
- Áreas com inserção ou proximidade de arranjos institucionais favoráveis a efetivar parcerias para o desenvolvimento do programa

Utilizando estes critérios foram gerados mapas da situação da bacia:

### Áreas onde há intensa erosão do solo

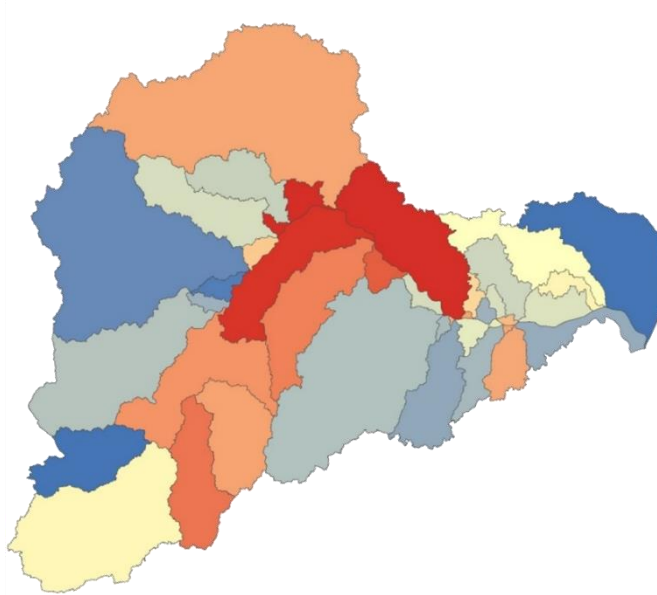


Figura 31 – índice de erosão da bacia do rio Doce

### Áreas de cabeceiras de cursos d'água, no sentido da nascente para a foz e Regiões com ocorrência de eventos críticos de seca com desabastecimento humano e animal nas áreas rurais e redução da vazão de base em toda a bacia

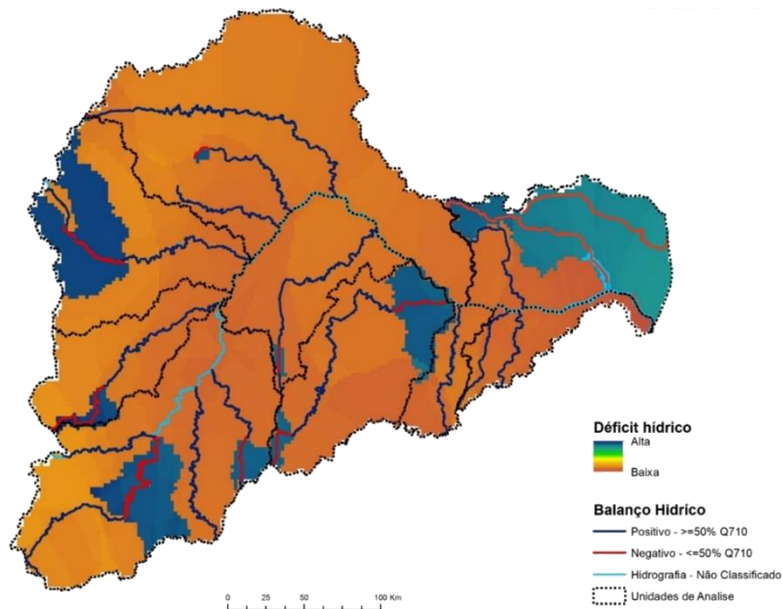


Figura 32 – Déficit hídrico da bacia do rio Doce

### Áreas no entorno de unidades de conservação

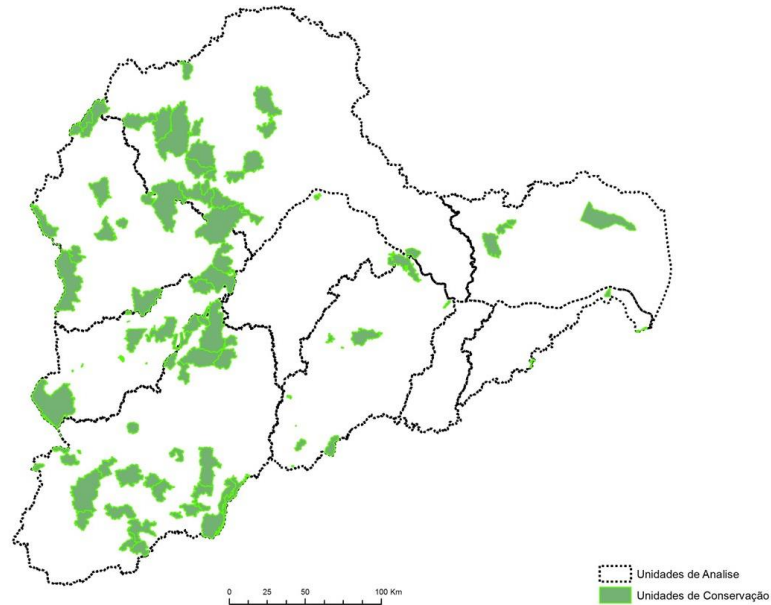


Figura 33 – Unidades de Conservação da bacia do rio Doce

### Regiões com ocorrência de eventos críticos de seca com desabastecimento humano e animal nas áreas rurais e redução da vazão de base em toda a bacia

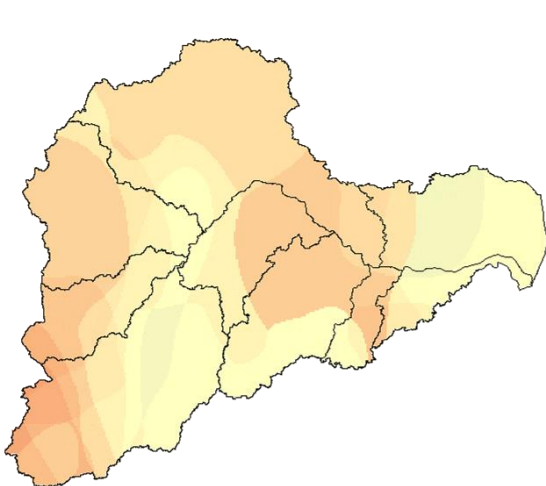


Figura 34 – Ocorrência de eventos críticos na bacia do rio Doce

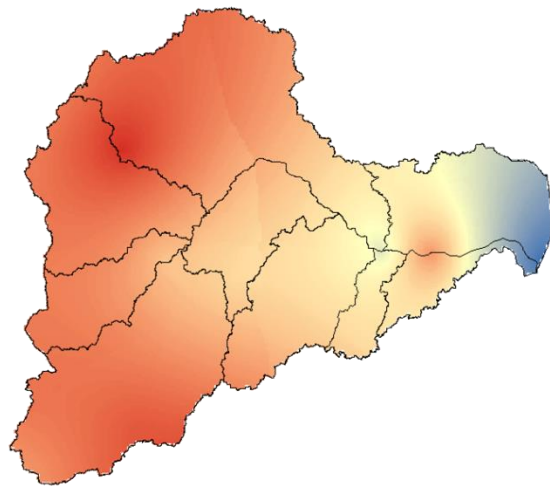


Figura 35 – Redução de vazão na bacia do rio Doce

**Áreas com inserção ou proximidade de arranjos institucionais favoráveis a efetivar parcerias para o desenvolvimento do programa**

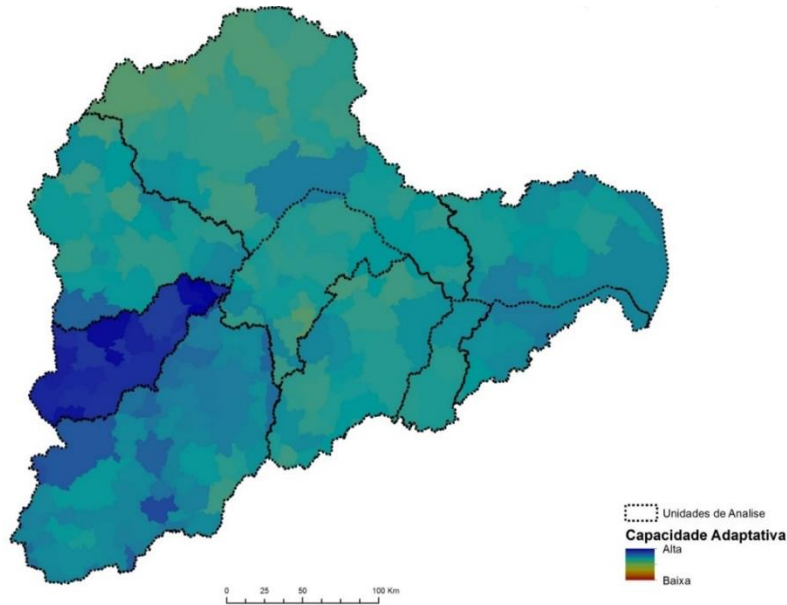


Figura 36 – Arranjo institucional

Após análise individual dos critérios, em toda a bacia do rio Doce e eles foram compilados para um único mapa onde podemos visualizar as áreas prioritárias para realização dos trabalhos de recomposição ambiental, já separados por UGRH, referente aos critérios de hierarquização do programa.

## MAPA DE VULNERABILIDADE DA BACIA DO RIO DOCE

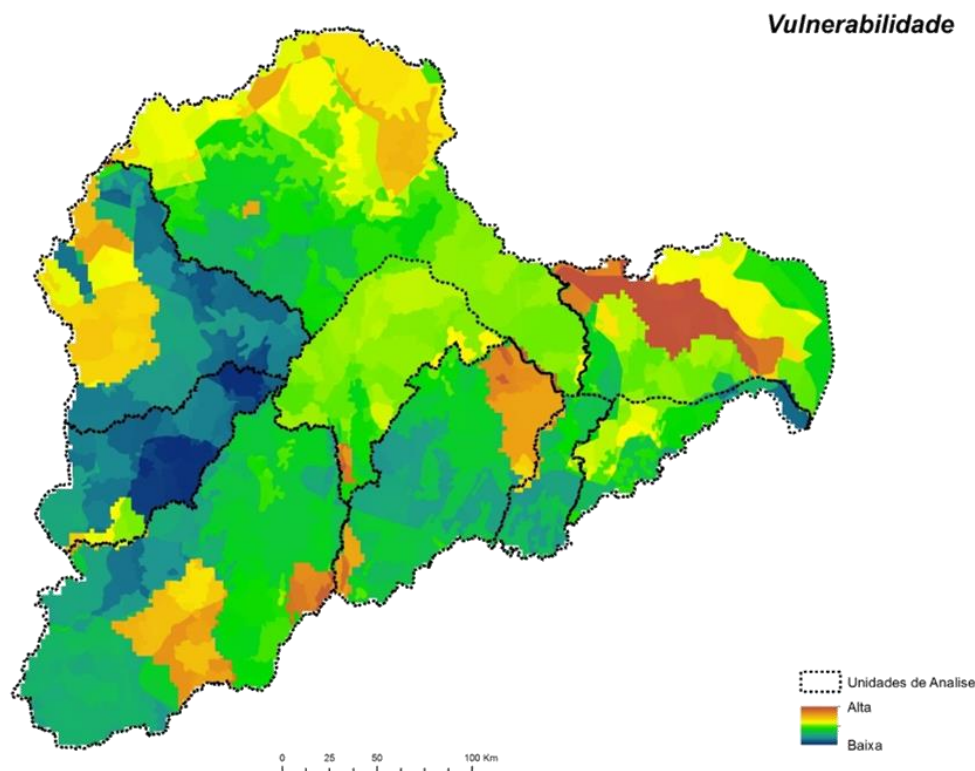


Figura 37 – Mapa de vulnerabilidade da bacia do rio Doce

As prioridades de ações emergências estão definidas por cores, onde a cor vermelha significa prioridade Alta, a cor amarela prioridade média até a cor azul, que representa baixa prioridade. Lembrando que este mapa foi desenvolvido para nortear as ações do programa, ao longo da bacia e cada comitê individualmente.

Nas reuniões de alinhamento e apresentação do programa nos comitês de bacias, foram formados Grupos de Trabalhos – GT ou a CTPP, para discussão de qual melhor alternativa para utilizar os recursos do programa. Após a discussão das ações pelo GT / CTPP, as definições são apresentadas em reunião de plenária dos CBH's para a sua aprovação ou de acrescentar novas informações, dentre estas reuniões foram definidas nos comitês.

- CBH Piracicaba: Devido ao maior recurso aportado pelo comitê, o programa deverá ser executado integralmente, conforme previsto no PAP, ações de proteção-cercamento das nascentes; recuperação das nascentes-Plantio de mudas nativa para enriquecimento ou plantio total e monitoramento-com ações de intervenções ambientais de replantio, adubação, combate a formiga e capina. Os trabalhos estão sendo discutidos pelo GT. Situação atual: Elaboração do Edital de chamamento.



Figura 38 - Reunião do grupo de trabalho, no município de João Monlevade

Entre os programas relacionados no Plano de Aplicação Plurianual – PAP, 2012 / 2015, os comitês de bacias opinaram em priorizar o trabalho de saneamento, onde foram contratados os planos municipais de saneamento básicos-PMSB, para municípios na bacia. Já, para o próximo PAP 2016-2020, as ações de recomposição ambiental serão priorizadas, onde houve um maior aporte de recursos para estes trabalhos.

Neste novo PAP, vamos trabalhar os programas Hidro Ambientais, que são formados por 03 programas, abaixo elencados:

- P 52: Programa de Recomposição de APP e Nascentes

Com foco na melhoria da qualidade e quantidade de água na bacia, o programa através do levantamento de áreas críticas e prioritárias, é feita a recomposição ou adensamento de matas ciliares e de topos de morro, além da caracterização e recuperação de nascentes e áreas degradadas.

- P42: Programa de Expansão do Saneamento Rural

O saneamento deve ser estendido às populações rurais, tanto como forma de elevação da qualidade de vida e prevenção de doenças, como na redução da contaminação das águas superficiais e subterrâneas. Este programa visa à definição da viabilidade da implantação de sistemas de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto para população rural, com aproveitamento racional e disposição adequada dos resíduos coletados.



- P12: Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos

Um fator bastante importante na queda da qualidade da água da bacia do rio Doce diz respeito aos sedimentos carreados para os corpos hídricos da bacia, relacionado ao tipo de uso do solo dominante na região. O transporte de sedimentos para os cursos de água inicia uma das primeiras formas de degradação do meio ambiente. Os sedimentos em suspensão tornam as águas lamacentas, afetando a penetração da luz e conseqüentemente, reduzem o crescimento de plantas aquáticas e organismos microscópicos dos quais peixes e insetos se alimentam. A entrada de nutrientes e resíduos de agrotóxicos junto com os sedimentos altera o equilíbrio do sistema, resultando, por exemplo, em altas taxas de desenvolvimento de algas, aumento do processo de eutrofização e morte ou má formação de peixes e outros organismos vinculados ao meio hídrico.

Para melhor compreensão do desenvolvimento dos programas, foram elaboradas as metodologias a serem utilizadas para divulgação, passos do programa, áreas prioritárias, contratação de empresa e produtores participantes.

#### **Metodologia:**

Por ser tratar de uma grande demanda de ações, para o gerenciamento dos programas Hidro Ambientais, foi proposto a contratação de uma empresa gerenciadora, para trabalhar diretamente com todas as empresas a serem executadas para o desenvolvimento dos programas: P52, P42 e P12. Esta empresa gerenciadora, entre as suas funções, ficaria responsável em fazer a validação de todos os trabalhos executados em campo, bem como emitir relatórios destes trabalhos concluídos emitindo o atestado de responsabilidade técnica, para depois o IBIO –AGB Doce, através do gestor do contrato efetuar o pagamento final.

Para divulgação dos programas, será realizado o Edital de Chamamento para os 3 programas: P52, P12 e P42. Estes que serão executados em etapas.

### **4.1.3. Identificação no PIRH/PARH**

**Programa:** Incremento de Áreas com Restrição de Uso

**Subprograma:** P 52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes

#### **Objeto:**

Análise simultânea das informações geradas em outros programas, com definição de trechos críticos. Dentre estes, seleção dos trechos viáveis de serem recuperados e que possam ser utilizados como



unidades demonstrativas. Implantação de dez unidades demonstrativas ao longo da bacia, com instrumentação para a caracterização de alteração dos processos de geração e arraste de sedimentos. Manutenção das unidades demonstrativas e monitoramento e avaliação pelo período mínimo de cinco anos. Na conservação das nascentes, será realizada a seleção de uma sub-bacia piloto, com posterior mapeamento, identificação e caracterização das principais nascentes, considerando-se as mais conhecidas pela população local e as de maior vazão; visita a campo para avaliação das condições e proposta de recuperação; seleção das áreas demonstrativas e execução de projeto e orçamentação; implantação das unidades demonstrativas; monitoramento e avaliação dos resultados obtidos; análise de eficiência e de eficácia das medidas adotadas; definição de estratégias de divulgação dos resultados; apoio às iniciativas individuais de recuperação das nascentes.

**Valor:** R\$ 8.640.000,00





## **5. IMPLEMENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS**

### **5.1. Fortalecimento dos Comitês (P61.2)**

#### **5.1.1. Descrição**

A lógica descentralizada do sistema de gerenciamento de recursos hídricos necessita de uma participação consciente, efetiva e representativa da população e das instituições nos comitês de bacia, o que não ocorre na maioria das vezes. O papel institucional dos comitês assume cada vez mais importância à medida que o sistema vai sendo consolidado e pelo aumento da exigência da observância das leis referentes. No entanto, se a participação da população e das instituições não for efetiva ou representativa, as decisões do sistema poderão não ser compreendidas ou aceitas pelos usuários, dificultando a consolidação do sistema.

O objetivo do programa é promover ações institucionais para ampliar a visibilidade e alcance dos Comitês de Bacia Hidrográfica que compõe da bacia do Rio Doce, além de viabilizar a realização de reuniões plenárias, de câmaras técnicas e eventos de interesse dos Comitês. O IBIO – AGB Doce, atuando como Secretaria Executiva dos Comitês da bacia, tem como papel a efetivação de tais objetivos. Ao longo dos anos de 2012 a 2015 foram realizadas atividades, planejamento e contratações para atender aos objetivos do sistema. Algumas destas contratações estão relacionadas a locação de veículo com e sem motorista, empresa especializada em emissão de passagens aéreas e empresa especializada da realização de eventos. Todas as ações visando a divulgação, fortalecimento e ampliação da visibilidade da ação dos Comitês de Gerenciamento de Bacia Hidrográfica, objetivando uma maior participação da sociedade e das instituições no sistema e uma melhor identificação do papel institucional dos Comitês, favorecendo o diálogo e as articulações institucionais.

#### **5.1.2. Ações do IBIO – AGB Doce**

O IBIO – AGB Doce, atuando como Secretaria Executiva dos Comitês da Bacia do Rio Doce, tem apoiado os CBHs na realização de reuniões plenárias dos Comitês, reuniões de Câmaras Técnicas, realização e participação em eventos e as demais atividades realizadas pelos CBHs. Tal suporte demanda do IBIO – AGB Doce uma série de contratações e gerenciamento destas contratações, como serviços de realização e apoio a eventos, reserva e compra de passagens aéreas, locação de



Relatório de Gestão do Exercício de 2015 – Contrato de Gestão 001/IGAM/2011

veículos, etc. A seguir são apresentadas algumas ações dos CBHs apoiadas pelo IBIO – AGB Doce para cada um dos CBHs da bacia.

- **CBH Piracicaba**

Tabela 9 - Reuniões Plenárias (Ordinárias e Extraordinárias) do CBH- Piracicaba no ano de 2015.

Data	Município	Reuniões
03/03/2015	João Monlevade/MG	63ª Reunião Ordinária do CBH-Piracicaba
26/05/2015	João Monlevade/MG	64ª Reunião Ordinária do CBH-Piracicaba
21/10/2015	João Monlevade/MG	10ª Reunião Extraordinária do CBH-Piracicaba
21/10/2015	João Monlevade/MG	11ª Reunião Extraordinária do CBH-Piracicaba
24/11/2015	João Monlevade/MG	12ª Reunião Extraordinária do CBH-Piracicaba

Tabela 10 - Reuniões de Câmara Técnicas do Comitê realizada no ano de 2015.

Data	Município	Câmara Técnica
15/06/2015	João Monlevade/MG	Reunião da Câmara Técnica de Programas e Projetos - CTPP
22/09/2015	João Monlevade/MG	Reunião da Câmara Técnica de Programas e Projetos - CTPP
15/10/2015	João Monlevade/MG	Reunião da Câmara Técnica de Programas e Projetos - CTPP
16/10/2015	João Monlevade/MG	Reunião da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança - CTOC
23/11/2015	João Monlevade/MG	Reunião da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança - CTOC
15/12/2015	João Monlevade/MG	Reunião da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança - CTOC

Tabela 11 - Eventos promovidos pelo CBH Piracicaba em 2015.

Data	Município	Evento
17/03/2015	João Monlevade/MG	Comemoração dos 15 anos do CBH-Piracicaba
04/09/2015	João Monlevade/MG	Seminário para identificação de demandas de Saneamento Básico

Tabela 12 - Eventos nos quais houve participação de membros do CBH Piracicaba.

Data	Município	Evento
11a 13/08	Afonso Cláudio/ES	4º Encontro de Integração da Bacia Hidrográfica do rio Doce
04 a 09/10	Caldas Novas/GO	Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (XVII ENCOB)
25 e 26/02	Belo Horizonte/MG	37ª Reunião Ordinária do Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas
14 e 15/04	Uberaba/MG	38ª Reunião Ordinária do Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas
17 e 18/06	Unaí/MG	39ª Reunião Ordinária do Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas
26 e 27/08	Alto Caparaó/MG	40ª Reunião Ordinária do Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas
01/09/2015	Governador Valadares/MG	Lançamento do PDA – Doce
05 e 07/10	Caldas Novas/GO	41ª Reunião Ordinária do Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas
09 e 10/12	Belo Horizonte/MG	42ª Reunião Ordinária do Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas
17 a 19/12	Mariana/MG	Missão Mariana – expedição realizada às áreas afetadas pelo rompimento da barragem de rejeitos da SAMARCO.



### **5.1.3. Identificação no PIRH/PARH**

**Programa:** Implementação dos Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos

**Subprograma:** P61.2 Subprograma Fortalecimento dos Comitês na Bacia Segundo o Arranjo Institucional Elaborado no Âmbito do Plano e Objetivando a Consolidação dos Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

**Objeto:**

Ações de fortalecimento dos comitês de bacia junto à sociedade e às instituições, visando a consolidação do sistema nacional e dos sistemas estaduais de gerenciamento dos recursos hídricos.

**Valor:** R\$ 6.000.000,00



## 6. IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DO PIRH/PARH

### 6.1. Programa de Comunicação Social (P71)

#### 6.1.1. Descrição

O programa de comunicação tem por objetivo dar visibilidade ao PIRH/PARHs/PAP e aos Programas de Ações, quanto aos seus conteúdos e metas, de maneira a fortalecer o ambiente institucional onde as ações se inserem, criando um ambiente favorável ao atingimento das metas propostas.

Foi considerado que o PIRH/PARH contempla duas etapas consecutivas. A primeira visa detalhar os estudos necessários em um prazo curto de tempo para subsidiar as decisões dos Comitês/Agência quanto a temas como enquadramento, política de outorga, cobrança pelo uso de recursos hídricos, sistema de informações e programas e projetos específicos. Nesta etapa serão aprofundados e detalhados aspectos apontados como prioritários pelo PIRH, quantificando e detalhando demandas e necessidades da bacia. Caberá a esta etapa criar o ambiente de negociação com outros atores envolvidos na GIRH sobre um cenário considerado ideal para um horizonte de planejamento de 10 e 20 anos. Sobre estes horizontes e o prognóstico, são traçadas as metas.

Na segunda etapa, as metas detalhadas e especificadas deverão ser implementadas através de ações e programas, fortalecidas por um consenso construído e subsidiadas por estudos e planejamento em nível executivo. Sendo assim, torna-se necessária a implementação de um programa de comunicação social eficaz e ágil, com capacidade para produzir e disseminar informações úteis e necessárias ao processo de implantação do PIRH, aproximando e facilitando a comunicação entre os diversos atores do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos e do Sistema com a sociedade de maneira geral.

O programa de comunicação torna possível efetivação de um Plano de Comunicação Social para dar visibilidade às ações e conteúdo do PIRH/PARHs/PAP de forma a facilitar a comunicação entre os diversos atores do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos com a sociedade e criar um ambiente favorável ao atendimento das metas propostas.

#### 6.1.2. Ações do IBIO – AGB Doce

Para a implementação do Programa de Comunicação Social (P71), o IBIO – AGB Doce contratou a Prefácio Comunicação, selecionada através do Ato Convocatório nº 14/2012. A empresa, que iniciou as atividades em 2013, elaborou um Diagnóstico de Comunicação com o objetivo de mapear e



compreender os gargalos existentes nos Comitês no que diz respeito ao trabalho de Comunicação, a fim de propor um planejamento alinhado com as expectativas e as necessidades de cada Comitê e do IBIO-AGB Doce, e em consonância com as metas traçadas do Plano Integrado de Recursos Hídricos (PIRH) e seus respectivos Planos de Ação (PARHs).

A empresa também é responsável pelo planejamento das ações de comunicação interna e externa e relacionamento estratégico com seus respectivos públicos. Para atendimento ao contrato, a Prefácio disponibiliza dois funcionários que respondem exclusivamente às demandas dos comitês e do IBIO – AGB Doce, além do apoio dos demais profissionais da equipe técnica. O IBIO – AGB Doce, através de um gestor designado para o acompanhamento do contrato, monitora e avalia os produtos elaborados pela Prefácio Comunicação.

A empresa encaminha mensalmente um relatório contendo a síntese das principais atividades desenvolvidas durante o mês, divididas por comitê. A Prefácio e o IBIO – AGB Doce estão em constante articulação visando aprimorar sistematicamente o atendimento às demandas de comunicação.

### **6.1.3. Identificação no PIRH/PARH**

**Programa:** Implementação das Ações do PIRH/PARH

**Subprograma:** P 71 - Programa Comunicação do Programa de Ações

**Objeto:**

Concepção e discussão do Plano de Comunicação Social do PIRH do rio Doce. Elaboração, implementação e manutenção do sítio eletrônico do PIRH. Estruturação e atualização do cadastro de públicos alvo. Segmentação do cadastro e estabelecimento de estratégias próprias para cada segmento. Estruturação e operação da Ouvidoria. Produção e divulgação de peças de comunicação (folder impressos e eletrônicos, notícias, audiovisuais, etc.). Registro e organização audiovisual dos eventos e do processo de implementação do PIRH. Elaboração de pesquisa de opinião. Sistema de Avaliação Sistemática do PIRH através de formulário de avaliação a ser preenchido por participantes dos eventos do Plano.

**Valor:** R\$ 2.500.000,00



## **7. RECOMENDAÇÕES PARA ACELERAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PIRH/PARH**

### **Arranjo Institucional**

O arranjo institucional atual, composto pelos integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGERH previsto na Lei Federal nº 9.433/1997, poderia ser melhorado tanto com relação às competências previstas na Lei quanto da implementação de tais competências na prática. Por vezes os integrantes do SINGREH encontram dificuldades em tornar realidade tais competências e não conseguem atingir um nível de integração e inter-relacionamento favorável à implementação do PIRH. Ocorrência também verificada no nível político e administrativo. A adequada implementação do PIRH requer não apenas uma Entidade Delegatária estruturada e eficiente, mas também um Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos integrado em todos os níveis. A implementação da cobrança pelo uso de recursos hídricos em bacias hidrográficas, assim como toda a legislação sobre o assunto incluído legislações específicas para Entidades Delegatárias e Contratos de Gestão celebrados com os órgãos gestores, são relativamente recentes no país. E como todo novo desafio, a implementação do PIRH é uma ação que depende e necessita de integração e comprometimento de todos os integrantes do SINGERH. É necessário que todos ajam em sinergia quanto aos objetivos a serem alcançados e quais as formas de alcançá-los. Na medida em que cada ente do sistema torne suas competências em realidade e façam isso de forma integrada e com cumplicidade, a transformação dos programas descritos no PIRH em realidade se torna uma ação mais viável e possível.

### **Unificação dos Contratos de Gestão**

Das leis distintas que temos no país sobre a Política de Recursos Hídricos como a Lei Federal nº 9.433/1997, a Lei do Estado de Minas Gerais nº 13.199/1999 e a Lei do Estado do Espírito Santo nº 5.818/1998 originaram leis específicas que regulamentam a celebração de contratos de gestão entre os órgãos gestores de recursos hídricos e as entidades delegatárias/equiparadas das funções de Agências de Águas. Como resultado, temos Contratos de Gestão celebrados entre órgãos gestores e entidades delegatárias/equiparadas distintos. No caso específico do IBIO – AGB Doce, temos dois contratos de gestão distintos celebrados com a ANA e com o IGAM para implementação de um mesmo PIRH. Contratos distintos quanto às competências, obrigações e metas a serem alcançadas representa ainda mais complexidade na implementação do PIRH. Entendemos que um contrato de gestão unificado entre os órgãos gestores federal e estadual seria uma forma de reforçar a integração entre os entes participantes do SINGERH em pró do bem comum na recuperação das bacias hidrográficas. Contratos de Gestão distintos torna a rotina administrativa, jurídica, gerencial e estratégica das entidades delegatárias/equiparadas sobrecarregada e burocrática. Considerando que



tal rotina é o papel principal de tais entidades, a distinção entre contratos de gestão tem um impacto significativo na produtividade e eficiência destas entidades.

### **Integração da Legislação específica para Entidades Delegatárias**

Além da diferença citada anteriormente, as entidades delegatárias seguem regulamentações distintas que se referem à aquisição de bens e serviços e seleção de pessoal. Sendo a Resolução ANA 552/211 para aquisição de bens e serviços pela ANA, a Resolução ANA 306/2008 para seleção e recrutamento de pessoal e a Resolução Conjunta SEMAD/IGAM 1.044/2009 para aquisição e alienação de bens, para a contratação de obras, serviços e seleção de pessoal. São regras distintas a serem seguidas para um mesmo propósito, para o bem comum, para a recuperação ambiental da bacia hidrográfica. A entidade delegatária encontra dificuldades e maior complexidade nas contratações e execução dos programas previstos no PIRH quando tem de lidar com legislações distintas. O Plano de Aplicação Plurianual - PAP elaborado para orientar a execução de projetos na bacia é um exemplo de integração. No PAP estão priorizados os projetos a serem executados na bacia, tanto com recursos da cobrança estadual como federal. A priorização é única para ambos os recursos financeiros e para ambos os contratos de gestão. Em praticamente todos os programas priorizados no PAP estão previstos a aplicação de ambas as fontes de recursos. Porém, para implementação de um destes programas, a entidade delegatária, por vezes, tem que atender a duas legislações distintas no processo seletivo, celebração e acompanhamento de um mesmo contrato. Considerando um cenário diferente em que a contratação de empresas para execução de um determinado programa ou parte dele celebrando contratos distintos para atender a legislações distintas iria tornar ainda mais complexo a execução e acompanhamento destes programas. Pelo exposto, entendemos que a integração das legislações específicas para as entidades delegatárias ira tornar menos complexa e burocrática a implementação do PIRH.

### **Custeio Administrativo dos Comitês de Bacia Hidrográfica**

Acreditamos que prevendo no P61.2 despesas com custeio administrativo dos comitês federal e estaduais que compões a bacia hidrográfica seria uma forma de possibilidade o fortalecimento ainda maior deste CBHs. A Lei Federal 9.433/1997 estipula o limite de 7,5% de todos os recursos arrecadação com a cobrança de uso de recursos hídricos para custeio administrativo do SINGERH. Na prática, 7,5% destes recursos são utilizados para custeio das entidades delegatárias e dos CBHs. Tal política não leva em consideração o número de comitês que integram cada bacia hidrográfica ou os valores arrecadados. Desta forma, o custeio administrativo de entidades delegatárias em bacias hidrográficas que possuem um número significativo de comitês, como o caso da bacia hidrográfica do rio Doce com nove comitês estaduais e um comitê federal, fica comprometido. Custear administrativamente a própria entidade delegatária mais dez CBHs apenas com o limite estabelecido em Lei é um desafio a mais para a implementação do PIRH. O problema é agravado em bacias



hidrográficas com baixa arrecadação pela cobrança do uso da água. Sabendo que na prática e em geral, o custeio administrativo de um CBH é o mesmo, independente do valor arrecadado na bacia. Em bacias com baixa arrecadação tal custeio compromete uma fatia proporcionalmente maior dos recursos arrecadados. Ou seja, se considerarmos o custeio de um CBH como sendo R\$ 100.000,00 anuais, em uma bacia hidrográfica com arrecadação anual de R\$ 10.000.000,00 teria uma fatia menor da arrecadação comprometida com este CBH do que uma bacia com arrecadação anual de R\$ 400.000,00. Estamos falando de uma despesa que não está diretamente relacionada à arrecadação e sim ou número de CBH em uma bacia. Diferentemente do custeio de uma entidade delegatária que se adequa à arrecadação consolidada em uma bacia, o custeio dos CBHs desta bacia está relacionado diretamente à quantidade destes CBHs. Como, muitas vezes, a falta de recursos para o custeio pode dificultar a implementação do programa P61, subprograma P61.2 do PIRH de fortalecimentos destes CBHs. Entendemos que tais despesas poderiam estar previstas no próprio subprograma P61.2 do PIRH. Esta seria uma forma de impedir que limitações nos 7,5% comprometa o fortalecimento dos CBHs e faça com que o quantitativo de recursos alocados para custeio dos CBHs seja proporcional ao número de CBH existentes na bacia e não proporcional à arrecadação.





## 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste quinto e último ano deste contrato de gestão podemos fazer um retrospecto e observar que os Comitês do Doce, o IBIO – AGB Doce, como Entidade Delegatária com Funções de Agência de Água, e Órgãos Gestores demonstram amadurecimento e aprendizado na gestão de recursos oriundos da cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Doce. Desde a criação do CBH Doce em 2002, e diversos outros CBH dos rios afluentes que também foram criados em períodos próximos, até a presente data, muitos desafios foram superados graças aos esforços dos diversos atores envolvidos. O empenho das partes envolvidas resultou em um processo de melhoria contínua pelo qual todos estão passando rumo a uma gestão que esteja cada vez mais eficiente e produtiva, atendendo às demandas ambientais e sociais de toda a bacia do Rio Doce.

Apesar de todas as dificuldades e incertezas que se apresentam, que são frutos de um processo inovador no país de cobrança pelo uso da água, nota-se um ambiente muito favorável onde todas as partes envolvidas reconhecem que há a necessidade de melhoria contínua e amadurecimento.

As reuniões de alinhamento ocorridas entre as Entidades Delegatárias e Órgãos Gestores em 2014 e 2015 representam marcos de evolução. A sensibilização das partes para a necessidade de alinhamentos, consensos de entendimentos e resolução de questões pontuais é fundamental para o processo evolução da gestão de bacias hidrográficas e do processo de cobrança pelo uso de recursos hídricos.

O desastre do rompimento da barragem de rejeitos da mineração da empresa Samarco, no município de Mariana, em Minas Gerais, representa um novo desafio para a gestão da bacia do Rio Doce. A forma como os problemas decorrentes deste desastre será mitigada e como a bacia irá se recompor dos problemas ambientais e sociais será um dos principais desafios para 2016. Os reais impactos do desastre a médio e longo prazo ainda estão sendo compreendidos, o que dará origem a um conjunto de medidas mitigatórias a serem tomadas pelos Comitês de Bacia Hidrográfica, Órgãos Gestores, Entidades Delegatárias das Funções de Agência de Água e demais instituições públicas e privadas envolvidas.

Governador Valadares, 05 de fevereiro de 2016.

---

Ricardo Alcântara Valory  
Diretor Geral  
IBIO – AGB Doce

**QUESTIONÁRIO PARA FINS DE AVALIAÇÃO DAS ENTIDADES EQUIPARADAS PELOS COMITÊS DE BACIA  
COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PIRACICABA - CBH-PIRACICABA (DO2)**

Núcleo Comum de Perguntas																											
1. Identificação do Avaliador							2. Questões Objetivas Relativas à EE																	3. Questão Dissertativa Relativa à ED			
Nº Questionário	Participação no CBH (Titular/Suplente)	Conhecimento do CG	Conhecimento competências da EE	Demandas repassadas à EE	Acessou o site EE	Conhecimento recursos Arrecadados	Nº Questões Respondidas	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	Média	Justificativas	Expectativas em relação ao IBIO
1	Suplente	Não	Não	Sim	Sim	Sim	17	8	9	9	10	10	9	10	9	8	8	7	8	8	8	8	9	8	8,6		
2	Suplente	Não	Não	Sim	Sim	Sim	17	8	8	7	7	8	6	7	7	8	8	7	8	7	8	8	7	7	7,4		
3	Titular	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	17	8	8	9	7	9	8	10	10	10	9	7	10	10	10	10	5	10	8,8		
4	Titular	Sim	Não	Não	Sim	Sim	17	2	5	6	4	6	4	8	6	5	5	3	7	3	7	6	7	6	5,3	Notas inferiores a 5.(Sites demoram a ser atualizados/ dados desatualizados/ eventos voltados apenas aos comitês e não a comunidade)	
5	Suplente	Não	Sim	Não	Sim	Sim	17	8	9	7	9	8	8	8	9	8	8	9	8	8	8	8	8	9	8,2		
6	Suplente	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	16	9	10	9	8	10	8	6	9	10	10	9	10	8	8	9	8	-	8,8		
7	Suplente	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	17	8	7	8	10	9	6	9	10	8	8	7	9	6	9	9	8	9	8,2		
8	Titular	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	17	4	5	4	8	8	4	6	8	4	8	3	7	4	8	8	3	7	5,8	Notas inferiores a 5.(Sites desatualizados/ falta pessoal para atender as demandas o comitê).	
9	Titular	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	17	9	8	8	9	9	9	10	10	10	10	9	10	9	10	10	9	10	9,4		
10	Titular	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	17	7	8	10	10	7	7	10	10	6	6	6	8	6	10	10	6	6	7,8		
11	Titular	Não	Não	Sim	Sim	Sim	15	8	8	10	6	8	8	6	8	10	10	10	10	10	10	10	-	-	8,8		
12	Suplente	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	17	9	9	10	10	9	9	10	10	10	10	9	10	9	9	10	9	9	9,5		
13	Titular	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	17	6	6	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	6	5	5	5	5,2		
14	Suplente	Não	Não	Sim	Sim	Sim	17	8	10	8	9	8	7	10	10	7	8	8	7	6	9	6	5	8	7,9		
15	Titular	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	17	8	8	8	9	10	9	9	9	8	8	8	7	7	8	7	6	7	8,0		
16	Titular	Não	Não	Sim	Sim	Não	16	8	7	8	7	8	8	7	7	7	8	8	7	7	-	7	7	7	7,4		
17	Titular	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	17	5	6	6	5	4	6	8	8	8	8	7	7	7	7	6	7	6	6,5	É preciso estabelecer um melhor comunicação entre os pares.	
18	Titular	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	17	6	7	7	5	6	7	6	7	7	7	6	7	6	7	6	6	7	6,5		

Titular/SIM 11 11 61% 10 56%  
Suplente/NÃO 7 7 39% 8 44%

Média Nº de Questões  
Média da Nota das Questões  
Média da Nota Total dos Questionários

17

7,2 7,7 7,7 7,7 7,9 7,1 8,1 8,4 7,7 8,0 7,1 8,1 7,0 8,4 7,9 6,8 7,6  
**7,7**

Total de Questionários Entregues: 18  
Total de Questionários respondidos: 18 100%  
Total de Questões por Questionário: 17

## QUESTIONÁRIO PARA FINS DE AVALIAÇÃO DAS ENTIDADES EQUIPARADAS PELOS COMITÊS DE BACIA

O indicador 5 dos Contratos de Gestão celebrados entre o IGAM e as Entidades Equiparada, com anuência dos Comitês de Bacia, prevê a “*Avaliação pelos membros do Comitê sobre a atuação da Entidade Delegatária*”.

O objetivo do referido indicador é aferir de forma periódica e objetiva o **reconhecimento social** da Entidade Equiparada (EE) pelo **Comitê da Bacia** que o indicou para exercer funções de Agência de Águas. Em outras palavras, a finalidade é aferir a percepção do Comitê quanto à eficiência técnica e administrativa da EE, inclusive no cumprimento das funções de Secretaria Executiva do Comitê.

### METODOLOGIA PARA APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

À luz da legislação em vigor em relação às atribuições das EEs, assim como em função dos questionários usualmente aplicados por estas, na concepção das perguntas foram consideradas as seguintes premissas:

- ✓ capacidade de exercer com eficácia funções de Secretaria Executiva do Comitê;
- ✓ rapidez e eficiência no atendimento às consultas técnicas;
- ✓ clareza e qualidade na elaboração e análise de documentos técnicos;
- ✓ grau de confiança do Comitê na equipe da Entidade Equiparada;
- ✓ abordagem simples e direta sem ser exaustiva;
- ✓ baixo número de questões e vinculação de referencial numérico (nota) nas alternativas de resposta, sempre que possível.

Como decorrência dessas premissas o formulário foi reduzido e o tempo estimado para seu preenchimento é de, aproximadamente, dez minutos.

Ademais, quanto às regras e procedimentos para a aplicação das pesquisas considera-se que:

- ✓ o público-alvo para avaliar a EE serão os membros na Plenária, quer sejam titulares ou suplentes não exercício da titularidade;
- ✓ a identificação do avaliador (membro Titular ou Suplente) será necessária;
- ✓ deverá ser aplicado pelo órgão gestor;
- ✓ deverá ser aplicada e apurada pela própria EE ou por entidade indicada, a seu critério;
- ✓ as Entidades Equiparadas podem incluir, previamente, outras questões que julguem oportunas, mas não devem modificar a ordem das questões aqui propostas;

- ✓ é necessário que se tenha um mínimo de 60% de questionários respondidos pelos membros do Comitê (Titular ou Suplente) para garantir a representatividade da pesquisa;
- ✓ para efeito de avaliação, no âmbito do Contrato de Gestão, deverão ser computadas apenas as questões objetivas do **núcleo comum**, conforme proposto.

Propõe-se que o questionário seja aplicado durante as reuniões plenárias.

Para cada questão **objetiva** deverá ser atribuído um valor entre 0 (zero) e 10 (dez). A aferição do resultado da nota de cada questionário será feita por meio de cálculo proporcional ao número de questões respondidas.

A aferição do resultado final da avaliação das **EEs** deverá ocorrer por meio do cálculo da média simples das notas.

Caso a pontuação atribuída em qualquer uma das perguntas for inferior a 5 (cinco), o avaliador deverá, necessariamente, justificá-la. A justificativa será analisada pela Comissão de Avaliação e Acompanhamento dos Contratos de Gestão – CTACG.

A seguir apresenta-se o questionário, com os tópicos de perguntas da EE, a ser submetido aos membros do Comitê.

## QUESTIONÁRIO

### NÚCLEO COMUM DE PERGUNTAS PARA TODOS OS COMITÊS

#### 1. IDENTIFICAÇÃO DO AVALIADOR

Nome \_\_\_\_\_

Sua participação no comitê ocorre como membro:

Titular

Suplente

Você conhece o Contrato de Gestão celebrado entre o IGAM e a Entidade Equiparada?

Sim

Não

Você conhece claramente as competências da Entidade Equiparada?

Sim

Não

**VOCÊ TEM INFORMAÇÕES DAS DEMANDAS QUE O COMITÊ REPASSOU À EE?**

Sim

Não

#### 2. QUESTÕES OBJETIVAS RELATIVAS À ENTIDADE EQUIPARADA EM TÓPICOS

##### 2.1 COMUNICAÇÃO SOCIAL E MOBILIZAÇÃO

**PERGUNTA 1 - VOCÊ JÁ ACESSOU O SITE DA EE ALGUMA VEZ?**

Sim

Não

**PERGUNTA 2 –NO SITE DA EE AS INFORMAÇÕES SÃO ATUALIZADAS E DISPONIBILIZADAS COM FREQUÊNCIA E CLAREZA SATISFATÓRIA (RESPONDA SE VOCÊ ASSINALOU SIM PARA A PERGUNTA ANTERIOR)?**

**Nota:** \_\_\_\_\_ (entre 1 e 10)

**Justificativa:** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**PERGUNTA 3 – OS DOCUMENTOS DA EE QUE SÃO DE USO E INTERESSE DO COMITÊ SÃO DISPONIBILIZADOS NO SITE?**

**Nota:** \_\_\_\_\_ (entre 1 e 10)

**Justificativa:** \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**Pergunta 4 – A EE responde aos contatos do comitê de maneira ágil, eficiente e clara?**

**Nota:** \_\_\_\_\_ (entre 1 e 10)

**Justificativa:** \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**Pergunta 5 – O trabalho de mobilização social para as reuniões (Plenárias, Câmaras Técnicas, Grupos de Trabalho etc.) tem ocorrido de forma satisfatória?**

**Nota:** \_\_\_\_\_ (entre 1 e 10)

**Justificativa:** \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**Pergunta 6 – A Entidade Equiparada tem estabelecido um canal favorável de comunicação estabelecido entre ela e o comitês?**

**Nota:** \_\_\_\_\_ (entre 1 e 10)

**Justificativa:** \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**2.2 Amparos Administrativos**

**Pergunta 1 – As solicitações administrativas do Comitê são atendidas de forma satisfatória pela Entidade Equiparada?**

**Nota:** \_\_\_\_\_ (entre 1 e 10)

**Justificativa:** \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**Pergunta 2** – As convocações e as documentações referentes às reuniões são encaminhadas com a antecedência satisfatória, **conforme os prazos regimentais**?

**Nota:** \_\_\_\_\_ (entre 1 e 10)

**Justificativa:** \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**Pergunta 3** – Os documentos (atas, resoluções, moções, termos de referência, parecer, ofício e carta ou outros correlatos) são bem elaborados e de fácil compreensão?

**Nota:** \_\_\_\_\_ (entre 1 e 10)

**Justificativa:** \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

### 2.3 Amparos Técnicos

**Pergunta 1** – A Entidade Equiparada demonstra capacidade técnica para resolver os problemas técnicos demandados pelo comitê e de propor alternativas?

**Nota:** \_\_\_\_\_ (entre 1 e 10)

**Justificativa:** \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**Pergunta 7** – A equipe da Entidade Equiparada demonstra confiança e habilidade para resolver os problemas de origem técnica e orientar tecnicamente os membros do Comitê?

**Nota:** \_\_\_\_\_ (entre 1 e 10)

**Justificativa:** \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

### 2.4 Proatividade

**Pergunta 1** - Existe postura proativa da Entidade Equiparada para apresentar propostas ao Comitê e se antecipar aos problemas em potencial?

**Nota:** \_\_\_\_\_ (entre 1 e 10)

**Justificativa:** \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**Pergunta 2** – A Entidade Equiparada toma as medidas necessárias para a execução das ações previstas no Plano de Recursos Hídricos da Bacia?

**Nota:** \_\_\_\_\_ (entre 1 e 10)

**Justificativa:** \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**Pergunta 3** – A EE dispõe de iniciativas para realizar eventos como Seminários, Oficinas e Workshops com vistas a divulgar à sociedade da bacia sobre a Cobrança pelo Uso da Água?

**Nota:** \_\_\_\_\_ (entre 1 e 10)

**Justificativa:** \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

## 2.5 Recursos Financeiros

**Pergunta 1** – **Você tem conhecimento de como os recursos arrecadados com a cobrança são administrados?**

Sim

Não

**Pergunta 2** – Os recursos da cobrança são administrados com transparência (Responda se você assinalou sim para a pergunta anterior )?

**Nota:** \_\_\_\_\_ (entre 1 e 10)

**Justificativa:** \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_



---

**Pergunta 3** – Os recursos da cobrança são investidos na bacia com eficiência pela Entidade Equiparada?

**Nota:** \_\_\_\_\_ (entre 1 e 10)

**Justificativa:** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

## 2.6 Institucional

**Pergunta 1** – A estrutura organizacional da Entidade Equiparada favorece o atendimento adequado às demandas do Comitê?

**Nota:** \_\_\_\_\_ (entre 1 e 10)

**Justificativa:** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**Pergunta 3** – A EE busca parcerias com outras entidades e instituições a fim de promover governabilidade?

**Nota:** \_\_\_\_\_ (entre 1 e 10)

**Justificativa:** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

## 3. QUESTÃO DISSERTATIVA RELATIVA À ENTIDADE EQUIPARADA

Propõe-se a seguir uma questão dissertativa, com a intenção de identificar as expectativas dos membros do comitê em relação à Entidade Equiparada, de modo a permitir explicitar críticas e sugestões para o aprimoramento das atividades realizadas sobre os tópicos .

### 3.1 Comunicação social e Mobilização

Como a Entidade Equiparada poderia melhorar sua atuação junto ao Comitê da Bacia?

\_\_\_\_\_

---

---

### 3.2 Amparos Administrativos

Como a Entidade Equiparada poderia melhorar sua atuação junto ao Comitê da Bacia?

---

---

---

### 3.3 Amparos Técnicos

Como a Entidade Equiparada poderia melhorar sua atuação junto ao Comitê da Bacia?

---

---

---

### 3.4 Proatividade

Como a Entidade Equiparada poderia melhorar sua atuação junto ao Comitê da Bacia?

---

---

---

### 3.5 Recursos Financeiros

Como a Entidade Equiparada poderia melhorar sua atuação junto ao Comitê da Bacia?

---

---

---

### 3.6 Institucional

Como a Entidade Equiparada poderia melhorar sua atuação junto ao Comitê da Bacia?

---

---

---

## AVALIAÇÃO DA COBRANÇA PELOS USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS

Bacia \_\_\_\_\_

ABORDAGEM: Bom dia, boa tarde, boa noite. Meu nome é ....., trabalho para a empresa \_\_\_\_\_ e estou fazendo uma pesquisa sobre a gestão dos recursos hídricos nesta bacia hidrográfica.

( . ) Entrevistador: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ Horário: \_\_\_:\_\_\_

( . ) Cidade de realização da pesquisa: \_\_\_\_\_

Empreendimento/Usuário: \_\_\_\_\_

### CONTATO:

NOME: \_\_\_\_\_ CARGO: \_\_\_\_\_

TELEFONE: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_

CIDADE: \_\_\_\_\_ ESTADO: \_\_\_\_\_

### SEGMENTO:

- 1  Indústrias                      2  Abastecimento e Saneamento  
3  Geração de Energia        4  Irrigação  
5  Criação animal                6  Turismo e lazer  
7  Mineração                      8  Outros

### HÁ QUANTO TEMPO O SR(A). PAGA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS?

- 1  até 3 anos  
2  de 4 até 6 anos  
3  acima de 7 anos  
4  não sei

### Nível de conhecimento sobre o Comitê

A) O Sr(a) conhece ou já ouviu falar do Comitê da Bacia- nome?

1. Sim 2. Não

B) Já foi ou é membro do Comitê da Bacia - nome?

1. Sim, atualmente sou membro  
2. Sim, já fui e quero voltar a ser  
3. Sim, já fui e não quero ser mais  
4. Não e quero ser  
5. Não e não quero ser

C) Qual foi a última vez que o Sr(a). tomou conhecimento de uma reunião do Comitê da Bacia- nome?

1. Menos de um ano  
2. Entre um e três anos  
3. Mais de três anos  
4. Nunca

D) Qual foi a última vez que o Sr(a). tomou conhecimento de uma deliberação do Comitê da Bacia- nome?

1. Menos de um ano  
2. Entre um e três anos  
3. Mais de três anos  
4. Nunca

	<p>E) O Sr(a). sabe quem lhe representa hoje no <b>Comitê da Bacia- nome?</b></p> <p><b>1. Sim 2.Não</b></p> <p>E.1) Se sim, qual o nome do representante e/ou entidade_____</p>
	<p>F) O seu representante mantém diálogo sobre as discussões de cobrança e sua aplicação no <b>Comitê da Bacia- nome?</b></p> <p><b>1. Sim 2.Não</b></p>
	<p>G) O Sr(a). acha que as decisões do <b>Comitê da Bacia- nome</b> contribuem para a gestão dos recursos hídricos da bacia?</p> <p><b>1. totalmente</b>  <b>2. muito</b>  <b>3. nem muito, nem pouco</b>  <b>4. pouco</b>  <b>5. nada</b></p> <p><b>6. não sei</b></p>
<b>Nível de conhecimento sobre a Entidade Delegatária de funções de Agência de Água</b>	
	<p>H) O Sr(a) conhece ou já ouviu falar da <b>Entidade Delegatária- nome?</b></p> <p><b>1. Sim 2.Não</b></p>
	<p>I) O Sr(a) conhece as funções que são desempenhadas pela <b>Entidade Delegatária- nome?</b></p> <p><b>1. Sim 2.Não</b></p>
	<p>J) O Sr(a) acha que a atuação da <b>Entidade Delegatária- nome</b> contribui para a gestão dos recursos hídricos da bacia?</p> <p><b>1. totalmente</b>  <b>2. muito</b>  <b>3. nem muito, nem pouco</b>  <b>4. pouco</b>  <b>5. nada</b></p> <p><b>6. não sei</b></p>
<b>Nível de conhecimento sobre a cobrança pelo uso de recursos hídricos.</b>	
	<p>K) O Sr(a) conhece os OBJETIVOS desta cobrança?</p> <p><b>1. totalmente</b>  <b>2. muito</b>  <b>3. nem muito, nem pouco</b>  <b>4. pouco</b>  <b>5. Não conhece</b></p>
	<p>L) O Sr(a) conhece os mecanismos e valores de cobrança praticados na bacia?</p> <p><b>1. totalmente</b>  <b>2. muito</b>  <b>3. nem muito, nem pouco</b>  <b>4. pouco</b>  <b>5. Não conhece</b></p>

	<p>M) Segundo o que o Sr(a). conhece do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, quem propõe a cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia?</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Entidade Delegatária- nome</li> <li>2. Comitê de Bacia- nome</li> <li>3. Órgão Gestor de Recursos Hídricos (Agência Nacional de Águas ou órgão gestor estadual)</li> <li>4. Conselhos de Recursos Hídricos</li> <li>5. Governo</li> <li>6. Não sei</li> </ol>
	<p>N) Em sua opinião, o que poderia ser feito para aprimorar os mecanismos e valores da cobrança pelo uso de recursos hídricos?</p>
<b>Nível de conhecimento sobre o montante e aplicação dos recursos oriundos da cobrança</b>	
	<p>O) O Sr(a) tem conhecimento de quanto é ARRECADADO por meio da cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia?</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Totalmente</li> <li>2. Muito</li> <li>3. Nem muito, nem pouco</li> <li>4. Pouco</li> <li>5. Nada</li> </ol>
	<p>P) Segundo o que o Sr(a). conhece do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, quem decide como são aplicados os valores arrecadados com a cobrança na bacia?</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Entidade Delegatária- nome</li> <li>2. Comitê de Bacia- nome</li> <li>3. Órgão Gestor de Recursos Hídricos (Agência Nacional de Águas ou órgão gestor estadual)</li> <li>4. Conselhos de Recursos Hídricos</li> <li>5. GOVERNO</li> <li>6. Não sei</li> </ol>
	<p>Q) O Sr(a) tem conhecimento das AÇÕES que vem sendo IMPLEMENTADAS com os recursos gerados com cobrança pelo uso de recursos hídricos?</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Totalmente</li> <li>2. Muito</li> <li>3. Nem muito, nem pouco</li> <li>4. Pouco</li> <li>5. Nada</li> </ol>
	<p>R) Que sugestão o Sr(a) daria no sentido de melhorar a aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos?</p>
	<p>S) O Sr(a) ou seu empreendimento já tentou utilizar os valores arrecadados com a cobrança para implementar algum projeto?</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Sim 2. Não</li> </ol>

	<p>T) Dentre as alternativas abaixo, em quais delas devem ser aplicados prioritariamente os recursos arrecadados com a cobrança? (assinale 3 alternativas)</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. <b>Projetos básicos/executivos de estações de tratamento de esgotos ou de efluentes industriais</b> (de modo a pleitear os recursos para a execução das obras em outras fontes de financiamento)</li> <li>2. <b>Construção de estações de tratamento de esgotos</b></li> <li>3. <b>Execução de projetos de controle de erosão e replantio de matas</b></li> <li>4. <b>Programas de educação ambiental</b></li> <li>5. <b>Projetos básicos/executivos de controle/redução de perdas em sistemas de abastecimento de água</b> (de modo a pleitear os recursos para a execução das obras em outras fontes de financiamento)</li> <li>6. <b>Execução de projetos de controle/redução de perdas em sistemas de abastecimento de água</b></li> <li>7. <b>Programas de capacitação dos usuários</b></li> <li>8. <b>Programas de uso eficiente ou reuso de efluentes</b></li> <li>9. <b>Projetos de uso racional de recursos hídricos na irrigação</b></li> <li>10. <b>Projetos de uso racional de recursos hídricos na indústria</b></li> <li>11. <b>Outros</b> _____</li> </ol>
<b>Com relação à gestão dos recursos hídricos em seu empreendimento</b>	
	<p>U) Quais fatores induzem o seu empreendimento a racionalizar o uso da água? (assinale até duas alternativas)</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. <b>Consciência ambiental</b></li> <li>2. <b>Escassez de água</b></li> <li>3. <b>Legislação e fiscalização</b></li> <li>4. <b>Certificações ambientais (como a ISO 14000, exigência do mercado)</b></li> <li>5. <b>Redução de custos</b></li> <li>6. <b>Cobrança pelo uso de recursos hídricos</b></li> <li>7. <b>nenhum</b></li> <li>8. <b>outro</b> _____</li> </ol>
	<p>V) A cobrança pelo uso de recursos hídricos fez com que o empreendimento racionalizasse o uso da água?</p> <p style="text-align: center;"><b>1. Sim 2. Não</b></p>
	<p>W) Nos próximos anos, a atividade do seu empreendimento:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. <b>Crescerá</b></li> <li>2. <b>ficará no mesmo nível</b></li> <li>3. <b>reduzirá</b></li> </ol>
	<p>X) Para atender a essa atividade futura, o seu consumo de água:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. <b>aumentará</b></li> <li>2. <b>ficará no mesmo nível</b></li> <li>3. <b>reduzirá</b></li> </ol>
	<p>Y) Em sua opinião, a cobrança que vem sendo realizada na bacia induzirá os usuários a racionalizarem o uso da água?</p> <p style="text-align: center;"><b>1. Sim 2. Não</b></p>
	<p>Z) Em situações de escassez hídrica, você acha que o preço cobrado pelo uso da água deveria ser maior?</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. <b>Sim, porque</b> _____</li> <li>2. <b>Não, porque</b> _____</li> </ol>

	<p>AA) Em sua opinião, quais são a(s) consequência(s) da cobrança em uma bacia hidrográfica? (assinale quantas quiser)</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Proporciona o reconhecimento da água como bem econômico e dá ao usuário a indicação de seu real valor</li> <li>2. Incentiva a racionalização do uso da água</li> <li>3. Arrecada recursos financeiros para serem investidos na bacia hidrográfica</li> <li>4. Não onera o usuário de recursos hídricos e traz benefícios para a bacia hidrográfica</li> <li>5. Não onera o usuário de recursos hídricos e não traz benefícios para a bacia hidrográfica</li> <li>6. Onera os usuários de recursos hídricos e traz benefícios para a gestão de recursos hídricos</li> <li>7. Onera os usuários de recursos hídricos e não traz nenhum benefício para a gestão de recursos hídricos</li> </ol>
	<p>BB) Seu empreendimento é favorável à cobrança pelo uso de recursos hídricos?</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Sim</li> <li>2. Não</li> </ol>
	<p>CC) Qual é o percentual da cobrança sobre o custo total de seu empreendimento?</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Menos de 0,5%</li> <li>2. De 0,5% a 1,0%</li> <li>3. De 1,0% a 2,0%</li> <li>4. De 2,0% a 5,0%</li> <li>5. Mais de 5%</li> <li>6. Não sei</li> </ol>
	<p>DD) O Sr(a). concorda que os preços cobrados sejam revisados para corrigir as perdas inflacionárias?</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Sim, porque _____</li> <li>2. Não, porque _____</li> </ol>
<p>Finalizando, o Sr(a) gostaria de registrar alguma crítica ou sugestão relacionada à gestão dos recursos hídricos da bacia hidrográfica?</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>	
<p>A _____ agradece por sua participação e tenha um (a) Bom (a) Dia, Tarde, Noite!!!</p>	



# RELATÓRIO ESTATÍSTICO

## Produto 3

## Pesquisa de Opinião

ATO CONVOCATÓRIO Nº 08/2015

**Contrato:** Nº 35/2015

“Avaliação sobre o atendimento dos objetivos da cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia hidrográfica do Rio Doce”

**Contratante: IBIO AGB DOCE**



Dezembro 2015

# RELATÓRIO ESTATÍSTICO

## Produto 3

## Pesquisa de Opinião

ATO CONVOCATÓRIO Nº 08/2015

**Contrato: N° 35/2015**

“Avaliação sobre o atendimento dos objetivos da cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia hidrográfica do Rio Doce”

Contratada: IMPOM PESQUISAS E  
INTELIGÊNCIA COMPETITIVA LTDA



Dezembro 2015

### Apresentação da Equipe:

Milaine de Andrade – Diretora Técnica de Projetos - Administradora de Empresa –  
CRA/MG: 37.132;

Luiz Angelo Magalhães Gomes – Diretor Operacional de Projetos - Especialista em  
Pesquisa de Marketing.

Lawrence de Andrade - Analista de Mercado - Mestre em Ciências Naturais na Área  
de Concentração: Geologia Ambiental e Conservação de Recursos Naturais do  
Programa de Pós-Graduação em Evolução Crustal e Recursos Naturais.  
Departamento de Geologia – DEGEO, Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP,  
Minas Gerais, Brasil.

<b>Avaliação sobre o atendimento dos objetivos da cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia hidrográfica do Rio Doce</b>
--

Relatório Estatístico – Produto 3 – Pesquisa de Opinião
---

Elaborado por: Luiz Angelo Magalhães Gomes	Supervisionado por: Milaine de Andrade		
Aprovado por: Milaine de Andrade	Revisão	Finalidade	Data
	1ª	3	29/12/15
Legenda Finalidade: [1] Para Informação [2] Para Comentário <b>[3] Para Aprovação</b>			



IMPOM PESQUISAS E INTELIGÊNCIA COMPETITIVA LTDA  
Rua São Romão, 166 – Loja 10 – Santo Antônio  
Belo Horizonte – MG – CEP: 30.330-120  
Luiz Angelo Magalhães Gomes 031 3317-0201

## **Apresentação**

A IMPOM PESQUISAS E INTELIGÊNCIA COMPETITIVA contratada pelo IBIO AGB DOCE para realizar esse Projeto de Pesquisa é uma empresa que desenvolve e executa projetos de pesquisas de marketing, social, política, mídia e opinião pública, bem como presta consultoria de marketing e de inteligência competitiva. Tem como missão atuar no tratamento de dados primários e secundários, transformando-os em informações mercadológicas confiáveis e com elevado padrão de qualidade, de forma a atender às necessidades dos nossos Clientes.

Dentro desse contexto, apresenta neste Documento Técnico (Relatório Estatístico) denominado Produto 3, o resultado da pesquisa de opinião que teve como premissa uma avaliação sobre o atendimento dos objetivos da cobrança pelo uso de recursos hídricos nas sub-bacias hidrográficas do Rio Doce (UGRH PIRANGA, UGRH PIRACICABA, UGRH SANTO ANTÔNIO, UGRH SUAÇUÍ, UGRH CARATINGA e UGRH MANHUAÇU), através de tabelas de frequência de cada variável em estudo.



Milaine de Andrade Magalhães Gomes

Diretora Técnica

CRA/MG: 37.132

## Sumário

	Pág.
I – INTRODUÇÃO .E CONTEXTUALIZAÇÃO .....	07
II – OBJETIVOS .....	07
III – METODOLOGIA .....	08
IV – PLANO AMOSTRAL .....	09
V – PLANO DE TRATAMENTO DOS DADOS .....	13
VI – APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS .....	14
VII – TABELAS DE FREQUÊNCIA DO RESULTADO GERAL.....	15
VIII – TABELAS DE FREQUÊNCIA DO RESULTADO DS UGRH PIRANGA.....	25
IX – TABELAS DE FREQUÊNCIA DO RESULTADO DA UGRH PIRACICABA .....	34
X – TABELAS DE FREQUÊNCIA DO RESULTADO DA UGRH SANTO ANTÔNIO .....	43
XI – TABELA DE FREQUÊNCIA DO RESULTADO DA UGRH SUAÇUI .....	51
XII – TABELA DE FREQUÊNCIA DO RESULTADO DA UGRH CARATINGA .....	60
XII – TABELA DE FREQUÊNCIA DO RESULTADO DA UGRH MANHUAÇU .....	66

## **Lista de Figuras**

	Pág.
I – FIGURA 2 - FÓRMULA DE DIMENSIONAMENTO DA AMOSTRA .....	09

## **Lista de Tabelas**

	Pág.
I – TABELA 1 – DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA POR SEGMENTO .....	11
II – TABELA 1 – DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA POR FAIXA DE USUÁRIO .....	12
III - TABELAS DE FREQUÊNCIA DO RESULTADO GERAL .....	15
IV – TABELAS DE FREQUÊNCIA DO RESULTADO DA UGRH PIRANGA.....	25
V – TABELAS DE FREQUÊNCIA DO RESULTADO DA UGRH PIRACICABA .....	34
VI – TABELAS DE FREQUÊNCIA DO RESULTADO DA UGRH SANTO ANTÔNIO .....	43
VII – TABELA DE FREQUÊNCIA DO RESULTADO DA UGRH SUAÇUI .....	51
VIII – TABELA DE FREQUÊNCIA DO RESULTADO DA UGRH CARATINGA .....	60
IX – TABELA DE FREQUÊNCIA DO RESULTADO DA UGRH MANHUAÇU .....	66

## **1. INTRODUÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO**

O Documento Técnico (Relatório Estatístico) denominado Produto 3 é o terceiro produto previsto no Contrato N° 35/2015, firmado entre o IBIO AGB DOCE e IMPOM Pesquisas e Inteligência Competitiva, com objeto “CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA ESPECIALIZADA PARA DESENVOLVIMENTO E APLICAÇÃO DE METODOLOGIA DE PESQUISA PARA AVALIAÇÃO SOBRE O ATENDIMENTO DOS OBJETIVOS DA COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HIDRICOS, NA BACIA HIDROGRAFICA DO RIO DOCE”

Alinhado com as especificações do Termo de Referência, o mesmo apresenta os resultados da pesquisa através de tabelas de frequência do resultado Geral, por Segmento de Usuário, por Porte de Usuário por valores pagos e por UGRH, bem como descreve a metodologia de forma sucinta que norteou os objetivos necessários ao cumprimento do escopo do referido Contrato. O detalhamento da metodologia encontra-se no Documento Técnico Produto 2. Para tanto, o presente documento foi estruturado nos seguintes itens:

- Introdução e contextualização;
- Objetivos Gerais e Específicos;
- Metodologia;
- Plano Amostral;
- Plano de Tratamento dos Dados;
- Apresentação dos Resultados.

## **2. OBJETIVOS**

### **2.1. Geral**

Colher e analisar informações que possibilite conhecer a percepção dos usuários cobrados sobre o atendimento dos objetivos da cobrança pelo uso de recursos hídricos, na bacia hidrográfica do Rio Doce.

## 2.2. Específicos

- Caracterizar o perfil dos usuários por segmento, porte, tipo de usuário, tempo que paga pelo uso de recursos hídricos e por UGRH, na bacia hidrográfica do Rio Doce;
- Medir o nível de conhecimento sobre o Comitê da bacia do Rio Doce – CBH Doce;
- Medir o nível de conhecimento sobre a entidade delegatária de funções de agência de água – IBIO AGB DOCE;
- Medir o nível de conhecimento sobre a cobrança pelo uso de recursos hídricos;
- Medir o nível de conhecimento sobre o montante e aplicação dos recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos;
- Identificar a gestão de recursos hídricos, implantadas nos próprios empreendimentos dos usuários cobrados;
- Colher críticas e sugestões pela cobrança de recursos hídricos da bacia do Rio Doce.

## 3. METODOLOGIA

Para o alcance dos objetivos propostos, foi utilizada a técnica de pesquisa QUANTITATIVA “*Survey*” do tipo, **descritiva** e **corte-transversal** que, consiste na aplicação de questionário estruturado em uma amostra do universo a ser pesquisado. Essa técnica permite a construção de tabelas de frequência, cruzamentos de variáveis e diversos outros tratamentos estatísticos que se mostrem necessários à análise do estudo em questão (vide Documento Técnico Produto 2).

### Público Alvo

O público alvo para este estudo foi composto por usuários cobrados de recursos hídricos nas Sub-Bacias do Rio Doce (UGRH PIRANGA, UGRH PIRACICABA, UGRH SANTO ANTÔNIO, UGRH SUAÇUÍ, UGRH CARATINGA e UGRH MANHUAÇU).

### Coleta dos Dados

A coleta dos dados foi da responsabilidade da IMPOM PESQUISAS através de ENTREVISTAS POR TELEFONE descrito no TDR e tendo como instrumento de



coleta um QUESTIONÁRIO estruturado que foi encaminhado pela contratante. A primeira versão deste QUESTIONÁRIO foi elaborada pela Agência Nacional de Águas – ANA e ajustados pela entidade delegatária IBIO AGB DOCE em processo interativo com a IMPOM PESQUISAS. Por se tratar de uma versão num formato de QUESTIONÁRIO para pesquisa de AUTO-PREENCHIMENTO, se fez necessário a adequação de suas perguntas/questões para atender tecnicamente a metodologia de pesquisa POR TELEFONE proposta pela IMPOM PESQUISAS, tendo o cuidado necessário para manter o mesmo sentido do conteúdo original de suas perguntas/questões. O questionário consta do anexo do Produto 2 – Documento Técnico.

### **Trabalho de Coleta dos Dados**

O trabalho de coleta dos dados foi realizado por equipe de entrevistadores e supervisores devidamente treinados em técnicas de entrevistas e supervisionados pela direção da IMPOM PESQUISAS, tendo como premissa o nível de exigência recomendado pela **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA D EMPRESAS DE PESQUISA – ABEP**, da qual a IMPOM PESQUISAS é filiada.

## **4. PLANO AMOSTRAL**

### **Dimensionamento da Amostra**

**Ajuste do Universo:** No Documento Técnico – Produto 2, foi feita a observação a seguinte observação:

No caso da Companhia de Saneamento Básico de Minas Gerais – COPASA, para efeito da pesquisa ela será pesquisada apenas uma vez pelo responsável técnico da área de meio ambiente que se encontra em Belo Horizonte, motivo pelo qual o UNIVERSO real que era de **396** usuários cai para **310** usuários.

Todavia, numa apuração posterior ficou constatado que havia duplicidade também de outros usuários e foi necessário refazer novamente o dimensionamento da amostra, ficando da seguinte forma:

Tabela 1 – Dimensionamento da Amostra

Unidade	Gestora	Localidade	Universo	Universo Ajustado	Amostra	Amostra Final
I	UGRH 01	Piranga	105	101	58	58
II	UGRH 02	Piracicaba	59	47	27	27
III	UGRH 03	Santo Antônio	54	54	30	30
IV	UGRH 04	Suaçui	30	30	17	23
V	UGRH 05	Caratinga	15	14	8	8
VI	UGRH 06	Manhuaçu	47	45	26	26
<b>Total</b>	-	-	310	291	166	172

Para um UNIVERSO de **291** usuários de recursos hídricos da bacia do Rio Doce e considerando um nível de confiança de **95%** e uma margem de erro de 4,77%, o tamanho da amostra foi de **172** elementos, ou seja, foram entrevistados **172** usuários, conforme fórmula abaixo:

Figura 1 – Fórmula de Dimensionamento da Amostra

$$n = \frac{N}{1 + \frac{N-1}{PQ} \times \left(\frac{d}{Z_{\alpha/2}}\right)^2} = \frac{291}{1 + \frac{290}{0,25} \times \left(\frac{0,0477}{1,96}\right)^2} = 172$$

Onde,

N → Universo a ser pesquisado (291)

1-α → Nível de confiança (95%)

d → erro amostral (4,77%)

PQ → variabilidade populacional (0,25)

q → 1 - p

**Limitações:** Diante das dificuldades encontradas no decorrer do trabalho de coleta dos dados, tais como: telefones errados; telefones que não completavam ligações; telefones que caíam em secretária eletrônica e não retornavam a ligação; recusas;

dentre outras ocorrências, impossibilitou de seguir a risca o Plano Amostral desenhado no Documento Técnico – Produto 2, sendo necessário recorrer a todos os **291** usuários que constavam da listagem de forma censitária para o alcance de **172** usuários que foram entrevistados na pesquisa. Todas as ocorrências foram registradas caso a caso na listagem fornecida pelo IBIO AGB DOCE gerando um documento a parte em planilha em Excel. Dessa forma, a amostra foi probabilística não proporcional, ou seja, a amostra dos estratos não foi proporcional à extensão desses no universo.

### Distribuição da Amostra

Diante das limitações relatadas acima, a amostra foi distribuída da seguinte forma, conforme tabelas a seguir:

Tabela 2 – Distribuição da Amostra por Segmento

Segmento	Amostra
Diversos	46
Outro	39
Indústria	26
Abastecimento e saneamento	17
Mineração	15
Criação de Animais	15
Irrigação	8

<b>Geração de Energia</b>	<b>3</b>
<b>Turismo e Lazer</b>	<b>3</b>
<b>Total</b>	<b>172</b>

Tabela 3 – Distribuição da Amostra por Faixa de Usuário

<b>Faixa</b>	<b>Valor Pago (\$)</b>	<b>Amostra</b>
<b>A</b>	Acima de 10.000,00	31
<b>B</b>	De 5.000 a 10.000,00	15
<b>C</b>	Abaixo de 5.000,00	66
<b>-</b>	Não sabe informar	60
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>172</b>

Tabela 4 – Distribuição da Amostra por UGRH

UGRH	GESTORA	Amostra
01	Piranga	58
02	Piracicaba	27
03	Santo Antônio	30
04	Suaçuí	23
05	Caratinga	8
06	Manhuaçu	26
<b>Total</b>	-	172

## 5. PLANO DE TRATAMENTO DOS DADOS

### Tratamento dos Dados

O tratamento dos dados coletados foi da responsabilidade da IMPOM PESQUISAS E INTELIGÊNCIA COMPETITIVA.

### Tabulação dos Dados

Os dados foram tabulados através do software LE SPHINX, trata-se de software estatístico que permite tratamentos de dados qualitativos e quantitativos que gera tabelas de frequência e gráficos ilustrativos das variáveis em estudo.

## **6. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS**

A seguir são apresentados os resultados da pesquisa através de tabelas de frequência e gráficos, assim caracterizados:

- 6.1. Tabelas de Frequência do Resultado Geral;
- 6.2. Tabelas de Frequência do Resultado da UGRH PIRANGA;
- 6.3. Tabelas de Frequência do Resultado da UGRH PIRACICABA;
- 6.4. Tabelas de Frequência do Resultado da UGRH SANTO ANTÔNIO;
- 6.5. Tabelas de Frequência do Resultado da UGRH SUAÇUI;
- 6.6. Tabelas de Frequência do Resultado da UGRH CARATINGA;
- 6.7. Tabelas de Frequência do Resultado da UGRH MANHUAÇU.

## 6.1. Tabelas de frequência do Resultado Geral

### PERFIL DO ENTREVISTADO

01. Segmento:			
DIVERSOS	46	26,7%	
OUTRO	39	22,7%	
INDÚSTRIA	26	15,1%	
ABASTECIMENTO E SANEAMENTO	17	9,9%	
MINERAÇÃO	15	8,7%	
criação de animal	15	8,7%	
IRRIGAÇÃO	8	4,7%	
GERAÇÃO DE ENERGIA	3	1,7%	
TURISMO E LAZER	3	1,7%	
<b>Total</b>	<b>172</b>	<b>100,0%</b>	

02. Qual é o valor da TAXA ANUAL que o seu empreendimento paga pelo uso dos Recursos Hídricos da Bacia do Rio Doce?			
MENOS DE 5 MIL REAIS	66	38,4%	
DE 5 MIL A DEZ MIL REAIS, ou	15	8,7%	
ACIMA DE 10 MIL REAIS	31	18,0%	
NÃO SABE/NÃO RESPONDEU	60	34,9%	
<b>Total</b>	<b>172</b>	<b>100,0%</b>	

03. Há quanto tempo o (a) Sr (a) está pagando pelo uso de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Doce?			
ATÉ 3 ANOS	47	27,3%	
DE 4 ATÉ 6 ANOS	45	26,2%	
ACIMA DE 7 ANOS	23	13,4%	
NÃO SABE INFORMAR	57	33,1%	
<b>Total</b>	<b>172</b>	<b>100,0%</b>	

### NÍVEL DE CONHECIMENTO SOBRE O COMITÊ DA BACIA DO RIO DOCE – CBDOCE

04. O (a) Sr (a) conhece ou já ouviu falar do Comitê da Bacia do Rio Doce?			
SIM - CONHECE	88	51,2%	
SIM - SÓ DE OUVIR FALAR	56	32,6%	
NÃO	28	16,3%	
<b>Total</b>	<b>172</b>	<b>100,0%</b>	

05. □ (a) Sr (a) já foi ou é membro do Comitê da Bacia do Rio Doce			
SIM, ATUALMENTE SOU MEMBRO	31	35,2%	
SIM, JÁ FUI E QUERO VOLTAR A SER	7	8,0%	
SIM, JÁ FUI E NÃO QUERO SER MAIS	2	2,3%	
NÃO, E GOSTARIA DE SER	28	31,8%	
NÃO, E NÃO GOSTARIA DE SER	20	22,7%	
<b>Total</b>	<b>88</b>	<b>100,0%</b>	

06. □ Qual foi a última vez que o (a) Sr (a) tomou conhecimento de uma reunião do Comitê da Bacia do Rio Doce			
MENOS DE 1 ANO	61	69,3%	
ENTRE 1 E 3 ANOS	11	12,5%	
MAIS DE 3 ANOS	2	2,3%	
NUNCA	14	15,9%	
<b>Total</b>	<b>88</b>	<b>100,0%</b>	

07. □ Qual foi a última vez que o (a) Sr (a) tomou conhecimento de uma deliberação do Comitê da Bacia do Rio Doce?			
MENOS DE 1 ANO	49	55,7%	
ENTRE 1 E 3 ANOS	10	11,4%	
MAIS DE 3 ANOS	5	5,7%	
NUNCA	24	27,3%	
<b>Total</b>	<b>88</b>	<b>100,0%</b>	

08. □ Qual o nome do representante e/ou entidade que lhe representa hoje no Comitê da Bacia do Rio Doce?			
ÓRGÃO PÚBLICO MUNICIPAL/ESTADUAL/FEDERAL	26	29,5%	
NÃO TEM	22	25,0%	
EMPRESA DE CONSULTORIA/CONSULTOR AMBIENTAL	12	13,6%	
NÃO SABE INFORMAR	10	11,4%	
RESPONSÁVEL PELO MEIO AMBIENTE NA EMPRESA	8	9,1%	
O PRÓPRIO USUÁRIO	8	9,1%	
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA	2	2,3%	
<b>Total</b>	<b>88</b>	<b>100,0%</b>	

09. □ O seu representante mantém diálogo sobre as discussões de cobrança e a sua aplicação no Comitê da Bacia do Rio Doce?			
SIM	47	53,4%	
NÃO	41	46,6%	
<b>Total</b>	<b>88</b>	<b>100,0%</b>	



**10. O (a) Sr (a) considera que as decisões do Comitê da Bacia do Rio Doce contribuem ou não para a gestão dos recursos hídricos da bacia?**

TOTALMENTE	20	22,7%
MUITO	36	40,9%
PARCIALMENTE	17	19,3%
POUCO, ou	6	6,8%
NADA	2	2,3%
NÃO SABE INFORMAR	7	8,0%
<b>Total</b>	<b>88</b>	<b>100,0%</b>

**NÍVEL DE CONHECIMENTO SOBRE A ENTIDADE DELEGATÁRIA DE FUNÇÕES DE AGÊNCIA DE ÁGUA - IBIO AGB DOCE**

**11. O (a) Sr (a) conhece ou já ouviu falar do IBIO AGB DOCE entidade delegatária de funções de agência de água?**

SIM	77	44,8%
NÃO	95	55,2%
<b>Total</b>	<b>172</b>	<b>100,0%</b>

**12. O (a) Sr (a) conhece ou não as funções desempenhadas pelo IBIO AGB DOCE?**

SIM	52	67,5%
NÃO	25	32,5%
<b>Total</b>	<b>77</b>	<b>100,0%</b>

**13. O (a) Sr (a) considera que a atuação do IBIO AGB DOCE contribui ou não para a gestão dos recursos hídricos da bacia do Rio Doce?**

TOTALMENTE	12	15,6%
MUITO	32	41,6%
PARCIALMENTE	20	26,0%
POUCO, ou	3	3,9%
NÃO SABE INFORMAR	10	13,0%
<b>Total</b>	<b>77</b>	<b>100,0%</b>

**NÍVEL DE CONHECIMENTO SOBRE A COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS**

14. O (a) Sr (a) conhece ou não os objetivos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos?			
TOTALMENTE	19	11,0%	
MUITO	17	9,9%	
PARCIALMENTE	62	36,0%	
POUCO, ou	25	14,5%	
NÃO CONHECE	49	28,5%	
<b>Total</b>	<b>172</b>	<b>100,0%</b>	

15. O (a) Sr (a) conhece ou não os mecanismos e valores de cobrança praticados na bacia?			
TOTALMENTE	10	5,8%	
MUITO	13	7,6%	
PARCIALMENTE	35	20,3%	
POUCO, ou	19	11,0%	
NÃO CONHECE	95	55,2%	
<b>Total</b>	<b>172</b>	<b>100,0%</b>	

16. Segundo o que o (a) Sr (a) conhece do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Quem propõe a cobrança pelo uso dos recursos hídricos na bacia?			
CEHDOCE - COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOCE	20	26,0%	
GOVERNO	20	26,0%	
ÓRGÃO GESTOR DE RECURSOS HÍDRICOS (ANA - AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS OU ÓRGÃO GESTOR ESTADUAL)	19	24,7%	
NÃO SABE INFORMAR	14	18,2%	
IBIO AGB DOCE (DELEGATÁRIA)	3	3,9%	
CONSELHOS DE RECURSOS HÍDRICOS	1	1,3%	
<b>Total</b>	<b>77</b>	<b>100,0%</b>	

<b>17. Em sua opinião, o que poderia ser feito para aprimorar os mecanismos e valores da cobrança pelos recursos hídricos da bacia?</b>		
NÃO SABENÃO RESPONDEU	51	26,0%
DIVULGAR PARA AS EMPRESAS COMO É CALCULADA A FORMA DE COBRANÇA	38	19,4%
DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES DO COMITÊ	14	7,1%
TER UM ACOMPANHAMENTO OU MEDIÇÃO DO QUE É UTILIZADO	13	6,6%
INTENSIFICAR A FISCALIZAÇÃO AOS USUÁRIOS	13	6,6%
DIVULGAÇÃO E TRANSPARÊNCIA DOS RECURSOS APLICADOS	13	6,6%
MAIS INFORMAÇÕES	8	4,1%
FISCALIZAÇÃO DOS VALORES COBRADOS	7	3,6%
FAZER UM LEVANTAMENTO DE TODOS OS USUÁRIOS	6	3,1%
CONTATO DIRETO COM OS USUÁRIOS	4	2,0%
INVESTIR NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL DOS USUÁRIOS	4	2,0%
QUE A COBRANÇA GERADA SEJA REALMENTE EM BENEFÍCIO DA BACIA	2	1,0%
ENVIAR OS BOLETOS COM ANTECEDÊNCIA	2	1,0%
A FORMA DE PAGAMENTO É BOA E O PREÇO É JUSTO	2	1,0%
TER UM ESTUDO VOLTADO PARA AS PRIORIDADES DA BACIA	2	1,0%
LEVANTAMENTO DE RENDA PER CAPTA DE CADA MUNICÍPIO	2	1,0%
MANTER A PREFEITURA POR DENTRO DOS ASSUNTOS	2	1,0%
SER COBRADO DE TEMPOS EM TEMPOS EM INTERVALOS	1	0,5%
TAXA MENSAL FICARIA MAIS FÁCIL, SABER COMO É CALCULADO	1	0,5%
MAIS AGILIDADE E MENOS BUROCRÁTICO	1	0,5%
DAR AUTONOMIA PARA AS PREFEITURAS ADMINISTRAR OS RECURSOS HÍDRICOS	1	0,5%
TER UMA SEDE DO IGAM NO MUNICÍPIO PARA FACILITAR O PAGAMENTO	1	0,5%
OBRIGATORIEDADE DA COBRANÇA E FORTALECIMENTO DOS COMITES	1	0,5%
NÃO PAGA PELO USO DA ÁGUA	1	0,5%
NÃO CONHECE OS VALORES	1	0,5%
MANTER A MESMA FORMA	1	0,5%
VISITA DE TÉCNICOS PARA ORIENTAÇÃO	1	0,5%
OS VALORES PODERIAM SER MENORES	1	0,5%
PARTE DO RECURSO DEVERIA FICAR NAS EMPRESAS, PARA QUE POSSAM DESTINAR A PLANTIOS E MANUTENÇÃO DAS NASCENTES	1	0,5%
SER FEITO COM BASE NO EFETIVO E NÃO NA VAZÃO OUTORGADA	1	0,5%
<b>Total</b>	<b>196</b>	<b>100,0%</b>

**NÍVEL DE CONHECIMENTO SOBRE O MONTANTE E APLICAÇÃO DOS RECURSOS ORIUNDOS DA COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS**

<b>18. O(a) Sr(a) tem conhecimento ou não de quanto é ARRECADADO por meio da cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia?</b>		
TOTALMENTE	2	1,2%
MUITO	5	2,9%
PARCIALMENTE	12	7,0%
POUCO, ou	6	3,5%
NÃO CONHECE	147	85,5%
<b>Total</b>	<b>172</b>	<b>100,0%</b>

**19. Segundo o que o (a) Sr (a) conhece do SISTEMA NACIONAL DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS - SINGREH, quem decide como são aplicados os valores arrecadados com a cobrança na bacia?**

CEBDOCE - COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOCE	14	56,0%
NÃO SABE INFORMAR	7	28,0%
CONSELHOS DE RECURSOS HÍDRICOS	2	8,0%
IBIO AGB DOCE (DELEGATÁRIA)	2	8,0%
<b>Total</b>	<b>25</b>	<b>100,0%</b>

**20. O(a) Sr (a) tem conhecimento ou não das AÇÕES que vem sendo IMPLEMENTADAS com os recursos gerados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos?**

TOTALMENTE	7	4,1%
MUITO	11	6,4%
PARCIALMENTE	31	18,0%
POUCO, ou	26	15,1%
NADA	97	56,4%
<b>Total</b>	<b>172</b>	<b>100,0%</b>

**21. Que sugestões o (a) Sr (a) daria no sentido de melhorar a APLICAÇÃO dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos?**

PROTEÇÃO/RECUPERAÇÃO DAS NASCENTES	44	20,7%
NENHUMA	30	14,1%
INVESTIR NA RECONSTRUÇÃO DAS MATAS CILIARES	23	10,8%
DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS IMPLANTADOS E EXECUTADOS	20	9,4%
SANEAMENTO BÁSICO	16	7,5%
FISCALIZAÇÃO EFICAZ	12	5,6%
DIVULGAR O DESTINO DAS APLICAÇÕES/INTERNET	12	5,6%
PROJETOS PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL	8	3,8%
TRATAMENTO DO ESGOTO	7	3,3%
TRAZER MAIS BENEFÍCIOS PARA A BACIA	5	2,3%
NÃO SABE/NÃO RESPONDEU	5	2,3%
APLICAÇÃO DE ACORDO COM A REALIDADE DE CADA MUNICÍPIO	4	1,9%
MELHORAR A GESTÃO DOS RECURSOS	4	1,9%
APLICAR OS RECURSOS EM CONTRATAÇÕES DE PROFISSIONAIS, PARA ORIENTAR OS USUÁRIOS	3	1,4%
APLICAR OS RECURSOS NA CRIAÇÃO DE SUB-COMITÊS OU SUB-BACIAS	3	1,4%
REDUZIR A BUROCRACIA PARA O DESEMBOLSO DO RECURSO	3	1,4%
TER MAIS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	3	1,4%
CRIAR UMA FORMA DE PARTICIPAÇÃO ONLINE	2	0,9%
CAPACITAÇÃO DOS MUNICÍPIOS E DOS COMITÊS	2	0,9%
ATUAR JUNTO AOS INADIPLENTES	1	0,5%
REDESENHO DAS MICROS-BACIAS ENTENDERÁ AS FRAQUEZAS E AMEAÇAS	1	0,5%
PARTICIPAÇÃO DE TODOS OS USUÁRIOS NAS REUNIÕES	1	0,5%
DIVULGAR AOS CONSULTORES AMBIENTAIS	1	0,5%
CONSULTA AOS USUÁRIOS	1	0,5%
CAPTAÇÃO DE RECURSOS JUNTO AOS ÓRGÃOS FEDERAIS	1	0,5%
O RECURSO DEVERIA SER INVESTIDO NA CIDADE E NÃO NA ROÇA	1	0,5%
<b>Total</b>	<b>213</b>	<b>100,0%</b>

**22. O (a) Sr (a) ou o seu empreendimento já tentou utilizar ou não os valores arrecadados com a cobrança para implementar algum projeto?**

SIM	27	15,7%
NÃO	145	84,3%
<b>Total</b>	<b>172</b>	<b>100,0%</b>

**23. Dentre as alternativas que citei, me informe 3 (três) delas que o (a) Sr (a) considera que deve ser prioritárias na aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança?**

CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTOS	118	24,1%
PROJETOS DE CONTROLE DE EROSIÃO E REPLANTIO DE MATAS	117	23,8%
PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	74	15,1%
PROJETOS BÁSICOS/EXECUTIVOS DE ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTOS OU DE EFLUENTES INDUSTRIAIS	70	14,3%
PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO DOS USUÁRIOS	31	6,3%
PROJETOS BÁSICOS/EXECUTIVOS DE CONTROLE/REDUÇÃO DE PERDAS EM SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	27	5,5%
PROGRAMAS DE USO EFICIENTE OU REUSO DE EFLUENTES	26	5,3%
PROJETOS DE USO RACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS NA IRRIGAÇÃO	13	2,7%
PROJETOS DE USO RACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS NA INDÚSTRIA	10	2,0%
NENHUMA	1	0,2%
FISCALIZAR REQUERIMENTOS JUNTO A SUPERINTENDÊNCIA REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL	1	0,2%
PROTEÇÃO DAS NASCENTES	1	0,2%
<b>Total</b>	<b>489</b>	<b>100,0%</b>

## GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS NO PRÓPRIO EMPREENDIMENTO

**24. Quais fatores que eu vou citar induzem o seu empreendimento a racionalizar o uso da água?**

ESCASSES DE ÁGUA	128	40,4%
CONSCIÊNCIA AMBIENTAL	113	35,6%
REDUÇÃO DE CUSTOS	30	9,5%
LEGISLAÇÃO/FISCALIZAÇÃO	24	7,6%
COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS	14	4,4%
CERTIFICAÇÕES AMBIENTAIS (COMO A ISSO 14.000, EXIGÊNCIA DO MERCADO)	7	2,2%
NÃO SABE INFORMAR	1	0,3%
<b>Total</b>	<b>317</b>	<b>100,0%</b>

**25. A cobrança pelo uso de recursos hídricos fez com que o empreendimento racionalizasse o uso da água ou não?**

SIM	63	36,6%
PARCIALMENTE	34	19,8%
NÃO	75	43,6%
<b>Total</b>	<b>172</b>	<b>100,0%</b>

26. Nos próximos anos a atividade do seu empreendimento, diria que....			
CRESCERÁ	84	48,8%	
FICARÁ NO MESMO NÍVEL, ou	63	36,6%	
REDUZIRÁ	16	9,3%	
NÃO SABE INFORMAR	9	5,2%	
<b>Total</b>	<b>172</b>	<b>100,0%</b>	

27. Para atender a essa atividade futura, o seu consumo de água.....(			
AUMENTARÁ	62	36,0%	
FICARÁ NO MESMO NÍVEL, ou	72	41,9%	
REDUZIRÁ	35	20,3%	
NÃO SABE INFORMAR	3	1,7%	
<b>Total</b>	<b>172</b>	<b>100,0%</b>	

28. Em sua opinião, a cobrança que vem sendo realizada na bacia induzirá ou não os usuários a racionalizarem o uso da água?			
SIM	111	64,5%	
NÃO	48	27,9%	
NÃO SABE INFORMAR	13	7,6%	
<b>Total</b>	<b>172</b>	<b>100,0%</b>	

29. Em situações de escassez hídrica, o (a) Sr (a) considera que o preço cobrado pelo uso da água deveria ser maior ou não?			
SIM	63	36,6%	
NÃO	109	63,4%	
<b>Total</b>	<b>172</b>	<b>100,0%</b>	

30. Porquê?		
O VALOR COBRADO JÁ É ALTO	29	15,4%
INCENTIVAR A RACIONALIZAÇÃO DA ÁGUA	23	12,2%
A CONSCIENTIZAÇÃO COMEÇA PELO BOLSO	20	10,6%
CAMPANHAS DE CONSCIENTIZAÇÃO DO USO DA ÁGUA	20	10,6%
PARA NÃO ONERAR O USUÁRIO	16	8,5%
DESDE QUE SEJAM DIVULGADAS AS MELHORIAS NA BACIA	14	7,4%
NÃO SABE/NÃO RESPONDEU	13	6,9%
NÃO HÁ FISCALIZAÇÃO DE USUÁRIOS QUE NÃO PAGAM PELO USO DA ÁGUA	11	5,9%
É PRECISO HAVER COMPROVAÇÃO DO QUE É GASTO	11	5,9%
PARA AS GRANDES EMPRESAS QUE FAZEM USO INDISCRIMINADO	6	3,2%
TODOS OS USUÁRIOS DEVERIAM PAGAR PELO USO DA ÁGUA	5	2,7%
O PREÇO É RAZOÁVEL/JUSTO	4	2,1%
NÃO DEVERIA SER COBRADA ESSA TAXA	4	2,1%
POR NECESSIDADE	4	2,1%
O USO DEVE SER MEDIDO PELO CONSUMO E NÃO PELA FALTA DE ÁGUA	3	1,6%
A ÁGUA É UMA MATÉRIA PRIMA NECESSÁRIA À VIDA	2	1,1%
FAZER UMA ANÁLISE NA PRIORIDADE DA BACIA AGORA	2	1,1%
O PREÇO DEVE SER JUSTO E DE ACORDO COM O PADRÃO PERMITIDO	1	0,5%
<b>Total</b>	<b>188</b>	<b>100,0%</b>

31. Em sua opinião, quais são as consequências da cobrança em uma bacia hidrográfica		
RECONHECIMENTO DA ÁGUA COMO BEM ECONÔMICO/VALORIZAÇÃO	100	28,1%
INCENTIVA A RACIONALIZAÇÃO DA ÁGUA	98	27,5%
ARRECADADA RECURSOS FINANCEIROS PARA SEREM INVESTIDOS NA BACIA HIDROGRÁFICA	74	20,8%
ONERA OS USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS E NÃO TRAZ NENHUM BENEFÍCIO PARA A GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	27	7,6%
NÃO ONERA O USUÁRIO DE RECURSOS HÍDRICOS E TRAZ BENEFÍCIOS PARA A BACIA HIDROGRÁFICA	22	6,2%
ONERA OS USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS E TRAZ BENEFÍCIOS PARA A GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	19	5,3%
NÃO ONERA O USUÁRIO DE RECURSOS HÍDRICOS E NÃO TRAZ NENHUM BENEFÍCIO PARA A BACIA HIDROGRÁFICA	10	2,8%
NÃO SABE/NÃO RESPONDEU	5	1,4%
PRECISA CONHECER AS APLICAÇÕES DO DINHEIRO	1	0,3%
<b>Total</b>	<b>356</b>	<b>100,0%</b>

32. O seu empreendimento é favorável ou não à cobrança de recursos hídricos?		
SIM	134	77,9%
NÃO	38	22,1%
<b>Total</b>	<b>172</b>	<b>100,0%</b>

33. Qual é o percentual da cobrança sobre o custo total de seu empreendimento?		
MENOS DE 0,5%	51	29,7%
DE 0,5 A 1%	19	11,0%
DE 1% A 2%	5	2,9%
DE 2% A 5%	3	1,7%
MAIS DE 5%	1	0,6%
NÃO SABE INFORMAR	93	54,1%
<b>Total</b>	<b>172</b>	<b>100,0%</b>

**34. O(a) Sr(a) concorda ou não que os preços cobrados sejam revisados para corrigir as perdas inflacionárias?**

SIM	87	50,6%
NÃO	68	39,5%
NÃO INFORMOU/NÃO SABE	17	9,9%
<b>Total</b>	<b>172</b>	<b>100,0%</b>

**35. O Porquê?**

INVESTIMENTOS SÃO REAJUSTADOS DE ACORDO COM A INFLAÇÃO	49	25,1%
PARA MANTER OS PROJETOS	31	15,9%
NÃO SABE/NÃO RESPONDEU	21	10,8%
O VALOR COBRADO JÁ É ALTO	17	8,7%
DESDE QUE TENHA RETORNO COMO INVESTIMENTO	10	5,1%
DESDE QUE SEJA DIVULGADO O DESTINO DOS RECURSOS	10	5,1%
NÃO SE INVESTE NA MELHORIA E PRESERVAÇÃO DA BACIA	9	4,6%
JÁ PAGAMOS MUITOS IMPOSTOS	8	4,1%
DEVERIA HAVER UMA ARRECADAÇÃO MAIOR REGISTRANDO TODOS USUÁRIOS	8	4,1%
PARA NÃO ONERAR MAIS O USUÁRIO	8	4,1%
VALOR COBRADO É JUSTO	5	2,6%
NÃO DEVERIA ARCAR COM OS PROBLEMAS DE INFLAÇÃO	4	2,1%
DEVE SER REVISADO PARA DIMINUIR O VALOR E NÃO AUMENTÁ-LO	2	1,0%
SER REAJUSTADO DE ACORDO COM O CONSUMO E NÃO PELA INFLAÇÃO	2	1,0%
FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL MAIS EFICAZ	2	1,0%
OS MUNICÍPIOS JÁ FORAM AFETADOS COM A CRISE	2	1,0%
ACHA O VALOR PAGO MUITO PEQUENO	2	1,0%
SÓ DEVEM REVISAR O PREÇO PAGO PELOS USUÁRIOS, DO PODER PÚBLICO NÃO	1	0,5%
VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS	1	0,5%
ACHA QUE O VALOR DEVE SER REDUZIDO	1	0,5%
AS PESSOAS SÓ SE CONSCIENTIZAM A PARTIR DA COBRANÇA E MEDIDAS PUNITIVAS	1	0,5%
SIM SE O SALÁRIO MÍNIMO FOSSE TAMBÉM REVISADO	1	0,5%
<b>Total</b>	<b>195</b>	<b>100,0%</b>

**CRÍTICAS E SUGESTÕES**

**36. Finalizando, o Sr(a) gostaria de registrar alguma crítica ou sugestão relacionada à gestão dos recursos hídricos da bacia hidrográfica?**

NENHUMA	65	30,7%
DIVULGAÇÃO E ESCLARECIMENTOS SOBRE O USO DOS RECURSOS ARRECADADOS	47	22,2%
RECUPERAR O RIO DOCE DEPOIS DO ACIDENTE AMBIENTAL DA SAMARCO	13	6,1%
DIVULGAR, INFORMAR SOBRE AS AÇÕES PRATICADAS	11	5,2%
ACHOU A PESQUISA UMA INICIATIVA INTERESSANTE	10	4,7%
O COMITÊ DEVE INVESTIR MAIS EM AÇÕES LOCAIS	6	2,8%
MUNICÍPIO DEVERIA TER UMA SEDE DO IGAM PARA FACILITAR OS CONTATOS E SOLUÇÕES	5	2,4%
LINHA DE CRÉDITO PARA IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE RACIONALIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS	5	2,4%
MENOS BUROCRACIA PARA CANCELAMENTO E PEDIDOS DE REVISÃO DA TAXA E VALORES	5	2,4%
O GOVERNO DEVE SE ENVOLVER COM OS PROBLEMAS DE ÁGUA DA CIDADE	4	1,9%
NÃO HÁ GESTÃO AMBIENTAL E NEM INCENTIVOS	4	1,9%
PARA OS USUÁRIOS QUE CUIDAM E CULTIVAM SUAS NASCENTES NÃO DEVERIA TER COBRANÇA	4	1,9%
MAIOR ENVOLVIMENTO DO ÓRGÃO GESTOR JUNTO AO COMITÊ	4	1,9%
TER UM INSTRUTOR PARA ORIENTAR OS USUÁRIOS	4	1,9%
FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL MAIS EFICAZ	3	1,4%
DIMINUIR A BUROCRACIA E O PRAZO DE REPASSE DOS RECURSOS	2	0,9%
QUE AS AÇÕES SAIAM DO PAPEL E SE TORNEM EFETIVAS	2	0,9%
APLICAR MELHOR OS RECURSOS ARRECADADOS À FAVOR DO RIO	2	0,9%
PREFEITURA INVESTIR NO TRATAMENTO DE ESGOTO	2	0,9%
INVESTIMENTO EM RENOVAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	2	0,9%
EDUCAÇÃO AMBIENTAL	2	0,9%
DIVULGAR PARA A POPULAÇÃO DO MEIO RURAL	2	0,9%
REVER A SITUAÇÃO DAS RESERVAS INDÍGENAS	1	0,5%
IDENTIFICAR OS PROFISSIONAIS MAIS CAPACITADOS PARA GERIR AS AÇÕES AMBIENTAIS	1	0,5%
ACABAR COM A COBRANÇA	1	0,5%
INVESTIR NAS NASCENTES	1	0,5%
TER UMA FORMA DE PARTICIPAR DAS REUNIÕES E SABER DAS DECISÕES SEM SER PRESENCIAL	1	0,5%
OS RECURSOS DEVEM SER DESTINADOS A ATENDER CADA REGIÃO COM SUAS PECULIARIDADES	1	0,5%
A ARRECADAÇÃO NÃO RETORNA PARA O PEQUENO PRODUTOR	1	0,5%
PAGA-SE A TAXA E NÃO HÁ NENHUM RETORNO	1	0,5%
<b>Total</b>	<b>212</b>	<b>100,0%</b>



## 6.2. Tabelas de frequência do Resultado da UGRH PIRANGA:

### PERFIL DO ENTREVISTADO

01. Segmento:			
DIVERSOS	18	31,0%	
OUTRO	12	20,7%	
criação de animal	10	17,2%	
INDÚSTRIA	7	12,1%	
MINERAÇÃO	5	8,6%	
ABASTECIMENTO E SANEAMENTO	5	8,6%	
TURISMO E LAZER	1	1,7%	
<b>Total</b>	<b>58</b>	<b>100,0%</b>	

02. Qual é o valor da TAXA ANUAL que o seu empreendimento paga pelo uso dos Recursos Hídricos da Bacia do Rio Doce?			
MENOS DE 5 MIL REAIS	25	43,1%	
DE 5 MIL A DEZ MIL REAIS, ou	6	10,3%	
ACIMA DE 10 MIL REAIS	11	19,0%	
NÃO SABE/NÃO RESPONDEU	16	27,6%	
<b>Total</b>	<b>58</b>	<b>100,0%</b>	

03. Há quanto tempo o (a) Sr (a) está pagando pelo uso de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Doce?			
ATÉ 3 ANOS	19	32,8%	
DE 4 ATÉ 6 ANOS	15	25,9%	
ACIMA DE 7 ANOS	8	13,8%	
NÃO SABE INFORMAR	16	27,6%	
<b>Total</b>	<b>58</b>	<b>100,0%</b>	

### NÍVEL DE CONHECIMENTO SOBRE O COMITÊ DA BACIA DO RIO DOCE – CBHDOCE

04. (a) Sr (a) conhece ou já ouviu falar do Comitê da Bacia do Rio Doce?			
SIM - CONHECE	25	43,1%	
SIM - SÓ DE OLHAR FALAR	22	37,9%	
NÃO	11	19,0%	
<b>Total</b>	<b>58</b>	<b>100,0%</b>	

05. <input type="checkbox"/> Sr (a) já foi ou é membro do Comitê da Bacia do Rio Doce			
SIM, ATUALMENTE SOU MEMBRO	11	44,0%	
SIM, JÁ FUI E QUERO VOLTAR A SER	1	4,0%	
NÃO, E GOSTARIA DE SER	9	36,0%	
NÃO, E NÃO GOSTARIA DE SER	4	16,0%	
<b>Total</b>	<b>25</b>	<b>100,0%</b>	

06. <input type="checkbox"/> Qual foi a última vez que o (a) Sr (a) tomou conhecimento de uma reunião do Comitê da Bacia do Rio Doce			
MENOS DE 1 ANO	19	76,0%	
ENTRE 1 E 3 ANOS	2	8,0%	
NUNCA	4	16,0%	
<b>Total</b>	<b>25</b>	<b>100,0%</b>	

07. <input type="checkbox"/> Qual foi a última vez que o (a) Sr (a) tomou conhecimento de uma deliberação do Comitê da Bacia do Rio Doce?			
MENOS DE 1 ANO	15	60,0%	
ENTRE 1 E 3 ANOS	4	16,0%	
MAIS DE 3 ANOS	1	4,0%	
NUNCA	5	20,0%	
<b>Total</b>	<b>25</b>	<b>100,0%</b>	

08. <input type="checkbox"/> Qual o nome do representante e/ou entidade que lhe representa hoje no Comitê da Bacia do Rio Doce?			
NÃO TEM	9	36,0%	
ÓRGÃO PÚBLICO MUNICIPAL/ESTADUAL/FEDERAL	8	32,0%	
NÃO SABE INFORMAR	2	8,0%	
EMPRESA DE CONSULTORIA/CONSULTOR AMBIENTAL	2	8,0%	
O PRÓPRIO USUÁRIO	2	8,0%	
RESPONSÁVEL PELO MEIO AMBIENTE NA EMPRESA	1	4,0%	
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA	1	4,0%	
<b>Total</b>	<b>25</b>	<b>100,0%</b>	

09. <input type="checkbox"/> seu representante mantém diálogo sobre as discussões de cobrança e a sua aplicação no Comitê da Bacia do Rio Doce?			
SIM	15	60,0%	
NÃO	10	40,0%	
<b>Total</b>	<b>25</b>	<b>100,0%</b>	

**10. O (a) Sr (a) considera que as decisões do Comitê da Bacia do Rio Doce contribuem ou não para a gestão dos recursos hídricos da bacia?**

TOTALMENTE	4	16,0%
MUITO	9	36,0%
PARCIALMENTE	8	32,0%
POUCO, ou	2	8,0%
NADA	1	4,0%
NÃO SABE INFORMAR	1	4,0%
<b>Total</b>	<b>25</b>	<b>100,0%</b>

**NÍVEL DE CONHECIMENTO SOBRE A ENTIDADE DELEGATÁRIA DE FUNÇÕES DE AGÊNCIA DE ÁGUA - IBIO AGB DOCE**

**11. O (a) Sr (a) conhece ou já ouviu falar do IBIO AGB DOCE entidade delegatária de funções de agência de água?**

SIM	26	44,8%
NÃO	32	55,2%
<b>Total</b>	<b>58</b>	<b>100,0%</b>

**12. O (a) Sr (a) conhece ou não as funções desempenhadas pelo IBIO AGB DOCE?**

SIM	17	65,4%
NÃO	9	34,6%
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>100,0%</b>

**13. O (a) Sr (a) considera que a atuação do IBIO AGB DOCE contribui ou não para a gestão dos recursos hídricos da bacia do Rio Doce?**

TOTALMENTE	3	11,5%
MUITO	11	42,3%
PARCIALMENTE	7	26,9%
POUCO, ou	2	7,7%
NÃO SABE INFORMAR	3	11,5%
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>100,0%</b>

## NÍVEL DE CONHECIMENTO SOBRE A COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS

14. O (a) Sr (a) conhece ou não os objetivos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos?			
TOTALMENTE	4	6,9%	
MUITO	6	10,3%	
PARCIALMENTE	21	36,2%	
POUCO, ou	7	12,1%	
NÃO CONHECE	20	34,5%	
<b>Total</b>	<b>58</b>	<b>100,0%</b>	

15. O (a) Sr (a) conhece ou não os mecanismos e valores de cobrança praticados na bacia?			
TOTALMENTE	3	5,2%	
MUITO	6	10,3%	
PARCIALMENTE	11	19,0%	
POUCO, ou	5	8,6%	
NÃO CONHECE	33	56,9%	
<b>Total</b>	<b>58</b>	<b>100,0%</b>	

16. Segundo o que o (a) Sr (a) conhece do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Quem propõe a cobrança pelo uso dos recursos hídricos na bacia?			
GOVERNO	8	32,0%	
NÃO SABE INFORMAR	6	24,0%	
CBHDOCE - COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOCE	6	24,0%	
IBIO AGB DOCE (DELEGATÁRIA)	3	12,0%	
ÓRGÃO GESTOR DE RECURSOS HÍDRICOS (ANA - AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS OU ÓRGÃO GESTOR ESTADUAL)	2	8,0%	
<b>Total</b>	<b>25</b>	<b>100,0%</b>	

17. Em sua opinião, o que poderia ser feito para aprimorar os mecanismos e valores da cobrança pelos recursos hídricos da bacia?			
NÃO SABE/NÃO RESPONDEU	19	30,6%	
DIVULGAR PARA AS EMPRESAS COMO É CALCULADA A FORMA DE COBRANÇA	9	14,5%	
DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES DO COMITÊ	6	9,7%	
INTENSIFICAR A FISCALIZAÇÃO AOS USUÁRIOS	5	8,1%	
TER UM ACOMPANHAMENTO OU MEDIÇÃO DO QUE É UTILIZADO	4	6,5%	
DIVULGAÇÃO E TRANSPARÊNCIA DOS RECURSOS APLICADOS	4	6,5%	
MAIS INFORMAÇÕES	3	4,8%	
FISCALIZAÇÃO DOS VALORES COBRADOS	3	4,8%	
ENVIAR OS BOLETOS COM ANTECEDÊNCIA	1	1,6%	
DAR AUTONOMIA PARA AS PREFEITURAS ADMINISTRAR OS RECURSOS HÍDRICOS	1	1,6%	
OBRIGATORIEDADE DA COBRANÇA E FORTALECIMENTO DOS COMITES	1	1,6%	
A FORMA DE PAGAMENTO É BOA E O PREÇO É JUSTO	1	1,6%	
CONTATO DIRETO COM OS USUÁRIOS	1	1,6%	
LEVANTAMENTO DE RENDA PER CAPTA DE CADA MUNICÍPIO	1	1,6%	
MANTER A MESMA FORMA	1	1,6%	
FAZER UM LEVANTAMENTO DE TODOS OS USUÁRIOS	1	1,6%	
TER UM ESTUDO VOLTADO PARA AS PRIORIDADES DA BACIA	1	1,6%	
<b>Total</b>	<b>62</b>	<b>100,0%</b>	

**NÍVEL DE CONHECIMENTO SOBRE O MONTANTE E APLICAÇÃO DOS RECURSOS ORIUNDOS DA COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS**

**18. O (a) Sr (a) tem conhecimento ou não de quanto é ARRECADADO por meio da cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia?**

TOTALMENTE	1	1,7%
MUITO	2	3,4%
PARCIALMENTE	3	5,2%
POUCO, ou	1	1,7%
NÃO CONHECE	51	87,9%
<b>Total</b>	<b>58</b>	<b>100,0%</b>

**19. Segundo o que o (a) Sr (a) conhece do SISTEMA NACIONAL DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS - SINGREH, quem decide como são aplicados os valores arrecadados com a cobrança na bacia?**

CEHDOCE - COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOCE	5	71,4%
NÃO SABE INFORMAR	1	14,3%
IBIO AGB DOCE (DELEGATÁRIA)	1	14,3%
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>100,0%</b>

**20. O (a) Sr (a) tem conhecimento ou não das AÇÕES que vem sendo IMPLEMENTADAS com os recursos gerados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos?**

TOTALMENTE	3	5,2%
MUITO	3	5,2%
PARCIALMENTE	11	19,0%
POUCO, ou	5	8,6%
NADA	36	62,1%
<b>Total</b>	<b>58</b>	<b>100,0%</b>

**21. Que sugestões o (a) Sr (a) daria no sentido de melhorar a APLICAÇÃO dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos?**

NENHUMA	16	22,9%
PROTEÇÃO/RECUPERAÇÃO DAS NASCENTES	12	17,1%
INVESTIR NA RECONSTRUÇÃO DAS MATAS CILIARES	7	10,0%
DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS IMPLANTADOS E EXECUTADOS	5	7,1%
FISCALIZAÇÃO EFICAZ	5	7,1%
TRATAMENTO DO ESGOTO	3	4,3%
MELHORAR A GESTÃO DOS RECURSOS	3	4,3%
DIVULGAR O DESTINO DAS APLICAÇÕES/INTERNET	2	2,9%
PROJETOS PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL	2	2,9%
SANEAMENTO BÁSICO	2	2,9%
APLICAR OS RECURSOS EM CONTRATAÇÕES DE PROFISSIONAIS, PARA ORIENTAR OS USUÁRIOS	2	2,9%
NÃO SABE/NÃO RESPONDEU	2	2,9%
CAPACITAÇÃO DOS MUNICÍPIOS E DOS COMITÊS	1	1,4%
APLICAÇÃO DE ACORDO COM A REALIDADE DE CADA MUNICÍPIO	1	1,4%
CAPTAÇÃO DE RECURSOS JUNTO AOS ÓRGÃOS FEDERAIS	1	1,4%
REDESENHO DAS MICROS-BACIAS ENTENDERÁ AS FRAQUEZAS E AMEAÇAS	1	1,4%
REDUZIR A BUROCRACIA PARA O DESEMBOLSO DO RECURSO	1	1,4%
TER MAIS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	1	1,4%
APLICAR OS RECURSOS NA CRIAÇÃO DE SUB-COMITÊS OU SUB-BACIAS	1	1,4%
DIVULGAR AOS CONSULTORES AMBIENTAIS	1	1,4%
CONSULTA AOS USUÁRIOS	1	1,4%
<b>Total</b>	<b>70</b>	<b>100,0%</b>

**22. O (a) Sr (a) ou o seu empreendimento já tentou utilizar ou não os valores arrecadados com a cobrança para implementar algum projeto?**

SIM	10	17,2%
NÃO	48	82,8%
<b>Total</b>	<b>58</b>	<b>100,0%</b>

**23. Entre as alternativas que citarei, me informe 3 (três) delas que o (a) Sr (a) considera que deve ser prioritárias na aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança?**

PROJETOS DE CONTROLE DE EROSIÃO E REPLANTIO DE MATAS	43	26,1%
CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTOS	36	21,8%
PROJETOS BÁSICOS/EXECUTIVOS DE ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTOS OU DE EFLUENTES INDUSTRIAIS	27	16,4%
PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	26	15,8%
PROGRAMAS DE USO EFICIENTE OU REUSO DE IEFLUENTES	9	5,5%
PROJETOS BÁSICOS/EXECUTIVOS DE CONTROLE/REDUÇÃO DE PERDAS EM SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	9	5,5%
PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO DOS USUÁRIOS	8	4,8%
PROJETOS DE USO RACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS NA INDÚSTRIA	4	2,4%
NENHUMA	1	0,6%
FISCALIZAR REQUERIMENTOS JUNTO A SUPERINTENDÊNCIA REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL	1	0,6%
PROJETOS DE USO RACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS NA IRRIGAÇÃO	1	0,6%
<b>Total</b>	<b>165</b>	<b>100,0%</b>

**GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS NO PRÓPRIO EMPREENDIMENTO**

24. Quais fatores que eu vou citar induzem o seu empreendimento a racionalizar o uso da água?		
CONSCIÊNCIA AMBIENTAL	42	38,9%
ESCASSES DE ÁGUA	41	38,0%
REDUÇÃO DE CUSTOS	9	8,3%
LEGISLAÇÃO/FISCALIZAÇÃO	7	6,5%
COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS	5	4,6%
CERTIFICAÇÕES AMBIENTAIS (COMO A ISSO 14.000, EXIGÊNCIA DO MERCADO)	3	2,8%
NÃO SABE INFORMAR	1	0,9%
<b>Total</b>	<b>108</b>	<b>100,0%</b>

25. A cobrança pelo uso de recursos hídricos fez com que o empreendimento racionalizasse o uso da água ou não?		
SIM	29	50,0%
PARCIALMENTE	8	13,8%
NÃO	21	36,2%
<b>Total</b>	<b>58</b>	<b>100,0%</b>

26. Nos próximos anos a atividade do seu empreendimento, diria que....		
CRESCERÁ	27	46,6%
FICARÁ NO MESMO NÍVEL, ou	24	41,4%
REDUZIRÁ	7	12,1%
<b>Total</b>	<b>58</b>	<b>100,0%</b>

27. Para atender a essa atividade futura, o seu consumo de água....{		
AUMENTARÁ	18	31,0%
FICARÁ NO MESMO NÍVEL, ou	24	41,4%
REDUZIRÁ	16	27,6%
<b>Total</b>	<b>58</b>	<b>100,0%</b>

28. Em sua opinião, a cobrança que vem sendo realizada na bacia induzirá ou não os usuários a racionalizarem o uso da água?		
SIM	43	74,1%
NÃO	14	24,1%
NÃO SABE INFORMAR	1	1,7%
<b>Total</b>	<b>58</b>	<b>100,0%</b>

29. Em situações de escassez hídrica, o (a) Sr (a) considera que o preço cobrado pelo uso da água deveria ser maior ou não?

SIM	23	39,7%
NÃO	35	60,3%
<b>Total</b>	<b>58</b>	<b>100,0%</b>

30. Porquê?

INCENTIVAR A RACIONALIZAÇÃO DA ÁGUA	10	15,6%
O VALOR COBRADO JÁ É ALTO	10	15,6%
NÃO SABENÃO RESPONDEU	7	10,9%
A CONSCIENTIZAÇÃO COMEÇA PELO BOLSO	7	10,9%
CAMPANHAS DE CONSCIENTIZAÇÃO DO USO DA ÁGUA	5	7,8%
NÃO HÁ FISCALIZAÇÃO DE USUÁRIOS QUE NÃO PAGAM PELO USO DA ÁGUA	4	6,3%
DESDE QUE SEJAM DIVULGADAS AS MELHORIAS NA BACIA	4	6,3%
NÃO DEVERIA SER COBRADA ESSA TAXA	3	4,7%
PARA NÃO ONERAR O USUÁRIO	3	4,7%
O PREÇO É RAZOÁVEL/JUSTO	2	3,1%
É PRECISO HAVER COMPROVAÇÃO DO QUE É GASTO	2	3,1%
TODOS OS USUÁRIOS DEVERIAM PAGAR PELO USO DA ÁGUA	2	3,1%
POR NECESSIDADE	2	3,1%
A ÁGUA É UMA MATÉRIA PRIMA NECESSÁRIA À VIDA	1	1,6%
O USO DEVE SER MEDIDO PELO CONSUMO E NÃO PELA FALTA DE ÁGUA	1	1,6%
PARA AS GRANDES EMPRESAS QUE FAZEM USO INDISCRIMINADO	1	1,6%
<b>Total</b>	<b>64</b>	<b>100,0%</b>

31. Em sua opinião, quais são as consequências da cobrança em uma bacia hidrográfica

RECONHECIMENTO DA ÁGUA COMO BEM ECONÔMICO/VALORIZAÇÃO	38	29,9%
INCENTIVA A RACIONALIZAÇÃO DA ÁGUA	30	23,6%
ARRECADADA RECURSOS FINANCEIROS PARA SEREM INVESTIDOS NA BACIA HIDROGRÁFICA	23	18,1%
ONERA OS USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS E NÃO TRAZ NENHUM BENEFÍCIO PARA A GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	13	10,2%
ONERA OS USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS E TRAZ BENEFÍCIOS PARA A GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	10	7,9%
NÃO ONERA O USUÁRIO DE RECURSOS HÍDRICOS E TRAZ BENEFÍCIOS PARA A BACIA HIDROGRÁFICA	9	7,1%
NÃO SABENÃO RESPONDEU	2	1,6%
NÃO ONERA O USUÁRIO DE RECURSOS HÍDRICOS E NÃO TRAZ NENHUM BENEFÍCIO PARA A BACIA HIDROGRÁFICA	2	1,6%
<b>Total</b>	<b>127</b>	<b>100,0%</b>

32. O seu empreendimento é favorável ou não à cobrança de recursos hídricos?

SIM	44	75,9%
NÃO	14	24,1%
<b>Total</b>	<b>58</b>	<b>100,0%</b>



33. Qual é o percentual da cobrança sobre o custo total de seu empreendimento?			
MENOS DE 0,5%	19	32,8%	
DE 0,5 A 1%	8	13,8%	
DE 1% A 2%	3	5,2%	
DE 2% A 5%	2	3,4%	
NÃO SABE INFORMAR	26	44,8%	
<b>Total</b>	<b>58</b>	<b>100,0%</b>	

34. (a) Sr (a) concorda ou não que os preços cobrados sejam revisados para corrigir as perdas inflacionárias?			
SIM	33	56,9%	
NÃO	17	29,3%	
NÃO INFORMOU/NÃO SABE	8	13,8%	
<b>Total</b>	<b>58</b>	<b>100,0%</b>	

35. Porquê?			
INVESTIMENTOS SÃO REAJUSTADOS DE ACORDO COM A INFLAÇÃO	19	29,7%	
NÃO SABE/NÃO RESPONDEU	14	21,9%	
PARA MANTER OS PROJETOS	8	12,5%	
O VALOR COBRADO JÁ É ALTO	6	9,4%	
NÃO SE INVESTE NA MELHORIA E PRESERVAÇÃO DA BACIA	3	4,7%	
DESDE QUE TENHA RETORNO COMO INVESTIMENTO	3	4,7%	
NÃO DEVERIA ARCAR COM OS PROBLEMAS DE INFLAÇÃO	2	3,1%	
DESDE QUE SEJA DIVULGADO O DESTINO DOS RECURSOS	2	3,1%	
VALOR COBRADO É JUSTO	1	1,6%	
DEVE SER REVISADO PARA DIMINUIR O VALOR E NÃO AUMENTÁ-LO	1	1,6%	
AS PESSOAS SÓ SE CONSCIENTIZAM A PARTIR DA COBRANÇA E MEDIDAS PUNITIVAS	1	1,6%	
PARA NÃO ONERAR MAIS O USUÁRIO	1	1,6%	
ACHA QUE O VALOR DEVE SER REDUZIDO	1	1,6%	
DEVERIA HAVER UMA ARRECADAÇÃO MAIOR REGISTRANDO TODOS USUÁRIOS	1	1,6%	
OS MUNICÍPIOS JÁ FORAM AFETADOS COM A CRISE	1	1,6%	
<b>Total</b>	<b>64</b>	<b>100,0%</b>	

## CRÍTICAS E SUGESTÕES

36. Finalizando, o Sr (a) gostaria de registrar alguma crítica ou sugestão relacionada à gestão dos recursos hídricos da bacia hidrográfica?			
NENHUMA	22	33,3%	
DIVULGAÇÃO E ESCLARECIMENTOS SOBRE O USO DOS RECURSOS ARRECADADOS	13	19,7%	
RECUPERAR O RIO DOCE DEPOIS DO ACIDENTE AMBIENTAL DA SAMARCO	6	9,1%	
ACHOU A PESQUISA UMA INICIATIVA INTERESSANTE	5	7,6%	
DIVULGAR, INFORMAR SOBRE AS AÇÕES PRATICADAS	3	4,5%	
MUNICÍPIO DEVERIA TER UMA SEDE DO IGAM PARA FACILITAR OS CONTATOS E SOLUÇÕES	3	4,5%	
EDUCAÇÃO AMBIENTAL	2	3,0%	
NÃO HÁ GESTÃO AMBIENTAL E NEM INCENTIVOS	2	3,0%	
PARA OS USUÁRIOS QUE CUIDAM E CULTIVAM SUAS NASCENTES NÃO DEVERIA TER COBRANÇA	2	3,0%	
MAIOR ENVOLVIMENTO DO ÓRGÃO GESTOR JUNTO AO COMITÊ	2	3,0%	
FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL MAIS EFICAZ	2	3,0%	
TER UM INSTRUTOR PARA ORIENTAR OS USUÁRIOS	2	3,0%	
INVESTIMENTO EM RENOVAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	1	1,5%	
O COMITÊ DEVE INVESTIR MAIS EM AÇÕES LOCAIS	1	1,5%	
<b>Total</b>	<b>66</b>	<b>100,0%</b>	

### 6.3. Tabelas de frequência do Resultado da UGRH PIRACICABA:

#### PERFIL DO ENTREVISTADO

01. Segmento:		
INDÚSTRIA	8	29,6%
DIVERSOS	4	14,8%
OUTRO	4	14,8%
ABASTECIMENTO E SANEAMENTO	4	14,8%
MINERAÇÃO	3	11,1%
TURISMO E LAZER	2	7,4%
GERAÇÃO DE ENERGIA	1	3,7%
criação de animal	1	3,7%
<b>Total</b>	<b>27</b>	<b>100,0%</b>

02. Qual é o valor da TAXA ANUAL que o seu empreendimento paga pelo uso dos Recursos Hídricos da Bacia do Rio Doce?,		
MENOS DE 5 MIL REAIS	6	22,2%
DE 5 MIL A DEZ MIL REAIS, ou	4	14,8%
ACIMA DE 10 MIL REAIS	8	29,6%
NÃO SABE/NÃO RESPONDEU	9	33,3%
<b>Total</b>	<b>27</b>	<b>100,0%</b>

03. Há quanto tempo o (a) Sr (a) está pagando pelo uso de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Doce?		
ATÉ 3 ANOS	5	18,5%
DE 4 ATÉ 6 ANOS	9	33,3%
ACIMA DE 7 ANOS	3	11,1%
NÃO SABE INFORMAR	10	37,0%
<b>Total</b>	<b>27</b>	<b>100,0%</b>

#### NÍVEL DE CONHECIMENTO SOBRE O COMITÊ DA BACIA DO RIO DOCE – CBDOCE

04. O (a) Sr (a) conhece ou já ouviu falar do Comitê da Bacia do Rio Doce?		
SIM - CONHECE	22	81,5%
SIM - SÓ DE OUVIR FALAR	4	14,8%
NÃO	1	3,7%
<b>Total</b>	<b>27</b>	<b>100,0%</b>

05. <input type="checkbox"/> Sr (a) já foi ou é membro do Comitê da Bacia do Rio Doce			
SIM, ATUALMENTE SOU MEMBRO	4	18,2%	
SIM, JÁ FUI E NÃO QUERO SER MAIS	1	4,5%	
NÃO, E GOSTARIA DE SER	12	54,5%	
NÃO, E NÃO GOSTARIA DE SER	5	22,7%	
<b>Total</b>	<b>22</b>	<b>100,0%</b>	

06. <input type="checkbox"/> Qual foi a última vez que o (a) Sr (a) tomou conhecimento de uma reunião do Comitê da Bacia do Rio Doce			
MENOS DE 1 ANO	14	63,6%	
ENTRE 1 E 3 ANOS	4	18,2%	
NUNCA	4	18,2%	
<b>Total</b>	<b>22</b>	<b>100,0%</b>	

07. <input type="checkbox"/> Qual foi a última vez que o (a) Sr (a) tomou conhecimento de uma deliberação do Comitê da Bacia do Rio Doce?			
MENOS DE 1 ANO	12	54,5%	
ENTRE 1 E 3 ANOS	2	9,1%	
MAIS DE 3 ANOS	1	4,5%	
NUNCA	7	31,8%	
<b>Total</b>	<b>22</b>	<b>100,0%</b>	

08. <input type="checkbox"/> Qual o nome do representante e/ou entidade que lhe representa hoje no Comitê da Bacia do Rio Doce?			
ÓRGÃO PÚBLICO MUNICIPAL/ESTADUAL/FEDERAL	6	27,3%	
RESPONSÁVEL PELO MEIO AMBIENTE NA EMPRESA	4	18,2%	
EMPRESA DE CONSULTORIA/CONSULTOR AMBIENTAL	4	18,2%	
O PRÓPRIO USUÁRIO	4	18,2%	
NÃO TEM	3	13,6%	
NÃO SABE INFORMAR	1	4,5%	
<b>Total</b>	<b>22</b>	<b>100,0%</b>	

09. <input type="checkbox"/> seu representante mantém diálogo sobre as discussões de cobrança e a sua aplicação no Comitê da Bacia do Rio Doce?			
SIM	13	59,1%	
NÃO	9	40,9%	
<b>Total</b>	<b>22</b>	<b>100,0%</b>	

10. O (a) Sr (a) considera que as decisões do Comitê da Bacia do Rio Doce contribuem ou não para a gestão dos recursos hídricos da bacia?		
TOTALMENTE	6	27,3%
MUITO	6	27,3%
PARCIALMENTE	4	18,2%
POUCO, ou	3	13,6%
NÃO SABE INFORMAR	3	13,6%
<b>Total</b>	<b>22</b>	<b>100,0%</b>

**NÍVEL DE CONHECIMENTO SOBRE A ENTIDADE DELEGATÁRIA DE FUNÇÕES DE AGÊNCIA DE ÁGUA - IBIO AGB DOCE**

11. O (a) Sr (a) conhece ou já ouviu falar do IBIO AGB DOCE entidade delegatária de funções de agência de água?		
SIM	14	51,9%
NÃO	13	48,1%
<b>Total</b>	<b>27</b>	<b>100,0%</b>

12. O (a) Sr (a) conhece ou não as funções desempenhadas pelo IBIO AGB DOCE?		
SIM	8	57,1%
NÃO	6	42,9%
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>100,0%</b>

13. O (a) Sr (a) considera que a atuação do IBIO AGB DOCE contribui ou não para a gestão dos recursos hídricos da bacia do Rio Doce?		
TOTALMENTE	2	14,3%
MUITO	5	35,7%
PARCIALMENTE	6	42,9%
NÃO SABE INFORMAR	1	7,1%
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>100,0%</b>

## NÍVEL DE CONHECIMENTO SOBRE A COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS

14. O (a) Sr (a) conhece ou não os objetivos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos?		
TOTALMENTE	6	22,2%
MUITO	5	18,5%
PARCIALMENTE	12	44,4%
POUCO, ou	2	7,4%
NÃO CONHECE	2	7,4%
<b>Total</b>	<b>27</b>	<b>100,0%</b>

15. O (a) Sr (a) conhece ou não os mecanismos e valores de cobrança praticados na bacia?		
TOTALMENTE	2	7,4%
MUITO	4	14,8%
PARCIALMENTE	7	25,9%
POUCO, ou	4	14,8%
NÃO CONHECE	10	37,0%
<b>Total</b>	<b>27</b>	<b>100,0%</b>

16. Segundo o que o (a) Sr (a) conhece do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Quem propõe a cobrança pelo uso dos recursos hídricos na bacia?		
CEHDOCE - COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOCE	7	41,2%
ÓRGÃO GESTOR DE RECURSOS HÍDRICOS (ANA - AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS OU ÓRGÃO GESTOR ESTADUAL)	4	23,5%
NÃO SABE INFORMAR	3	17,6%
GOVERNO	3	17,6%
<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>100,0%</b>

17. Em sua opinião, o que poderia ser feito para aprimorar os mecanismos e valores da cobrança pelos recursos hídricos da bacia?		
DIVULGAR PARA AS EMPRESAS COMO É CALCULADA A FORMA DE COBRANÇA	8	25,0%
NÃO SABE/NÃO RESPONDEU	4	12,5%
FAZER UM LEVANTAMENTO DE TODOS OS USUÁRIOS	3	9,4%
DIVULGAÇÃO E TRANSPARÊNCIA DOS RECURSOS APLICADOS	2	6,3%
FISCALIZAÇÃO DOS VALORES COBRADOS	2	6,3%
INVESTIR NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL DOS USUÁRIOS	2	6,3%
QUE A COBRANÇA GERADA SEJA REALMENTE EM BENEFÍCIO DA BACIA	2	6,3%
TER UM ACOMPANHAMENTO OU MEDIÇÃO DO QUE É UTILIZADO	2	6,3%
DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES DO COMITÊ	2	6,3%
CONTATO DIRETO COM OS USUÁRIOS	1	3,1%
MAIS AGILIDADE E MENOS BUROCRÁTICO	1	3,1%
TER UM ESTUDO VOLTADO PARA AS PRIORIDADES DA BACIA	1	3,1%
SER FEITO COM BASE NO EFETIVO E NÃO NA VAZÃO OUTORGADA	1	3,1%
INTENSIFICAR A FISCALIZAÇÃO AOS USUÁRIOS	1	3,1%
<b>Total</b>	<b>32</b>	<b>100,0%</b>

**NÍVEL DE CONHECIMENTO SOBRE O MONTANTE E APLICAÇÃO DOS RECURSOS ORIUNDOS DA COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS**

**18. O (a) Sr (a) tem conhecimento ou não de quanto é ARRECADADO por meio da cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia?**

MUITO	1	3,7%
PARCIALMENTE	3	11,1%
POUCO, ou	1	3,7%
NÃO CONHECE	22	81,5%
<b>Total</b>	<b>27</b>	<b>100,0%</b>

**19. Segundo o que o (a) Sr (a) conhece do SISTEMA NACIONAL DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS - SINGREH, quem decide como são aplicados os valores arrecadados com a cobrança na bacia?**

CEBDOCE - COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOCE	3	60,0%
NÃO SABE INFORMAR	1	20,0%
CONSELHOS DE RECURSOS HÍDRICOS	1	20,0%
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>100,0%</b>

**20. O (a) Sr (a) tem conhecimento ou não das AÇÕES que vem sendo IMPLEMENTADAS com os recursos gerados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos?**

TOTALMENTE	1	3,7%
MUITO	3	11,1%
PARCIALMENTE	6	22,2%
POUCO, ou	4	14,8%
NADA	13	48,1%
<b>Total</b>	<b>27</b>	<b>100,0%</b>

**21. Que sugestões o (a) Sr (a) daria no sentido de melhorar a APLICAÇÃO dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos?**

DIVULGAR O DESTINO DAS APLICAÇÕES/INTERNET	6	17,6%
PROTEÇÃO/RECUPERAÇÃO DAS NASCENTES	5	14,7%
INVESTIR NA RECONSTRUÇÃO DAS MATAS CILIARES	5	14,7%
DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS IMPLANTADOS E EXECUTADOS	5	14,7%
FISCALIZAÇÃO EFICAZ	3	8,8%
PROJETOS PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL	2	5,9%
APLICAÇÃO DE ACORDO COM A REALIDADE DE CADA MUNICÍPIO	2	5,9%
NÃO SABE/NÃO RESPONDEU	2	5,9%
ATUAR JUNTO AOS INADIPLENTES	1	2,9%
TRATAMENTO DO ESGOTO	1	2,9%
REDUZIR A BUROCRACIA PARA O DESEMBOLSO DO RECURSO	1	2,9%
NENHUMA	1	2,9%
<b>Total</b>	<b>34</b>	<b>100,0%</b>

**22. O (a) Sr (a) ou o seu empreendimento já tentou utilizar ou não os valores arrecadados com a cobrança para implementar algum projeto?**

SIM	4	14,8%
NÃO	23	85,2%
<b>Total</b>	<b>27</b>	<b>100,0%</b>

**23. Dentre as alternativas que citarei, me informe 3 (três) delas que o (a) Sr (a) considera que deve ser prioritárias na aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança?**

CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTOS	20	26,0%
PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	16	20,8%
PROJETOS DE CONTROLE DE EROSIÃO E REPLANTIO DE MATAS	14	18,2%
PROJETOS BÁSICOS/EXECUTIVOS DE ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTOS OU DE EFLUENTES INDUSTRIAIS	11	14,3%
PROGRAMAS DE USO EFICIENTE OU REUSO DE EFLUENTES	7	9,1%
PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO DOS USUÁRIOS	5	6,5%
PROJETOS BÁSICOS/EXECUTIVOS DE CONTROLE/REDUÇÃO DE PERDAS EM SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	4	5,2%
<b>Total</b>	<b>77</b>	<b>100,0%</b>

### **GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS NO PRÓPRIO EMPREENDIMENTO**

**24. Quais fatores que eu vou citar induzem o seu empreendimento a racionalizar o uso da água?**

ESCASSES DE ÁGUA	19	35,8%
CONSCIÊNCIA AMBIENTAL	19	35,8%
REDUÇÃO DE CUSTOS	10	18,9%
COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS	3	5,7%
LEGISLAÇÃO/FISCALIZAÇÃO	1	1,9%
CERTIFICAÇÕES AMBIENTAIS (COMO A ISSO 14.000, EXIGÊNCIA DO MERCADO)	1	1,9%
<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100,0%</b>

**25. A cobrança pelo uso de recursos hídricos fez com que o empreendimento racionalizasse o uso da água ou não?**

SIM	9	33,3%
PARCIALMENTE	5	18,5%
NÃO	13	48,1%
<b>Total</b>	<b>27</b>	<b>100,0%</b>

26. Nos próximos anos a atividade do seu empreendimento, diria que....			
CRESCERÁ	13	48,1%	
FICARÁ NO MESMO NÍVEL, ou	13	48,1%	
REDUZIRÁ	1	3,7%	
<b>Total</b>	<b>27</b>	<b>100,0%</b>	

27. Para atender a essa atividade futura, o seu consumo de água.....(			
AUMENTARÁ	10	37,0%	
FICARÁ NO MESMO NÍVEL, ou	10	37,0%	
REDUZIRÁ	7	25,9%	
<b>Total</b>	<b>27</b>	<b>100,0%</b>	

28. Em sua opinião, a cobrança que vem sendo realizada na bacia induzirá ou não os usuários a racionalizarem o uso da água?			
SIM	19	70,4%	
NÃO	8	29,6%	
<b>Total</b>	<b>27</b>	<b>100,0%</b>	

29. Em situações de escassez hídrica, o (a) Sr (a) considera que o preço cobrado pelo uso da água deveria ser maior ou não?			
SIM	14	51,9%	
NÃO	13	48,1%	
<b>Total</b>	<b>27</b>	<b>100,0%</b>	

30. Porquê?			
INCENTIVAR A RACIONALIZAÇÃO DA ÁGUA	5	17,2%	
DESDE QUE SEJAM DIVULGADAS AS MELHORIAS NA BACIA	4	13,8%	
A CONSCIENTIZAÇÃO COMEÇA PELO BOLSO	4	13,8%	
PARA NÃO ONERAR O USUÁRIO	3	10,3%	
CAMPANHAS DE CONSCIENTIZAÇÃO DO USO DA ÁGUA	3	10,3%	
NÃO HÁ FISCALIZAÇÃO DE USUÁRIOS QUE NÃO PAGAM PELO USO DA ÁGUA	2	6,9%	
NÃO SABE/NÃO RESPONDEU	2	6,9%	
O VALOR COBRADO JÁ É ALTO	2	6,9%	
FAZER UMA ANÁLISE NA PRIORIDADE DA BACIA AGORA	1	3,4%	
O PREÇO É RAZOÁVEL/JUSTO	1	3,4%	
É PRECISO HAVER COMPROVAÇÃO DO QUE É GASTO	1	3,4%	
O USO DEVE SER MEDIDO PELO CONSUMO E NÃO PELA FALTA DE ÁGUA	1	3,4%	
<b>Total</b>	<b>29</b>	<b>100,0%</b>	



31. Em sua opinião, quais são as consequências da cobrança em uma bacia hidrográfica			
INCENTIVA A RACIONALIZAÇÃO DA ÁGUA	20	35,1%	
RECONHECIMENTO DA ÁGUA COMO BEM ECONÔMICO/VALORIZAÇÃO	17	29,8%	
ARRECADADA RECURSOS FINANCEIROS PARA SEREM INVESTIDOS NA BACIA HIDROGRÁFICA	14	24,6%	
NÃO ONERA O USUÁRIO DE RECURSOS HÍDRICOS E NÃO TRAZ NENHUM BENEFÍCIO PARA A BACIA HIDROGRÁFICA	3	5,3%	
NÃO ONERA O USUÁRIO DE RECURSOS HÍDRICOS E TRAZ BENEFÍCIOS PARA A BACIA HIDROGRÁFICA	2	3,5%	
ONERA OS USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS E TRAZ BENEFÍCIOS PARA A GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	1	1,8%	
<b>Total</b>	<b>57</b>	<b>100,0%</b>	

32. O seu empreendimento é favorável ou não à cobrança de recursos hídricos?			
SIM	24	88,9%	
NÃO	3	11,1%	
<b>Total</b>	<b>27</b>	<b>100,0%</b>	

33. Qual é o percentual da cobrança sobre o custo total de seu empreendimento?			
MENOS DE 0,5%	10	37,0%	
DE 0,5 A 1%	5	18,5%	
DE 1% A 2%	1	3,7%	
NÃO SABE INFORMAR	11	40,7%	
<b>Total</b>	<b>27</b>	<b>100,0%</b>	

34. O (a) Sr (a) concorda ou não que os preços cobrados sejam revisados para corrigir as perdas inflacionárias?			
SIM	18	66,7%	
NÃO	6	22,2%	
NÃO INFORMOU/NÃO SABE	3	11,1%	
<b>Total</b>	<b>27</b>	<b>100,0%</b>	

35. Porquê?			
INVESTIMENTOS SÃO REAJUSTADOS DE ACORDO COM A INFLAÇÃO	9	29,0%	
PARA MANTER OS PROJETOS	7	22,6%	
NÃO SE INVESTE NA MELHORIA E PRESERVAÇÃO DA BACIA	3	9,7%	
NÃO SABE/NÃO RESPONDEU	2	6,5%	
JÁ PAGAMOS MUITOS IMPOSTOS	2	6,5%	
SIM SE O SALÁRIO MÍNIMO FOSSE TAMBÉM REVISADO	1	3,2%	
VALOR COBRADO É JUSTO	1	3,2%	
FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL MAIS EFICAZ	1	3,2%	
VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS	1	3,2%	
DESDE QUE SEJA DIVULGADO O DESTINO DOS RECURSOS	1	3,2%	
O VALOR COBRADO JÁ É ALTO	1	3,2%	
ACHA O VALOR PAGO MUITO PEQUENO	1	3,2%	
DEVERIA HAVER UMA ARRECADAÇÃO MAIOR REGISTRANDO TODOS USUÁRIOS	1	3,2%	
<b>Total</b>	<b>31</b>	<b>100,0%</b>	

**CRÍTICAS E SUGESTÕES**

36. Finalizando, o Sr (a) gostaria de registrar alguma crítica ou sugestão relacionada à gestão dos recursos hídricos da bacia hidrográfica?		
NENHUMA	9	24,3%
DIVULGAÇÃO E ESCLARECIMENTOS SOBRE O USO DOS RECURSOS ARRECADADOS	8	21,6%
LINHA DE CRÉDITO PARA IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE RACIONALIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS	3	8,1%
ACHOU A PESQUISA UMA INICIATIVA INTERESSANTE	2	5,4%
DIVULGAR, INFORMAR SOBRE AS AÇÕES PRATICADAS	2	5,4%
O GOVERNO DEVE SE ENVOLVER COM OS PROBLEMAS DE ÁGUA DA CIDADE	2	5,4%
MENOS BUROCRACIA PARA CANCELAMENTO E PEDIDOS DE REVISÃO DA TAXA E VALORES	2	5,4%
INVESTIMENTO EM RENOVAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	1	2,7%
MUNICÍPIO DEVERIA TER UMA SEDE DO IGAM PARA FACILITAR OS CONTATOS E SOLUÇÕES	1	2,7%
QUE AS AÇÕES SAIAM DO PAPEL E SE TORNEM EFETIVAS	1	2,7%
RECUPERAR O RIO DOCE DEPOIS DO ACIDENTE AMBIENTAL DA SAMARCO	1	2,7%
MAIOR ENVOLVIMENTO DO ÓRGÃO GESTOR JUNTO AO COMITÊ	1	2,7%
TER UM INSTRUTOR PARA ORIENTAR OS USUÁRIOS	1	2,7%
O COMITÊ DEVE INVESTIR MAIS EM AÇÕES LOCAIS	1	2,7%
FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL MAIS EFICAZ	1	2,7%
ACABAR COM A COBRANÇA	1	2,7%
<b>Total</b>	<b>37</b>	<b>100,0%</b>

## 6.4. Tabelas de frequência do Resultado da UGRH SANTO ANTÔNIO:

### PERFIL DO ENTREVISTADO

01. Segmento:		
OUTRO	12	40,0%
DIVERSOS	7	23,3%
IRRIGAÇÃO	3	10,0%
ABASTECIMENTO E SANEAMENTO	3	10,0%
INDÚSTRIA	2	6,7%
MINERAÇÃO	2	6,7%
GERAÇÃO DE ENERGIA	1	3,3%
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>100,0%</b>

02. Qual é o valor da TAXA ANUAL que o seu empreendimento paga pelo uso dos Recursos Hídricos da Bacia do Rio Doce?		
MENOS DE 5 MIL REAIS	12	40,0%
DE 5 MIL A DEZ MIL REAIS, ou	1	3,3%
ACIMA DE 10 MIL REAIS	6	20,0%
NÃO SABEM/NÃO RESPONDEU	11	36,7%
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>100,0%</b>

03. Há quanto tempo o (a) Sr (a) está pagando pelo uso de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Doce?		
ATÉ 3 ANOS	4	13,3%
DE 4 ATÉ 6 ANOS	8	26,7%
ACIMA DE 7 ANOS	6	20,0%
NÃO SABE INFORMAR	12	40,0%
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>100,0%</b>

### NÍVEL DE CONHECIMENTO SOBRE O COMITÊ DA BACIA DO RIO DOCE – CBHDOCE

04. O (a) Sr (a) conhece ou já ouviu falar do Comitê da Bacia do Rio Doce?		
SIM - CONHECE	15	50,0%
SIM - SÓ DE OUVIR FALAR	9	30,0%
NÃO	6	20,0%
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>100,0%</b>

<b>05.00 (a) Sr (a) já foi ou é membro do Comitê da Bacia do Rio Doce</b>			
SIM, ATUALMENTE SOU MEMBRO	7	46,7%	
SIM, JÁ FUI E QUERO VOLTAR A SER	2	13,3%	
NÃO, E GOSTARIA DE SER	2	13,3%	
NÃO, E NÃO GOSTARIA DE SER	4	26,7%	
<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>100,0%</b>	

<b>06. Qual foi a última vez que o (a) Sr (a) tomou conhecimento de uma reunião do Comitê da Bacia do Rio Doce</b>			
MENOS DE 1 ANO	11	73,3%	
ENTRE 1 E 3 ANOS	1	6,7%	
MAIS DE 3 ANOS	2	13,3%	
NUNCA	1	6,7%	
<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>100,0%</b>	

<b>07. Qual foi a última vez que o (a) Sr (a) tomou conhecimento de uma deliberação do Comitê da Bacia do Rio Doce?</b>			
MENOS DE 1 ANO	9	60,0%	
MAIS DE 3 ANOS	3	20,0%	
NUNCA	3	20,0%	
<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>100,0%</b>	

<b>08. Qual o nome do representante e/ou entidade que lhe representa hoje no Comitê da Bacia do Rio Doce?</b>			
ÓRGÃO PÚBLICO MUNICIPAL/ESTADUAL/FEDERAL	4	26,7%	
NÃO TEM	4	26,7%	
NÃO SABE INFORMAR	3	20,0%	
EMPRESA DE CONSULTORIA/CONSULTOR AMBIENTAL	2	13,3%	
RESPONSÁVEL PELO MEIO AMBIENTE NA EMPRESA	1	6,7%	
O PRÓPRIO USUÁRIO	1	6,7%	
<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>100,0%</b>	

<b>09.00 seu representante mantém diálogo sobre as discussões de cobrança e a sua aplicação no Comitê da Bacia do Rio Doce?</b>			
SIM	7	46,7%	
NÃO	8	53,3%	
<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>100,0%</b>	

**10. O (a) Sr (a) considera que as decisões do Comitê da Bacia do Rio Doce contribuem ou não para a gestão dos recursos hídricos da bacia?**

TOTALMENTE	4	26,7%
MUITO	9	60,0%
PARCIALMENTE	1	6,7%
POUCO, ou	1	6,7%
<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>100,0%</b>

**NÍVEL DE CONHECIMENTO SOBRE A ENTIDADE DELEGATÁRIA DE FUNÇÕES DE AGÊNCIA DE ÁGUA - IBIO AGB DOCE**

**11. O (a) Sr (a) conhece ou já ouviu falar do IBIO AGB DOCE entidade delegatária de funções de agência de água?**

SIM	12	40,0%
NÃO	18	60,0%
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>100,0%</b>

**12. O (a) Sr (a) conhece ou não as funções desempenhadas pelo IBIO AGB DOCE?**

SIM	5	41,7%
NÃO	7	58,3%
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>100,0%</b>

**13. O (a) Sr (a) considera que a atuação do IBIO AGB DOCE contribui ou não para a gestão dos recursos hídricos da bacia do Rio Doce?**

TOTALMENTE	1	8,3%
MUITO	5	41,7%
PARCIALMENTE	3	25,0%
POUCO, ou	1	8,3%
NÃO SABE INFORMAR	2	16,7%
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>100,0%</b>

**NÍVEL DE CONHECIMENTO SOBRE A COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS**

**14. O (a) Sr (a) conhece ou não os objetivos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos?**

TOTALMENTE	3	10,0%
MUITO	2	6,7%
PARCIALMENTE	14	46,7%
POUCO, ou	3	10,0%
NÃO CONHECE	8	26,7%
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>100,0%</b>

15. O (a) Sr (a) conhece ou não os mecanismos e valores de cobrança praticados na bacia?		
TOTALMENTE	2	6,7%
MUITO	1	3,3%
PARCIALMENTE	7	23,3%
POUCO, ou	2	6,7%
NÃO CONHECE	18	60,0%
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>100,0%</b>

16. Segundo o que o (a) Sr (a) conhece do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Quem propõe a cobrança pelo uso dos recursos hídricos na bacia?		
GOVERNO	5	41,7%
CBHDOCE - COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOCE	3	25,0%
ÓRGÃO GESTOR DE RECURSOS HÍDRICOS (ANA - AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS OU ÓRGÃO GESTOR ESTADUAL)	2	16,7%
NÃO SABE INFORMAR	1	8,3%
CONSELHOS DE RECURSOS HÍDRICOS	1	8,3%
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>100,0%</b>

17. Em sua opinião, o que poderia ser feito para aprimorar os mecanismos e valores da cobrança pelos recursos hídricos da bacia?		
NÃO SABE/NÃO RESPONDEU	10	29,4%
DIVULGAR PARA AS EMPRESAS COMO É CALCULADA A FORMA DE COBRANÇA	7	20,6%
TER UM ACOMPANHAMENTO OU MEDIÇÃO DO QUE É UTILIZADO	3	8,8%
DIVULGAÇÃO E TRANSPARÊNCIA DOS RECURSOS APLICADOS	2	5,9%
INTENSIFICAR A FISCALIZAÇÃO AOS USUÁRIOS	2	5,9%
INVESTIR NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL DOS USUÁRIOS	2	5,9%
OS VALORES PODERIAM SER MENORES	1	2,9%
PARTE DO RECURSO DEVERIA FICAR NAS EMPRESAS, PARA QUE POSSAM DESTINAR A PLANTIOS E MANUTENÇÃO DAS NASCENTES	1	2,9%
CONTATO DIRETO COM OS USUÁRIOS	1	2,9%
SER COBRADO DE TEMPOS EM TEMPOS EM INTERVALOS	1	2,9%
ENVIAR OS BOLETOS COM ANTECEDÊNCIA	1	2,9%
MANTER A PREFEITURA POR DENTRO DOS ASSUNTOS	1	2,9%
DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES DO COMITÊ	1	2,9%
VISITA DE TÉCNICOS PARA ORIENTAÇÃO	1	2,9%
<b>Total</b>	<b>34</b>	<b>100,0%</b>

### NÍVEL DE CONHECIMENTO SOBRE O MONTANTE E APLICAÇÃO DOS RECURSOS ORIUNDOS DA COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS

18. O (a) Sr (a) tem conhecimento ou não de quanto é ARRECADADO por meio da cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia?		
MUITO	1	3,3%
PARCIALMENTE	3	10,0%
POUCO, ou	1	3,3%
NÃO CONHECE	25	83,3%
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>100,0%</b>

19. De acordo com o que o (a) Sr (a) conhece do SISTEMA NACIONAL DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS - SINGREH, quem decide como são aplicados os valores arrecadados com a cobrança na bacia?

CBHDOCE - COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOCE	3	60,0%
NÃO SABE INFORMAR	1	20,0%
IBIO AGB DOCE (DELEGATÁRIA)	1	20,0%
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>100,0%</b>

20. O (a) Sr (a) tem conhecimento ou não das AÇÕES que vem sendo IMPLEMENTADAS com os recursos gerados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos?

TOTALMENTE	1	3,3%
MUITO	2	6,7%
PARCIALMENTE	2	6,7%
POUCO, ou	7	23,3%
NADA	18	60,0%
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>100,0%</b>

21. Que sugestões o (a) Sr (a) daria no sentido de melhorar a APLICAÇÃO dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos?

PROTEÇÃO/RECUPERAÇÃO DAS NASCENTES	9	24,3%
NENHUMA	7	18,9%
DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS IMPLANTADOS E EXECUTADOS	5	13,5%
SANEAMENTO BÁSICO	4	10,8%
DIVULGAR O DESTINO DAS APLICAÇÕES/INTERNET	3	8,1%
INVESTIR NA RECONSTRUÇÃO DAS MATAS CILIARES	3	8,1%
TRAZER MAIS BENEFÍCIOS PARA A BACIA	2	5,4%
APLICAÇÃO DE ACORDO COM A REALIDADE DE CADA MUNICÍPIO	1	2,7%
MELHORAR A GESTÃO DOS RECURSOS	1	2,7%
APLICAR OS RECURSOS NA CRIAÇÃO DE SUB-COMITÊS OU SUB-BACIAS	1	2,7%
TER MAIS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	1	2,7%
<b>Total</b>	<b>37</b>	<b>100,0%</b>

22. O (a) Sr (a) ou o seu empreendimento já tentou utilizar ou não os valores arrecadados com a cobrança para implementar algum projeto?

SIM	4	13,3%
NÃO	26	86,7%
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>100,0%</b>

23. Dentre as alternativas que citarei, me informe 3 (três) delas que o (a) Sr (a) considera que deve ser prioritárias na aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança?

CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTOS	20	23,0%
PROJETOS DE CONTROLE DE EROSIÃO E REPLANTIO DE MATAS	18	20,7%
PROJETOS BÁSICOS/EXECUTIVOS DE ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTOS OU DE EFLUENTES INDUSTRIAIS	14	16,1%
PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	13	14,9%
PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO DOS USUÁRIOS	9	10,3%
PROJETOS DE USO RACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS NA IRRIGAÇÃO	5	5,7%
PROJETOS BÁSICOS/EXECUTIVOS DE CONTROLE/REDUÇÃO DE PERDAS EM SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	3	3,4%
PROJETOS DE USO RACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS NA INDÚSTRIA	2	2,3%
PROGRAMAS DE USO EFICIENTE OU REUSO DE EFLUENTES	2	2,3%
PROTEÇÃO DAS NASCENTES	1	1,1%
<b>Total</b>	<b>87</b>	<b>100,0%</b>

## GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS NO PRÓPRIO EMPREENDIMENTO

24. Quais fatores que eu vou citar induzem o seu empreendimento a racionalizar o uso da água?		
ESCASSES DE ÁGUA	20	39,2%
CONSCIÊNCIA AMBIENTAL	14	27,5%
REDUÇÃO DE CUSTOS	6	11,8%
COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS	5	9,8%
LEGISLAÇÃO/FISCALIZAÇÃO	4	7,8%
CERTIFICAÇÕES AMBIENTAIS (COMO A ISSO 14.000, EXIGÊNCIA DO MERCADO)	2	3,9%
<b>Total</b>	<b>51</b>	<b>100,0%</b>

25. A cobrança pelo uso de recursos hídricos fez com que o empreendimento racionalizasse o uso da água ou não?		
SIM	9	30,0%
PARCIALMENTE	9	30,0%
NÃO	12	40,0%
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>100,0%</b>

26. Nos próximos anos a atividade do seu empreendimento, diria que....		
CRESCERÁ	18	60,0%
FICARÁ NO MESMO NÍVEL, ou	10	33,3%
REDUZIRÁ	1	3,3%
NÃO SABE INFORMAR	1	3,3%
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>100,0%</b>

27. Para atender a essa atividade futura, o seu consumo de água.....{		
AUMENTARÁ	13	43,3%
FICARÁ NO MESMO NÍVEL, ou	12	40,0%
REDUZIRÁ	4	13,3%
NÃO SABE INFORMAR	1	3,3%
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>100,0%</b>



28. Em sua opinião, a cobrança que vem sendo realizada na bacia induzirá ou não os usuários a racionalizarem o uso da água?

SIM	23	76,7%
NÃO	4	13,3%
NÃO SABE INFORMAR	3	10,0%
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>100,0%</b>

29. Em situações de escassez hídrica, o (a) Sr (a) considera que o preço cobrado pelo uso da água deveria ser maior ou não?

SIM	9	30,0%
NÃO	21	70,0%
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>100,0%</b>

30. Porquê?

O VALOR COBRADO JÁ É ALTO	7	22,6%
CAMPANHAS DE CONSCIENTIZAÇÃO DO USO DA ÁGUA	4	12,9%
INCENTIVAR A RACIONALIZAÇÃO DA ÁGUA	3	9,7%
PARA NÃO ONERAR O USUÁRIO	3	9,7%
A CONSCIENTIZAÇÃO COMEÇA PELO BOLSO	2	6,5%
É PRECISO HAVER COMPROVAÇÃO DO QUE É GASTO	2	6,5%
PARA AS GRANDES EMPRESAS QUE FAZEM USO INDISCRIMINADO	2	6,5%
DESDE QUE SEJAM DIVULGADAS AS MELHORIAS NA BACIA	2	6,5%
NÃO SABE/NÃO RESPONDEU	2	6,5%
NÃO DEVERIA SER COBRADA ESSA TAXA	1	3,2%
POR NECESSIDADE	1	3,2%
TODOS OS USUÁRIOS DEVERIAM PAGAR PELO USO DA ÁGUA	1	3,2%
FAZER UMA ANÁLISE NA PRIORIDADE DA BACIA AGORA	1	3,2%
<b>Total</b>	<b>31</b>	<b>100,0%</b>

31. Em sua opinião, quais são as consequências da cobrança em uma bacia hidrográfica

INCENTIVA A RACIONALIZAÇÃO DA ÁGUA	19	32,8%
RECONHECIMENTO DA ÁGUA COMO BEM ECONÔMICO/VALORIZAÇÃO	15	25,9%
ARRECADAR RECURSOS FINANCEIROS PARA SEREM INVESTIDOS NA BACIA HIDROGRÁFICA	10	17,2%
ONERA OS USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS E NÃO TRAZ NENHUM BENEFÍCIO PARA A GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	7	12,1%
NÃO ONERA O USUÁRIO DE RECURSOS HÍDRICOS E TRAZ BENEFÍCIOS PARA A BACIA HIDROGRÁFICA	4	6,9%
ONERA OS USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS E TRAZ BENEFÍCIOS PARA A GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	2	3,4%
NÃO ONERA O USUÁRIO DE RECURSOS HÍDRICOS E NÃO TRAZ NENHUM BENEFÍCIO PARA A BACIA HIDROGRÁFICA	1	1,7%
<b>Total</b>	<b>58</b>	<b>100,0%</b>

32. O seu empreendimento é favorável ou não à cobrança de recursos hídricos?

SIM	22	73,3%
NÃO	8	26,7%
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>100,0%</b>

33. Qual é o percentual da cobrança sobre o custo total de seu empreendimento?		
MENOS DE 0,5%	9	30,0%
DE 0,5 A 1%	3	10,0%
NÃO SABE INFORMAR	18	60,0%
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>100,0%</b>

34. (a) Sr (a) concorda ou não que os preços cobrados sejam revisados para corrigir as perdas inflacionárias?		
SIM	12	40,0%
NÃO	16	53,3%
NÃO INFORMOU/NÃO SABE	2	6,7%
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>100,0%</b>

35. Porquê?		
INVESTIMENTOS SÃO REAJUSTADOS DE ACORDO COM A INFLAÇÃO	7	18,9%
PARA MANTER OS PROJETOS	6	16,2%
O VALOR COBRADO JÁ É ALTO	5	13,5%
PARA NÃO ONERAR MAIS O USUÁRIO	4	10,8%
DEVERIA HAVER UMA ARRECADAÇÃO MAIOR REGISTRANDO TODOS USUÁRIOS	4	10,8%
DESDE QUE TENHA RETORNO COMO INVESTIMENTO	4	10,8%
DESDE QUE SEJA DIVULGADO O DESTINO DOS RECURSOS	3	8,1%
NÃO SABE/NÃO RESPONDEU	2	5,4%
SÓ DEVEM REVISAR O PREÇO PAGO PELOS USUÁRIOS, DO PODER PÚBLICO NÃO	1	2,7%
JÁ PAGAMOS MUITOS IMPOSTOS	1	2,7%
<b>Total</b>	<b>37</b>	<b>100,0%</b>

## CRÍTICAS E SUGESTÕES

36. Finalizando, o Sr (a) gostaria de registrar alguma crítica ou sugestão relacionada à gestão dos recursos hídricos da bacia hidrográfica?		
DIVULGAÇÃO E ESCLARECIMENTOS SOBRE O USO DOS RECURSOS ARRECADADOS	12	34,3%
NENHUMA	11	31,4%
PAGA-SE A TAXA E NÃO HÁ NENHUM RETORNO	1	2,9%
NÃO HÁ GESTÃO AMBIENTAL E NEM INCENTIVOS	1	2,9%
DIMINUIR A BUROCRACIA E O PRAZO DE REPASSE DOS RECURSOS	1	2,9%
LINHA DE CRÉDITO PARA IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE RACIONALIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS	1	2,9%
MUNICÍPIO DEVERIA TER UMA SEDE DO IGAM PARA FACILITAR OS CONTATOS E SOLUÇÕES	1	2,9%
PREFEITURA INVESTIR NO TRATAMENTO DE ESGOTO	1	2,9%
OS RECURSOS DEVEM SER DESTINADOS A ATENDER CADA REGIÃO COM SUAS PECULIARIDADES	1	2,9%
MENOS BUROCRACIA PARA CANCELAMENTO E PEDIDOS DE REVISÃO DA TAXA E VALORES	1	2,9%
TER UM INSTRUTOR PARA ORIENTAR OS USUÁRIOS	1	2,9%
RECUPERAR O RIO DOCE DEPOIS DO ACIDENTE AMBIENTAL DA SAMARCO	1	2,9%
ACHOU A PESQUISA UMA INICIATIVA INTERESSANTE	1	2,9%
DIVULGAR, INFORMAR SOBRE AS AÇÕES PRATICADAS	1	2,9%
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100,0%</b>

## 6.5. Tabelas de frequência do Resultado da UGRH SUAÇUI:

### PERFIL DO ENTREVISTADO

01. Segmento:		
DIVERSOS	10	43,5%
INDÚSTRIA	5	21,7%
ABASTECIMENTO E SANEAMENTO	3	13,0%
OUTRO	2	8,7%
MINERAÇÃO	1	4,3%
IRRIGAÇÃO	1	4,3%
criação de animal	1	4,3%
<b>Total</b>	<b>23</b>	<b>100,0%</b>

02. Qual é o valor da TAXA ANUAL que o seu empreendimento paga pelo uso dos Recursos Hídricos da Bacia do Rio Doce?		
MENOS DE 5 MIL REAIS	6	26,1%
DE 5 MIL A DEZ MIL REAIS, ou	2	8,7%
ACIMA DE 10 MIL REAIS	5	21,7%
NÃO SABE/NÃO RESPONDEU	10	43,5%
<b>Total</b>	<b>23</b>	<b>100,0%</b>

03. Há quanto tempo o (a) Sr (a) está pagando pelo uso de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Doce?		
ATÉ 3 ANOS	9	39,1%
DE 4 ATÉ 6 ANOS	5	21,7%
ACIMA DE 7 ANOS	1	4,3%
NÃO SABE INFORMAR	8	34,8%
<b>Total</b>	<b>23</b>	<b>100,0%</b>

### NÍVEL DE CONHECIMENTO SOBRE O COMITÊ DA BACIA DO RIO DOCE – CBHDOCE

04. (a) Sr (a) conhece ou já ouviu falar do Comitê da Bacia do Rio Doce?		
SIM - CONHECE	13	56,5%
SIM - SÓ DE OLHAR FALAR	6	26,1%
NÃO	4	17,4%
<b>Total</b>	<b>23</b>	<b>100,0%</b>

05. O Sr (a) já foi ou é membro do Comitê da Bacia do Rio Doce			
SIM, ATUALMENTE SOU MEMBRO	4	30,8%	
SIM, JÁ FUI E QUERO VOLTAR A SER	3	23,1%	
SIM, JÁ FUI E NÃO QUERO SER MAIS	1	7,7%	
NÃO, E GOSTARIA DE SER	3	23,1%	
NÃO, E NÃO GOSTARIA DE SER	2	15,4%	
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>100,0%</b>	

06. Qual foi a última vez que o (a) Sr (a) tomou conhecimento de uma reunião do Comitê da Bacia do Rio Doce			
MENOS DE 1 ANO	9	69,2%	
ENTRE 1 E 3 ANOS	2	15,4%	
NUNCA	2	15,4%	
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>100,0%</b>	

07. Qual foi a última vez que o (a) Sr (a) tomou conhecimento de uma deliberação do Comitê da Bacia do Rio Doce?			
MENOS DE 1 ANO	6	46,2%	
ENTRE 1 E 3 ANOS	3	23,1%	
NUNCA	4	30,8%	
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>100,0%</b>	

08. Qual o nome do representante e/ou entidade que lhe representa hoje no Comitê da Bacia do Rio Doce?			
NÃO SABE INFORMAR	4	30,8%	
NÃO TEM	3	23,1%	
ÓRGÃO PÚBLICO MUNICIPAL/ESTADUAL/FEDERAL	3	23,1%	
EMPRESA DE CONSULTORIA/CONSULTOR AMBIENTAL	2	15,4%	
O PRÓPRIO USUÁRIO	1	7,7%	
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>100,0%</b>	

09. O seu representante mantém diálogo sobre as discussões de cobrança e a sua aplicação no Comitê da Bacia do Rio Doce?			
SIM	4	30,8%	
NÃO	9	69,2%	
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>100,0%</b>	

<b>10. O (a) Sr (a) considera que as decisões do Comitê da Bacia do Rio Doce contribuem ou não para a gestão dos recursos hídricos da bacia?</b>			
TOTALMENTE	2	15,4%	
MUITO	4	30,8%	
PARCIALMENTE	4	30,8%	
NADA	1	7,7%	
NÃO SABE INFORMAR	2	15,4%	
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>100,0%</b>	

**NÍVEL DE CONHECIMENTO SOBRE A ENTIDADE DELEGATÁRIA DE FUNÇÕES DE AGÊNCIA DE ÁGUA - IBIO AGB DOCE**

<b>11. O (a) Sr (a) conhece ou já ouviu falar do IBIO AGB DOCE entidade delegatária de funções de agência de água?</b>			
SIM	16	69,6%	
NÃO	7	30,4%	
<b>Total</b>	<b>23</b>	<b>100,0%</b>	

<b>12. O (a) Sr (a) conhece ou não as funções desempenhadas pelo IBIO AGB DOCE?</b>			
SIM	15	93,8%	
NÃO	1	6,3%	
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>100,0%</b>	

<b>13. O (a) Sr (a) considera que a atuação do IBIO AGB DOCE contribui ou não para a gestão dos recursos hídricos da bacia do Rio Doce?</b>			
TOTALMENTE	5	31,3%	
MUITO	7	43,8%	
PARCIALMENTE	2	12,5%	
NÃO SABE INFORMAR	2	12,5%	
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>100,0%</b>	

**NÍVEL DE CONHECIMENTO SOBRE A COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS**

<b>14. O (a) Sr (a) conhece ou não os objetivos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos?</b>			
TOTALMENTE	3	13,0%	
MUITO	4	17,4%	
PARCIALMENTE	6	26,1%	
POUCO, ou	5	21,7%	
NÃO CONHECE	5	21,7%	
<b>Total</b>	<b>23</b>	<b>100,0%</b>	

<b>15. DO (a) Sr (a) conhece ou não os mecanismos e valores de cobrança praticados na bacia?</b>			
TOTALMENTE	1	4,3%	
MUITO	1	4,3%	
PARCIALMENTE	4	17,4%	
POUCO, ou	4	17,4%	
NÃO CONHECE	13	56,5%	
<b>Total</b>	<b>23</b>	<b>100,0%</b>	

<b>16. Segundo o que o (a) Sr (a) conhece do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Quem propõe a cobrança pelo uso dos recursos hídricos na bacia?</b>			
ÓRGÃO GESTOR DE RECURSOS HÍDRICOS (ANA - AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS OU ÓRGÃO GESTOR ESTADUAL)	4	40,0%	
NÃO SABE INFORMAR	3	30,0%	
CEHDOCE - COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOCE	2	20,0%	
GOVERNO	1	10,0%	
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>100,0%</b>	

<b>17. Em sua opinião, o que poderia ser feito para aprimorar os mecanismos e valores da cobrança pelos recursos hídricos da bacia?</b>			
NÃO SABEM/NÃO RESPONDEU	8	29,6%	
DIVULGAR PARA AS EMPRESAS COMO É CALCULADA A FORMA DE COBRANÇA	7	25,9%	
DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES DO COMITÊ	2	7,4%	
DIVULGAÇÃO E TRANSPARÊNCIA DOS RECURSOS APLICADOS	2	7,4%	
MAIS INFORMAÇÕES	2	7,4%	
TER UM ACOMPANHAMENTO OU MEDIÇÃO DO QUE É UTILIZADO	2	7,4%	
NÃO CONHECE OS VALORES	1	3,7%	
NÃO PAGA PELO USO DA ÁGUA	1	3,7%	
FAZER UM LEVANTAMENTO DE TODOS OS USUÁRIOS	1	3,7%	
CONTATO DIRETO COM OS USUÁRIOS	1	3,7%	
<b>Total</b>	<b>27</b>	<b>100,0%</b>	

**NÍVEL DE CONHECIMENTO SOBRE O MONTANTE E APLICAÇÃO DOS RECURSOS ORIUNDOS DA COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS**

**18. O(a) Sr(a) tem conhecimento ou não de quanto é ARRECADADO por meio da cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia?**

PARCIALMENTE	2	8,7%
POUCO, ou	2	8,7%
NÃO CONHECE	19	82,6%
<b>Total</b>	<b>23</b>	<b>100,0%</b>

**19. Segundo o que o(a) Sr(a) conhece do SISTEMA NACIONAL DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS - SINGREH, quem decide como são aplicados os valores arrecadados com a cobrança na bacia?**

NÃO SABE INFORMAR	2	50,0%
CONSELHOS DE RECURSOS HÍDRICOS	1	25,0%
CBDOCE - COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOCE	1	25,0%
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>100,0%</b>

**20. O(a) Sr(a) tem conhecimento ou não das AÇÕES que vem sendo IMPLEMENTADAS com os recursos gerados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos?**

TOTALMENTE	1	4,3%
MUITO	2	8,7%
PARCIALMENTE	8	34,8%
POUCO, ou	2	8,7%
NADA	10	43,5%
<b>Total</b>	<b>23</b>	<b>100,0%</b>

**21. Que sugestões o(a) Sr(a) daria no sentido de melhorar a APLICAÇÃO dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos?**

PROTEÇÃO/RECUPERAÇÃO DAS NASCENTES	7	24,1%
INVESTIR NA RECONSTRUÇÃO DAS MATAS CILIARES	5	17,2%
SANEAMENTO BÁSICO	3	10,3%
NENHUMA	3	10,3%
TRAZER MAIS BENEFÍCIOS PARA A BACIA	2	6,9%
PROJETOS PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL	2	6,9%
DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS IMPLANTADOS E EXECUTADOS	2	6,9%
O RECURSO DEVERIA SER INVESTIDO NA CIDADE E NÃO NA ROÇA	1	3,4%
APLICAR OS RECURSOS NA CRIAÇÃO DE SUB-COMITÊS OU SUB-BACIAS	1	3,4%
CRIAR UMA FORMA DE PARTICIPAÇÃO ONLINE	1	3,4%
NÃO SABE/NÃO RESPONDEU	1	3,4%
TER MAIS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	1	3,4%
<b>Total</b>	<b>29</b>	<b>100,0%</b>

22. O (a) Sr (a) ou o seu empreendimento já tentou utilizar ou não os valores arrecadados com a cobrança para implementar algum projeto?

SIM	4	17,4%
NÃO	19	82,6%
<b>Total</b>	<b>23</b>	<b>100,0%</b>

23. Dentro as alternativas que citei, me informe 3 (três) delas que o (a) Sr (a) considera que deve ser prioritárias na aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança?

CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTOS	18	28,6%
PROJETOS DE CONTROLE DE EROSÃO E REPLANTIO DE MATAS	16	25,4%
PROGRAMAS DE USO EFICIENTE OU REUSO DE EFLUENTES	8	12,7%
PROJETOS DE USO RACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS NA IRRIGAÇÃO	6	9,5%
PROJETOS BÁSICOS/EXECUTIVOS DE ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTOS OU DE EFLUENTES INDUSTRIAIS	5	7,9%
PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	4	6,3%
PROJETOS BÁSICOS/EXECUTIVOS DE CONTROLE/REDUÇÃO DE PERDAS EM SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	3	4,8%
PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO DOS USUÁRIOS	2	3,2%
PROJETOS DE USO RACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS NA INDÚSTRIA	1	1,6%
<b>Total</b>	<b>63</b>	<b>100,0%</b>

## GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS NO PRÓPRIO EMPREENDIMENTO

24. Quais fatores que eu vou citar induzem o seu empreendimento a racionalizar o uso da água?

ESCASSEZ DE ÁGUA	20	48,8%
CONSCIÊNCIA AMBIENTAL	12	29,3%
LEGISLAÇÃO/FISCALIZAÇÃO	5	12,2%
REDUÇÃO DE CUSTOS	4	9,8%
<b>Total</b>	<b>41</b>	<b>100,0%</b>

25. A cobrança pelo uso de recursos hídricos fez com que o empreendimento racionalizasse o uso da água ou não?

SIM	6	26,1%
PARCIALMENTE	3	13,0%
NÃO	14	60,9%
<b>Total</b>	<b>23</b>	<b>100,0%</b>

26. Nos próximos anos a atividade do seu empreendimento, diria que....

CRESCERÁ	12	52,2%
FICARÁ NO MESMO NÍVEL, ou	3	13,0%
REDUZIRÁ	4	17,4%
NÃO SABE INFORMAR	4	17,4%
<b>Total</b>	<b>23</b>	<b>100,0%</b>



27. Para atender a essa atividade futura, o seu consumo de água....{		
AUMENTARÁ	8	34,8%
FICARÁ NO MESMO NÍVEL, ou	9	39,1%
REDUZIRÁ	6	26,1%
<b>Total</b>	<b>23</b>	<b>100,0%</b>

28. Em sua opinião, a cobrança que vem sendo realizada na bacia induzirá ou não os usuários a racionalizarem o uso da água?		
SIM	12	52,2%
NÃO	9	39,1%
NÃO SABE INFORMAR	2	8,7%
<b>Total</b>	<b>23</b>	<b>100,0%</b>

29. Em situações de escassez hídrica, o (a) Sr (a) considera que o preço cobrado pelo uso da água deveria ser maior ou não?		
SIM	11	47,8%
NÃO	12	52,2%
<b>Total</b>	<b>23</b>	<b>100,0%</b>

30. Porquê?		
A CONSCIENTIZAÇÃO COMEÇA PELO BOLSO	5	17,9%
CAMPANHAS DE CONSCIENTIZAÇÃO DO USO DA ÁGUA	5	17,9%
O VALOR COBRADO JÁ É ALTO	3	10,7%
É PRECISO HAVER COMPROVAÇÃO DO QUE É GASTO	3	10,7%
INCENTIVAR A RACIONALIZAÇÃO DA ÁGUA	3	10,7%
DESDE QUE SEJAM DIVULGADAS AS MELHORIAS NA BACIA	2	7,1%
PARA AS GRANDES EMPRESAS QUE FAZEM USO INDISCRIMINADO	1	3,6%
O PREÇO DEVE SER JUSTO E DE ACORDO COM O PADRÃO PERMITIDO	1	3,6%
O USO DEVE SER MEDIDO PELO CONSUMO E NÃO PELA FALTA DE ÁGUA	1	3,6%
NÃO SABE/NÃO RESPONDEU	1	3,6%
POR NECESSIDADE	1	3,6%
PARA NÃO ONERAR O USUÁRIO	1	3,6%
TODOS OS USUÁRIOS DEVERIAM PAGAR PELO USO DA ÁGUA	1	3,6%
<b>Total</b>	<b>28</b>	<b>100,0%</b>

31. Em sua opinião, quais são as consequências da cobrança em uma bacia hidrográfica			
ARRECADADA RECURSOS FINANCEIROS PARA SEREM INVESTIDOS NA BACIA HIDROGRÁFICA	15	30,6%	
RECONHECIMENTO DA ÁGUA COMO BEM ECONÔMICO VALORIZAÇÃO	12	24,5%	
INCENTIVA A RACIONALIZAÇÃO DA ÁGUA	10	20,4%	
NÃO ONERA O USUÁRIO DE RECURSOS HÍDRICOS E TRAZ BENEFÍCIOS PARA A BACIA HIDROGRÁFICA	4	8,2%	
ONERA OS USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS E TRAZ BENEFÍCIOS PARA A GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	3	6,1%	
NÃO ONERA O USUÁRIO DE RECURSOS HÍDRICOS E NÃO TRAZ NENHUM BENEFÍCIO PARA A BACIA HIDROGRÁFICA	3	6,1%	
NÃO SABENÃO RESPONDEU	1	2,0%	
ONERA OS USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS E NÃO TRAZ NENHUM BENEFÍCIO PARA A GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	1	2,0%	
<b>Total</b>	<b>49</b>	<b>100,0%</b>	

32. O seu empreendimento é favorável ou não à cobrança de recursos hídricos?			
SIM	19	82,6%	
NÃO	4	17,4%	
<b>Total</b>	<b>23</b>	<b>100,0%</b>	

33. Qual é o percentual da cobrança sobre o custo total de seu empreendimento?			
MENOS DE 0,5%	4	17,4%	
DE 0,5 A 1%	3	13,0%	
MAIS DE 5%	1	4,3%	
NÃO SABE INFORMAR	15	65,2%	
<b>Total</b>	<b>23</b>	<b>100,0%</b>	

34. O (a) Sr (a) concorda ou não que os preços cobrados sejam revisados para corrigir as perdas inflacionárias?			
SIM	12	52,2%	
NÃO	9	39,1%	
NÃO INFORMOU/NÃO SABE	2	8,7%	
<b>Total</b>	<b>23</b>	<b>100,0%</b>	

35. Porquê?			
INVESTIMENTOS SÃO REAJUSTADOS DE ACORDO COM A INFLAÇÃO	9	36,0%	
PARA MANTER OS PROJETOS	4	16,0%	
DESDE QUE SEJA DIVULGADO O DESTINO DOS RECURSOS	2	8,0%	
SER REAJUSTADO DE ACORDO COM O CONSUMO E NÃO PELA INFLAÇÃO	2	8,0%	
JÁ PAGAMOS MUITOS IMPOSTOS	1	4,0%	
DEVERIA HAVER UMA ARRECADAÇÃO MAIOR REGISTRANDO TODOS USUÁRIOS	1	4,0%	
NÃO DEVERIA ARCAR COM OS PROBLEMAS DE INFLAÇÃO	1	4,0%	
OS MUNICÍPIOS JÁ FORAM AFETADOS COM A CRISE	1	4,0%	
DESDE QUE TENHA RETORNO COMO INVESTIMENTO	1	4,0%	
ACHA O VALOR PAGO MUITO PEQUENO	1	4,0%	
NÃO SABE/NÃO RESPONDEU	1	4,0%	
O VALOR COBRADO JÁ É ALTO	1	4,0%	
<b>Total</b>	<b>25</b>	<b>100,0%</b>	

**CRÍTICAS E SUGESTÕES**

36. Finalizando, o Sr (a) gostaria de registrar alguma crítica ou sugestão relacionada à gestão dos recursos hídricos da bacia hidrográfica?		
NENHUMA	10	35,7%
DIVULGAÇÃO E ESCLARECIMENTOS SOBRE O USO DOS RECURSOS ARRECADADOS	5	17,9%
DIVULGAR PARA A POPULAÇÃO DO MEIO RURAL	2	7,1%
PARA OS USUÁRIOS QUE CUIDAM E CULTIVAM SUAS NASCENTES NÃO DEVERIA TER COBRANÇA	1	3,6%
O GOVERNO DEVE SE ENVOLVER COM OS PROBLEMAS DE ÁGUA DA CIDADE	1	3,6%
DIMINUIR A BUROCRACIA E O PRAZO DE REPASSE DOS RECURSOS	1	3,6%
QUE AS AÇÕES SAIAM DO PAPEL E SE TORNEM EFETIVAS	1	3,6%
A ARRECADUÇÃO NÃO RETORNA PARA O PEQUENO PRODUTOR	1	3,6%
REVER A SITUAÇÃO DAS RESERVAS INDÍGENAS	1	3,6%
TER UMA FORMA DE PARTICIPAR DAS REUNIÕES E SABER DAS DECISÕES SEM SER PRESENCIAL	1	3,6%
MAIOR ENVOLVIMENTO DO ÓRGÃO GESTOR JUNTO AO COMITÊ	1	3,6%
MENOS BUROCRACIA PARA CANCELAMENTO E PEDIDOS DE REVISÃO DA TAXA E VALORES	1	3,6%
DIVULGAR, INFORMAR SOBRE AS AÇÕES PRATICADAS	1	3,6%
O COMITÊ DEVE INVESTIR MAIS EM AÇÕES LOCAIS	1	3,6%
<b>Total</b>	<b>28</b>	<b>100,0%</b>

## 6.6. Tabelas de frequência do Resultado da UGRH CARATINGA:

### PERFIL DO ENTREVISTADO

01. Segmento:			
DIVERSOS	3	37,5%	
OUTRO	2	25,0%	
IRRIGAÇÃO	2	25,0%	
criação de animal	1	12,5%	
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>100,0%</b>	

02. Qual é o valor da TAXA ANUAL que o seu empreendimento paga pelo uso dos Recursos Hídricos da Bacia do Rio Doce?			
MENOS DE 5 MIL REAIS	5	62,5%	
DE 5 MIL A DEZ MIL REAIS, ou	0	0,0%	
ACIMA DE 10 MIL REAIS	0	0,0%	
NÃO SABE/NÃO RESPONDEU	3	37,5%	
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>100,0%</b>	

03. Há quanto tempo o (a) Sr (a) está pagando pelo uso de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Doce?			
DE 4 ATÉ 6 ANOS	3	37,5%	
ACIMA DE 7 ANOS	1	12,5%	
NÃO SABE INFORMAR	4	50,0%	
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>100,0%</b>	

### NÍVEL DE CONHECIMENTO SOBRE O COMITÊ DA BACIA DO RIO DOCE – CBHDOCE

04. O (a) Sr (a) conhece ou já ouviu falar do Comitê da Bacia do Rio Doce?			
SIM - CONHECE	2	25,0%	
SIM - SÓ DE OUVIR FALAR	6	75,0%	
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>100,0%</b>	

05. O (a) Sr (a) já foi ou é membro do Comitê da Bacia do Rio Doce			
SIM, ATUALMENTE SOU MEMBRO	1	50,0%	
NÃO, E NÃO GOSTARIA DE SER	1	50,0%	
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>100,0%</b>	

06. Qual foi a última vez que o (a) Sr (a) tomou conhecimento de uma reunião do Comitê da Bacia do Rio Doce			
MENOS DE 1 ANO	2	100,0%	
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>100,0%</b>	

<b>07. Qual foi a última vez que o (a) Sr (a) tomou conhecimento de uma deliberação do Comitê da Bacia do Rio Doce?</b>			
MENOS DE 1 ANO	1	50,0%	
NUNCA	1	50,0%	
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>100,0%</b>	

<b>08. Qual o nome do representante e/ou entidade que lhe representa hoje no Comitê da Bacia do Rio Doce?</b>			
NÃO TEM	1	50,0%	
EMPRESA DE CONSULTORIA/CONSULTOR AMBIENTAL	1	50,0%	
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>100,0%</b>	

<b>09. O seu representante mantém diálogo sobre as discussões de cobrança e a sua aplicação no Comitê da Bacia do Rio Doce?</b>			
NÃO	2	100,0%	
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>100,0%</b>	

<b>10. O (a) Sr (a) considera que as decisões do Comitê da Bacia do Rio Doce contribuem ou não para a gestão dos recursos hídricos da bacia?</b>			
MUITO	2	100,0%	
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>100,0%</b>	

**NÍVEL DE CONHECIMENTO SOBRE A ENTIDADE DELEGATÁRIA DE FUNÇÕES DE AGÊNCIA DE ÁGUA - IBIO AGB DOCE**

<b>11. O (a) Sr (a) conhece ou já ouviu falar do IBIO AGB DOCE entidade delegatária de funções de agência de água?</b>			
SIM	1	12,5%	
NÃO	7	87,5%	
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>100,0%</b>	

<b>12. O (a) Sr (a) conhece ou não as funções desempenhadas pelo IBIO AGB DOCE?</b>			
SIM	1	100,0%	
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>100,0%</b>	

<b>13. O (a) Sr (a) considera que a atuação do IBIO AGB DOCE contribui ou não para a gestão dos recursos hídricos da bacia do Rio Doce?</b>			
MUITO	1	100,0%	
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>100,0%</b>	

## NÍVEL DE CONHECIMENTO SOBRE A COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS

14. O (a) Sr (a) conhece ou não os objetivos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos?			
PARCIALMENTE	1	12,5%	
POUCO, ou	5	62,5%	
NÃO CONHECE	2	25,0%	
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>100,0%</b>	

15. O (a) Sr (a) conhece ou não os mecanismos e valores de cobrança praticados na bacia?			
POUCO, ou	2	25,0%	
NÃO CONHECE	6	75,0%	
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>100,0%</b>	

16. Segundo o que o (a) Sr (a) conhece do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Quem propõe a cobrança pelo uso dos recursos hídricos na bacia?			
ÓRGÃO GESTOR DE RECURSOS HÍDRICOS (ANA - AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS OU ÓRGÃO GESTOR ESTADUAL)	2	100,0%	
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>100,0%</b>	

17. Em sua opinião, o que poderia ser feito para aprimorar os mecanismos e valores da cobrança pelos recursos hídricos da bacia?			
FISCALIZAÇÃO DOS VALORES COBRADOS	2	22,2%	
TER UM ACOMPANHAMENTO OU MEDIÇÃO DO QUE É UTILIZADO	2	22,2%	
INTENSIFICAR A FISCALIZAÇÃO AOS USUÁRIOS	2	22,2%	
DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES DO COMITÊ	1	11,1%	
NÃO SABE/NÃO RESPONDEU	1	11,1%	
MAIS INFORMAÇÕES	1	11,1%	
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>100,0%</b>	

## NÍVEL DE CONHECIMENTO SOBRE O MONTANTE E APLICAÇÃO DOS RECURSOS ORIUNDOS DA COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS

18. O (a) Sr (a) tem conhecimento ou não de quanto é ARRECADADO por meio da cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia?			
NÃO CONHECE	8	100,0%	
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>100,0%</b>	

19. Segundo o que o (a) Sr (a) conhece do SISTEMA NACIONAL DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS - SINGREH, quem decide como são aplicados os valores arrecadados com a cobrança na bacia?			
--	--	--	--

**20. O (a) Sr (a) tem conhecimento ou não das AÇÕES que vem sendo IMPLEMENTADAS com os recursos gerados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos?**

PARCIALMENTE	1	12,5%
POUCO, ou	1	12,5%
NADA	6	75,0%
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>100,0%</b>

**21. Que sugestões o (a) Sr (a) daria no sentido de melhorar a APLICAÇÃO dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos?**

PROTEÇÃO/RECUPERAÇÃO DAS NASCENTES	4	40,0%
FISCALIZAÇÃO EFICAZ	2	20,0%
TRATAMENTO DO ESGOTO	2	20,0%
TRAZER MAIS BENEFÍCIOS PARA A BACIA	1	10,0%
INVESTIR NA RECONSTRUÇÃO DAS MATAS CILIARES	1	10,0%
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>100,0%</b>

**22. O (a) Sr (a) ou o seu empreendimento já tentou utilizar ou não os valores arrecadados com a cobrança para implementar algum projeto?**

SIM	1	12,5%
NÃO	7	87,5%
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>100,0%</b>

**23. Dentre as alternativas que citei, me informe 3 (três) delas que o (a) Sr (a) considera que deve ser prioritárias na aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança?**

PROJETOS DE CONTROLE DE EROSIÃO E REPLANTIO DE MATAS	7	29,2%
PROJETOS BÁSICOS/EXECUTIVOS DE ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTOS OU DE EFLUENTES INDUSTRIAIS	4	16,7%
CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTOS	4	16,7%
PROJETOS BÁSICOS/EXECUTIVOS DE CONTROLE/REDUÇÃO DE PERDAS EM SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	3	12,5%
PROJETOS DE USO RACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS NA INDÚSTRIA	2	8,3%
PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO DOS USUÁRIOS	2	8,3%
PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	2	8,3%
<b>Total</b>	<b>24</b>	<b>100,0%</b>

## GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS NO PRÓPRIO EMPREENDIMENTO

**24. Quais fatores que eu vou citar induzem o seu empreendimento a racionalizar o uso da água?**

ESCASSES DE ÁGUA	7	43,8%
CONSCIÊNCIA AMBIENTAL	7	43,8%
LEGISLAÇÃO/FISCALIZAÇÃO	2	12,5%
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>100,0%</b>

25. A cobrança pelo uso de recursos hídricos fez com que o empreendimento racionalizasse o uso da água ou não?			
SIM	4	50,0%	
NÃO	4	50,0%	
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>100,0%</b>	

26. Nos próximos anos a atividade do seu empreendimento, diria que....			
CRESCERÁ	3	37,5%	
FICARÁ NO MESMO NÍVEL, ou	3	37,5%	
REDUZIRÁ	1	12,5%	
NÃO SABE INFORMAR	1	12,5%	
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>100,0%</b>	

27. Para atender a essa atividade futura, o seu consumo de água....(			
AUMENTARÁ	3	37,5%	
FICARÁ NO MESMO NÍVEL, ou	3	37,5%	
REDUZIRÁ	1	12,5%	
NÃO SABE INFORMAR	1	12,5%	
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>100,0%</b>	

28. Em sua opinião, a cobrança que vem sendo realizada na bacia induzirá ou não os usuários a racionalizarem o uso da água?			
SIM	4	50,0%	
NÃO	3	37,5%	
NÃO SABE INFORMAR	1	12,5%	
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>100,0%</b>	

29. Em situações de escassez hídrica, o (a) Sr (a) considera que o preço cobrado pelo uso da água deveria ser maior ou não?			
NÃO	8	100,0%	
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>100,0%</b>	

30. Porquê?			
PARA NÃO ONERAR O USUÁRIO	3	33,3%	
NÃO HÁ FISCALIZAÇÃO DE USUÁRIOS QUE NÃO PAGAM PELO USO DA ÁGUA	2	22,2%	
CAMPANHAS DE CONSCIENTIZAÇÃO DO USO DA ÁGUA	2	22,2%	
O VALOR COBRADO JÁ É ALTO	2	22,2%	
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>100,0%</b>	



**31. Em sua opinião, quais são as consequências da cobrança em uma bacia hidrográfica**

RECONHECIMENTO DA ÁGUA COMO BEM ECONÔMICO/VALORIZAÇÃO	8	38,1%
INCENTIVA A RACIONALIZAÇÃO DA ÁGUA	6	28,6%
ARRECADADA RECURSOS FINANCEIROS PARA SEREM INVESTIDOS NA BACIA HIDROGRÁFICA	4	19,0%
ONERA OS USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS E TRAZ BENEFÍCIOS PARA A GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	2	9,5%
NÃO ONERA O USUÁRIO DE RECURSOS HÍDRICOS E TRAZ BENEFÍCIOS PARA A BACIA HIDROGRÁFICA	1	4,8%
<b>Total</b>	<b>21</b>	<b>100,0%</b>

**32. O seu empreendimento é favorável ou não à cobrança de recursos hídricos?**

SIM	6	75,0%
NÃO	2	25,0%
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>100,0%</b>

**33. Qual é o percentual da cobrança sobre o custo total de seu empreendimento?**

MENOS DE 0,5%	4	50,0%
NÃO SABE INFORMAR	4	50,0%
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>100,0%</b>

**34. O (a) Sr (a) concorda ou não que os preços cobrados sejam revisados para corrigir as perdas inflacionárias?**

SIM	3	37,5%
NÃO	5	62,5%
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>100,0%</b>

**35. Porquê?**

VALOR COBRADO É JUSTO	3	33,3%
PARA NÃO ONERAR MAIS O USUÁRIO	2	22,2%
INVESTIMENTOS SÃO REAJUSTADOS DE ACORDO COM A INFLAÇÃO	2	22,2%
PARA MANTER OS PROJETOS	1	11,1%
O VALOR COBRADO JÁ É ALTO	1	11,1%
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>100,0%</b>

## CRÍTICAS E SUGESTÕES

**36. Finalizando, o Sr (a) gostaria de registrar alguma crítica ou sugestão relacionada à gestão dos recursos hídricos da bacia hidrográfica?**

NENHUMA	3	37,5%
DIVULGAÇÃO E ESCLARECIMENTOS SOBRE O USO DOS RECURSOS ARRECADADOS	2	25,0%
APLICAR MELHOR OS RECURSOS ARRECADADOS À FAVOR DO RIO	1	12,5%
DIVULGAR, INFORMAR SOBRE AS AÇÕES PRATICADAS	1	12,5%
O COMITÊ DEVE INVESTIR MAIS EM AÇÕES LOCAIS	1	12,5%
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>100,0%</b>

## 6.7. Tabelas de frequência do Resultado da UGRH MANHUAÇU:

### PERFIL DO ENTREVISTADO

01. Segmento:		
OUTRO	7	26,9%
MINERAÇÃO	4	15,4%
DIVERSOS	4	15,4%
INDÚSTRIA	4	15,4%
criação de animal	2	7,7%
ABASTECIMENTO E SANEAMENTO	2	7,7%
IRRIGAÇÃO	2	7,7%
GERAÇÃO DE ENERGIA	1	3,8%
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>100,0%</b>

02. Qual é o valor da TAXA ANUAL que o seu empreendimento paga pelo uso dos Recursos Hídricos da Bacia do Rio Doce?		
MENOS DE 5 MIL REAIS	12	46,2%
DE 5 MIL A DEZ MIL REAIS, ou	2	7,7%
ACIMA DE 10 MIL REAIS	1	3,8%
NÃO SABE/NÃO RESPONDEU	11	42,3%
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>100,0%</b>

03. Há quanto tempo o (a) Sr (a) está pagando pelo uso de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Doce?		
ATÉ 3 ANOS	10	38,5%
DE 4 ATÉ 6 ANOS	5	19,2%
ACIMA DE 7 ANOS	4	15,4%
NÃO SABE INFORMAR	7	26,9%
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>100,0%</b>

### NÍVEL DE CONHECIMENTO SOBRE O COMITÊ DA BACIA DO RIO DOCE – CBHDOCE

04. O (a) Sr (a) conhece ou já ouviu falar do Comitê da Bacia do Rio Doce?		
SIM - CONHECE	11	42,3%
SIM - SÓ DE OUVIR FALAR	9	34,6%
NÃO	6	23,1%
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>100,0%</b>

<b>05.□O (a) Sr (a) já foi ou é membro do Comitê da Bacia do Rio Doce</b>			
SIM, ATUALMENTE SOU MEMBRO	4	36,4%	
SIM, JÁ FUI E QUERO VOLTAR A SER	1	9,1%	
NÃO, E GOSTARIA DE SER	2	18,2%	
NÃO, E NÃO GOSTARIA DE SER	4	36,4%	
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>100,0%</b>	

<b>06.□Qual foi a última vez que o (a) Sr (a) tomou conhecimento de uma reunião do Comitê da Bacia do Rio Doce</b>			
MENOS DE 1 ANO	6	54,5%	
ENTRE 1 E 3 ANOS	2	18,2%	
NUNCA	3	27,3%	
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>100,0%</b>	

<b>07.□Qual foi a última vez que o (a) Sr (a) tomou conhecimento de uma deliberação do Comitê da Bacia do Rio Doce?</b>			
MENOS DE 1 ANO	6	54,5%	
ENTRE 1 E 3 ANOS	1	9,1%	
NUNCA	4	36,4%	
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>100,0%</b>	

<b>08.□Qual o nome do representante e/ou entidade que lhe representa hoje no Comitê da Bacia do Rio Doce?</b>			
ÓRGÃO PÚBLICO MUNICIPAL/ESTADUAL/FEDERAL	5	45,5%	
RESPONSÁVEL PELO MEIO AMBIENTE NA EMPRESA	2	18,2%	
NÃO TEM	2	18,2%	
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA	1	9,1%	
EMPRESA DE CONSULTORIA/CONSULTOR AMBIENTAL	1	9,1%	
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>100,0%</b>	

<b>09.□O seu representante mantém diálogo sobre as discussões de cobrança e a sua aplicação no Comitê da Bacia do Rio Doce?</b>			
SIM	8	72,7%	
NÃO	3	27,3%	
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>100,0%</b>	

<b>10. O (a) Sr (a) considera que as decisões do Comitê da Bacia do Rio Doce contribuem ou não para a gestão dos recursos hídricos da bacia?</b>			
TOTALMENTE	4	36,4%	
MUITO	6	54,5%	
NÃO SABE INFORMAR	1	9,1%	
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>100,0%</b>	

**NÍVEL DE CONHECIMENTO SOBRE A ENTIDADE DELEGATÁRIA DE FUNÇÕES DE AGÊNCIA DE ÁGUA - IBIO AGB DOCE**

<b>11.00 (a) Sr (a) conhece ou já ouviu falar do IBIO AGB DOCE entidade delegatária de funções de agência de água?</b>			
SIM	8	30,8%	
NÃO	18	69,2%	
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>100,0%</b>	

<b>12.00 (a) Sr (a) conhece ou não as funções desempenhadas pelo IBIO AGB DOCE?</b>			
SIM	6	75,0%	
NÃO	2	25,0%	
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>100,0%</b>	

<b>13.00 (a) Sr (a) considera que a atuação do IBIO AGB DOCE contribui ou não para a gestão dos recursos hídricos da bacia do Rio Doce?</b>			
TOTALMENTE	1	12,5%	
MUITO	3	37,5%	
PARCIALMENTE	2	25,0%	
NÃO SABE INFORMAR	2	25,0%	
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>100,0%</b>	

**NÍVEL DE CONHECIMENTO SOBRE A COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS**

<b>14. O (a) Sr (a) conhece ou não os objetivos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos?</b>			
TOTALMENTE	3	11,5%	
PARCIALMENTE	8	30,8%	
POUCO, ou	3	11,5%	
NÃO CONHECE	12	46,2%	
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>100,0%</b>	

<b>15.00 (a) Sr (a) conhece ou não os mecanismos e valores de cobrança praticados na bacia?</b>			
TOTALMENTE	2	7,7%	
MUITO	1	3,8%	
PARCIALMENTE	6	23,1%	
POUCO, ou	2	7,7%	
NÃO CONHECE	15	57,7%	
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>100,0%</b>	

**16. Segundo o que o (a) Sr (a) conhece do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Quem propõe a cobrança pelo uso dos recursos hídricos na bacia?**

ÓRGÃO GESTOR DE RECURSOS HÍDRICOS (ANA - AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS OU ÓRGÃO GESTOR ESTADUAL)	5	45,5%
GOVERNO	3	27,3%
CBHDOCE - COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOCE	2	18,2%
NÃO SABE INFORMAR	1	9,1%
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>100,0%</b>

**17. Em sua opinião, o que poderia ser feito para aprimorar os mecanismos e valores da cobrança pelos recursos hídricos da bacia?**

NÃO SABE/NÃO RESPONDEU	9	28,1%
DIVULGAR PARA AS EMPRESAS COMO É CALCULADA A FORMA DE COBRANÇA	7	21,9%
DIVULGAÇÃO E TRANSPARÊNCIA DOS RECURSOS APLICADOS	3	9,4%
INTENSIFICAR A FISCALIZAÇÃO AOS USUÁRIOS	3	9,4%
DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES DO COMITÊ	2	6,3%
MAIS INFORMAÇÕES	2	6,3%
TAXA MENSAL FICARIA MAIS FÁCIL, SABER COMO É CALCULADO	1	3,1%
TER UMA SEDE DO IGAM NO MUNICÍPIO PARA FACILITAR O PAGAMENTO	1	3,1%
A FORMA DE PAGAMENTO É BOA E O PREÇO É JUSTO	1	3,1%
LEVANTAMENTO DE RENDA PER CAPTA DE CADA MUNICÍPIO	1	3,1%
FAZER UM LEVANTAMENTO DE TODOS OS USUÁRIOS	1	3,1%
MANTER A PREFEITURA POR DENTRO DOS ASSUNTOS	1	3,1%
<b>Total</b>	<b>32</b>	<b>100,0%</b>

**NÍVEL DE CONHECIMENTO SOBRE O MONTANTE E APLICAÇÃO DOS RECURSOS ORIUNDOS DA COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS**

**18. O (a) Sr (a) tem conhecimento ou não de quanto é ARRECADADO por meio da cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia?**

TOTALMENTE	1	3,8%
MUITO	1	3,8%
PARCIALMENTE	1	3,8%
POUCO, ou	1	3,8%
NÃO CONHECE	22	84,6%
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>100,0%</b>

**19. Segundo o que o (a) Sr (a) conhece do SISTEMA NACIONAL DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS - SINGREH, quem decide como são aplicados os valores arrecadados com a cobrança na bacia?**

NÃO SABE INFORMAR	2	50,0%
CBHDOCE - COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOCE	2	50,0%
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>100,0%</b>

**20. O (a) Sr (a) tem conhecimento ou não das AÇÕES que vem sendo IMPLEMENTADAS com os recursos gerados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos?**

TOTALMENTE	1	3,8%
MUITO	1	3,8%
PARCIALMENTE	3	11,5%
POUCO, ou	7	26,9%
NADA	14	53,8%
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>100,0%</b>

**21. Que sugestões o (a) Sr (a) daria no sentido de melhorar a APLICAÇÃO dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos?**

SANEAMENTO BÁSICO	7	21,2%
PROTEÇÃO/RECUPERAÇÃO DAS NASCENTES	7	21,2%
DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS IMPLANTADOS E EXECUTADOS	3	9,1%
NENHUMA	3	9,1%
INVESTIR NA RECONSTRUÇÃO DAS MATAS CILIARES	2	6,1%
PROJETOS PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL	2	6,1%
FISCALIZAÇÃO EFICAZ	2	6,1%
PARTICIPAÇÃO DE TODOS OS USUÁRIOS NAS REUNIÕES	1	3,0%
CAPACITAÇÃO DOS MUNICÍPIOS E DOS COMITÊS	1	3,0%
TRATAMENTO DO ESGOTO	1	3,0%
REDUZIR A BUROCRACIA PARA O DESEMBOLSO DO RECURSO	1	3,0%
APLICAR OS RECURSOS EM CONTRATAÇÕES DE PROFISSIONAIS, PARA ORIENTAR OS USUÁRIOS	1	3,0%
DIVULGAR O DESTINO DAS APLICAÇÕES/INTERNET	1	3,0%
CRIAR UMA FORMA DE PARTICIPAÇÃO ONLINE	1	3,0%
<b>Total</b>	<b>33</b>	<b>100,0%</b>

**22. O (a) Sr (a) ou o seu empreendimento já tentou utilizar ou não os valores arrecadados com a cobrança para implementar algum projeto?**

SIM	4	15,4%
NÃO	22	84,6%
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>100,0%</b>

**23. Dentre as alternativas que citarei, me informe 3 (três) delas que o (a) Sr (a) considera que deve ser prioritárias na aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança?**

CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTOS	20	27,4%
PROJETOS DE CONTROLE DE EROSIÃO E REPLANTIO DE MATAS	19	26,0%
PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	13	17,8%
PROJETOS BÁSICOS/EXECUTIVOS DE ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTOS OU DE EFLUENTES INDUSTRIAIS	9	12,3%
PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO DOS USUÁRIOS	5	6,8%
PROJETOS BÁSICOS/EXECUTIVOS DE CONTROLE/REDUÇÃO DE PERDAS EM SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	5	6,8%
PROJETOS DE USO RACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS NA INDÚSTRIA	1	1,4%
PROJETOS DE USO RACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS NA IRRIGAÇÃO	1	1,4%
<b>Total</b>	<b>73</b>	<b>100,0%</b>

**GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS NO PRÓPRIO EMPREENDIMENTO**

**24. Quais fatores que eu vou citar induzem o seu empreendimento a racionalizar o uso da água?**

ESCASSES DE ÁGUA	21	43,8%
CONSCIÊNCIA AMBIENTAL	19	39,6%
LEGISLAÇÃO/FISCALIZAÇÃO	5	10,4%
COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS	1	2,1%
REDUÇÃO DE CUSTOS	1	2,1%
CERTIFICAÇÕES AMBIENTAIS (COMO A ISSO 14.000, EXIGÊNCIA DO MERCADO)	1	2,1%
<b>Total</b>	<b>48</b>	<b>100,0%</b>

25. A cobrança pelo uso de recursos hídricos fez com que o empreendimento racionalizasse o uso da água ou não?		
SIM	6	23,1%
PARCIALMENTE	9	34,6%
NÃO	11	42,3%
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>100,0%</b>

26. Nos próximos anos a atividade do seu empreendimento, diria que....		
CRESCERÁ	11	42,3%
FICARÁ NO MESMO NÍVEL, ou	10	38,5%
REDUZIRÁ	2	7,7%
NÃO SABE INFORMAR	3	11,5%
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>100,0%</b>

27. Para atender a essa atividade futura, o seu consumo de água....(		
AUMENTARÁ	10	38,5%
FICARÁ NO MESMO NÍVEL, ou	14	53,8%
REDUZIRÁ	1	3,8%
NÃO SABE INFORMAR	1	3,8%
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>100,0%</b>

28. Em sua opinião, a cobrança que vem sendo realizada na bacia induzirá ou não os usuários a racionalizarem o uso da água?		
SIM	10	38,5%
NÃO	10	38,5%
NÃO SABE INFORMAR	6	23,1%
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>100,0%</b>

29. Em situações de escassez hídrica, o (a) Sr (a) considera que o preço cobrado pelo uso da água deveria ser maior ou não?		
SIM	6	23,1%
NÃO	20	76,9%
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>100,0%</b>

30. Porquê?		
O VALOR COBRADO JÁ É ALTO	5	18,5%
NÃO HÁ FISCALIZAÇÃO DE USUÁRIOS QUE NÃO PAGAM PELO USO DA ÁGUA	3	11,1%
PARA NÃO ONERAR O USUÁRIO	3	11,1%
É PRECISO HAVER COMPROVAÇÃO DO QUE É GASTO	3	11,1%
PARA AS GRANDES EMPRESAS QUE FAZEM USO INDISCRIMINADO	2	7,4%
A CONSCIENTIZAÇÃO COMEÇA PELO BOLSO	2	7,4%
DESDE QUE SEJAM DIVULGADAS AS MELHORIAS NA BACIA	2	7,4%
INCENTIVAR A RACIONALIZAÇÃO DA ÁGUA	2	7,4%
A ÁGUA É UMA MATÉRIA PRIMA NECESSÁRIA À VIDA	1	3,7%
O PREÇO É RAZOÁVEL/JUSTO	1	3,7%
NÃO SABE/NÃO RESPONDEU	1	3,7%
TODOS OS USUÁRIOS DEVERIAM PAGAR PELO USO DA ÁGUA	1	3,7%
CAMPANHAS DE CONSCIENTIZAÇÃO DO USO DA ÁGUA	1	3,7%
<b>Total</b>	<b>27</b>	<b>100,0%</b>

31. Em sua opinião, quais são as consequências da cobrança em uma bacia hidrográfica		
INCENTIVA A RACIONALIZAÇÃO DA ÁGUA	13	29,5%
RECONHECIMENTO DA ÁGUA COMO BEM ECONÔMICO/VALORIZAÇÃO	10	22,7%
ARRECADADA RECURSOS FINANCEIROS PARA SEREM INVESTIDOS NA BACIA HIDROGRÁFICA	8	18,2%
ONERA OS USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS E NÃO TRAZ NENHUM BENEFÍCIO PARA A GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	6	13,6%
NÃO SABE/NÃO RESPONDEU	2	4,5%
NÃO ONERA O USUÁRIO DE RECURSOS HÍDRICOS E TRAZ BENEFÍCIOS PARA A BACIA HIDROGRÁFICA	2	4,5%
PRECISA CONHECER AS APLICAÇÕES DO DINHEIRO	1	2,3%
NÃO ONERA O USUÁRIO DE RECURSOS HÍDRICOS E NÃO TRAZ NENHUM BENEFÍCIO PARA A BACIA HIDROGRÁFICA	1	2,3%
ONERA OS USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS E TRAZ BENEFÍCIOS PARA A GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	1	2,3%
<b>Total</b>	<b>44</b>	<b>100,0%</b>

32. O seu empreendimento é favorável ou não à cobrança de recursos hídricos?			
SIM	19	73,1%	
NÃO	7	26,9%	
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>100,0%</b>	

33. Qual é o percentual da cobrança sobre o custo total de seu empreendimento?			
MENOS DE 0,5%	5	19,2%	
DE 1% A 2%	1	3,8%	
DE 2% A 5%	1	3,8%	
NÃO SABE INFORMAR	19	73,1%	
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>100,0%</b>	

34. O (a) Sr (a) concorda ou não que os preços cobrados sejam revisados para corrigir as perdas inflacionárias?			
SIM	9	34,6%	
NÃO	15	57,7%	
NÃO INFORMOU/NÃO SABE	2	7,7%	
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>100,0%</b>	



<b>35. Porquê?</b>		
PARA MANTER OS PROJETOS	5	17,2%
JÁ PAGAMOS MUITOS IMPOSTOS	4	13,8%
O VALOR COBRADO JÁ É ALTO	3	10,3%
INVESTIMENTOS SÃO REAJUSTADOS DE ACORDO COM A INFLAÇÃO	3	10,3%
NÃO SE INVESTE NA MELHORIA E PRESERVAÇÃO DA BACIA	3	10,3%
NÃO SABE/NÃO RESPONDEU	2	6,9%
DESDE QUE SEJA DIVULGADO O DESTINO DOS RECURSOS	2	6,9%
DESDE QUE TENHA RETORNO COMO INVESTIMENTO	2	6,9%
FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL MAIS EFICAZ	1	3,4%
DEVE SER REVISADO PARA DIMINUIR O VALOR E NÃO AUMENTÁ-LO	1	3,4%
PARA NÃO ONERAR MAIS O USUÁRIO	1	3,4%
DEVERIA HAVER UMA ARRECADAÇÃO MAIOR REGISTRANDO TODOS USUÁRIOS	1	3,4%
NÃO DEVERIA ARCAR COM OS PROBLEMAS DE INFLAÇÃO	1	3,4%
<b>Total</b>	<b>29</b>	<b>100,0%</b>

## CRÍTICAS E SUGESTÕES

<b>36. Finalizando, o Sr (a) gostaria de registrar alguma crítica ou sugestão relacionada à gestão dos recursos hídricos da bacia hidrográfica?</b>		
NENHUMA	10	26,3%
DIVULGAÇÃO E ESCLARECIMENTOS SOBRE O USO DOS RECURSOS ARRECADADOS	7	18,4%
RECUPERAR O RIO DOCE DEPOIS DO ACIDENTE AMBIENTAL DA SAMARCO	5	13,2%
DIVULGAR, INFORMAR SOBRE AS AÇÕES PRATICADAS	3	7,9%
ACHOU A PESQUISA UMA INICIATIVA INTERESSANTE	2	5,3%
O COMITÊ DEVE INVESTIR MAIS EM AÇÕES LOCAIS	2	5,3%
LINHA DE CRÉDITO PARA IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE RACIONALIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS	1	2,6%
APLICAR MELHOR OS RECURSOS ARRECADADOS À FAVOR DO RIO	1	2,6%
INVESTIR NAS NASCENTES	1	2,6%
IDENTIFICAR OS PROFISSIONAIS MAIS CAPACITADOS PARA GERIR AS AÇÕES AMBIENTAIS	1	2,6%
PREFEITURA INVESTIR NO TRATAMENTO DE ESGOTO	1	2,6%
O GOVERNO DEVE SE ENVOLVER COM OS PROBLEMAS DE ÁGUA DA CIDADE	1	2,6%
MENOS BUROCRACIA PARA CANCELAMENTO E PEDIDOS DE REVISÃO DA TAXA E VALORES	1	2,6%
NÃO HÁ GESTÃO AMBIENTAL E NEM INCENTIVOS	1	2,6%
PARA OS USUÁRIOS QUE CUIDAM E CULTIVAM SUAS NASCENTES NÃO DEVERIA TER COBRANÇA	1	2,6%
<b>Total</b>	<b>38</b>	<b>100,0%</b>

# RELATÓRIO CONCLUSIVO

## Produto 4

## Pesquisa de Opinião

ATO CONVOCATÓRIO Nº 08/2015

**Contrato:** Nº 35/2015

“Avaliação sobre o atendimento dos objetivos da cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia hidrográfica do Rio Doce”

Contratante: IBIO AGB DOCE



Dezembro 2015

# RELATÓRIO CONCLUSIVO

## Produto 4

## Pesquisa de Opinião

ATO CONVOCATÓRIO Nº 08/2015

**Contrato: N° 35/2015**

“Avaliação sobre o atendimento dos objetivos da cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia hidrográfica do Rio Doce”

Contratada: IMPOM PESQUISAS E  
INTELIGÊNCIA COMPETITIVA LTDA



Dezembro 2015

**Apresentação da Equipe:**


Milaine de Andrade – Diretora Técnica de Projetos - Administradora de Empresa – CRA/MG: 37.132;

Luiz Angelo Magalhães Gomes – Diretor Operacional de Projetos - Especialista em Pesquisa de Marketing.

Lawrence de Andrade - Analista de Mercado - Mestre em Ciências Naturais na Área de Concentração: Geologia Ambiental e Conservação de Recursos Naturais do Programa de Pós-Graduação em Evolução Crustal e Recursos Naturais. Departamento de Geologia – DEGEO, Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP, Minas Gerais, Brasil.

<b>Avaliação sobre o atendimento dos objetivos da cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia hidrográfica do Rio São Francisco</b>
Relatório Conclusivo – Produto 4 – Pesquisa de Opinião

Elaborado por: Luiz Angelo Magalhães Gomes	Supervisionado por: Milaine de Andrade		
Aprovado por: Milaine de Andrade	Revisão	Finalidade	Data
	1ª	3	29/12/15
Legenda Finalidade: [1] Para Informação [2] Para Comentário [3] Para Aprovação			

	<p>IMPOM PESQUISAS E INTELIGÊNCIA COMPETITIVA LTDA                  Rua São Romão, 166 – Loja 10 – Santo Antônio                  Belo Horizonte – MG – CEP: 30.330-120                  Luiz Angelo Magalhães Gomes 031 3317-0201</p>
---	--

## **Apresentação**

A IMPOM PESQUISAS E INTELIGÊNCIA COMPETITIVA contratada pelo IBIO AGB DOCE para realizar esse Projeto de Pesquisa é uma empresa que desenvolve e executa projetos de pesquisas de marketing, social, política, mídia e opinião pública, bem como presta consultoria de marketing e de inteligência competitiva. Tem como missão atuar no tratamento de dados primários e secundários, transformando-os em informações mercadológicas confiáveis e com elevado padrão de qualidade, de forma a atender às necessidades dos nossos Clientes.

Dentro desse contexto, apresenta o RELATÓRIO CONCLUSIVO denominado Produto 4. O resultado da pesquisa de opinião teve como premissa uma avaliação sobre o atendimento dos objetivos da cobrança pelo uso de recursos hídricos nas sub-bacias hidrográficas do Rio Doce (UGRH PIRANGA, UGRH PIRACICABA, UGRH SANTO ANTÔNIO, UGRH SUAÇUÍ, UGRH CARATINGA e UGRH MANHUAÇU), através de análises descritivas de cada variável em estudo seguido de gráficos ilustrativos, tabelas de frequência e conclusões.

Milaine de Andrade Magalhães Gomes

Diretora Técnica

CRA/MG: 37.132

## Sumário

	Pág.
I – INTRODUÇÃO .E CONTEXTUALIZAÇÃO .....	07
II – OBJETIVOS .....	07
III – METODOLOGIA .....	08
IV – PLANO AMOSTRAL .....	09
V – PLANO DE TRATAMENTO DOS DADOS .....	13
VI – APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS .....	14
VII – CONCLUSÕES .....	39

## **Lista de Figuras**

	Pág.
I – FIGURA 1 - FÓRMULA DE DIMENSIONAMENTO DA AMOSTRA .....	10

## **Lista de Tabelas**

	Pág.
I – TABELA 1 – DIMENSIONAMENTO DA AMOSTRA .....	10
II – TABELA 2 – DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA POR SEGMENTO .....	11
III – TABELA 3 – DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA POR FAIXA DE USUÁRIO .....	12
IV – TABELA 4 – DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA POR UGRH.....	13

## **1. INTRODUÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO**

O Documento Técnico (Relatório Analítico) denominado Produto 4 é o quarto e último produto previsto no Contrato N° 35/2015, firmado em tre o IBIO AGB DOCE e IMPOM Pesquisas e Inteligência Competitiva, com objeto “CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA ESPECIALIZADA PARA DESENVOLVIMENTO E APLICAÇÃO DE METODOLOGIA DE PESQUISA PARA AVALIAÇÃO SOBRE O ATENDIMENTO DOS OBJETIVOS DA COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HIDRICOS, NA BACIA HIDROGRAFICA DO RIO DOCE”

Alinhado com as especificações do Termo de Referência, o mesmo apresenta os resultados da pesquisa através de análise descritiva seguida de gráficos ilustrativos e tabelas de frequência de cada variável em estudo e uma conclusão, bem como descreve a metodologia de forma sucinta que norteou os objetivos necessários ao cumprimento do escopo do referido Contrato. O detalhamento da metodologia encontra-se no Documento Técnico Produto 2. Para tanto, o presente documento foi estruturado nos seguintes itens:

- Introdução e contextualização;
- Objetivos Gerais e Específicos;
- Metodologia;
- Plano Amostral;
- Plano de Tratamento dos Dados;
- Apresentação dos Resultados;
- Conclusões.

## **2. OBJETIVOS**

### **2.1. Geral**

Colher e analisar informações que possibilitem conhecer a percepção dos usuários cobrados sobre o atendimento dos objetivos da cobrança pelo uso de recursos hídricos, na bacia hidrográfica do Rio Doce.



## 2.2. Específicos

- Caracterizar o perfil dos usuários por segmento, porte, tipo de usuário, tempo que paga pelo uso de recursos hídricos e por UGRH, na bacia hidrográfica do Rio Doce;
- Medir o nível de conhecimento sobre o Comitê da bacia do Rio Doce – CBH Doce;
- Medir o nível de conhecimento sobre a entidade delegatária de funções de agência de água – IBIO AGB DOCE;
- Medir o nível de conhecimento sobre a cobrança pelo uso de recursos hídricos;
- Medir o nível de conhecimento sobre o montante e aplicação dos recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos;
- Identificar a gestão de recursos hídricos, implantadas nos próprios empreendimentos dos usuários cobrados;
- Colher críticas e sugestões pela cobrança de recursos hídricos da bacia do Rio Doce.

## 3. METODOLOGIA

Para o alcance dos objetivos propostos, foi utilizada a técnica de pesquisa QUANTITATIVA “*Survey*” do tipo, *descritiva* e *corte-transversal* que, consiste na aplicação de questionário estruturado em uma amostra do universo a ser pesquisado. Essa técnica permite a construção de tabelas de frequência, cruzamentos de variáveis e diversos outros tratamentos estatísticos que se mostrem necessários à análise do estudo em questão (vide Documento Técnico Produto 2).

### Público Alvo

O público alvo para este estudo foi composto por usuários cobrados de recursos hídricos nas Sub-Bacias do Rio Doce (UGRH PIRANGA, UGRH PIRACICABA, UGRH SANTO ANTÔNIO, UGRH SUAÇUÍ, UGRH CARATINGA e UGRH MANHUAÇU).

### Coleta dos Dados

A coleta dos dados foi da responsabilidade da IMPOM PESQUISAS através de ENTREVISTAS POR TELEFONE descrito no TDR e tendo como instrumento de coleta um QUESTIONÁRIO estruturado que foi encaminhado pela contratante. O QUESTIONÁRIO foi elaborado pela Agência Nacional de Águas – ANA com

contribuições da entidade delegatária IBIO AGB DOCE em processo interativo com a IMPOM PESQUISAS. Por se tratar de uma versão num formato de QUESTIONÁRIO para pesquisa de AUTO-PREENCHIMENTO, se fez necessário a adequação de suas perguntas/questões para atender tecnicamente a metodologia de pesquisa POR TELEFONE proposta pela IMPOM PESQUISAS, tendo o cuidado necessário para manter o mesmo sentido do conteúdo original de suas perguntas/questões. O questionário consta do anexo do Produto 2 – Documento Técnico.

### **Trabalho de Coleta dos Dados**

O trabalho de coleta dos dados foi realizado por equipe de entrevistadores e supervisores devidamente treinados em técnicas de entrevistas e supervisionados pela direção da IMPOM PESQUISAS, tendo como premissa o nível de exigência recomendado pela **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA D EMPRESAS DE PESQUISA – ABEP**, da qual a IMPOM PESQUISAS é filiada.

### **4. PLANO AMOSTRAL**

**Ajuste do Universo:** No Documento Técnico – Produto 2 foi feita a seguinte observação:

No caso da Companhia de Saneamento Básico de Minas Gerais – COPASA, para efeito da pesquisa ela será pesquisada apenas uma vez pelo responsável técnico da área de meio ambiente que se encontra em Belo Horizonte, motivo pelo qual o UNIVERSO real que era de **396** usuários cai para **310** usuários.

Todavia, numa apuração posterior ficou constatado que havia duplicidade também de outros usuários e foi necessário refazer novamente o dimensionamento da amostra, ficando da seguinte forma:

Tabela 1 – Dimensionamento da Amostra

Unidade	Gestora	Localidade	Universo	Universo Ajustado	Amostra	Amostra Final
I	UGRH 01	Piranga	105	101	58	58
II	UGRH 02	Piracicaba	59	47	27	27
III	UGRH 03	Santo Antônio	54	54	30	30
IV	UGRH 04	Suaçui	30	30	17	23
V	UGRH 05	Caratinga	15	14	8	8
VI	UGRH 06	Manhuaçu	47	45	26	26
<b>Total</b>	-	-	310	291	166	172

Para um UNIVERSO de **291** usuários de recursos hídricos da bacia do Rio Doce e considerando um nível de confiança de **95%** e uma margem de erro de 4,77%, o tamanho da amostra foi de **172** elementos, ou seja, foram entrevistados **172** usuários, conforme fórmula abaixo:

Figura 1 – Fórmula de Dimensionamento da Amostra

$$n = \frac{N}{1 + \frac{N-1}{PQ} \times \left(\frac{d}{Z_{\alpha/2}}\right)^2} = \frac{291}{1 + \frac{290}{0,25} \times \left(\frac{0,0477}{1,96}\right)^2} = 172$$

Onde,

N → Universo a ser pesquisado (291)

1-α → Nível de confiança (95%)

d → erro amostral (4,77%)

PQ → variabilidade populacional (0,25)

q → 1 - p

**Limitações:** Diante das dificuldades encontradas no decorrer do trabalho de coleta dos dados, tais como: telefones errados; telefones que não completavam ligações; telefones que caíam em secretária eletrônica e não retornavam a ligação; recusas; dentre outras ocorrências, impossibilitou de seguir a risca o Plano Amostral desenhado no Documento Técnico – Produto 2, sendo necessário recorrer a todos os **291** usuários

que constavam da listagem de forma censitária para o alcance de **172** usuários que foram entrevistados na pesquisa. Todas as ocorrências foram registradas caso a caso na listagem fornecida pelo IBIO AGB DOCE gerando um documento a parte em planilha em Excel. Dessa forma, a amostra foi probabilística não proporcional, ou seja, a amostra dos estratos não foi proporcional à extensão desses no universo.

### **Distribuição da Amostra**

Diante das limitações relatadas acima, a amostra foi distribuída da seguinte forma, conforme tabelas a seguir:

Tabela 2 – Distribuição da Amostra por Segmento

<b>Segmento</b>	<b>Amostra</b>
<b>Diversos</b>	46
<b>Outro</b>	39
<b>Indústria</b>	26
<b>Abastecimento e saneamento</b>	17
<b>Mineração</b>	15
<b>Criação de Animais</b>	15
<b>Irrigação</b>	8
<b>Geração de Energia</b>	3

<b>Turismo e Lazer</b>	<b>3</b>
<b>Total</b>	<b>172</b>

**Tabela 3 – Distribuição da Amostra por Faixa de Usuário**

<b>Faixa</b>	<b>Valor Pago (\$)</b>	<b>Amostra</b>
<b>A</b>	Acima de 10.000,00	31
<b>B</b>	De 5.000 a 10.000,00	15
<b>C</b>	Abaixo de 5.000,00	66
<b>-</b>	Não sabe informar	60
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>172</b>

Tabela 4 – Distribuição da Amostra por UGRH

UGRH	GESTORA	Amostra
01	Piranga	58
02	Piracicaba	27
03	Santo Antônio	30
04	Suaçuí	23
05	Caratinga	8
06	Manhuaçu	26
<b>Total</b>	-	172

## 5. PLANO DE TRATAMENTO DOS DADOS

### Tratamento dos Dados

O tratamento e análise dos dados foram da responsabilidade da IMPOM PESQUISAS E INTELIGÊNCIA COMPETITIVA, após a crítica dos dados coletados.

### Tabulação dos Dados

Os dados foram tabulados através do software LE SPHINX, trata-se de software estatístico que permite tratamentos de dados qualitativos e quantitativos que gera tabelas de frequência e gráficos ilustrativos das variáveis em estudo.

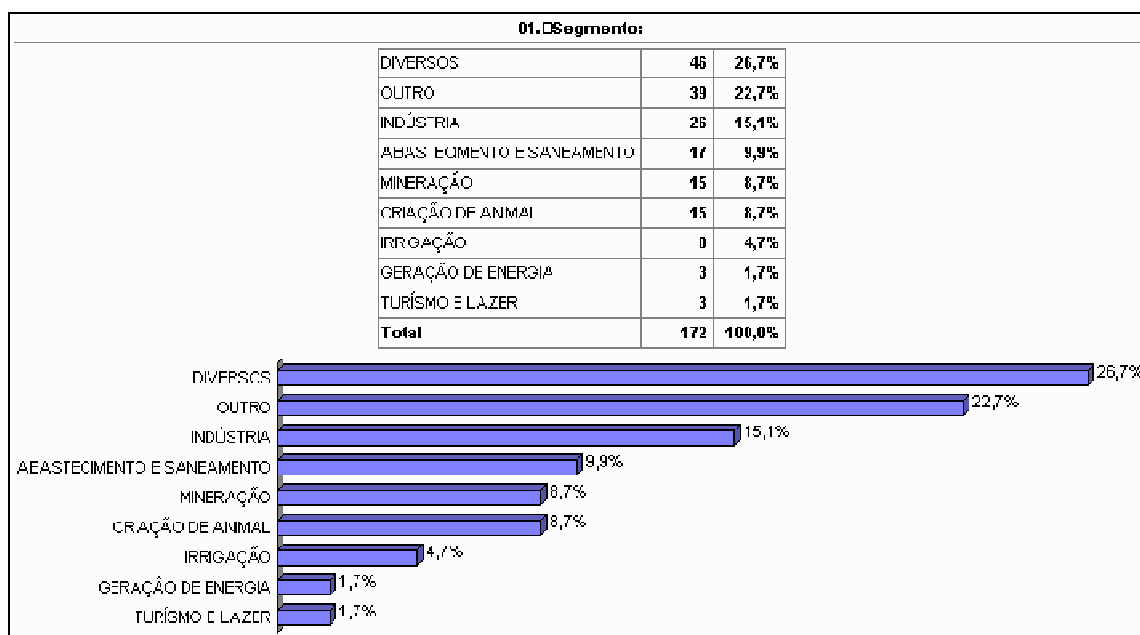
## **6. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS**

A seguir são apresentados os resultados da pesquisa através de análise descritiva tabelas de frequência e gráficos ilustrativos de cada variável, bem como uma conclusão do estudo.

## 6.1. PERFIL DOS ENTREVISTADOS

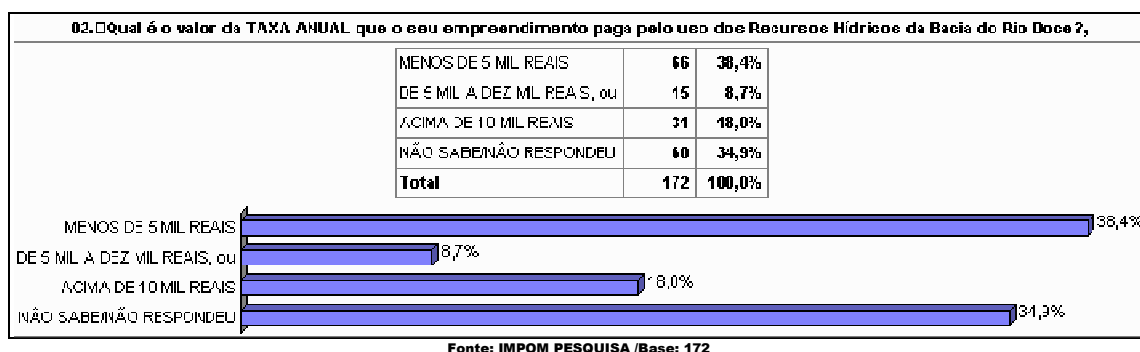
### Questão 01: Segmento:

Mais de 1/4 dos entrevistados é pertencente ao segmento DIVERSOS (26,7%).



### Questão 02: Faixa do Usuário por valor pago:

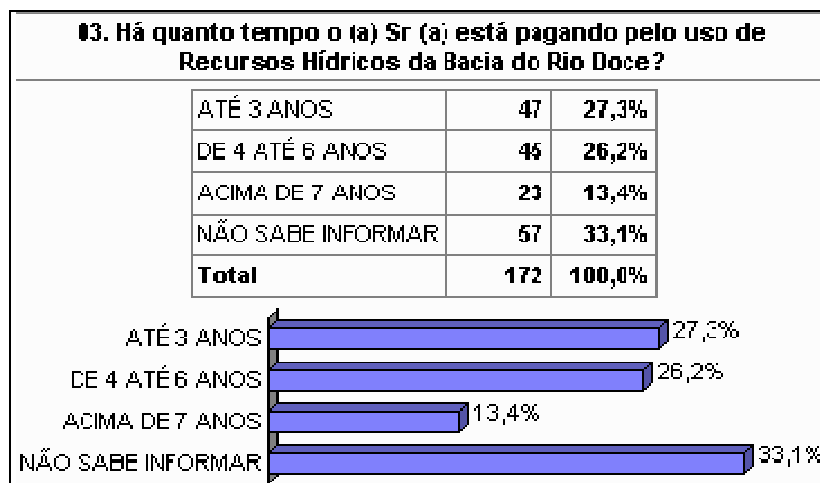
A maioria dos entrevistados é da FAIXA C que contribui com MENOS 5 MIL REAIS (38,4%).





**Questão 03: Há quanto tempo o (a) Sr (a) está pagando pelo uso de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Doce?**

Um pouco mais de 1/4 dos entrevistados estão pagando pelo uso dos recursos hídricos ATÉ 3 ANOS (27,3%).



Fonte: IMPOM PESQUISA /Base: 172

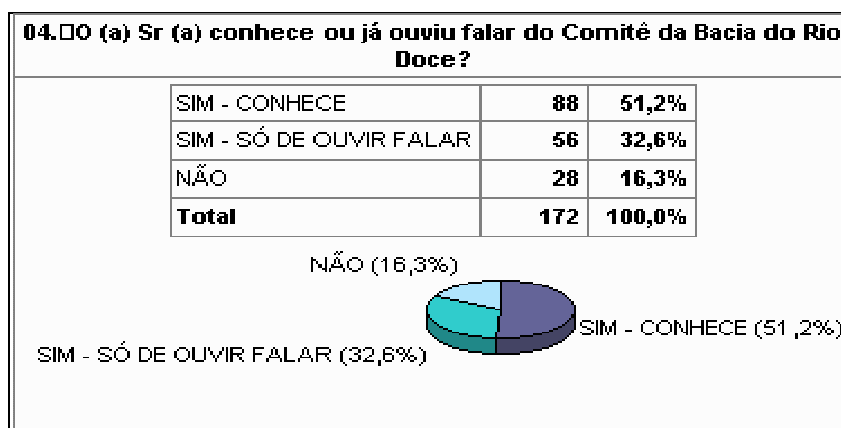
**6.2. NÍVEL DE CONHECIMENTO SOBRE O COMITÊ DA BACIA DO RIO DOCE – CBHDOCE**

**Questão 04: O (a) Sr (a) conhece ou já ouviu falar do Comitê da Bacia do Rio Doce?**

Um pouco mais da metade dos entrevistados afirmaram que conhecem SIM o COMITÊ DA BACIA DO RIO (51,2%).

Quase m 1/3 dos entrevistados afirmaram que SIM – SÓ DE OUVIR FALAR (32,6%).

Cerca de 16% dos entrevistados afirmaram NÃO CONHECER o COMITÊ DA BACIA DO RIO DOCE.



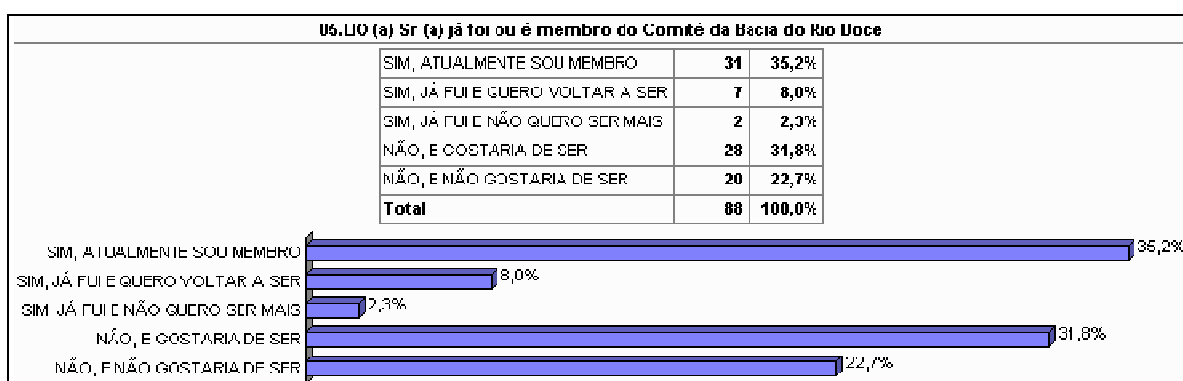
Fonte: IMPOM PESQUISA /Base: 172

**Questão 05: O (a) Sr (a) já foi ou é membro do Comitê da Bacia do Rio Doce?**

Uma parcela de 35,2% disse ser ATUALMENTE, membro do COMITÊ DA BACIA DO RIO DOCE, enquanto que 31,8% disseram NÃO, E GOSTARIA DE SER.

Já 22,7% dos entrevistados disseram que NÃO, e NÃO GOSTARIAM DE SER membro do COMITÊ DA BACIA DO RIO DOCE.

Uma parcela de 8% dos entrevistados afirmou que já FOI e gostaria de VOLTAR a ser membro do COMITÊ DA BACIA DO RIO DOCE, quanto que, 2,3%, dos entrevistados afirmaram que SIM, JÁ FOI E NÃO QUER SER MAIS.

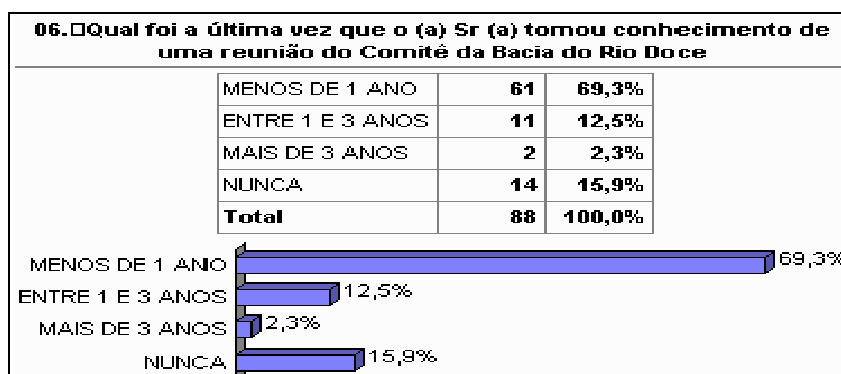


Fonte: IMPOM PESQUISA /Base: 88

**Questão 06: Qual foi a última vez que o (a) Sr (a) tomou conhecimento de uma reunião do Comitê da Bacia do Rio Doce?**

Dos entrevistados que afirmou conhecer esse órgão, uma parcela de mais de 2/3 dos entrevistados (69,3%), tomou conhecimento de uma reunião do Comitê da Bacia do Rio Doce há MENOS DE 1 ANO.

Já 12,5% dos entrevistados tomaram conhecimento ENTRE 1 e 3 ANOS, enquanto que 2,3% há MAIS DE 3 ANOS. Outra parcela de 15,9% dos entrevistados afirmou que NUNCA tomou conhecimento.



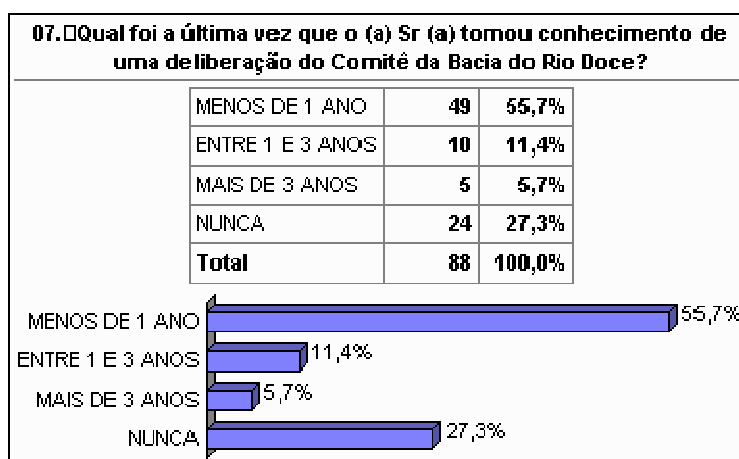
Fonte: IMPOM PESQUISA /Base: 88

**Questão 07: Qual foi a última vez que o (a) Sr (a) tomou conhecimento de uma deliberação do Comitê da Bacia do Rio São Doce?**

Mais da metade dos entrevistados (55,7%) tomou conhecimento de uma deliberação do Comitê da Bacia do Rio Doce há MENOS DE 1 ANO.

Já 11,4% dos entrevistados tomaram conhecimento ENTRE 1 e 3 ANOS, enquanto que 5,7% há MAIS DE 3 ANOS.

Em contrapartida, uma parcela de mais de 1/4 dos entrevistados afirmou que NUNCA tomou conhecimento (27,3%).



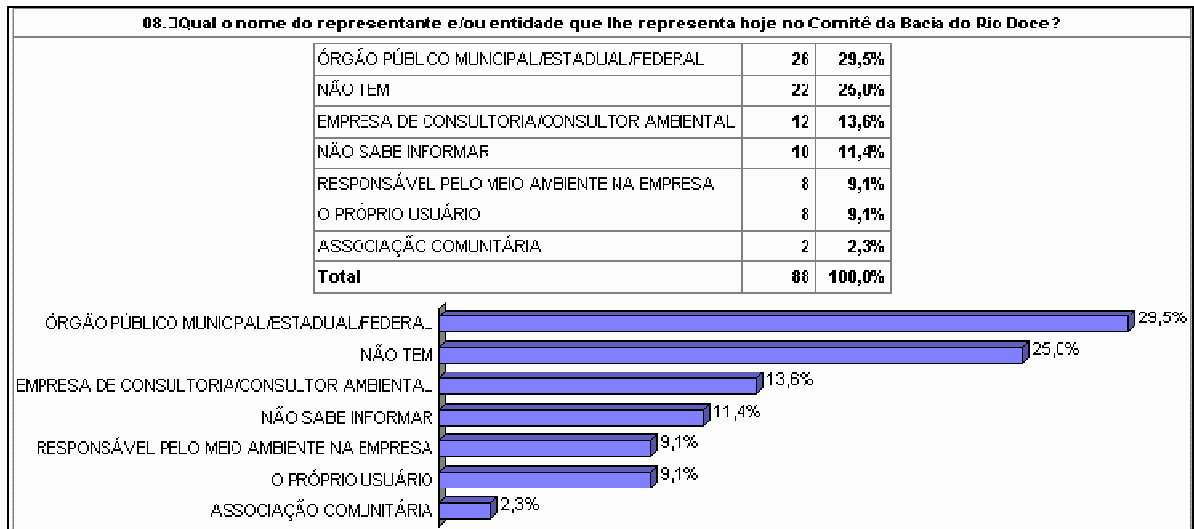
**Questão 08: Qual o nome do representante e/ou entidade que lhe representa hoje no Comitê da Bacia do Rio Doce?**

Mais de 1/4 dos entrevistados (29,5%) afirmaram que são representados por ÓRGÃOS PÚBLICOS MUNICIPAL/ESTADUAL/FEDERAL, enquanto que 1/4 dos entrevistados disseram que NÃO possui representante (25%).

Cerca de 14% dos entrevistados afirmaram que são representados por EMPRESA DE CONSULTORIA/CONSULTOR AMBIENTAL, enquanto que 9,1% dos entrevistados disseram que o representante é o REPONSÁVEL PELO MEIO AMBIENTE NA EMPRESA e outra parcela idêntica disse SER O PRÓPRIO USUÁRIO (9,1%).

Em menor proporção foi citado como representante ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA (2,3%).

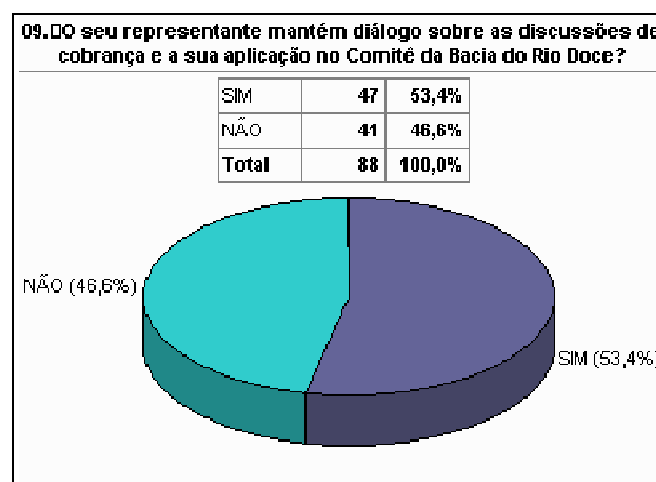
Já 11,4% dos entrevistados NÃO SOUBERAM INFORMAR o seu representante.



**Questão 09: O seu representante mantém diálogo sobre as discussões de cobrança e a sua aplicação no Comitê da Bacia do Rio São Doce?**

Cerca de mais da metade dos entrevistados (53,4%) citaram que o seu representante mantém diálogo sobre as discussões de cobrança e a sua aplicação no Comitê da Bacia do Rio Doce.

Todavia, uma parcela de 46,6% dos entrevistados afirmou que o seu representante não mantém esse diálogo.



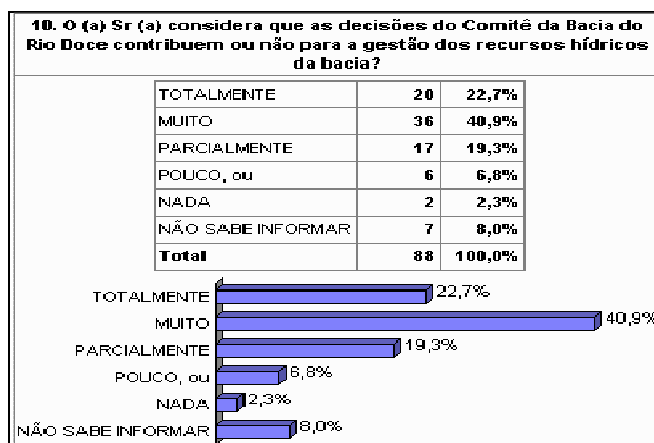
**Questão 10: O (a) Sr (a) considera que as decisões do Comitê da Bacia do Rio Doce contribuem ou não para a gestão dos recursos hídricos da bacia?**

Dentre os entrevistados, 40,9% consideram que as decisões do Comitê da Bacia do Rio Doce contribuem MUITO para a gestão dos recursos hídricos da bacia.

Já, 22,7% dos entrevistados consideram que contribuem TOTALMENTE, enquanto que 19,3% afirmaram que contribuem PARCIALMENTE.

Uma parcela dos entrevistados (6,8%) considera que a contribuição é POUCA, enquanto que 2,3% consideram que não contribui NADA.

Já 8% dos entrevistados NÃO SOUBERAM RESPONDER.

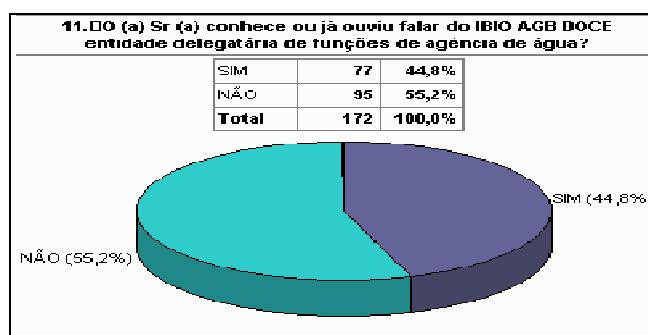


Fonte: IMPOM PESQUISA /Base: 88

**6.3. NÍVEL DE CONHECIMENTO SOBRE A ENTIDADE DELEGATÁRIA DE FUNÇÕES DE AGÊNCIA DE ÁGUA – IBIO AGB DOCE**

**Questão 11: O (a) Sr (a) conhece ou já ouviu falar do IBIO AGB DOCE entidade delegatária de funções de agência de água?**

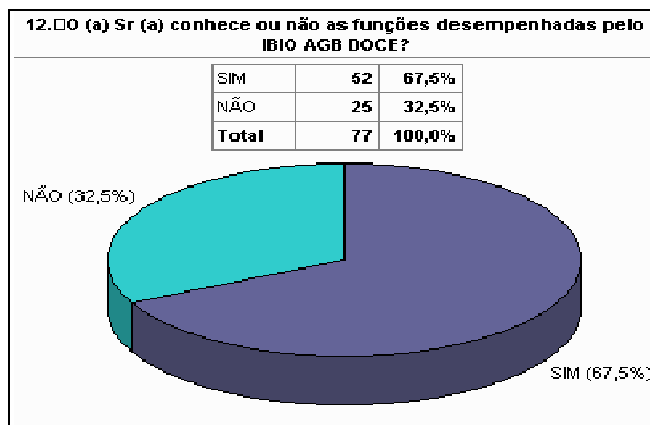
Um pouco mais da metade dos entrevistados (55,2%) NÃO CONHECEM ou nunca ouviram falar do IBIO AGB DOCE.



Fonte: IMPOM PESQUISA /Base: 172

**Questão 12: O (a) Sr (a) conhece ou não as funções desempenhadas pelo IBIO AGB DOCE?**

Dos entrevistados que afirmaram conhecer o IBIO AGB DOCE, um pouco mais de 2/3 deles (67,5%) citaram que conhecem SIM as funções desempenhadas pela delegatária.



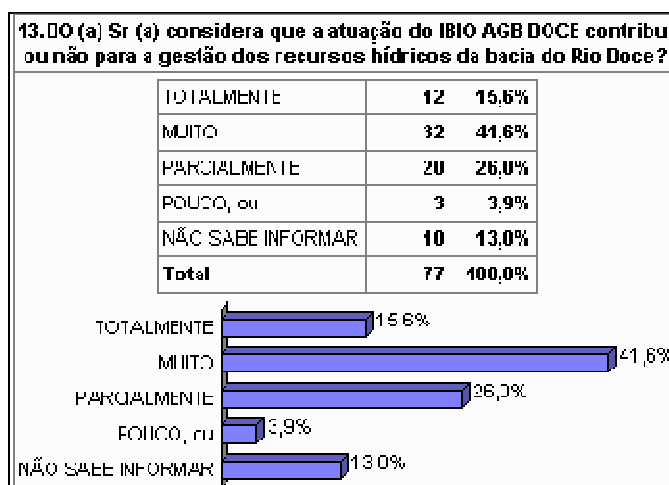
Fonte: IMPOM PESQUISA /Base: 77

**Questão 13: O (a) Sr (a) considera que a atuação do IBIO AGB DOCE contribui ou não para a gestão dos recursos hídricos da bacia do Rio Doce?**

Mais da metade dos entrevistados (57,2%) consideram que a atuação do **IBIOAGB DOCE** contribui para a gestão dos recursos hídricos da bacia do Rio Doce. Desses, uma parcela de 41,6% consideram que contribui MUITO, enquanto que, 15,6%, afirmaram contribuir TOTALMENTE.

Já para 26% dos entrevistados a contribuição é PARCIAL, enquanto que para uma minoria de 3,9%, a contribuição é POUCA.

Uma parcela (13%) NÃO SOUBE INFORMAR.



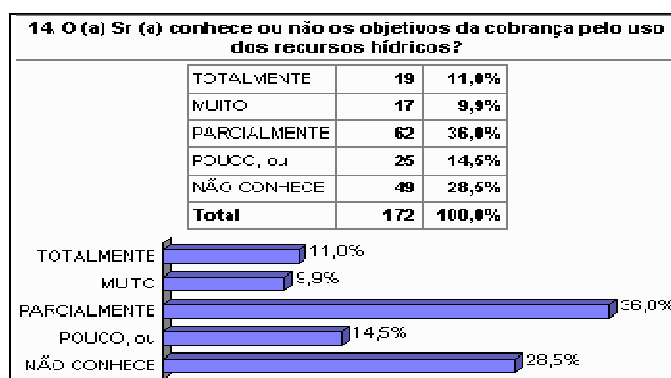
Fonte: IMPOM PESQUISA /Base: 77

## 6.4. NÍVEL DE CONHECIMENTO SOBRE A COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS

**Questão 14: O (a) Sr (a) conhece ou não os objetivos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos?**

Um pouco mais de 1/3 dos entrevistados citaram CONHECER PARCIALMENTE os objetivos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos (36%), enquanto que 14,5% dos entrevistados disseram CONHECER POUCO.

Apenas 20,9% dos entrevistados possuem esse CONHECIMENTO, desses, 11% CONHECEM TOTALMENTE e 9,9% CONHECEM MUITO.

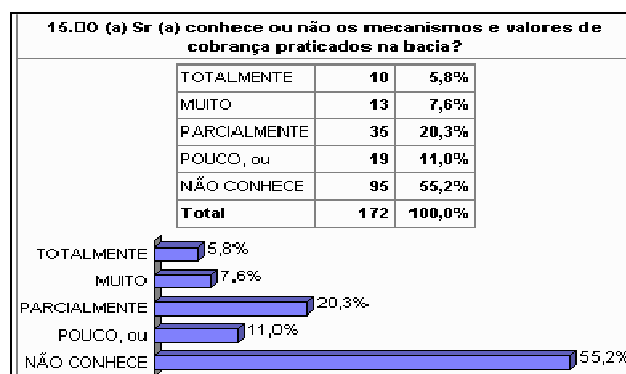


Fonte: IMPOM PESQUISA /Base: 172

**Questão 15: O (a) Sr (a) conhece ou não os mecanismos e valores de cobrança praticados na bacia?**

Mais da metade dos entrevistados (55,2%) NÃO CONHECE os mecanismos e valores de cobrança praticados na bacia. Cerca de 1/5 dos entrevistados citaram que CONHECEM PARCIALMENTE (20,3%).

Apenas 13,4% dos entrevistados afirmaram CONHECER os mecanismos e valores de cobrança praticados na bacia, sendo que, 7,6%, CONHECEM MUITO e 5,8% CONHECEM TOTALMENTE.



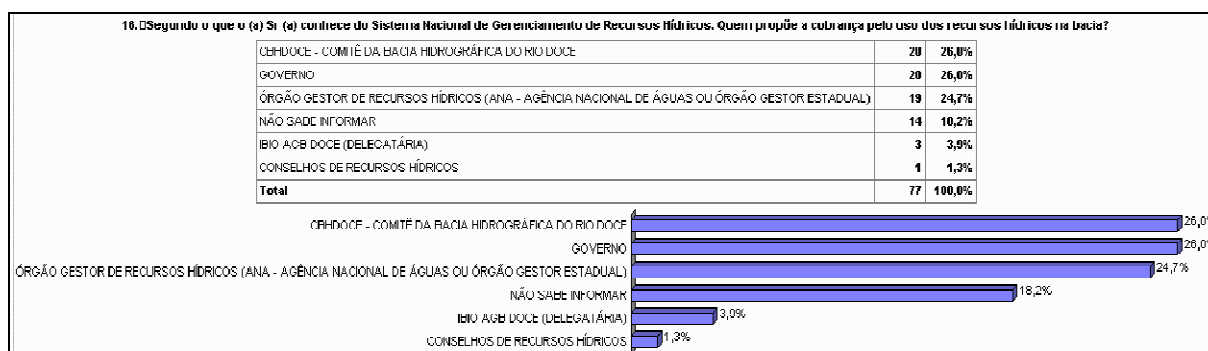
Fonte: IMPOM PESQUISA /Base: 172

**Questão 16: Segundo o que o (a) Sr (a) conhece do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Quem propõe a cobrança pelo uso dos recursos hídricos na bacia?**

Segundo 26% dos entrevistados, quem propõe a cobrança pelo uso dos recursos hídricos na bacia é o CBHDOCE – COMITÊ DA BACIA HDORGRÁFICA DO RIO DOCE, enquanto que para outra parcela idêntica de 26% afirma que essa função é do GOVERNO.

Para 24,7% dos entrevistados quem propõe é o ÓRGÃO GESTOR DE RECURSOS HÍDRICOS (ANA – AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS OU ÓRGÃO GESTOR ESTADUAL), enquanto que, para 3,9% quem propõe é o IBIO AGB DOCE (DELEGATÁRIA).

OS CONSELHOS DE RECURSOS HÍDRICOS foram citados por 1,3% dos entrevistados e 18,2% NÃO SOUBERAM RESPONDER.



Fonte: IMPOM PESQUISA /Base: 77

**Questão 17: Em sua opinião, o que poderia ser feito para aprimorar os mecanismos e valores da cobrança pelos recursos hídricos da bacia?**

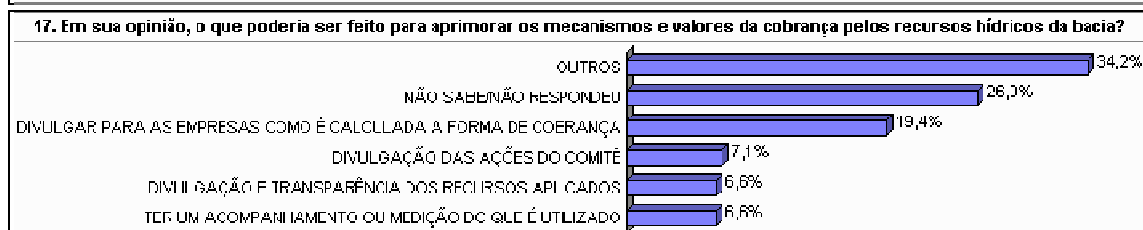
A maior parcela de entrevistados (19,4%) sugeriu que é preciso DIVULGAÇÃO PARA AS EMPRESAS COMO É CALCULADA A FORMA DE COBRANÇA.

Num patamar abaixo, segundo os entrevistados deveria ter DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES DO COMITÊ, ter UM ACOMPANHAMENTO OU MEDIÇÃO DO QUE É UTILIZADO, INTENSIFICAR A FISCALIZAÇÃO AOS USUÁRIOS e ter DIVULGAÇÃO E TRANSPARÊNCIA DOS RECURSOS APLICADOS, com 7,1%, 6,6%, 6,6% e 6,6%, respectivamente.

Uma parcela significativa NÃO SOUBE/NÃO RESPONDEU essa questão (26%).



17. Em sua opinião, o que poderia ser feito para aprimorar os mecanismos e valores da cobrança pelos recursos hídricos da bacia?	
NÃO SABE/NÃO RESPONDEU	51 26,0%
DIVULGAR PARA AS EMPRESAS COMO É CALCULADA A FORMA DE COBRANÇA	30 19,4%
DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES DO COMITÊ	14 7,1%
TER UM ACOMPANHAMENTO OU MEDIÇÃO DO QUE É UTILIZADO	13 6,6%
INTENSIFICAR A FISCALIZAÇÃO AOS USUÁRIOS	13 6,6%
DIVULGAÇÃO E TRANSPARÊNCIA DOS RECURSOS APLICADOS	13 6,6%
MAIS INFORMAÇÕES	8 4,1%
FISCALIZAÇÃO DOS VALORES COBRADOS	7 3,6%
FAZER UM LEVANTAMENTO DE TODOS OS USUÁRIOS	6 3,1%
CONTATO DIRETO COM OS USUÁRIOS	4 2,0%
INVESTIR NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL DOS USUÁRIOS	4 2,0%
QUE A COBRANÇA GERAL SEJA REALMENTE EM BENEFÍCIO DA BACIA	2 1,0%
ENVIAR OS BOLETOS COM ANTECEDÊNCIA	2 1,0%
A FORMA DE PAGAMENTO É BOA E O FREÇO É JUSTO	2 1,0%
TER UM ESTUDO VOLTADO PARA AS PRIORIDADES DA BACIA	2 1,0%
LEVANTAMENTO DE RENDA PER CAPTA DE CADA MUNICÍPIO	2 1,0%
MANTER A PREFEITURA FORA DENTRO DOS ASSUNTOS	2 1,0%
SER COBRADO DE TEMPO EM TEMPO EM INTERVALOS	1 0,5%
TAXA MENSAL FICARIA MAIS FÁCIL, SABER COMO É CALCULADO	1 0,5%
MAIS AGILIDADE E MENOS BUCROCRÁTICO	1 0,5%
DAR AUTONOMIA PARA AS PREFEITURAS ADMINISTRAR OS RECURSOS HÍDRICOS	1 0,5%
TER UMA SEDE DO IGAM NO MUNICÍPIO PARA FACILITAR O PAGAMENTO	1 0,5%
OBRIGATORIEDADE DA COBRANÇA E FORTALECIMENTO DOS COMITES	1 0,5%
NÃO PAGA PELO USO DA ÁGUA	1 0,5%
NÃO CONHECE OS VALORES	1 0,5%
MANTER A MESMA FORMA	1 0,5%
VISITA DE TÉCNICOS PARA ORIENTAÇÃO	1 0,5%
OS VALORES PODERIAM SER MENORES	1 0,5%
PARTE DO RECURSO DEVERIA FICAR NAS EMPRESAS, PARA QUE POSSAM DESTINAR A PLANTIOS E MANUTENÇÃO DAS NASCENTES	1 0,5%
SER FEITO COM BASE NO EFETIVO E NÃO NA VAZÃO OUTORGADA	1 0,5%
<b>Total</b>	<b>196 100,0%</b>



Fonte: IMPOM PESQUISA /Base: 196 - Incluem respostas múltiplas

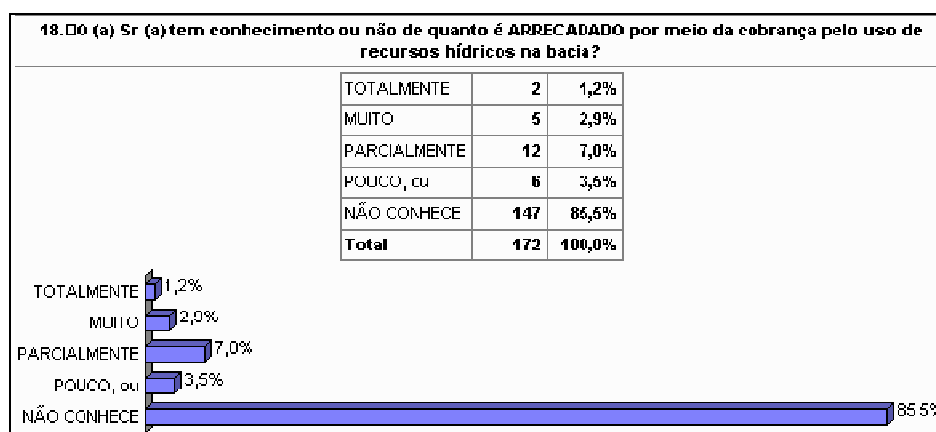
## 6.5. NÍVEL DE CONHECIMENTO SOBRE O MONTANTE E APLICAÇÃO DOS RECURSOS ORIUNDOS DA COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS

**Questão 18: O (a) Sr (a) tem conhecimento ou não de quanto é ARRECADADO por meio da cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia?**

A maioria absoluta dos entrevistados (85,5%), NÃO CONHECE o quanto é ARRECADADO por meio da cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia.

Cerca de 7% dos entrevistados afirmaram conhecer PARCIALMENTE e POUCO (3,5%).

Apenas uma minoria citou que conhece TOTALMENTE e MUITO, com 1,2% e 2,9%, respectivamente.



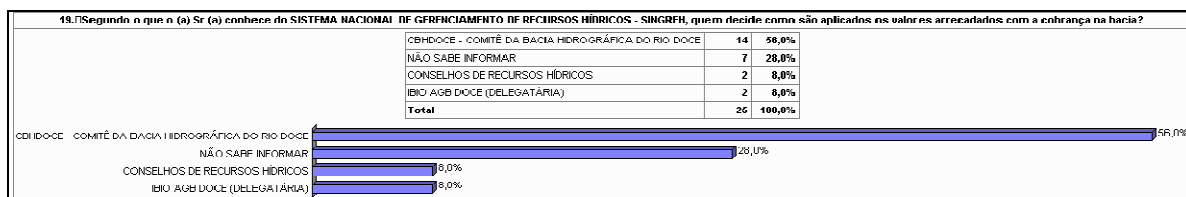
Fonte: IMPOM PESQUISA /Base: 172

**Questão 19: Segundo o que o (a) Sr (a) conhece do SISTEMA NACIONAL DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS – SINGREH, quem decide como são aplicados os valores arrecadados com a cobrança na bacia?**

Para mais da metade dos entrevistados (56%), quem decide como são aplicados os valores arrecadados com a cobrança na bacia é o CBHDOCE – COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOCE.

Já para 8% dos entrevistados essa função pertence aos CONSELHOS DE RECURSOS HÍDRICOS, enquanto que para outra parcela de 8% essa decisão é do IBIO AGB DOCE (DELEGATÁRIA).

Enquanto que 28% dos entrevistados NÃO SOUBERAM INFORMAR.



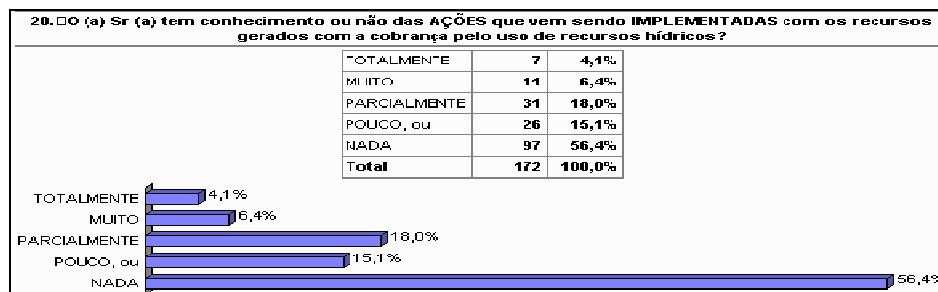
Fonte: IMPOM PESQUISA /Base: 25

**Questão 20: O (a) Sr (a) tem conhecimento ou não das AÇÕES que vem sendo IMPLEMENTADAS com os recursos gerados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos?**

A maioria dos entrevistados (56,4%), não conhece NADA das AÇÕES que vêm sendo IMPLEMENTADAS com os recursos gerados através da cobrança pelo o uso de recursos hídricos.

Uma parcela de 18% dos entrevistados afirmou conhecer PARCIALMENTE, enquanto que 15,1% conhecem POUCO.

Apenas a minoria dos entrevistados citou que conhece TOTALMENTE (4,1%), enquanto que 6,4% afirmaram conhecer MUITO.



Fonte: IMPOM PESQUISA /Base: 172

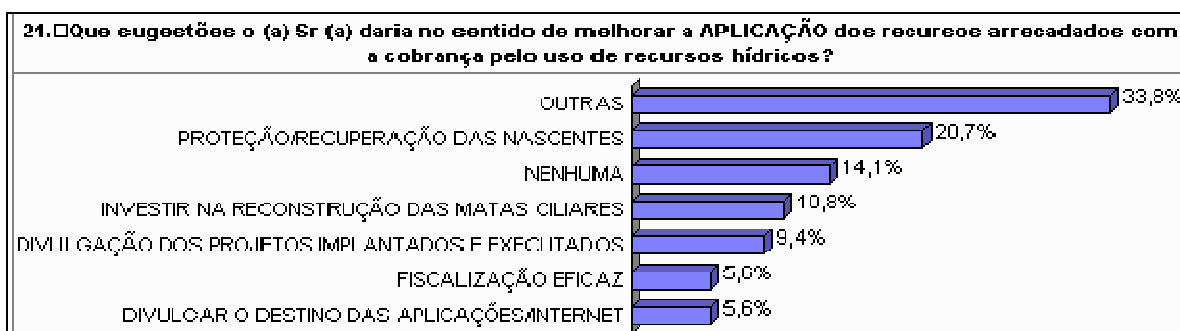
**Questão 21: Que sugestões o (a) Sr (a) daria no sentido de melhorar a APLICAÇÃO dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos?**

As principais sugestões dos entrevistados no sentido de melhorar a APLICAÇÃO dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos passam pela PROTEÇÃO/RECUPERAÇÃO DAS NASCENTES, INVESTIMENTO NA RECONSTRUÇÃO DAS MATAS CILARES, DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS IMPLANTADOS E EXECUTADOS, com 20,7%, 10,8% e 9,4%, respectivamente.

Num patamar abaixo aparecem, SANEAMENTO BÁSICO, FISCALIZAÇÃO EFICAZ e DIVULGAÇÃO DO DESTINO DAS APLICAÇÕES VIA INTERNET, com 7,5%, 5,6% e 5,6%, respectivamente.

Cerca de 14% dos entrevistados NÃO SOUBERAM RESPONDER.

21. Que sugestões o (a) Sr (a) daria no sentido de melhorar a APLICAÇÃO dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos?		
PROTEÇÃO/RECUPERAÇÃO DAS NASCENTES	44	20,7%
NENHUMA	30	14,1%
INVESTIR NA RECONSTRUÇÃO DAS MATAS CILIARES	23	10,8%
DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS IMPLANTADOS E EXECUTADOS	20	9,4%
SANEAMENTO BÁSICO	16	7,5%
FISCALIZAÇÃO EFICAZ	12	5,6%
DIVULGAR O DESTINO DAS APLICAÇÕES INTERNET	12	5,6%
PROJETOS PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL	8	3,8%
TRATAMENTO DO ESGOTO	7	3,3%
TRAZER MAIS BENEFÍCIOS PARA A BACIA	5	2,3%
NÃO SABE/NÃO RESPONDEU	5	2,3%
APLICAÇÃO DE ACORDO COM A REALIDADE DE CADA MUNICÍPIO	4	1,9%
MELHORAR A GESTÃO DOS RECURSOS	4	1,9%
APLICAR OS RECURSOS EM CONTRATAÇÕES DE PROFISSIONAIS, PARA ORIENTAR OS USUÁRIOS	3	1,4%
APLICAR OS RECURSOS NA CRIAÇÃO DE SUB-COMITÊS OU SUB-BACIAS	3	1,4%
REDUZIR A BUROCRACIA PARA O DESEMBOLSO DO RECURSO	3	1,4%
TER MAIS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	3	1,4%
CRIAR UMA FORMA DE PARTICIPAÇÃO ONLINE	2	0,9%
CAPACITAÇÃO DOS MUNICÍPIOS E DOS COMITÊS	2	0,9%
ATUAR JUNTO AOS INADIPLENTES	1	0,5%
REDESENHO DAS MICROS-BACIAS ENTENDER ÁS FRAQUEZAS E AMEAÇAS	1	0,5%
PARTICIPAÇÃO DE TODOS OS USUÁRIOS NAS REUNIÕES	1	0,5%
DIVULGAR AOS CONSULTORES AMBIENTAIS	1	0,5%
CONSULTA AOS USUÁRIOS	1	0,5%
CAPTAÇÃO DE RECURSOS JUNTO AOS ÓRGÃOS FEDERAIS	1	0,5%
O RECURSO DEVERIA SER INVESTIDO NA CIDADE E NÃO NA ROÇA	1	0,5%
<b>Total</b>	<b>213</b>	<b>100,0%</b>

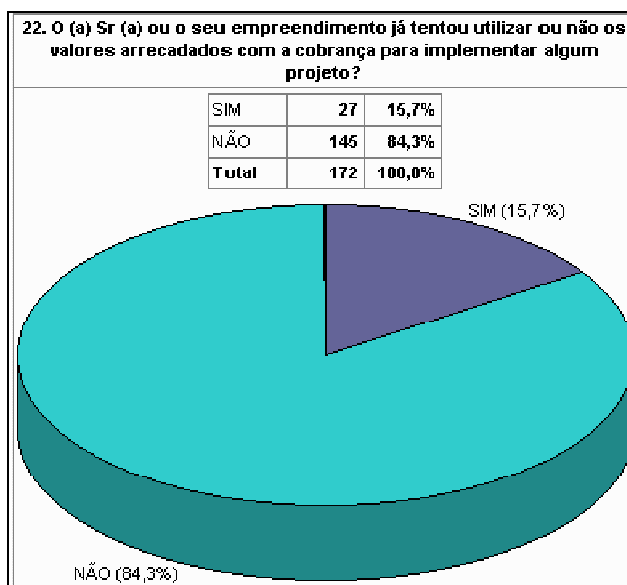


Fonte: IMPOM PESQUISA /Base: 213 - Incluem respostas múltiplas

**Questão 22: O (a) Sr (a) ou o seu empreendimento já tentou utilizar ou não os valores arrecadados com a cobrança para implementar algum projeto?**

A grande maioria dos entrevistados (84,3%), NÃO utilizou os valores arrecadados com a cobrança para implementar algum projeto.

Apenas 15,7% dos entrevistados utilizaram desses recursos para implementar algum projeto.



Fonte: IMPOM PESQUISA /Base: 172

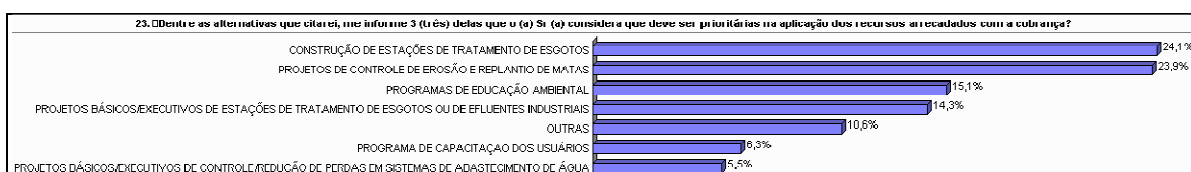
**Questão 23: Dentre as alternativas que citarei, me informe 3 (três) delas que o (a) Sr (a) considera que deve ser prioritárias na aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança?**

As principais prioridades na aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança na percepção dos entrevistados passam pela CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTO, PROJETOS DE CONTROLE DE EROÇÃO E REPLANTIO DE MATAS, PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL e PROJETOS BÁSICOS/EXECUTIVOS DE ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTOS OU EFLUENTES INDUSTRIAIS, com 24,1%, 23,9%, 15,1% e 14,3%, respectivamente.

Num patamar abaixo aparecem, PROGRAMAS DE CAPACITAÇÃO DOS USUÁRIOS, PROJETOS BÁSICOS/EXECUTIVOS DE CONTROLE DE PERDAS EM SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA e PROGRAMA DE USO EFICIENTE OU REUSO DE EFLUENTES, com 6,3%, 5,5% e 5,3%, respectivamente.

23. Dentre as alternativas que citarei, me informe 3 (três) delas que o (a) Sr (a) considera que deve ser prioritárias na aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança?

CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTOS	118	24,1%
PROJETOS DE CONTROLE DE EROSIÃO E REPLANTIO DE MATAS	117	23,9%
PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	74	15,4%
PROJETOS BÁSICOS/EXECUTIVOS DE ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTOS OU DE EFLUENTES INDUSTRIAIS	70	14,3%
PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO DOS USUÁRIOS	31	6,3%
PROJETOS BÁSICOS/EXECUTIVOS DE CONTROLE/REDUÇÃO DE PERDAS EM SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	27	5,5%
PROGRAMAS DE USO EFICIENTE OU REUSO DE EFLUENTES	26	5,3%
PROJETOS DE USO RACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS NA IRRIGAÇÃO	13	2,7%
PROJETOS DE USO RACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS NA INDÚSTRIA	10	2,0%
NENHUMA	1	0,2%
FISCALIZAR REQUERIMENTOS JUNTO A SUPERINTENDÊNCIA REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL	1	0,2%
PROTEÇÃO DAS NASCENTES	1	0,2%
<b>Total</b>	<b>489</b>	<b>100,0%</b>

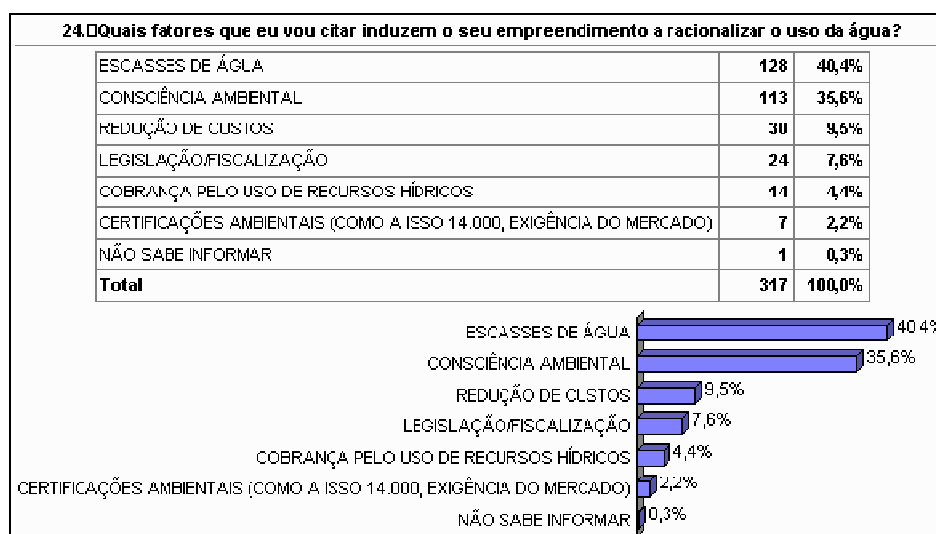


Fonte: IMPOM PESQUISA /Base: 301 – Incluem respostas múltiplas

## 6.6. GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS NO PRÓPRIO EMPREENDIMENTO

**Questão 24: Quais fatores que eu vou citar induzem o seu empreendimento a racionalizar o uso da água?**

Os principais fatores apontados pelos entrevistados que induzem o seu empreendimento a racionalizar o uso da água são a ESCASSEZ DE ÁGUA, CONSCIÊNCIA AMBIENTAL, REDUÇÃO DE CUSTOS e LEGISLAÇÃO/FISCALIZAÇÃO, com 40,4%, 35,6%, 9,5% e 7,6%, respectivamente.

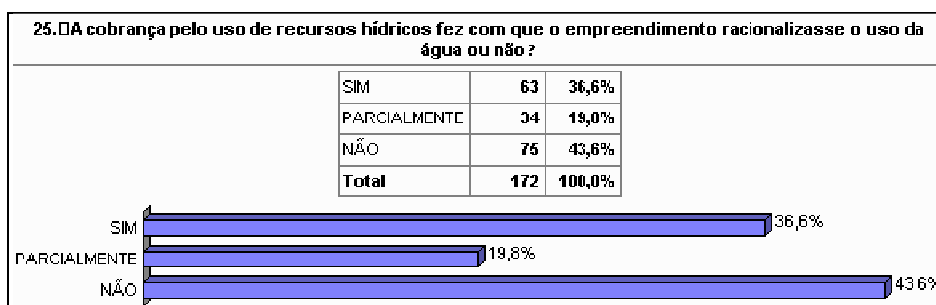


Fonte: IMPOM PESQUISA /Base: 317 – Incluem respostas múltiplas

**Questão 25: A cobrança pelo uso de recursos hídricos fez com que o empreendimento racionalizasse o uso da água ou não?**

Para a maior parcela dos entrevistados (43,6%), a cobrança pelo uso de recursos hídricos NÃO fez com que o empreendimento racionalizasse o uso da água, enquanto que 36,6% disseram que SIM.

Já 19,8% dos entrevistados citaram que houve racionalização PARCIAL do uso da água.

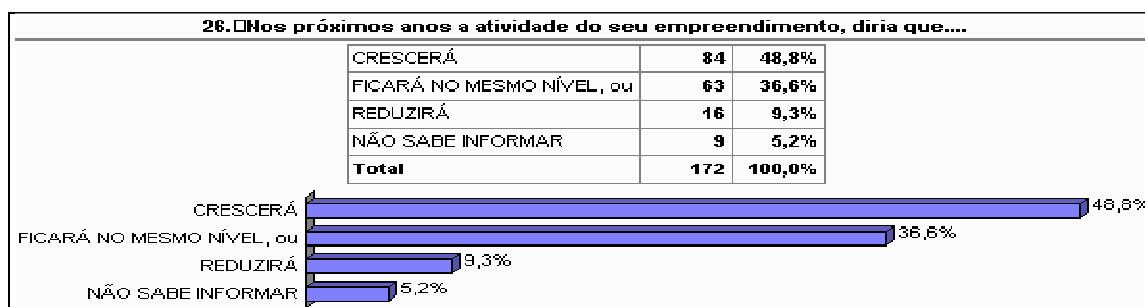


Fonte: IMPOM PESQUISA /Base: 172

**Questão 26: Nos próximos anos a atividade do seu empreendimento, diria que....**

Segundo quase a metade dos entrevistados (48,8%) nos próximos anos a atividade do seu empreendimento CRESCERÁ. Em contrapartida, uma parcela de 36,6% dos entrevistados afirmou que a atividade do seu empreendimento FICARÁ NO MESMO NÍVEL.

A atividade do empreendimento REDUZIRÁ para apenas 9,3% dos entrevistados e 5,2% dos entrevistados NÃO SOUBERAM INFORMAR.



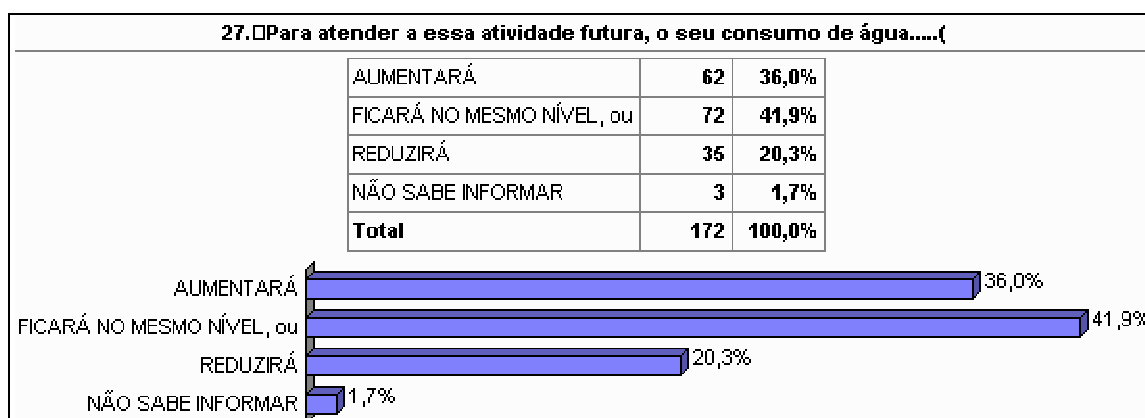
Fonte: IMPOM PESQUISA /Base: 172

**Questão 27: Para atender a essa atividade futura, o seu consumo de água.....**

Cerca de 42% dos entrevistados afirmaram que para atender a atividade futura o seu consumo de água FICARÁ NO MESMO NÍVEL, enquanto que para 36% dos entrevistados o consumo de água AUMENTARÁ.

Já para 20,3% dos entrevistados o consumo de água REDUZIRÁ.

NÃO SOUBE INFORMAR uma parcela de 1,7% dos entrevistados.



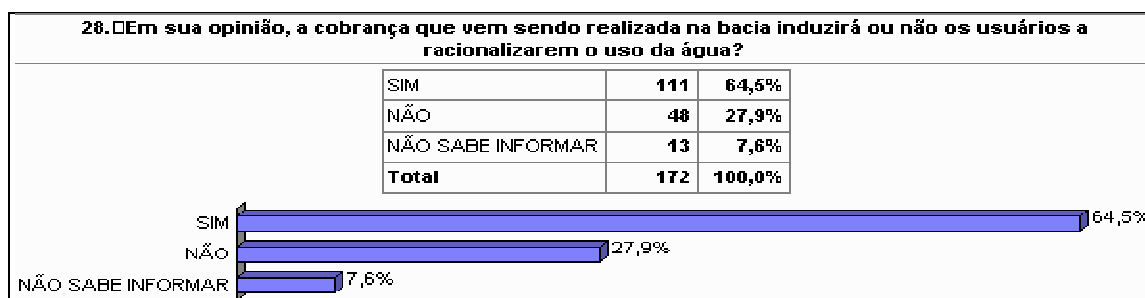
Fonte: IMPOM PESQUISA /Base: 172

**Questão 28: Em sua opinião, a cobrança que vem sendo realizada na bacia induzirá ou não os usuários a racionalizarem o uso da água?**

Para quase 2/3 dos entrevistados, a cobrança que vem sendo realizada na bacia induzirá os usuários a racionalizarem o uso da água (64,5%).

Todavia, para um pouco mais de 1/4 dos entrevistados a cobrança que vem sendo realizada NÃO induzirá os usuários a racionalizarem o uso da água (27,9%).

Uma parcela de 7,6% dos entrevistados NÃO SOUBE INFORMAR.

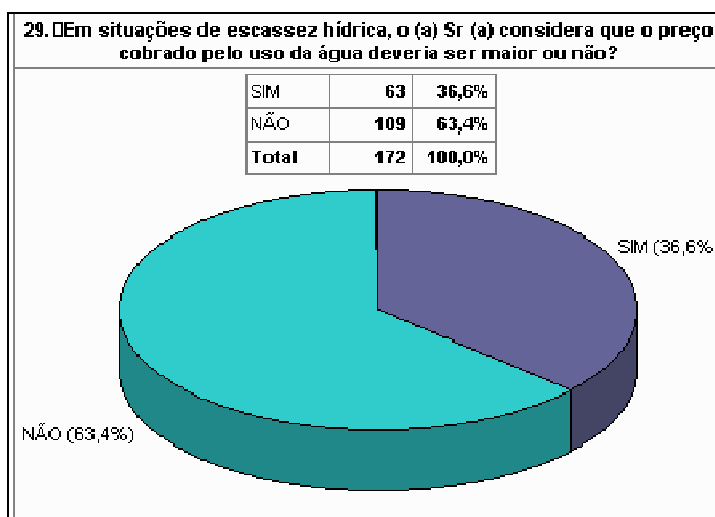


Fonte: IMPOM PESQUISA /Base: 172



**Questão 29: Em situações de escassez hídrica, o (a) Sr (a) considera que o preço cobrado pelo uso da água deveria ser maior ou não?**

Cerca de quase 2/3 dos entrevistados são CONTRÁRIOS a elevação dos preços cobrados pelo uso da água em situações de escassez (63,4%). Todavia, 36,6% dos entrevistados são a FAVOR da elevação dos preços nesses casos.



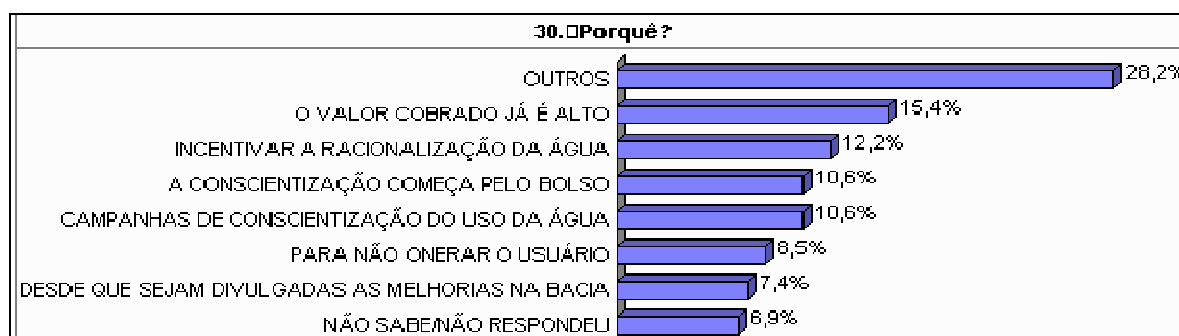
Fonte: IMPOM PESQUISA /Base: 172

**Questão 30: Porquê?**

Entre as principais justificativas contra e a favor sobre situações de escassez hídrica e se o preço cobrado pelo uso da água deveria ser maior, uma parcela de 15,4% afirmou que o VALOR JÁ É ALTO e 10,6% dos entrevistados disseram que deveria ter CAMPANHAS DE CONSCIENTIZAÇÃO DO USO DA ÁGUA, enquanto que, para 8,5% dos entrevistados contrários ao aumento disseram que PARA NÃO ONERAR O USUÁRIO.

Pelo lado dos que são favoráveis ao aumento, 12,2%, desses entrevistados afirmaram que INCENTIVA A RACIONALIZAÇÃO DA ÁGUA, enquanto que, para 10,6% A CONSCIENTIZAÇÃO COMEÇA PELO BOLSO.

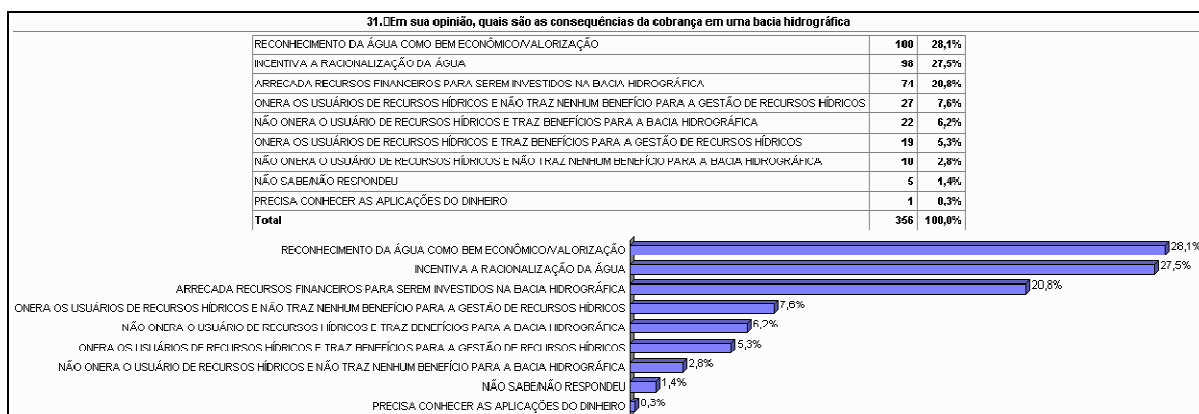
30. Porquê?		
O VALOR COBRADO JÁ É ALTO	29	15,4%
INCENTIVAR A RACIONALIZAÇÃO DA ÁGUA	23	12,2%
A CONSCIENTIZAÇÃO COMEÇA PELO BOLSO	20	10,6%
CAMPANHAS DE CONSCIENTIZAÇÃO DO USO DA ÁGUA	20	10,6%
PARA NÃO ONERAR O USUÁRIO	16	8,5%
DESDE QUE SEJAM DIVULGADAS AS MELHORIAS NA BACIA	14	7,4%
NÃO SABE/NÃO RESPONDEU	13	6,9%
NÃO HÁ FISCALIZAÇÃO DE USUÁRIOS QUE NÃO PAGAM PELO USO DA ÁGUA	11	5,9%
É PRECISO HAVER COMPROVAÇÃO DO QUE É GASTO	11	5,9%
PARA AS GRANDES EMPRESAS QUE FAZEM USO INDISCRIMINADO	6	3,2%
TODOS OS USUÁRIOS DEVERIAM PAGAR PELO USO DA ÁGUA	5	2,7%
O PREÇO É RAZOÁVEL/JUSTO	4	2,1%
NÃO DEVERIA SER COBRADA ESSA TAXA	4	2,1%
POR NECESSIDADE	4	2,1%
O USO DEVE SER MEDIDO PELO CONSUMO E NÃO PELA FALTA DE ÁGUA	3	1,6%
A ÁGUA É UMA MATÉRIA PRIMA NECESSÁRIA À VIDA	2	1,1%
FAZER UMA ANÁLISE NA PRIORIDADE DA BACIA AGORA	2	1,1%
O PREÇO DEVE SER JUSTO E DE ACORDO COM O PADRÃO PERMITIDO	1	0,5%
<b>Total</b>	<b>188</b>	<b>100,0%</b>



Fonte: IMPOM PESQUISA /Base: 188 - Incluem respostas múltiplas

**Questão 31: Em sua opinião, quais são as consequências da cobrança em uma bacia hidrográfica?**

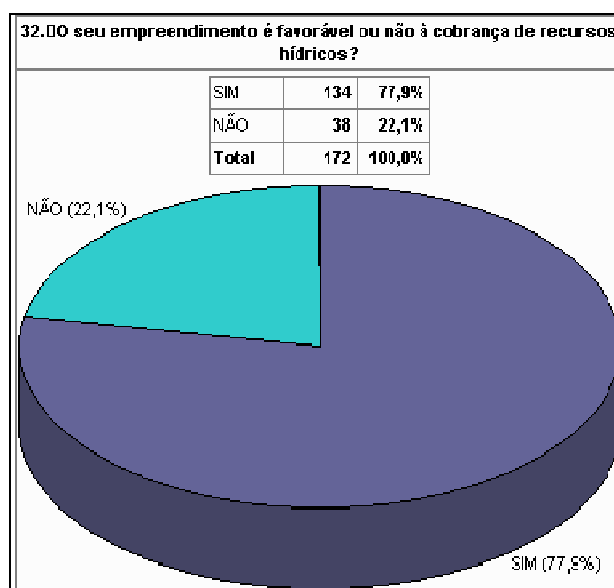
Para a maioria dos entrevistados, as consequências da cobrança em uma bacia passam pelo RECONHECIMENTO DA ÁGUA COMO BEM ECONÔMICO/VALORIZAÇÃO (28,1%), INCENTIVA A RACIONALIZAÇÃO DA ÁGUA (27,5%) e ARRECADA RECURSOS FINANCEIROS PARA SEREM INVESTIDOS NA BACIA HIDROGRÁFICA (20,8%).



Fonte: IMPOM PESQUISA /Base: 356 – Incluem respostas múltiplas

**Questão 32: O seu empreendimento é favorável ou não à cobrança de recursos hídricos?**

A maioria dos entrevistados (77,9%), disse que SIM, ou seja, que é favorável à cobrança de recursos hídricos, enquanto que 22,1% dos entrevistados NÃO são favoráveis a essa cobrança.



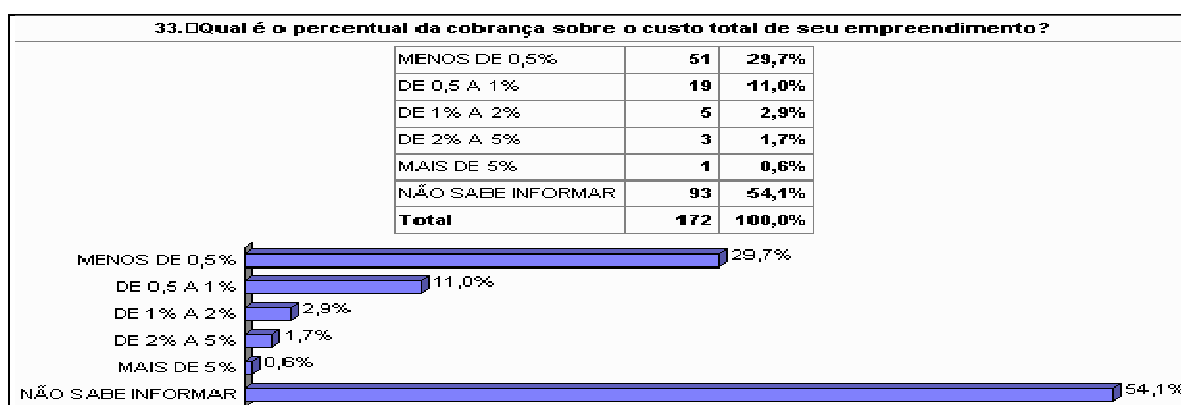
Fonte: IMPOM PESQUISA /Base: 172

### Questão 33: Qual é o percentual da cobrança sobre o custo total de seu empreendimento?

Mais da metade dos entrevistados NÃO SOUBE INFORMAR o percentual da cobrança sobre o custo total de seu empreendimento (54,1%).

Dos entrevistados que souberam afirmar, 29,7% deles mencionaram que o percentual é MENOS DE 0,5%. DE 0,5% a 1% foi citado por 11% dos entrevistados, enquanto que para 2,9%, o percentual é DE 1% a 2%.

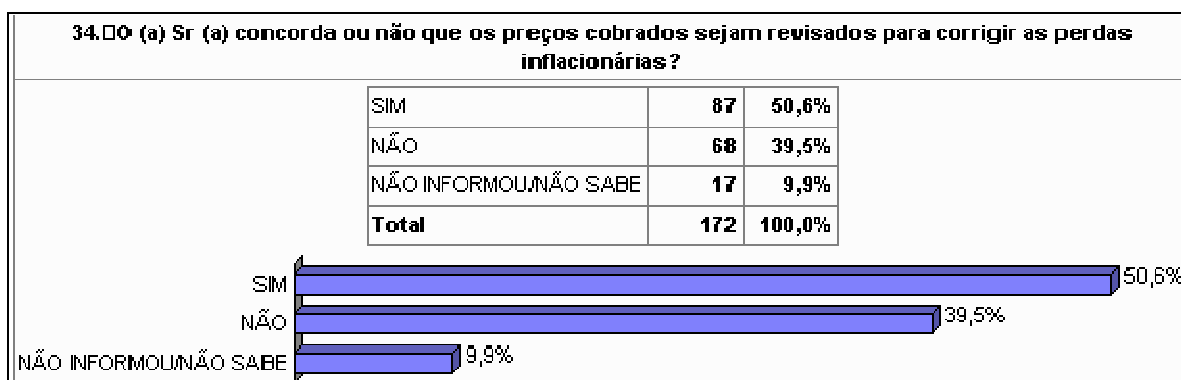
DE 2% a 5% são 1,7% dos entrevistados e MAIS DE 5% o percentual é 0,6%.



Fonte: IMPOM PESQUISA /Base: 172

### Questão 34: O (a) Sr (a) concorda ou não que os preços cobrados sejam revisados para corrigir as perdas inflacionárias?

Um pouco mais da metade dos entrevistados (50,6%) disseram que SIM favorável que os preços cobrados sejam revisados para corrigir as perdas inflacionárias. Todavia, 39,5% disseram NÃO são a favor da revisão dos preços e 9,9% NÃO INFORMARAM.



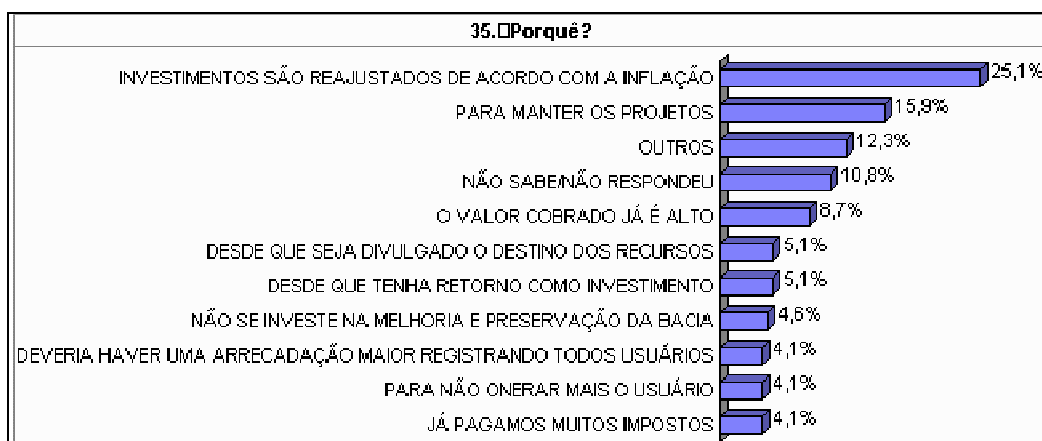
Fonte: IMPOM PESQUISA /Base: 172  
 Rua São Romão, 166 – Loja 10 – Santo Antônio  
 Belo Horizonte – MG – Cep: 30.330-120  
 Telefax: 31 3317-0201  
 E-mail: [impom@impom.com.br](mailto:impom@impom.com.br)  
 Site: [www.impom.com.br](http://www.impom.com.br)

### Questão 35: Porquê?

Entres principais justificativas favoráveis à revisão dos preços para corrigir as perdas inflacionárias, há a alegação que INVESTIMENTOS SÃO REAJUSTADOS DE ACORDO COM A INFLAÇÃO, PARA MANTER OS PROJETOS, DESDE QUE TENHA RETORNO COMO INVESTIMENTO e DESDE QUE SEJA DIVULGADO O DESTINO DOS RECURSOS, com 25,1%, 15,9%, 5,1% e 5,1%, respectivamente.

Já os entrevistados contrários ao reajuste alegam que O VALOR JÁ É ALTO, NÃO SE INVESTE NA MELHORIA E PRESERVAÇÃO DA BACIA, JÁ PAGAMOS MUITOS IMPOSTOS, DEVERIA HAVER UMA ARRECADAÇÃO MAIOR REGISTRANDO TODOS OS USUÁRIOS e PARA NÃO ONERAR MAIS O USUÁRIO, com 8,7%, 4,6%, 4,1%, 4,1% e 4,1%, respectivamente.

35. Porquê?		
INVESTIMENTOS SÃO REAJUSTADOS DE ACORDO COM A INFLAÇÃO	49	25,1%
PARA MANTER OS PROJETOS	31	15,9%
NÃO SABE/NÃO RESPONDEU	21	10,8%
O VALOR COBRADO JÁ É ALTO	17	8,7%
DESDE QUE TENHA RETORNO COMO INVESTIMENTO	10	5,1%
DESDE QUE SEJA DIVULGADO O DESTINO DOS RECURSOS	10	5,1%
NÃO SE INVESTE NA MELHORIA E PRESERVAÇÃO DA BACIA	9	4,6%
JÁ PAGAMOS MUITOS IMPOSTOS	8	4,1%
DEVERIA HAVER UMA ARRECADAÇÃO MAIOR REGISTRANDO TODOS USUÁRIOS	8	4,1%
PARA NÃO ONERAR MAIS O USUÁRIO	8	4,1%
VALOR COBRADO É JUSTO	6	2,6%
NÃO DEVERIA ARCAR COM OS PROBLEMAS DE INFLAÇÃO	4	2,1%
DEVE SER REVISADO PARA DIMINUIR O VALOR E NÃO AUMENTÁ-LO	2	1,0%
SER REAJUSTADO DE ACORDO COM O CONSUMO E NÃO PELA INFLAÇÃO	2	1,0%
FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL MAIS EFICAZ	2	1,0%
OS MUNICÍPIOS JÁ FORAM AFETADOS COM A CRISE	2	1,0%
ACHA O VALOR PAGO MUITO PEQUENO	2	1,0%
SÓ DEVEM REVISAR O PREÇO PAGO PELOS USUÁRIOS, DO PODER PÚBLICO NÃO	1	0,5%
VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS	1	0,5%
ACHA QUE O VALOR DEVE SER REDUZIDO	1	0,5%
AS PESSOAS SÓ SE CONSCIENTIZAM A PARTIR DA COBRANÇA E MEDIDAS PUNITIVAS	1	0,5%
SIM SE O SALÁRIO MÍNIMO FOSSE TAMBÉM REVISADO	1	0,5%
<b>Total</b>	<b>195</b>	<b>100,0%</b>



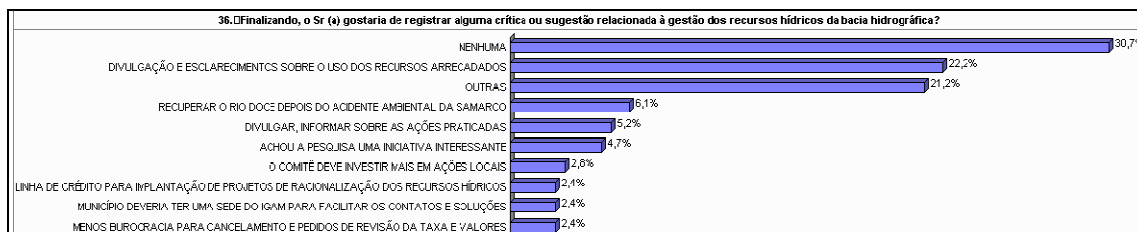
Fonte: IMPOM PESQUISA /Base: 195 – Incluem respostas múltiplas

## 6.7. CRÍTICAS E SUGESTÕES

**Questão 36: Finalizando, o Sr (a) gostaria de registrar alguma crítica ou sugestão relacionada à gestão dos recursos hídricos da bacia hidrográfica?**

As principais críticas e sugestões passam pela **DIVULGAÇÃO E ESCLARECIMENTOS SOBRE O USO DOS RECURSOS ARRECADADOS, RECUPERAR O RIO DOCE DEPOIS DO ACIDENTE AMBIENTAL DA SAMARCO, DIVULGAR/INFORMAR SOBRE AS AÇÕES PRATICADAS e POR ACHAR A PESQUISA UMA INICIATIVA INTERESSANTE** com 22,2%, 6,1%, 5,2% e 4,7%, respectivamente.

36. Finalizando, o Sr (a) gostaria de registrar alguma crítica ou sugestão relacionada à gestão dos recursos hídricos da bacia hidrográfica?		
NENHUMA	65	30,7%
DIVULGAÇÃO E ESCLARECIMENTOS SOBRE O USO DOS RECURSOS ARRECADADOS	47	22,2%
RECUPERAR O RIO DOCE DEPOIS DO ACIDENTE AMBIENTAL DA SAMARCO	13	6,1%
DIVULGAR, INFORMAR SOBRE AS AÇÕES PRATICADAS	11	5,2%
ACHOU A PESQUISA UMA INICIATIVA INTERESSANTE	10	4,7%
O COMITÊ DEVE INVESTIR MAIS EM AÇÕES LOCAIS	6	2,8%
MUNICÍPIO DEVERIA TER UMA SEDE DO IGAM PARA FACILITAR OS CONTATOS E SOLUÇÕES	5	2,4%
LINHA DE CRÉDITO PARA IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE RACIONALIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS	5	2,4%
MENOS BUROCRACIA PARA CANCELAMENTO E PEDIDOS DE REVISÃO DA TAXA E VALORES	5	2,4%
O GOVERNO DEVE SE ENVOLVER COM OS PROBLEMAS DE ÁGUA DA CIDADE	4	1,9%
NÃO HÁ GESTÃO AMBIENTAL E NEM INCENTIVOS	4	1,9%
PARA OS USUÁRIOS QUE CUIDAM E CULTIVAM SUAS NASCENTES NÃO DEVERIA TER COBRANÇA	4	1,9%
MAIOR ENVOLVIMENTO DO ÓRGÃO GESTOR JUNTO AO COMITÊ	4	1,9%
TER UM INSTRUTOR PARA ORIENTAR OS USUÁRIOS	4	1,9%
FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL MAIS EFICAZ	3	1,4%
DIMINUIR A BUROCRACIA E O PRAZO DE REPASSE DOS RECURSOS	2	0,9%
QUE AS AÇÕES SAIAM DO PAPEL E SE TORNEM EFETIVAS	2	0,9%
APLICAR MELHOR OS RECURSOS ARRECADADOS À FAVOR DO RIO	2	0,9%
PRÉFFITURA INVESTIR NO TRATAMENTO DE ESGOTO	2	0,9%
INVESTIMENTO EM RENOVAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	2	0,9%
EDUCAÇÃO AMBIENTAL	2	0,9%
DIVULGAR PARA A POPULAÇÃO DO MEIO RURAL	2	0,9%
REVER A SITUAÇÃO DAS RESERVAS INDÍGENAS	1	0,5%
IDENTIFICAR OS PROFISSIONAIS MAIS CAPACITADOS PARA GERIR AS AÇÕES AMBIENTAIS	1	0,5%
ACABAR COM A COBRANÇA	1	0,5%
INVESTIR NAS NASCENTES	1	0,5%
TER UMA FORMA DE PARTICIPAR DAS REUNIÕES E SABER DAS DECISÕES SEM SER PRESENCIAL	1	0,5%
OS RECURSOS DEVEM SER DESTINADOS A ATENDER CADA REGIÃO COM SUAS PECULIARIDADES	1	0,5%
A ARRECADAÇÃO NÃO RETORNA PARA O PEQUENO PRODUTOR	1	0,5%
PAGA-SE A TAXA E NÃO HÁ NENHUM RETORNO	1	0,5%
<b>Total</b>	<b>212</b>	<b>100,0%</b>



Fonte: IMPOM PESQUISA /Base: 212 – incluem respostas múltiplas

## 6.8. CONCLUSÕES

Os resultados dessa pesquisa possibilitam apontar uma série de conclusões com base nas opiniões dos usuários cobrados sobre o atendimento dos objetivos da cobrança pelo uso de recursos hídricos, nas Sub-bacias hidrográficas do Rio Doce.

### Sobre a caracterização dos entrevistados

De maneira geral, a maior parcela dos entrevistados é do segmento Diversos, pertencentes à Faixa C de Usuários de valores pagos e estão pagando pelos recursos hídricos em até três anos.

### Sobre o nível de conhecimento dos entrevistados sobre o CBHDOCE – Comitê da Bacia do Rio Doce

A pesquisa revelou que o nível de conhecimento por parte dos entrevistados sobre o Comitê da Bacia do Rio Doce deixa a desejar, onde apenas um pouco mais da metade dos entrevistados afirmou conhecer de fato a entidade.

Dos entrevistados que afirmaram conhecer a entidade de fato, um pouco mais de 1/3 deles são membros do Comitê atualmente e cerca de 32% não são e não gostariam de ser. Todavia, uma parcela de 22,7% dos entrevistados não são membros e gostariam de ser. Caberá ao Comitê da Bacia do Rio Doce ampliar ou não a adesão de mais membros em seu quadro.

Ao serem indagados se tomaram conhecimento de alguma reunião ou deliberação do Comitê, 69,3% deles disseram que tomaram conhecimento de uma reunião há menos de um ano e no caso de uma deliberação esse percentual cai para 55,7% dos casos. Uma parcela de 11,4% dos entrevistados não soube informar quem os representa no Comitê. Já aqueles que citaram a entidade que os representa no Comitê, cerca de quase 47% deles disseram que o seu representante não mantém diálogo sobre as discussões de cobrança e sua aplicação na bacia do Rio Doce. Um pouco mais de 1/4 deles disseram que são representados no Comitê da Bacia do Rio Doce por Órgão Público, municipal/estadual/federal. É aconselhável que os representantes dos usuários intensifiquem os diálogos sobre reuniões e deliberações do Comitê da Bacia do Rio Doce para que todos fiquem bem informados.

Ao ser indagado sobre o papel desempenhado pelo Comitê da Bacia na Gestão de Recursos Hídricos, uma parcela de 64% dos entrevistados considera que o mesmo contribui com as decisões para a Gestão dos Recursos Hídricos da Bacia.



### Sobre o nível de conhecimento dos entrevistados sobre a entidade delegatária de funções de agência de água IBIO AGB DOCE

A pesquisa revelou que o nível de conhecimento por parte dos entrevistados sobre o IBIO AGB DOCE é ainda menor se comparado ao do Comitê da Bacia do Rio Doce, onde apenas um pouco mais de 2/5 dos entrevistados afirmou conhecer a entidade.

Dos entrevistados que afirmaram conhecer a entidade, quase 1/3 não soube informar quais são as funções desempenhadas por ela.

Ao serem questionados sobre a atuação do IBIO AGB DOCE, um pouco mais da metade dos entrevistados consideraram que o mesmo contribui para a Gestão de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Doce.

Diante das revelações dessa pesquisa, caberá ao IBIO AGB DOCE tomar as seguintes decisões: reformular o seu Plano de Comunicação e torná-lo mais eficaz de forma que os usuários cobrados, e a sociedade em geral possam tomar conhecimento pleno de suas funções na Gestão dos Recursos Hídricos da Bacia do Rio Doce e de sua importância para o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

### Sobre o nível de conhecimento dos entrevistados sobre a cobrança pelo uso dos Recursos Hídricos

Mais uma vez os resultados da pesquisa revelaram um nível de desconhecimento por boa parte dos entrevistados sobre os objetivos da cobrança pelos Recursos Hídricos de uma Bacia. Apenas 1/5 dos entrevistados revelaram possuir de fato conhecimento a esse respeito.

Também é preocupante o desconhecimento por parte dos entrevistados sobre os mecanismos e valores de cobrança praticados na bacia, onde apenas 13,4% deles afirmaram conhecê-los.

Ao serem indagados sobre quem propõe a cobrança pelo uso dos Recursos Hídricos na Bacia, apenas um pouco mais de 1/4 dos entrevistados citou a CBHDOCE – COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOCE, revelando essa que confirma o baixo nível de conhecimento por parte dos usuários sobre esse aspecto.

Na opinião dos entrevistados, para aprimorar os mecanismos e valores da cobrança pelos recursos hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, as principais sugestões passam por: divulgar para as empresas como é calculada a forma de cobrança, divulgação das ações do comitê, ter um acompanhamento ou medição do que é utilizado, intensificar a fiscalização aos usuários e divulgação e transparência dos recursos aplicados.

Sobre o nível de conhecimento dos entrevistados sobre o montante e aplicação e aplicação dos recursos oriundos da cobrança pelo uso dos Recursos Hídricos

Apenas 4,1% dos entrevistados afirmaram conhecer muito ou totalmente o montante e aplicação dos recursos oriundos da cobrança pelo uso dos Recursos Hídricos.

Ao serem questionados sobre quem decide como são aplicados os valores arrecadados, apenas um pouco mais da metade dos entrevistados citaram o CBHDOCE – COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOCE.

Apenas 10,5% dos entrevistados conhecem muito ou totalmente as ações que vêm sendo implementadas com os recursos gerados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos. Revela-se mais uma vez a ineficiência da comunicação entre os órgãos competentes junto aos usuários cobrados.

Ao serem questionados no sentido de melhorar a aplicação dos recursos arrecadados, as principais sugestões por parte dos entrevistados foram: proteção/recuperação das nascentes, investir na reconstrução das matas ciliares, divulgação dos projetos implantados e executados, saneamento básico, fiscalização eficaz e divulgar o destino das ações via internet. Essas sugestões devem ser levadas em consideração para o Plano de Ação na aplicação dos recursos arrecadados por irem ao encontro dos desejos, anseios e expectativas dos usuários cobrados.

Apenas uma pequena parcela de 16% dos entrevistados afirmara que utilizaram os valores arrecadados com a cobrança para implementar algum projeto do próprio empreendimento.

Ao serem indagados de forma estimulada sobre quais das alternativas citadas para aplicação dos recursos arrecadados em prol da bacia, os mais citados foram por ordem de preferência: Construção de estações de tratamento de esgotos, Projetos de controle de erosão e replantio de matas, Programas de educação ambiental e Projetos básicos/executivos de estações de tratamento de esgotos ou de efluentes industriais. Da mesma, forma seria interessante levar em consideração essas sugestões dos usuários.

## Sobre a Gestão de Recursos Hídricos no próprio empreendimento

Escassez de água, consciência ambiental, redução de custos e legislação/ fiscalização são os principais fatores que induzem os usuários cobrados a racionalizar o uso da água. Além desses fatores, a cobrança pelo uso dos recursos hídricos fez com que 4,4% deles mudassem o comportamento e passasse a racionalizar o uso da água.

Intensificar ainda mais as campanhas publicitárias com foco nesses fatores ajudará sobremaneira na racionalização dos recursos hídricos e reconhecimento por parte dos usuários de que os recursos hídricos são um bem econômico e devem ser valorizados.

Quanto às atividades futuras dos empreendimentos dos usuários cobrados na bacia, quase a metade dos entrevistados afirmaram que as atividades futuras haverá um crescimento, enquanto que para atender a esse crescimento futuro o consumo de água aumentará para 36% deles.

Diante dessas previsões serão necessários investimentos cada vez maiores para atender a essa demanda futura.

Apesar de quase 2/3 dos entrevistados citarem que a cobrança que vem sendo realizada induzirá os usuários a racionalizarem o uso da água, apenas cerca de 1/3 deles são favoráveis em aumentar os valores cobrados em tempos de escassez. Os motivos alegados pelos entrevistados contrários ao reajuste dos preços é que o valor cobrado já é alto, campanhas de conscientização do uso da água, para não onerar o usuário e desde que sejam divulgadas as melhorias na bacia.

Para reverter esse cenário de descrença por parte dos usuários contrários ao reajuste dos valores cobrados, é preciso divulgar de forma eficaz os projetos que estão sendo realizados com a arrecadação desses recursos em benefício da bacia.

Ao serem questionados sobre quais são as consequências da cobrança em uma bacia hidrográfica, nota-se que a maioria absoluta dos usuários cobrados tem consciência de que é necessário, desde que vejam o retorno dessa cobrança em benefício de todos. Para a maioria deles as consequências passam pelo reconhecimento da água como bem econômico/valorizado, incentiva a racionalização da água e arrecada recursos financeiros para serem investidos na bacia hidrográfica, por ordem de prioridades.

De cada dez entrevistados, oito deles são favoráveis a cobrança de recursos hídricos, sinalizando mais uma vez o nível de consciência de que a cobrança se faz necessária.

Mais da metade dos entrevistados não soube/não informou qual é o percentual da cobrança sobre o custo total de seu empreendimento.

Apenas a metade dos entrevistados é favorável, que os preços cobrados fossem revisados para corrigir as perdas inflacionárias. Os entrevistados a favor da correção

alegaram que investimentos são reajustados de acordo com a inflação, para manter os projetos, desde que tenha retorno como investimento e desde que seja divulgado o destino dos recursos.

Mais uma vez fica evidenciado que a maioria dos usuários cobrados sabe da importância da cobrança pelos recursos hídricos, porém querem ver o retorno desses recursos financeiros traduzidos em benefícios da bacia. Caberá aos órgãos competentes levar ao conhecimento de todos os projetos já realizados e a realizar com esses recursos arrecadados em benefício da bacia.

### Sobre as críticas e sugestões

As principais críticas e sugestões passam pela maior divulgação e esclarecimentos sobre o uso dos recursos arrecadados, recuperar o Rio Doce depois do acidente ambiental da Samarco, divulgar/informar sobre as ações praticadas e por acharem a pesquisa uma iniciativa interessante.

Diante dos resultados dessa pesquisa, fica notória a necessidade de refazer e/ou fortalecer o Plano de Comunicação, tanto do Comitê da Bacia do Rio Doce quanto do IBIO AGB DOCE como, por exemplo com a criação de canais de relacionamento alternativos de forma segmentada por ramos de atividade e por faixa de valor pago.

Sendo essa pesquisa um marco zero é aconselhável que a mesma deverá ser repetida a cada dois anos, tempo necessário para implantação do Plano de Comunicação e Estratégico tanto do Comitê da Bacia do Rio Doce como o do IBIO AGB DOCE para que se possa monitorar os indicadores e alcançar as metas estabelecidas em seus respectivos Planos de Ação.

Como recomendação final, é aconselhável manter o cadastro de usuários pagos sempre atualizado, tendo em vista que nessa pesquisa, ficou constatado um número significativo de telefones errados.